

Modernização da Infra-estrutura

Introdução

No início de 1995, a situação dos setores de telecomunicações, energia e transportes era crítica. As telecomunicações padeciam de atraso tecnológico e da paralisação dos investimentos para expansão da oferta. Nos transportes, vivia-se uma situação de avançada degradação da malhas rodoviária e ferroviária, saturação de importantes ligações rodoviárias e ineficiência dos portos. No setor elétrico, as tarifas estavam defasadas e eram insuficientes para cobrir custos e financiar novos investimentos. Cinquenta e seis obras de geração hidrelétrica encontravam-se paralisadas em todo o País. A premente necessidade de expansão e modernização da infra-estrutura econômica exigia uma capacidade gerencial e de investimento muito além daquilo que o Estado brasileiro poderia mobilizar. Um novo modelo institucional era necessário para permitir a participação do capital privado.

A extinção dos monopólios estatais nos setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica, assim como a privatização das ferrovias e a concessão de serviços em rodovias e portos, ganhou amparo legal com a aprovação da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre a outorga de concessões de serviços públicos e regulamenta o artigo 175 da Constituição, e de três emendas ao capítulo da Ordem Econômica da Constituição (Emendas Constitucionais nºs 7, 8 e 9, de 1995).

Em que pesem diferenças setoriais, o novo marco institucional na área de infra-estrutura caracteriza-se pelo estímulo à competição e pela proteção ao consumidor. Tal preocupação se traduziu na criação de estruturas industriais não monopolistas, com o desmembramento vertical e/ou horizontal das empresas estatais, antes de sua privatização. Exemplos de separação horizontal ocorreram nos setores ferroviário, elétrico e de telecomunicações. Nesses dois últimos, aconteceram também separações verticais. Cabe notar ainda que se impuseram limites à participação de investidores individuais nos diversos mercados de telecomunicações e energia elétrica.

Outro traço comum ao novo marco institucional está na criação das agências reguladoras.

A criação de agências reguladoras insere-se num processo amplo de reformas econômicas e do aparelho de Estado. A transferência à iniciativa privada da produção de bens e da prestação de serviços que não são típicos do Estado, inclusive na área de infra-estrutura econômica, permitiu os investimentos necessários para a modernização e expansão desses setores. Tornou possível, também, que o Governo concentrasse seus recursos na prestação de serviços que lhe são típicos, principalmente na área social. Ao mesmo tempo, a transferência para a iniciativa

tiva privada da prestação de serviços públicos exigiu o fortalecimento do papel regulador do Estado, de modo a assegurar a adequada prestação desses serviços.

As primeiras diretrizes relativas às agências reguladoras foram traçadas genericamente no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em setembro de 1995, no início deste Governo. O Plano previa, como objetivos da reforma, a continuidade do processo de privatizações das atividades de produção e a reorganização e o fortalecimento dos órgãos de regulação dos monopólios naturais que fossem privatizados.

Em essência, o que as agências reguladoras têm de novo é o exercício de um amplo poder normativo, fiscalizador e de solução de conflitos, que se estende a três campos: a regulação dos monopólios, a regulação para a competição e a regulação social com vistas à universalização dos serviços. Outra característica marcante é o fato de agirem com relativa autonomia em relação ao Executivo e ao Legislativo, aumentando a confiança quanto à estabilidade das regras, o que contribui para a consolidação de um ambiente favorável à realização de investimentos pelos agentes econômicos privados.

Telecomunicações

Durante décadas, os serviços de telecomunicações foram providos, no mundo todo, por operadores monopolistas, empresas públicas na maioria dos países, ou monopolistas privados regulados, em outros. A ausência de competição era motivada pela existência de elevados custos fixos na exploração das redes de telefonia, cuja duplicação não era considerada lucrativa, do ponto de vista dos investimentos privados, tampouco socialmente desejada. As telecomunicações eram classificadas como um monopólio natural. A regulação exercida sobre os operadores monopolistas, baseada na taxa de retorno, não estimulava a redução de custos e, obviamente, a eficiência econômica era sacrificada.

A rápida evolução tecnológica nas telecomunicações, entretanto, abalou a estrutura desses mercados. A inovação tecnológica e a reestruturação industrial promoveram a competição no setor, forçando duas importantes transformações de cunho econômico. Primeiro, os antigos operadores monopolistas foram privatizados e os novos operadores foram estimulados a minimizar custos e a recompor tarifas de acordo com princípios comerciais. Segundo, os mercados de telecomunicações foram largamente desregulados e liberalizados. O Brasil não poderia ficar à margem dessas transformações.

O processo de implementação do novo modelo institucional para o setor de telecomunicações no Brasil iniciou-se com a aprovação da Emenda Constitucional nº 8, de agosto de 1995, que retirou a exclusividade das empresas estatais na prestação dos serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados e estabeleceu a necessidade de um novo modelo institucional para o setor, a ser aprovado posteriormente por uma nova lei.

O passo seguinte foi editar uma legislação específica que possibilitou à iniciativa privada começar a atuar nos segmentos mais atrativos do mercado. Neste sentido, foi sancionada, em julho de 1996, a Lei nº 9.295, conhecida como Lei Específica ou Lei Mínima, dispendo sobre a competição na exploração dos serviços de telefonia móvel celular, serviços de transmissão de sinais de telecomunicações via satélite, redes privativas e serviços de valor adicionado. Teve início, assim, o processo de abertura do mercado para o serviço móvel celular.

Em novembro de 1996, foi aprovada a Norma Geral de Telecomunicações nº 20 (Portaria nº 1.533, de 1996), que dividiu o território nacional em dez áreas de concessão para prestação do serviço móvel celular, estabelecendo as regras, os prazos e os critérios de interconexão entre as redes do serviço móvel celular e as redes do serviço telefônico público. Em janeiro de 1997, foi publicado o edital de licitação para as dez áreas de concessão da telefonia móvel celular da Banda B.

O grande marco na abertura do mercado, entretanto, foi a sanção da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472), em julho de 1997, que definiu o novo modelo institucional do setor, criou a Anatel e estabeleceu as linhas gerais do processo de privatização das empresas federais de telecomunicações que operavam o serviço, o chamado Sistema Telebrás.

A Anatel foi instalada em novembro de 1997 com a função de regulamentar o setor e redefinir o modelo institucional das telecomunicações brasileiras. A universalização com metas obrigatórias de expansão e de qualidade é o primeiro pilar da nova fase das telecomunicações brasileiras. O segundo pilar de sustentação do novo modelo é a competição entre empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, também em benefício do consumidor. Para que isso tudo se tornasse realidade, foram definidas regras claras no Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto nº 2.534, de abril de 1998.

O processo de desestatização do sistema Telebrás, com base na Lei Geral das Telecomunicações, começou com a cisão da Telebrás em *holdings* regionais para o serviço fixo comutado e o serviço móvel celular. Em julho de 1998, o processo foi concluído com a efetivação da venda das ações de propriedade da União nas *holdings*, em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Todas as ações foram vendidas, encerrando a prestação de serviços de telefonia por empresas sob controle estatal.

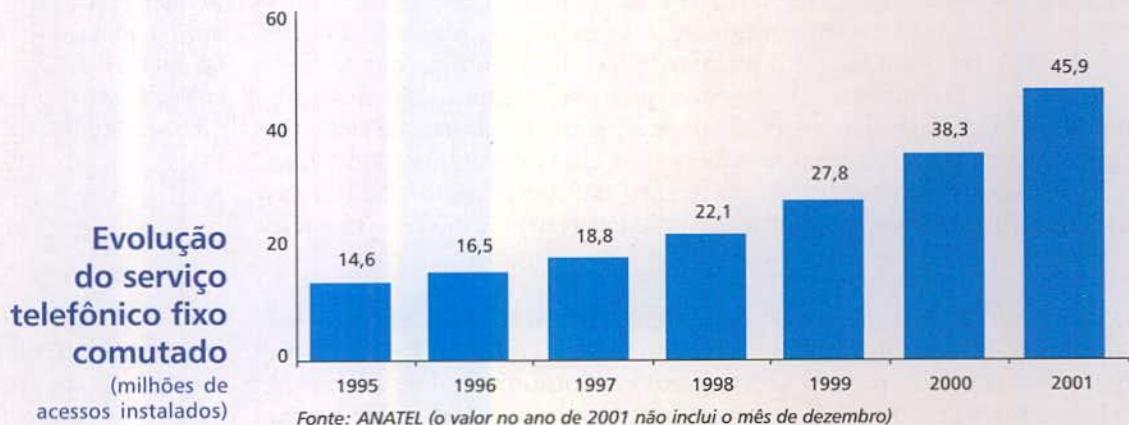
Em 1999, um ano após a privatização do Sistema Telebrás, o Governo começou a licitar autorizações para a prestação do serviço de telefonia fixa pelas chamadas empresas-espelho. Do mesmo modo que na telefonia móvel, o modelo utilizado foi o de duopólio. Em seguida, foram licitadas novas autorizações para prestação de serviço

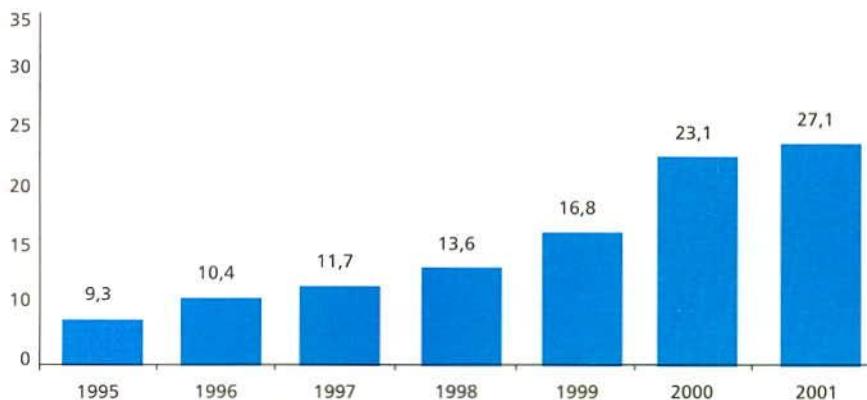
Em 1997, a Lei Geral de Telecomunicações definiu o novo modelo institucional do setor, estabelecendo as linhas gerais do processo de privatização.

O modelo brasileiro de privatização enfatizou a competitividade, com metas de expansão e qualidade.

telefônico fixo nas áreas onde as empresas-espelho não tinham previsão de atendimento, com o objetivo de aumentar a competição. As novas empresas, conhecidas como espelhinhos, podem vir a atender aproximadamente 1.400 localidades não cobertas pelas empresas-espelho. Como incentivo, além da autorização para a prestação do serviço local, essas empresas passaram a ter o direito de prestar o serviço de longa distância nacional e internacional a partir de 1º de janeiro de 2002.

A reestruturação das telecomunicações brasileiras requer, ainda, alguns passos importantes. Até 2005, entretanto, deverão ser atingidas as metas finais do Plano de Universalização, compreendendo a instalação de acessos individuais em localidades com trezentos habitantes; a instalação de telefones de uso público em localidades com cem habitantes e o prazo limite de uma semana para a instalação de linhas de telefonia fixa. O acelerado processo de modernização dos serviços de telecomunicações foi acompanhado de um crescimento exponencial da oferta de serviços, com substanciais ganhos de qualidade. A densidade telefônica, representada pelo número de acessos fixos instalados por cem habitantes, experimentou um grande crescimento a partir do ano de 1998. Os gráficos a seguir mostram o crescimento da oferta de serviços de telefonia fixa e da densidade telefônica com relação a esses serviços.

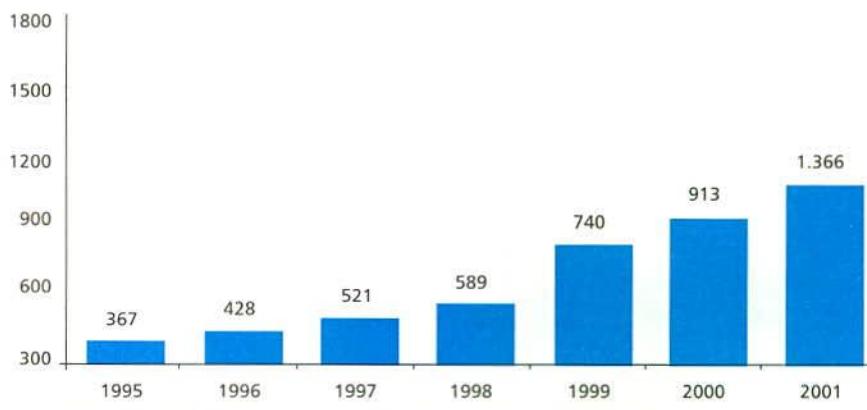




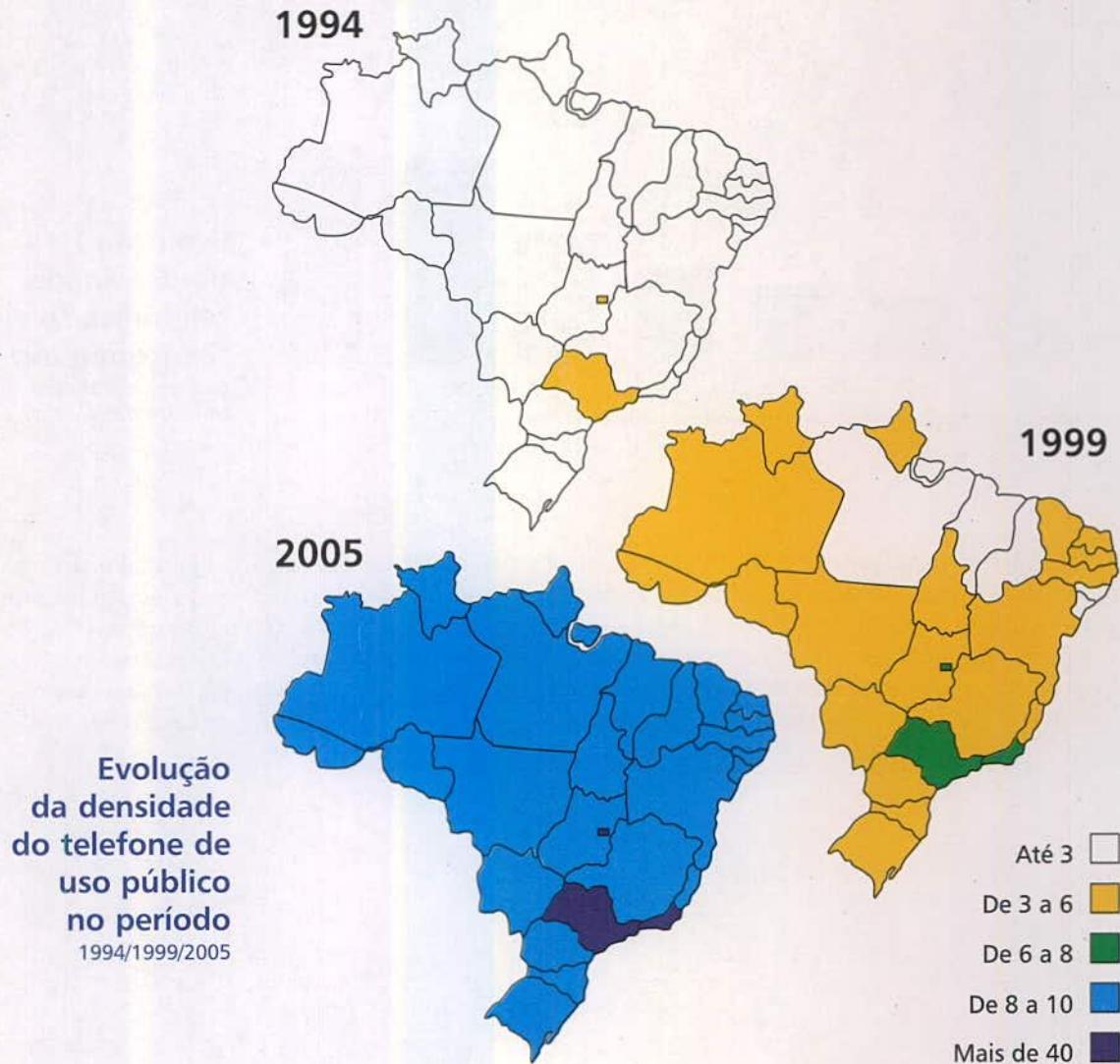
Evolução da densidade telefônica serviço fixo comutado
(acessos instalados por 100 habitantes)

Foi também significativo o aumento da oferta de telefones de uso público para atendimento da população de baixa renda. Acatando as exigências dos contratos de concessão, as prestadoras de serviço telefônico fixo têm proporcionado um aumento significativo na quantidade de acessos a esse serviço. O gráfico a seguir mostra essa evolução, abrangendo o período 1995 a 2001.

As prestadoras de serviço fixo têm proporcionado aumento significativo na oferta de telefones públicos para a população de baixa renda.

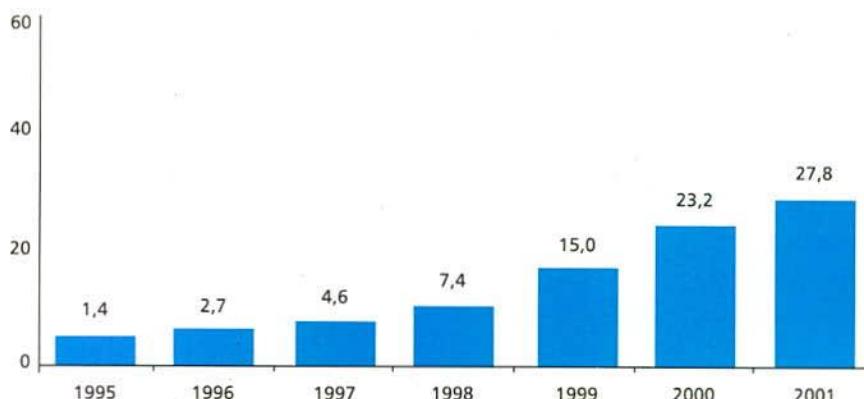


Evolução dos telefones de uso público - Brasil
(milhares de telefones instalados)



O serviço móvel celular teve um crescimento vertiginoso em todo o País.

O crescimento do serviço móvel celular foi vertiginoso em todo o País, principalmente após o início da competição, como pode ser visto no próximo gráfico.



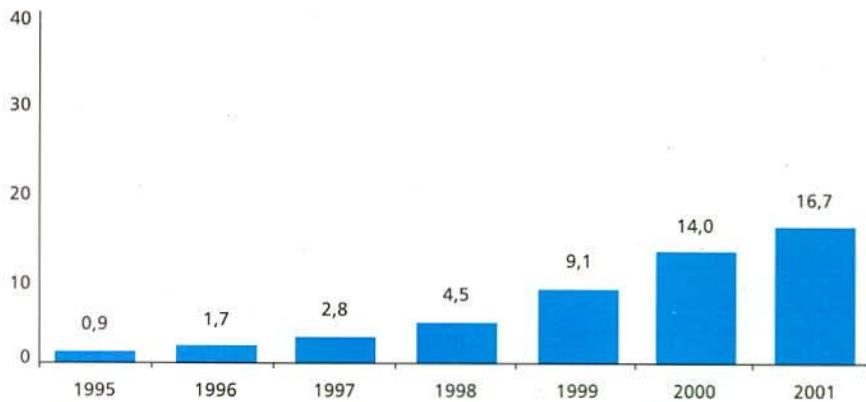
Fonte: Anatel (o valor no ano de 2001 não inclui o mês de dezembro)

A densidade do serviço móvel celular deu um salto de 1,7 acesso por cem habitantes no ano de 1996 para 16,7 em novembro de 2001.

Evolução do serviço móvel celular - Brasil

(milhões de acessos)

A densidade do serviço móvel celular apresentou grande crescimento.



Fonte: Anatel (no valor do ano de 2001 não foi computado o mês de dezembro)

Pouco antes da criação da Anatel, uma linha telefônica residencial custava perto de US\$ 1 mil, sem garantia de entrega no prazo. Hoje, na maioria dos estados, uma linha pode ser obtida por cerca de R\$ 50,00 e, em alguns casos, por até R\$ 15,00, pagos depois que o telefone entra em operação. Foi essa redução de custos que criou condições para que amplas faixas da população, de menor poder aquisitivo, tivessem acesso a uma linha telefônica.

Evolução da densidade telefônica serviço móvel celular - Brasil

(acessos p/100 habitantes)

A redução de custos criou condições para que amplas faixas da população tivessem acesso a uma linha telefônica.

A Lei Geral de Telecomunicações classificou os serviços de telecomunicações, quanto ao regime jurídico de sua prestação, em públicos e privados, de forma que o Governo pudesse exigir das operadoras dos serviços em regime público, obrigações de universalização e continuidade. Além disso, a Lei nº 9.998, de 2000, criou um fundo específico, denominado Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, tendo por finalidade proporcionar os recursos necessários aos objetivos da universalização e a continuidade da prestação dos serviços de telecomunicações.

A Lei nº 9.998, de 2000, criou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Os recursos do FUST serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com o Plano Geral de Metas para Universalização de Serviço de Telecomunicações, contemplando, entre outros, os seguintes objetivos:

- 1) atendimento a localidades com menos de cem habitantes;
- 2) complementação de metas estabelecidas no Plano Geral para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;
- 3) implantação de acessos individuais para prestação de serviço telefônico e redes digitais de informações, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;
- 4) atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;
- 5) implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública;
- 6) fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;
- 7) implantação de telefonia rural.

O conceito de universalização adotado foi o de possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações.

O conceito de universalização adotado no Brasil foi o de possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, bem como a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

Radiodifusão

Na área de radiodifusão, os avanços tecnológicos e a necessidade de modernização do setor para atender à realidade socioeconômica do País reforçaram a exigência de um novo disciplinamento legal da utilização dos meios de comunicação de massa. Por outro lado, entre 1989 a 1995, não houve concessão para novos serviços de radiodifusão, o que trouxe efeitos negativos para o acesso do público a informações, entretenimento e cultura, assim como para a geração de empregos e a produção industrial voltada para o setor.

A partir de 1995, foi iniciada uma reforma estrutural no serviço, visando a participação competitiva entre as empresas operadoras, à democratização do acesso às concessões e a efetiva cobertura do território nacional por emissoras de rádio e televisão. O **Programa Universalização dos Serviços de Radiodifusão** foi incluído no Plano Plurianual 2000-2003 com o objetivo de promover a maior abrangência e disponibilidade da radiodifusão. A principal meta do programa é elevar de 22% para 50%, até final do Plano Plurianual, em 2003, o índice de municípios com serviços de radiodifusão.

Em 2001, a população beneficiada por redes de TV a cabo ou por assinatura chegou a 126,2 milhões de habitantes, 79,3% da população do País.

Para garantir que as permissões e concessões fossem realizadas de forma transparente, em processo licitatório, o Decreto nº 2.108, de 1996, alterou o Decreto nº 52.795, de 1963, e aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, estabelecendo as regras necessárias para a elaboração dos editais de concorrência, do tipo técnica e preço.

No período de 1995 a 2001, foram liberadas 5.114 outorgas de rádio, de retransmissão de televisão e de televisão. No ano de 2001, a população beneficiada por redes de TV a cabo ou por assinatura chegou a 126,2 milhões de habitantes, 79,3% da população do País. A quantidade de domicílios urbanos atendidos por TV por assinatura atingiu a cifra de 30,5 milhões no ano de 2001.

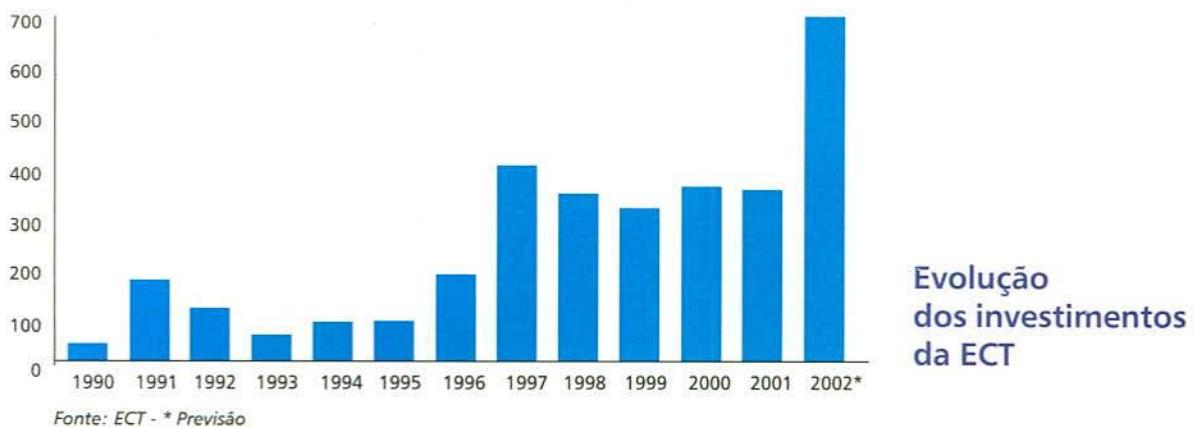
Serviços postais

Desde 1995, o setor postal brasileiro vem passando por grandes transformações, acompanhando a tendência mundial de crescimento do tráfego postal. No caso do Brasil, o tráfego postal saltou de uma média anual de 3,8 bilhões de objetos postados, no período 1990-1994, para 6,9 bilhões no período 1995-2000, atingindo até novembro de 2001 a significativa marca de 8,6 bilhões de objetos.

Desde janeiro de 2001, todos os 5.561 municípios brasileiros contam com atendimento postal, o que se refletiu no aumento do número de objetos enviados por habitante. Em 1991, cada brasileiro respondia por 23 envios de objetos postais/ano. Em 2001, até o mês de novembro, esse número foi elevado para 51, representando um incremento de 122%.

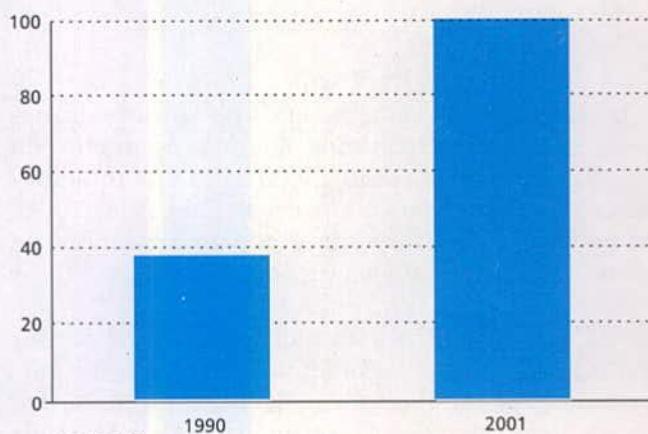
O aumento no nível de investimentos realizados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT nos últimos anos foi determinante para a modernização das suas operações (mecanização da triagem, automação de agências, instalação de equipamentos de auto-atendimento e de rastreamento eletrônico de objetos, dentre outros) e melhoria dos serviços prestados à população. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos recursos destinados a investimento no período, com valores atualizados pelo IGPM. Os dados de 2001 estão consolidados até o mês de novembro.

Os investimentos realizados pela ECT nos últimos anos foram determinantes para a melhoria dos serviços prestados à população.



O Sedex passou de 22,5 milhões de remessas, em 1990, para 90,2 milhões em 2001.

O Sedex, maior e mais conhecido serviço de encomendas expressas do País, passou de 22,5 milhões de remessas, em 1990, para 90,2 milhões até novembro de 2001 – um crescimento de 301%. O gráfico que se segue registra as posições do Sedex nos períodos considerados.



Fonte: ECT

A ECT entregou, em 2001, 110 milhões e 600 mil livros a cerca de 33 milhões de alunos em todo o País.

Em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a ECT desenvolveu uma megaoperação de logística para distribuir livros didáticos a todas as escolas públicas do País. No período de 1994 a 2001 foram adquiridos mais de 700 milhões de livros didáticos. Considerado o maior programa do mundo na área, o Programa Nacional do Livro Didático entregou, no ano de 2001, 110 milhões e 600 mil livros a cerca de 33 milhões de alunos. Pela primeira vez, os livros foram recebidos nas escolas, em todo o País, no ano anterior ao período letivo a que se destinavam.

Atuando como agente do governo, a ECT lançou no Estado do Ceará, em 1995, o projeto Carteiro Amigo para incentivo ao aleitamento materno por meio de divulgação de informações educativas pelos carteiros. Em 1999, a experiência foi estendida a todos os estados do Nordeste, mobilizando 3.264 carteiros que distribuíram folhetos a cerca de 315 mil famílias. Diante do êxito obtido, no ano 2000 o projeto foi expandido para as Regiões Norte e Centro-Oeste e a partir de outubro de 2001 foi ampliado para todo o Brasil.

Mais de 45 milhões de brasileiros das classes C, D e E serão beneficiados pelo Banco Postal.

Com o intuito de atingir as cidades que não possuem agências bancárias e contemplar, principalmente, a população de baixa renda e das áreas rurais, em setembro de 2001 foi concluído o processo de seleção de parceria com uma instituição bancária para a formação do Banco Postal. Inicialmente o projeto previa abrir unidades apenas nos 1.800 municípios brasileiros sem agência bancária. Com a nova configuração, deve beneficiar uma larga faixa dos 45 milhões de brasileiros das classes C, D e E, hoje excluídos do sistema financeiro, reforçando o conceito de cidadania e inclusão social.

Outro caso de sucesso foi a parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra para a distribuição, pela ECT, de Títulos de Domínio da Reforma Agrária, com mais de 10 mil documentos entregues aos beneficiários do Programa. Para conferir maior rapidez e transparência ao processo de liberação de lotes de terra, em novembro de 2000 foi firmado novo convênio para o recebimento, nas agências dos correios, de formulários de pré-cadastro de candidatos ao Programa de Acesso Direto à Terra. Até o presente momento, já foram recebidos mais de 900 mil formulários.

Além disso, com o objetivo de alavancar as exportações das pequenas e médias empresas, foi instituído, em novembro de 2000, o serviço Exporte Fácil Brasil – Correios. Este serviço facilita os processos operacionais e alfandegários, mediante a remessa de pacotes de até trinta quilos para mais de duzentos países, no valor máximo de US\$ 10 mil. Em 2001, foram efetuadas 6.745 remessas para o exterior, no valor total de R\$ 8,7 milhões.

Com o objetivo de alavancar as exportações das pequenas e médias empresas foi instituído, em novembro de 2000, o serviço Exporte Fácil Brasil – Correios.

Energia

Petróleo e gás natural

A Emenda Constitucional nº 9, de 1995, flexibilizou o monopólio estatal na área de petróleo e gás. Posteriormente, a Lei nº 9.478, de 1997, chamada Lei do Petróleo, regulamentou a Emenda Constitucional, permitindo a qualquer empresa, independentemente da origem de seu capital, realizar atividades de exploração, produção, transporte, refino, importação e exportação de petróleo. O fim do monopólio estatal tem permitido a ampliação dos investimentos no setor. Estima-se que, até 2005, o Brasil se torne auto-suficiente no abastecimento de petróleo.

O fim do monopólio estatal tem permitido a ampliação dos investimentos no setor. Estima-se que, até 2005, o Brasil se torne auto-suficiente no abastecimento de petróleo.

As atividades relacionadas à produção e à prestação de serviços são reguladas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, que atua no sentido de proteger os interesses do consumidor quanto ao preço, à oferta e à qualidade do combustível. Como órgão regulador, a ANP tem como uma de suas tarefas centrais, o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás no Brasil, por meio do estímulo ao ingresso de agentes privados.

Para tanto, a Agência vem consolidando um novo marco legal, que compreende um modelo para o contrato de concessão e a promoção de rodadas de licitação de áreas para a exploração e produção de petróleo e gás natural; normas e procedimentos para autorização de importação e exportação de petróleo, derivados e gás natural; normas e regulamentos para a autorização de levantamento de dados geofísicos não exclusivos (*spec surveys*); regras para a arrecadação e distribuição das participações governamentais; e a regulamentação do livre acesso a dutos e gasodutos, bem como a outras instalações de transporte e armazenamento de petróleo e gás natural. No segmento de produção, a partir de junho de 1999, realizaram-se três rodadas de licitação de áreas para a exploração de pe-

tróleo e gás. Ante isso, a Petrobras devolveu à ANP 26 blocos exploratórios e, por meio da formação de parcerias, realizou a cessão dos seus direitos de exploração em dezesseis blocos a dez outras empresas.

Fornecedores locais de bens e serviços têm-se beneficiado das encomendas decorrentes dos investimentos em exploração e desenvolvimento das novas áreas licitadas.

No julgamento das propostas, por determinação da ANP, leva-se em consideração, além do bônus de assinatura, o compromisso das companhias de adquirir bens e serviços no Brasil. Essa modalidade de avaliação das propostas tem trazido grande incentivo aos fornecedores nacionais de bens e serviços que, cada vez mais, mobilizam-se e equipam-se para responder ao crescente nível de investimentos no setor.

Na primeira rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo e gás natural no País, realizada em junho de 1999, concederam-se doze blocos *offshore* para exploração e produção de petróleo e gás natural à Petrobras e a dez novas empresas, gerando uma receita total de R\$ 321,6 milhões com o pagamento dos bônus de assinatura e US\$ 9,79 milhões com as taxas de participação.

A segunda rodada, realizada em junho de 2000, teve 21 áreas arrematadas de um total de 23 ofertadas, somando uma arrecadação de R\$ 468,25 milhões em bônus de assinatura e US\$ 9 milhões em taxas de participação. Os índices médios de conteúdo local desta rodada foram de 41,4% na fase de exploração e 47,8% na fase de desenvolvimento da produção, ao passo que, na primeira rodada, atingiram respectivamente 25% e 26%.

Na terceira rodada de licitações, em junho de 2001, de um total de 53 ofertadas, 34 áreas foram arrematadas por 22 empresas de doze países, que conquistaram as concessões sozinhas ou em consórcio. As novas áreas exploratórias estão localizadas em dez bacias sedimentares do País, nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Os lances dados pelas empresas vencedoras – bônus de assinatura – somaram uma arrecadação total de R\$ 594,9 milhões, valor recorde em relação às receitas obtidas nas rodadas anteriores. Entre as empresas vencedoras da terceira rodada, seis estão investindo no mercado brasileiro de exploração de petróleo e gás pela primeira vez.

Concluídas três rodadas de licitação, um total de 67 áreas foram arrematadas, por 33 empresas, sendo seis brasileiras e 27 estrangeiras.

Com as três rodadas de licitações já realizadas, um total de 67 áreas foram arrematadas por 33 empresas, sendo seis brasileiras e 27 estrangeiras, de doze diferentes países, gerando uma arrecadação total de R\$ 1,4 bilhão, com o pagamento dos bônus de assinatura e das taxas de participação.

Em outubro de 2001, em Salvador, na Bahia, a ANP lançou a quarta rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo e gás natural no Brasil, que será realizada em junho de 2002, com a oferta

de 55 blocos exploratórios. As áreas estão localizadas em dezenove bacias sedimentares do País – Pelotas, Santos, Campos, Espírito Santo, São Francisco, Cumuruxatiba, Jequitinhonha, Camamu-Almada, Sergipe-Alagoas, Recôncavo, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Parnaíba, Barreirinhas, São Luís, Amazonas, Solimões, Pará-Maranhão e Foz do Amazonas – sendo quinze áreas em terra e quarenta áreas no mar.

A quarta rodada propiciará oportunidades de investimentos para empresas petroliferas de diferentes portes e perfis, pois as áreas oferecidas possuem variado grau de dificuldade de exploração, em função da sua localização e do conhecimento geológico prévio. Das quinze áreas terrestres, nove estão situadas em bacias maduras, onde já há campos produtivos e maior conhecimento do subsolo. Das quarenta áreas marítimas, 22 estão em águas rasas, com profundidade inferior a quatrocentos metros, onde é mais fácil a atividade exploratória.

A ANP também oferecerá, na quarta rodada, áreas de maior dificuldade exploratória, como dezoito blocos marítimos localizados em águas profundas e ultraprofundas, alguns a mais de dois mil metros de profundidade, onde a produção de petróleo ainda é um desafio tecnológico. Destaca-se, também, nesta rodada, a presença de seis áreas terrestres e duas áreas marítimas situadas em bacias sedimentares de novas fronteiras, das quais se tem menor nível de conhecimento geológico. Do total de áreas ofertadas na quarta rodada, 21 estão localizadas nas três bacias que formam a maior região produtora e exploratória do País – Santos, Campos e Espírito Santo.

Nos demais segmentos, a abertura e a reorganização do setor de petróleo desenvolveram-se também em ritmo acelerado, a partir de 1998. Naquele ano, foram regulamentados, por portarias da ANP, a importação de petróleo, gás natural, gás liquefeito de petróleo e queirozene de aviação; a construção, ampliação e operação de instalações de transporte de petróleo, seus derivados e gás natural, assim como o livre acesso a instalações de transporte de gás natural, existentes ou a construir, mediante remuneração adequada ao titular.

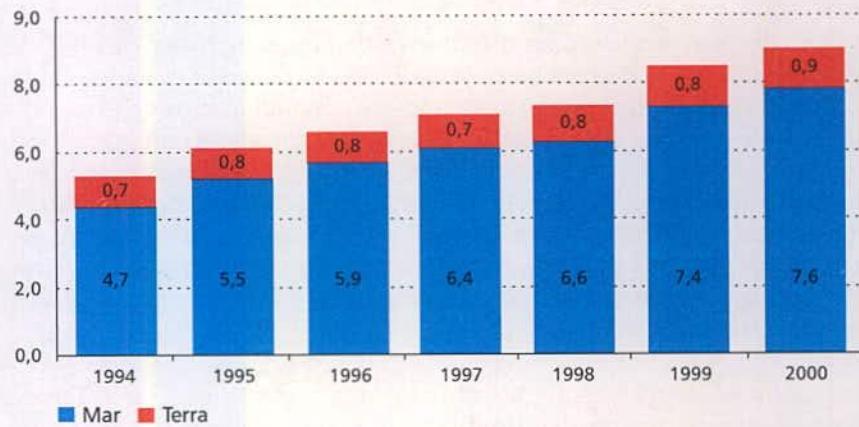
Em 1999, a ANP regulamentou, entre outras atividades, a construção, ampliação e operação de refinarias; a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo; a importação de óleo combustível, e a exportação de petróleo. Esse esforço prosseguiu em 2000, com a regulamentação do livre acesso aos dutos de transporte de petróleo e derivados; da importação de nafta petroquímica e do transporte de petróleo e derivados por meio de navegação de cabotagem, culminando em 2001, com a liberação da exportação de derivados de petróleo e da importação de gasolinas automotivas e diesel.

A Petrobras vem respondendo positivamente ao ambiente de competição criado a partir do fim do monopólio.

A Petrobras vem respondendo positivamente ao ambiente de competição criado a partir do fim do monopólio estatal. É o que demonstra a evolução dos indicadores mais relevantes do setor de petróleo e gás, no correr dos últimos anos.

Em 1995, as reservas totais de petróleo no Brasil somavam 9,2 bilhões de barris, localizando-se 12% em terra e 88% no mar. Deste total, 6,3 bilhões de barris representavam reservas provadas e encontravam-se distribuídas na mesma relação das reservas totais. No decorrer dos últimos cinco anos, houve um incremento de 41% no volume das reservas totais nacionais, que alcançaram treze bilhões de barris no ano de 2000. Nove por cento dessas reservas estão em terra e 91% no mar, confirmando o potencial marítimo da indústria petrolífera brasileira. Com o volume atualmente registrado, as reservas provadas brasileiras ocupam a 16ª posição no ranking mundial.

Reservas provadas nacionais de petróleo (mar e terra)

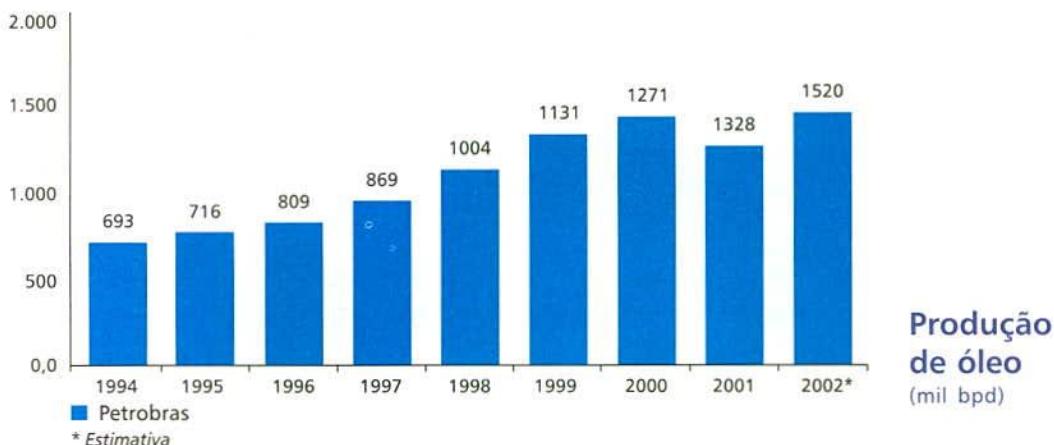


Quanto ao gás natural, suas reservas totais no ano de 2000 registraram o volume de 360,8 bilhões de m³, sendo as reservas provadas correspondentes a 221 bilhões de m³. Estes valores são superiores em 5% e 6%, respectivamente, aos valores registrados em 1995. Do volume atual das reservas provadas de gás natural, 36% estão localizadas em terra e 64% no mar. Em 1995, as reservas em terra representavam 44% e as no mar 56% do total.

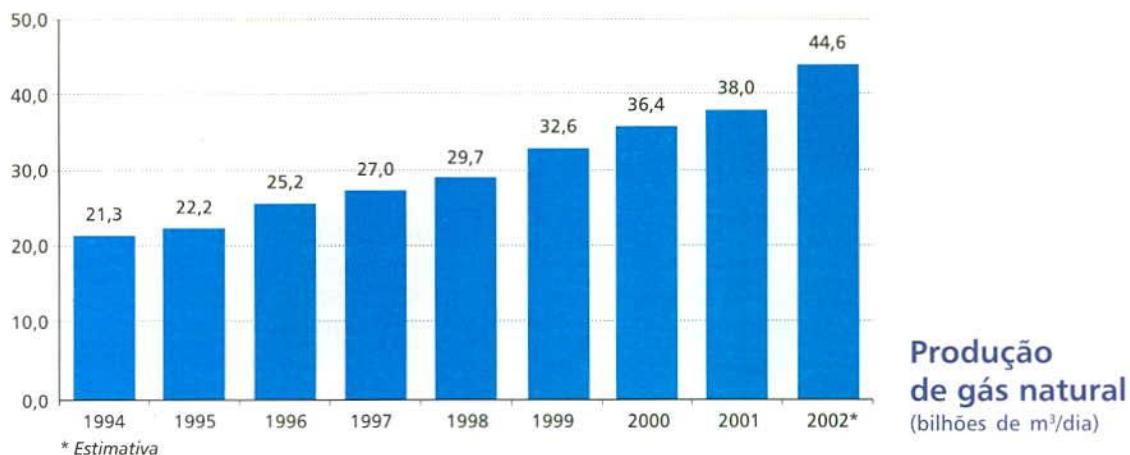
A produção média de barris, em 2001, foi 92% superior à registrada em 1994.

As ações voltadas para uma maior oferta de petróleo e gás natural ao mercado, integrantes do **Programa Oferta de Petróleo e Gás Natural**, permitiram que a produção interna atingisse a média de 1,3 milhão de barris por dia em 2001, um crescimento de 92% em relação à média registrada em 1994. Esse crescimento se deve, principalmente, à entrada em produção de sete novos poços na Bacia de Campos, em Marlim e Marlim Sul, e ao aumento da eficiência operacional de todos os sistemas. Em 2002, a previsão de produção de óleo é de 1,5 milhão de barris por dia. Os investimentos diretos da Petrobras, em exploração e produção perfizeram R\$ 15,2 bilhões no período considerado.

Houve mudança importante na origem das importações de petróleo. Em 1995, 50% das importações de petróleo provinham do Oriente Médio, principalmente da Arábia Saudita. Em 2001, a América do Sul, com a Argentina à frente, respondeu por 41% das compras externas de petróleo. Essa mudança reflete a constituição do Mercosul como União Aduaneira e a política brasileira de fortalecer a integração regional.



Por sua vez, a produção de gás natural aumentou 78% no período 1994-2001, atingindo uma média diária de 38 bilhões de m³. Estima-se que esse número se eleve para 44,6 bilhões de m³ em 2002.



Para ampliar e otimizar o parque de refino de petróleo, adequando-o às novas exigências ambientais, à oferta de petróleo e às exigências de qualidade do mercado, investiram-se R\$ 4,5 bilhões, entre 1995 e 2001. No ano passado, o processamento nas refinarias da Petrobras atingiu a média de 1,6 milhão de barris por dia, ou seja, 27% a mais do que a média diária registrada em 1994. Vêm sendo cumpridos, assim, os objetivos do **Programa Refino de Petróleo**.

A capacidade nominal instalada de refino no Brasil chega hoje a cerca de dois milhões de barris/dia, representando um crescimento de 28% em cinco anos.

A malha de dutos cresceu 75% entre 1995 e 2001, com investimentos superiores a R\$ 2 bilhões.

Estima-se para 2002 o processamento de 1,6 milhão de barris de petróleo por dia e investimentos diretos da ordem de R\$ 2,1 bilhões no programa. A capacidade nominal instalada de refino alcança, hoje, aproximadamente dois milhões de barris/dia, contra 1,5 milhão de barris/dia em 1995, um crescimento de 28% em cinco anos.

A ampliação da infra-estrutura de transporte dutoviário de petróleo, derivados e gás natural é o objetivo do **Programa Transporte Dutoviário de Petróleo, Derivados e Gás Natural**. Em 2001, transportaram-se 27,3 milhões de m³/km de petróleo e derivados em dutos, um volume 39% superior ao verificado em 1994. No mesmo período, registrou-se um acréscimo de 75% na malha dutoviária do País. Prevê-se para 2002, o transporte de 29 milhões m³/km de petróleo e derivados em dutos.

A entrada em operação em 1999 do Gasoduto Bolívia-Brasil provocou o crescimento acentuado do volume de gás natural transportado nos gasodutos brasileiros. No ano de 2001, transportaram-se 8.000 bilhões de m³..km e a estimativa para 2002 é que esse número alcance 11.000 bilhões de m³..km. Desse montante, 70% serão transportados pelo Gasoduto Bolívia-Brasil.

No período 1995–2001, os investimentos em transporte dutoviário atingiram R\$ 2,4 bilhões. Para o exercício de 2002 estão previstos investimentos diretos de R\$ 1,9 bilhão. Além do gasoduto Bolívia-Brasil, entraram em operação, entre 1995 e 2001, os polidutos Paraná-Santa Catarina (Opasc), Recôncavo Baiano-Sul da Bahia (Orsub) e São Paulo-Brasília (Osbra); o oleoduto Urucu-Coari, na Bacia Amazônica; e o gasoduto Guamaré-Pecém (Gasfor), que possibilita o transporte do gás natural até o mercado consumidor da Grande Fortaleza.

De 1995 a 2001, foram feitos investimentos diretos de cerca de R\$ 670 milhões no **Programa Distribuição de Derivados, Gás Natural e Álcool**, com o objetivo de oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços ao cliente na distribuição.

A Petrobras Distribuidora S.A. - BR, que atua como moderadora do mercado, mantém sua liderança na distribuição e revenda de derivados de petróleo. Em 2001, esse mercado alcançou o patamar de 215,6 mil m³/dia, volume 15,2% superior ao consumo de 1994. Os investimentos diretos em distribuição, previstos para 2002, são de R\$ 316 milhões.

O **Programa Atuação Internacional na Área de Petróleo** é voltado para as atividades nos segmentos *upstream* (exploração e produção – E&P) e *downstream* (refino, *marketing* e comercialização), em mercados externos, nos quais são desenvolvidas e aplicadas tecnologias de ponta da indústria petrolífera mundial.

Durante o período 1995 a 2001, a Petrobras Internacional S.A. - Braspetro desenvolveu atividades no segmento E&P em quatorze países (Angola, Argentina, Bolívia, Casaquistão, Colômbia, Cuba, Equador, Estados Unidos, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria, Peru, Reino Unido e Trinidad & Tobago).

No período 1995-2001, a Petrobras Internacional desenvolveu atividades em quatorze países.

Decorrente do sucesso dos programas exploratórios, foi registrado ao final de 2000 uma reserva provada de 717,2 milhões de barris de óleo equivalente, 413% acima das reservas registradas em 1994.

Os investimentos diretos da Braspetro foram da ordem de R\$ 5,6 bilhões, aí incluídos R\$ 2,5 bilhões aplicados em projetos de modernização e melhorias de plataformas marítimas e de conversão de navios e plataformas em unidades flutuantes de produção, destinados ao sistema de produção de petróleo e gás no Brasil. A produção total do período de 1994 a 2001 foi de 154,7 milhões de barris de óleo equivalentes - boe, encerrando o ano de 2001 com uma produção média de 69,8 mil boe, equivalentes por dia (25,5 milhões no ano), 155% superior à produção registrada em 1994. Para 2002, estima-se seja alcançada a produção de 128 mil boe por dia, ou 39,5 milhões boe-ano, sendo previstos investimentos diretos de R\$ 1,4 bilhão, objetivando a incorporação de novas reservas, de forma a aumentar a participação brasileira no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural.

A ampliação da presença internacional da Petrobras é exemplarmente evidenciada pelos seguintes eventos, entre outros:

- a aquisição de reservas no Reino Unido, em 1996, aumentando as reservas de óleo em doze milhões de barris e a produção em cerca de 5,2 mil barris por dia;
- a apropriação de reservas de 38,9 milhões de boe, em 1997, principalmente em campos da Colômbia e dos Estados Unidos.
- a aquisição da Lasmo Oil Colômbia Ltd., em 1998, triplicando as dimensões da empresa na Colômbia com a incorporação de reservas de 48 milhões de boe;
- a aquisição das duas principais refinarias da Bolívia, por meio de um consórcio formado pela Petrobras Bolívia (com 70%) e pela Perez Companc International (com 30%), por US\$ 102 milhões, em 1999;
- a ampliação da atuação em Angola, por meio da participação no Bloco 34, de excelente potencial exploratório, em 2000;
- a descoberta de petróleo na Nigéria, Bloco OPL- 246, com reservas estimadas da ordem de 480 milhões de barris de óleo (77 milhões de barris parcela da Petrobras), também em 2000;
- no mesmo ano, o início das negociações entre a Petrobras e a Repsol/YPF, objetivando a troca de ativos entre as duas empresas, que contribuirá para uma substancial ampliação das atividades da companhia na Argentina;
- o ingresso em dois novos blocos de exploração de gás natural na Bolívia em 2001: o Rio Hondo, como operadora em parceria com a Total Fina Elf, para a exploração para óleo; e o Ingre, como opera-

- dora com 100% dos direitos, para a exploração para gás, de forma a ampliar a base de reservas naquele país, para atendimento ao mercado brasileiro;
- o ingresso na atividade de distribuição de derivados na Bolívia, com cerca de 21% do mercado, também em 2001.

Os investimentos da Petrobras em pesquisa e tecnologia foram da ordem de R\$ 1,25 bilhão entre 1995 e 2001.

Os investimentos no **Programa Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**, no período de 1995-2001, foram da ordem de R\$ 1,25 bilhão, resultando em soluções tecnológicas que atendem a todo setor de petróleo e de gás natural. Para 2002, estão previstos investimentos diretos de R\$ 277 milhões no desenvolvimento de tecnologias para:

- viabilizar a produção de petróleo em águas ultraprofundas ;
- reduzir os custos de exploração em águas profundas;
- refino de óleos pesados e para conversão de resíduos;
- reduzir os custos de refino;
- viabilizar o aumento do consumo de gás natural.

A reforma do setor elétrico teve como objetivos: assegurar o aumento da oferta, da eficiência, da qualidade dos serviços e a diversificação da matriz energética.

Energia Elétrica

No inicio de 1995, o setor elétrico brasileiro encontrava-se em profunda crise estrutural, com obras paralisadas, tarifas defasadas e falta de incentivos a novos investimentos, somada à incapacidade de investir do Estado devido à crise fiscal. A reestruturação do setor era inadiável e foi empreendida com os objetivos de aumentar a oferta de energia mediante o incentivo a novos investimentos, sobretudo privados; aumentar a competição e garantir a eficiência do sistema; assegurar a melhoria da qualidade dos serviços, com preços mais justos ao consumidor; e implementar a diversificação da matriz geradora de energia, altamente baseada na geração hidrelétrica. Para alcançar esses objetivos, foram adotados os seguintes princípios básicos, à semelhança do processo de reforma do setor elétrico em outros países:

- competição nos segmentos de geração e comercialização;
- monopólios regulados nas atividades de transmissão e distribuição; e
- independência do órgão regulador.

O novo desenho do setor exigia, ao mesmo tempo, a criação de novos marcos regulatórios e de um ente estatal para regular as concessões e os monopólios naturais, estimulando a eficiência e assegurando a qualidade dos serviços e a modicidade das tarifas.

As Leis n.º 9.427 de 1996 e nº 9.648 de 1998 definiram novo marco regulatório e operacional para o setor elétrico, estabelecendo a ANEEL e o ONS.

A consolidação do marco regulatório se deu com a promulgação da Lei nº 9.427 de 1996, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e disciplinou o regime de concessões de serviço de energia elétrica. A Lei nº 9.648 de 1998 definiu, entre outras disposições, o Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, em que se realizam as transações de compra e venda de energia elétrica do Sistema Interligado Brasileiro, e a figura do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pelo planejamento e programação da operação, pelo despacho centralizado da geração e pela

contratação e administração dos serviços de transmissão de energia elétrica. Ao Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão (CCPE) cabe elaborar o planejamento de longo prazo do setor elétrico, manter atualizado o Sistema de Informações Técnicas do planejamento setorial, orientar as ações do Governo para assegurar o fornecimento de energia elétrica em conformidade com a Política Energética Nacional definida pelo Conselho Nacional da Política Energética – CNPE.

A crise de energia ocorrida ao longo do ano de 2001, mostrou a existência de lacunas e imperfeições no modelo do setor elétrico. Um comitê criado no âmbito da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, foi incumbido de encaminhar propostas para corrigir disfuncionalidades e propor aperfeiçoamentos. No entanto, os objetivos e princípios básicos do modelo estarão resguardados: aumento da oferta de energia assegurado por investimentos privados; competição onde ela é possível (geração e comercialização); regulação onde ela é necessária (distribuição e transmissão); existência de um órgão regulador independente; e diversificação da matriz energética.

A crise de energia ocorrida ao longo de 2001 demonstrou a necessidade de aperfeiçoar o modelo do setor elétrico, mantidos seus objetivos e princípios básicos.

No que se refere às questões ambientais, no período 1995-2001 foram criados vários instrumentos jurídicos, com reflexos diretos nos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro. Destacam-se: a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente revisando os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental de empreendimentos, a Lei dos Crimes Ambientais e a Criação da Agência Nacional de Águas. Dessa forma, os empreendimentos de geração e transmissão implantados no período passaram a considerar as alterações previstas naqueles e em outros instrumentos legais, o que trouxe como consequência, em muitos casos, o alongamento do prazo para a conclusão dos investimentos previstos.

Foram criados vários instrumentos legais para permitir um controle do impacto ambiental dos empreendimentos de geração e transmissão.

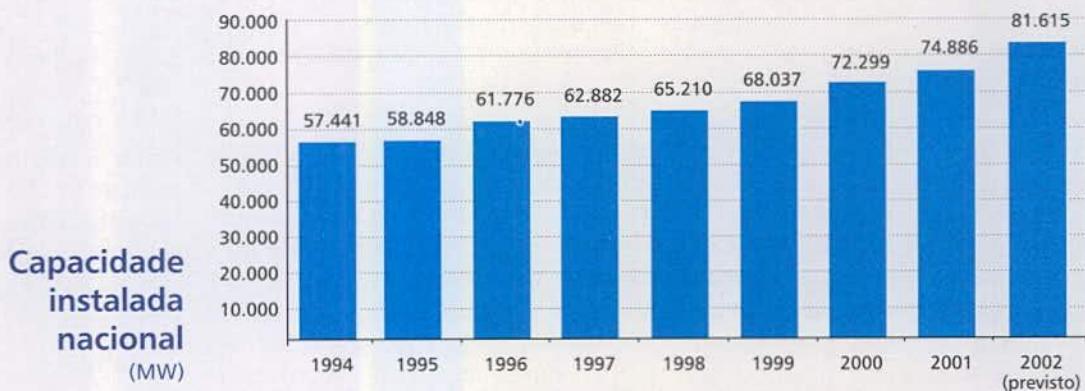
Embora esteja sendo aperfeiçoado, o novo marco para o setor elétrico permitiu a realização de vultosos investimentos no setor no período 1995-2001.

Entre 1995 e 2001 foram acrescidos cerca de 16,4 mil MW à capacidade de geração de energia elétrica, com investimentos estimados em R\$ 23,7 bilhões.

Das 23 obras que se encontravam paralisadas no início de 1995, quinze foram concluídas até 2000 (8,4 mil MW). No total, entre 1995 e 2001 foram acrescidos cerca de 16,4 mil MW à capacidade geradora. De 1996 a 2001, houve aumento anual médio da oferta de energia no País de 2.830 MW/ano, mais que o dobro do registrado entre 1986 e 1995.

Os investimentos no setor elétrico no quinquênio 1995-2001 foram da ordem de R\$ 23,7 bilhões, parte significativa dos quais oriundos do setor privado.

As metas de Capacidade Instalada Nacional de geração para os exercícios 2001 e 2002 são respectivamente de 74.886 MW e 81.615 MW, correspondendo a um acréscimo de 42,08% em relação a 1994, conforme quadro a seguir:



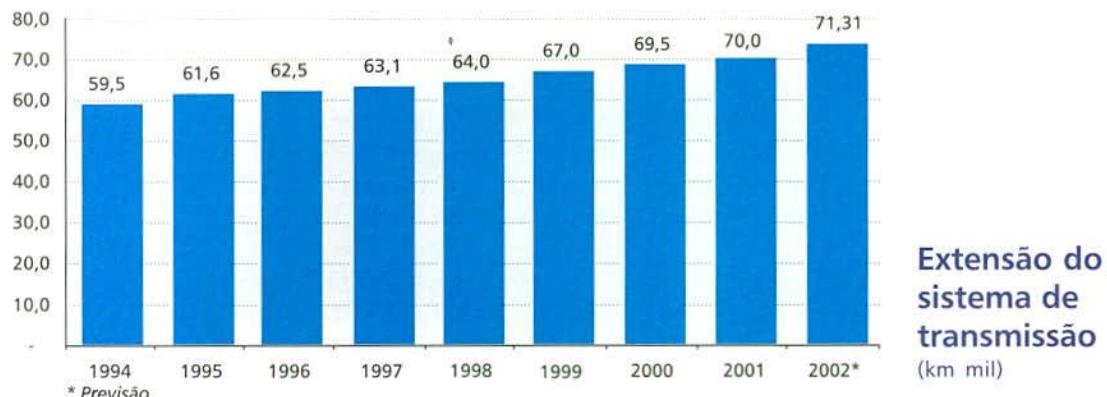
No **Programa de Abastecimento de Energia Elétrica**, destacam-se as atividades de ampliação da oferta nas seguintes áreas: 1) hidrelétrica; 2) termelétrica; 3) expansão da transmissão; 4) importação de energia elétrica; 5) aumento da eficiência energética; e 6) desenvolvimento de fontes alternativas.

Assim, a ampliação da oferta de energia hidrelétrica desenvolveu-se com a execução de ações voltadas para o equacionamento de obras até então paralisadas ou não-iniciadas, bem como para o programa de licitação de novos empreendimentos e repotenciação ou recapacitação do parque gerador existente.

Quanto à alternativa termelétrica, o **Programa Prioritário de Termelétricas - PPT**, lançado em 1999, é fundamental para o objetivo de diversificação da matriz energética nacional, devendo crescer cerca de 10,8 mil MW ao parque gerador nacional até 2003. Ao final de 2001, o PPT incluía 32 térmicas, a serem abastecidas principalmente com o gás natural proveniente do gasoduto Bolívia-Brasil.

Entre 1995 e 2001, a rede de transmissão de energia elétrica nacional foi expandida em mais de dez mil quilômetros.

A ampliação da rede de transmissão é item fundamental para a expansão da oferta. Ela atinge todas as regiões do Brasil, incluindo as mais remotas. Sua característica principal é servir de elo neutro na cadeia de produção de energia elétrica, garantindo livre acesso e assegurando a competição nos segmentos de geração e comercialização. No período 1995-2001, a rede de transmissão de energia elétrica nacional expandiu-se em 10,5 mil km. Para 2002 está prevista a ampliação para 71,3 mil km conforme gráfico a seguir:



A interligação elétrica Norte/Sul uniu as malhas responsáveis por 98% do consumo de energia elétrica no País e permite um melhor aproveitamento do sistema baseado na geração hidrelétrica com a presença de grandes reservatórios de água.

A interligação energética e a importação de energia transformaram-se em novo fator de integração do Brasil com seus vizinhos. Os sistemas elétricos, antes circunscritos a cada país, passaram a interligar-se. Hoje o Brasil conta com interligações com a Argentina, Paraguai, Bolívia, Uruguai e Venezuela.

As fontes alternativas, embora estejam destinadas a função complementar, têm como características importantes o fato de serem regionais, ambientalmente limpas e renováveis. Procura-se estimular investimentos voltados ao aproveitamento eólico, solar e de biomassa.

No **Programa Qualidade do Serviço de Energia Elétrica**, destacam-se as atividades de: fiscalização das concessionárias de geração, de transmissão e de distribuição, regulamentação relativa à qualidade dos serviços, implantação do sistema de ouvidoria e implantação de registradores automáticos para medição da qualidade do serviço.

Pela primeira vez no Brasil, num período de três anos, foi fiscalizado o universo das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras, identificando aspectos de ordem técnica, como falhas no abastecimento, manutenção inadequada, níveis de tensão incorretos, índices de qualidade fora dos padrões estabelecidos e, especialmente, questões relacionadas ao consumidor.

Editou-se legislação criando novos indicadores para aferição da qualidade e estabelecendo padrões e metas a serem cumpridos pelas concessionárias, penalidades e outras obrigações. Com a criação da figura do Ouvidor, prioriza-se o cidadão-consumidor, cumprindo a finalidade de receber, apurar e solucionar as reclamações dos usuários em relação aos concessionários, permissionários, produtores independentes e à própria autoridade reguladora.

A interligação energética é o novo fator de integração na América do Sul.

Pela primeira vez, todas as empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras foram fiscalizadas.

A segunda etapa de Tucuruí elevará a potência final da usina para 8.370 MW.

Os destaques do **Programa Integração Elétrica Norte-Sul** no período 1995-2001 foram a ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2^a etapa, que elevará sua potência final de 4.245 MW para 8.370 MW; a implantação da UHE Luiz Eduardo Magalhães, que agregou 170 MW ao sistema interligado e chegará a 850 MW em 2002; e a entrada em operação comercial de três máquinas da UHE Corumbá (375 MW) e de três máquinas da UHE Serra da Mesa (1.275 MW).

No biênio 2001/2002, estão previstos recursos orçamentários no montante de R\$ 1,3 bilhão, com ênfase na obra de ampliação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2^a etapa, com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão.

Na transmissão, concluiu-se a 1^a etapa da interligação elétrica Norte-Sul, com o acréscimo de mil MW para o Sistema Sul/Sudeste/Centro Oeste. Até 2002, será ampliada em 300 MW a capacidade de transmissão entre as Regiões Norte e Sudeste mediante ampliação das Subestações de Samambaia (DF) e Bandeirantes (GO).

O Programa Energia no Eixo Madeira-Amazonas ampliou a capacidade instalada de geração na região em 283,8 MW.

No **Programa Energia no Eixo Madeira-Amazonas**, destacam-se os estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental da UHE Belo Monte, com previsão de potência instalada de 11 mil MW, situada no rio Xingu, no Estado do Pará, obra de porte equivalente a Itaipu. Ampliou-se a capacidade da UHE de Coaracy Nunes, com a implantação da 3^a unidade geradora de 30 MW. Além disso, foram incorporadas duas unidades geradoras à UHE Samuel (86,4 MW), duas unidades geradoras à UTE Aparecida (70 MW), uma unidade à UTE Rio Madeira (35 MW) e quatro unidades à UTE Santana (62,4 MW), perfazendo o total de 283,8 MW. Com relação ao sistema de transmissão, foram implementados cerca de 1,4 mil km de linhas de transmissão nos Estados do Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Maranhão. Nos mesmos estados foram construídas subestações com acréscimo de potência de 3.124 MVA.

Concluiu-se o trecho brasileiro da interligação Brasil-Venezuela, com capacidade de transferência de 200 MW, que virá suprir a necessidade do Estado de Roraima até o ano 2018 e substituir gradativamente as unidades de geração a diesel.

No biênio 2001/2002, destacam-se a implantação da UTE Barro Vermelho em Rio Branco (AC), com potência de 40,6 MW, e a recuperação das unidades 1 e 2 da UHE Coaracy Nunes. Serão implementados 1,4 mil km de linhas de transmissão, com ampliação ou construção de 2,3 mil MVA de potência instalada em subestações. Estão previstas a entrada em operação do terceiro banco de autotransformadores da subestação de Vila do Conde, com acréscimo de potência de 750 MVA; a interligação de Porto Velho-Rio Branco, com energização das linhas de transmissão Porto Velho-Itabuna-Rio Branco e Abunã-Guajará Mirim; a construção e ampliação das respectivas subestações, visando a substituição de geração térmica a diesel; a entrada em operação da Interligação Brasil-Venezuela

pela Linha de Transmissão Santa Elena-Boa Vista, com 230 kV e 211 km de extensão; e a construção da Subestação de Boa Vista com 200 MVA de potência instalada.

No **Programa Energia nos Eixos do Centro-Oeste**, três empreendimentos de geração tiveram suas operações iniciadas. São eles: 1) UHE Manso, com capacidade de 210 MW e quatro unidades de 52,5 MW, tendo a primeira entrado em operação comercial em dezembro de 2000; 2) UTE William Arjona, de 120 MW; e 3) UTE Cuiabá I, de 480 MW.

A geração nos Eixos do Centro-Oeste foi expandida em 890 MW.

No Estado de Mato Grosso, foram concluídas a instalação de 656 km de linhas de transmissão de 230 kV, nos trechos Coxipó/Nova Mutum/Sorriso/Sinop, e a linha de transmissão Barra do Peixe/Rondonópolis, além de dez subestações, com destaque para a de Sinop, agregando ao Estado cerca de 160 MVA.

Iniciaram-se, além de dezoito obras de transmissão, quatro empreendimentos hidrelétricos, que agregarão ao sistema 436 MW até 2003, com a operação das usinas de Guaporé, de 120 MW, Jauru, de 110 MW, Ponte de Pedra I, de 30 MW e Ponte de Pedra II, de 176 MW. No biênio 2001-2002, serão implementados diversos empreendimentos, a exemplo da Linha de Transmissão Coxipó-Jauru, em circuito duplo de 230 kV com 360 km de extensão, da Subestação de Jauru, com 400 MVA de potência instalada, e da instalação do segundo banco de transformadores 230/138/138 kV, na subestação Rio Verde, com aumento da capacidade de transformação em 100 MVA.

No **Programa Energia nos Eixos do Nordeste**, ressalte-se a elevação da capacidade instalada de geração, concretizada com a entrada em operação das cinco últimas unidades geradoras da Usina de Xingó, de um total de seis, representando um acréscimo de capacidade de 2,5 mil MW, ou de 30% relativamente a 1994. Além disso, foram realizadas melhorias nas demais usinas do parque gerador da Chesf, com investimentos totais de R\$ 518 milhões em geração de energia elétrica no período 1995 a 2000.

O investimento em geração nos Eixos do Nordeste foi de 1,5 bilhão no período 1995-2000.

Os principais empreendimentos de transmissão do período, nos oito estados atendidos pela Chesf, podem ser agrupados em quatro grandes eixos, com investimentos diretos de R\$ 1,5 bilhão:

- Eixo Xingó-Maceió-Recife - (AL/PE) – Com 395 km de extensão, interligando a Usina de Xingó à subestação Senador Teotônio Vilela em Alagoas, e a Subestação Recife II em Pernambuco, aumentando em mil MW a oferta de energia;
- Eixo Recife-Campina Grande-Natal – (PB/RN) – Implantada a transmissão com 385 km de extensão e ampliadas oito subestações nesses três Estados;
- Eixo Xingó-Aracaju-Salvador – (SE/BA) – Com 409 km de extensão, interliga a Usina de Xingó à Subestação de Jardim, em Aracaju, e à Subestação de Camaçari, na Bahia, beneficiando as Regiões Metropolitanas de Aracaju e Salvador, além do Pólo

Industrial de Camaçari e diversas outras localidades do interior da Bahia;

- Eixo Presidente Dutra-Teresina-Sobral-Fortaleza – (PI/CE) - Com 753 km de extensão, constituiu-se no segundo eixo que interligou os sistemas elétricos do Norte e Nordeste do País, ampliando a capacidade para 1,3 mil MW. A entrada em operação proporcionou, juntamente com a Linha de Interligação Norte-Sul, trocas energéticas entre as Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil.

No biênio 2001/2002, será investido R\$ 1,4 bilhão nos seguintes empreendimentos:

- 1) conversão para gás natural, com recuperação e modernização das usinas termelétricas de Camaçari e Bongi, acrescentando 25 MW;
- 2) implantação da Linha de Transmissão Presidente Dutra-Peritoró, com 120 km, e ampliação das respectivas subestações;
- 3) linha de transmissão Luiz Gonzaga-Fortaleza – (PE/CE) – com 620 km, transformação dos atuais circuitos de 230 kV para 500 kV e reforço da capacidade de transporte de energia para os Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte em 500 MW.

No Eixo Sul, o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é o maior da América do Sul.

No **Programa Energia no Eixo Sul**, entraram em operação, no período 1995 a 2001, a Usina Hidrelétrica de Machadinho, com capacidade de 1.040 MW, a Usina Hidrelétrica de Itá, que agregou 1.450 MW, e a Usina Termelétrica de Jorge Lacerda IV, que aumentou para 832 MW a capacidade instalada do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, consolidando-o como o maior complexo termelétrico da América do Sul.

Quanto à melhoria e ampliação da capacidade do sistema de transmissão, destacam-se:

- A energização da linha de transmissão Itaberá-Ivaiporã, parte do terceiro circuito de Itaipu (LT Foz-Ivaiporã III), com 603 km, num total de 910 km de extensão, aumentando o nível de confiabilidade de todo o Sistema de Transmissão de Itaipu e permitindo a melhoria do escoamento da energia importada da interconexão Brasil-Argentina;
- Construção da subestação Santo Ângelo-RS, que secciona a linha de transmissão Garabi-Itá em 525 kV, pertencente ao sistema de importação de mil MW da Argentina;
- Incremento da capacidade de transformação (1,5 mil MVA) e compensação capacitiva (200 MVar) na subestação Tijucão Preto-SP, associada ao Sistema de Itaipu.

Para o biênio 2001/2002, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 600 milhões, destacando-se:

- Linha de transmissão Livramento-Rivera, possibilitando a operação de importação de 70 MW de energia do Uruguai;
- Linha de transmissão Blumenau-Itajaí, em 230 kV, com 36 km e Subestação de Itajaí;

- Linha de transmissão Caxias-Itá, em 525 kV, com 270 km e Subestações Caxias e Londrina, aumentando a capacidade de transmissão em 300 MW;
- Energização do trecho da linha de transmissão Itaberá-Tijuco Preto III, em 765 kV, com 313 km, aumentando a confiabilidade do sistema de intercâmbio das Regiões Sul e Sudeste.

No **Programa Energia na Rede Sudeste**, foi concluída a Usina Nuclear de Angra 2, agregando-se 1.350 MW de capacidade instalada ao sistema da região e aumentando para 2.007 MW a capacidade da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, que passou a ser o maior complexo termonuclear do hemisfério sul. Foram investidos, no período 1995-2000, R\$ 2,8 bilhões, permitindo que a entrada em operação de Angra 2 contribuisse significativamente para o aumento da confiabilidade do sistema, particularmente nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Deu-se continuidade aos estudos para subsidiar decisão final quanto à construção de Usina Nuclear Angra 3 e concluiu-se a UHE de Igarapava, com 210 MW, em Minas Gerais.

Na Rede Sudeste, a capacidade da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – Angra 2 foi ampliada para 2.007 MW.

Quanto ao sistema de transmissão, foram contemplados os seguintes projetos:

- ampliação da subestação de Campos (RJ), com o incremento de 225 MVA, e a construção da linha de transmissão São José-Magé (trecho II);
- aumento da compensação capacitiva nas subestações de Campos (RJ), Adrianópolis (RJ), São José (RJ), Cachoeira Paulista (SP) e Itutinga (MG);
- linhas de transmissão Angra-São José e Angra-Grajaú, com 288 km de extensão total e de alta relevância no escoamento da potência da UTN Angra 2, agregando capacidade de transmissão de duzentos MW;

No período 2001 a 2002, os investimentos previstos no programa são de cerca de R\$ 2,1 bilhões, destacando-se:

- Como parte do **Programa Prioritário de Termeletricidade – PPT**, a ampliação da Usina Termelétrica de Campos, que acrescentará oitenta MW, e a reativação da Usina de São Gonçalo, com 193 MW, ambas através da implantação de ciclo combinado; e a ampliação da Usina de Santa Cruz – Fase 1, que agregará 320 MW;
- Linha de transmissão Bateias – Ibiúna, em 500 kV, em circuito duplo, com 328 km de extensão e ampliação das subestações terminais. Este empreendimento reveste-se de especial importância por permitir um aumento de cerca de 2 mil MW na capacidade de interligação Sul/Sudeste;
- Construção da linha de transmissão Cachoeira Paulista-Adrianópolis III, em 500 kV, com 178 km de extensão. Este empreendimento permitirá o escoamento de energia para os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, em situações de excedentes na Região Sul e/ou déficit de produção térmica na área (RJ/ES);
- Construção da linha de transmissão Ouro Preto 2-Vitória, em

345 kV, com 370 km de extensão. Este empreendimento permitirá o escoamento de energia para o mercado do Espírito Santo, a partir da área Minas;

- Aumento da capacidade de transformação na subestação Água Vermelha, com 750 MVA, na subestação de Vitória, com 225 MVA, e na subestação de Adrianópolis, com aumento de transformação de 785 MVA; ainda em 2001, foram instalados 220 MVar na subestação de Campos, 933,2 MVA na subestação de Angra dos Reis e 100 MVA na subestação de Campinas.

No **Programa Reassentamento de Itaparica**, no período 1995-2000, foram implementadas ações de capacitação e treinamento dos agricultores na produção agrícola auto-sustentável, a partir da exploração de culturas irrigadas de valor agregado suficiente para a obtenção de renda familiar adequada, tendo sido investidos R\$ 506 milhões. Com a intensificação do programa, foram incorporados ao processo produtivo mais 11.200 ha, representando um incremento de cerca de 200% em relação a 1994, com 3.800 ha em operação.

O **Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz no Campo** tem o objetivo de levar energia elétrica a um milhão de propriedades e domicílios rurais, num horizonte de três anos, beneficiando mais de cinco milhões de brasileiros. Está sendo financiado com recursos governamentais da Reserva Global de Reversão – RGR, até o limite máximo de 75% dos investimentos totais do programa, correspondendo a R\$ 2 bilhões sobre o total de R\$ 2,7 bilhões.

Fontes de energia renováveis abastecem escolas e postos de saúde em pequenas comunidades carentes.

O **Programa de Energia nas Pequenas Comunidades** visa atender comunidades carentes isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, utilizando fontes renováveis locais, em base auto-sustentável, de modo a promover o desenvolvimento social e econômico dessas localidades. A ação é direcionada para a energização de escolas, postos de saúde, centros comunitários e bombeamento d'água, sendo parte do **Projeto Alvorada**, instituído pelo Governo Federal com vistas à melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH das regiões mais pobres do País.

O público-alvo é de cerca de vinte milhões de brasileiros, distribuídos em aproximadamente cem mil comunidades, 2,5 milhões de domicílios rurais, 56 mil escolas públicas e três mil comunidades indígenas. Até o ano 2000, foram atendidas 2.600 comunidades, contemplando 604 mil pessoas, tendo sido instalados 3.050 sistemas fotovoltaicos.

O **Programa Nacional de Conservação de Energia – Procel** foi criado em 1985, com o objetivo de combater o desperdício e fomentar o uso eficiente da energia elétrica. A atuação do Procel nesses anos tem sido direcionada à realização de ações de eficiência energética no uso final da energia, notadamente nas áreas industrial, residencial, comercial e da administração pública. Numa segunda vertente, atua-se também no desenvolvimento do Programa Nacio-

nal de Iluminação Pública Eficiente – Reluz e no Programa Procel nas Escolas, levando aos estudantes do ensino fundamental e médio os conceitos de conservação de energia, ações na área de pesquisa e desenvolvimento, capacitação e *marketing*. A principal marca do programa é o Selo Procel de Economia de Energia, conferindo aos produtos e equipamentos um atestado de eficiência energética, orientando a população para seu desempenho.

Gestão da crise de energia elétrica e perspectivas para 2002

Embora a capacidade média de geração de energia agregada ao setor elétrico no período 1995 a 2001 tenha sido mais do que o dobro da média dos dez anos anteriores e a capacidade instalada de geração de energia elétrica total em 2001, da ordem de 74 mil MW, superasse em 32% a média de consumo de energia do sistema interligado nos horários de pico, as condições hidrológicas desfavoráveis ocorridas no verão de 2001 levaram o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a demandar, em fins de abril de 2001, uma redução emergencial no consumo de energia da ordem de 20 %, sob pena de colocar-se em risco a capacidade de suprimento do sistema.

A oferta de energia elétrica no Brasil depende, em cerca de 90%, da geração hidrelétrica, o que confere papel crucial ao regime de chuvas. Em condições hidrológicas em torno da média histórica de longo prazo, as medidas adotadas nos últimos anos e a entrada de novos investimentos no setor permitiriam o pleno atendimento do mercado em 2001, mesmo considerando o aumento de consumo de eletroneletrônicos a partir do Plano Real. No entanto, a quantidade de chuvas nos primeiros meses de 2001 ficou 29% abaixo da média histórica no Sudeste e Centro-Oeste, e 53% abaixo da média histórica no Nordeste. No caso do Nordeste, tratou-se da pior afluência registrada nos últimos setenta anos. Esse quadro fez com que o armazenamento de água nos reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste atingisse níveis preocupantes.

A hidrologia desfavorável no início de 2001 precipitou a crise de energia elétrica, chamando atenção para disfuncionalidades e imperfeições do novo modelo do setor elétrico, que contribuíram para provocar um desequilíbrio do sistema interligado, o qual foi privado de sua característica plurianual, passando a depender do regime de chuvas de um único ano. Essas disfuncionalidades decorrem da própria transição para o novo modelo, da falta de complementação dos marcos regulatórios estabelecidos e de certo atraso no cronograma de implementação dos empreendimentos em termelétricas, como delineado no **Programa Prioritário de Termelétricas**, lançado em 1999.

As condições hidrológicas desfavoráveis ocorridas no verão de 2001 levaram o ONS a demandar uma redução emergencial no consumo de energia da ordem de 20%.

A oferta de energia elétrica no Brasil depende em cerca de 90% da geração hidrelétrica, o que confere papel crucial ao regime de chuvas.

As causas da crise foram analisadas e apontadas em Relatório preparado por Comissão Independente nomeada pelo Presidente da República.

A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (CGE), diretamente vinculada à Presidência da República, foi criada em maio de 2001, para administrar o programa de redução da demanda e coordenar os esforços para o aumento da oferta de energia elétrica.

Em resposta à crise, o Governo adotou duas providências imediatas. Foi criada a Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica, com o objetivo de avaliar a política de produção energética, bem como identificar as causas estruturais e conjunturais do desequilíbrio entre a demanda e a oferta de energia. Para assegurar a independência da Comissão, foram nomeados integrantes de fora do Governo. Criou-se também, em maio de 2001, a Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica – CGE, diretamente vinculada à Presidência da República, com vistas a administrar os programas de redução da demanda e coordenar os esforços para o aumento da oferta de energia elétrica.

A CGE reuniu todos os órgãos envolvidos com o planejamento e a operação do setor elétrico no País, tendo realizado, ao longo de 2001, seis reuniões sob a coordenação do Presidente da República e 28 reuniões de seu Núcleo Executivo, totalizando cerca de 230 horas de trabalho. Além disso, foram criados treze outros órgãos colegiados para conduzir ou ajudar a conduzir as questões inerentes ao problema da carência temporária de energia elétrica:

- 1) Comitê Técnico de Atendimento às Áreas Essenciais, com a finalidade de articular com os órgãos da Administração Pública Federal, demais entes federados e setores prestadores de serviços essenciais ações para mitigar os impactos negativos de eventual interrupção do suprimento de energia elétrica às áreas consideradas essenciais pelo Comitê;
- 2) Comitê de Assessoramento Técnico-Tributário da Câmara, com o objetivo de sugerir alterações de tributos e tarifas sobre bens e equipamentos que produzem ou consomem energia;
- 3) Comitê de Assessoramento Jurídico, com a finalidade de exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Câmara;
- 4) Grupo de Preparação do Programa de Corte de Carga, com o objetivo de determinar as diretrizes gerais para a implantação do corte compulsório de carga;
- 5) Comitê de Acompanhamento e Controle do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica;
- 6) Comitê Técnico do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, com a finalidade de analisar e revisar as regras de funcionamento do Mercado Atacadista de Energia Elétrica;
- 7) Comitê Técnico do Meio Ambiente, com a finalidade de analisar e revisar procedimentos para licenciamento ambiental de empreendimentos que resultem no aumento da oferta de energia;
- 8) Comitê Técnico de Aumento da Oferta de Energia a Curto Prazo, com a finalidade de analisar propostas e medidas para viabilizar o aumento da geração e da oferta de energia de qualquer fonte em curto prazo;
- 9) Comitê de Revitalização do Modelo de Setor Elétrico, com a missão de encaminhar propostas para corrigir disfuncionalidades correntes e propor aperfeiçoamentos para o referido modelo, devendo, na realização de seus trabalhos, levar em conta: a ne-

cessidade de preservar os princípios básicos do Modelo, fundados na existência de competição, prevalência do investimento privado, oferta de energia compatível com as necessidades de desenvolvimento do País e de qualidade dos serviços; e o resultado dos trabalhos da Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica;

- 10) Comitê de Eficiência do Uso de Energia Elétrica, com a finalidade de estudar e propor medidas para aumentar a eficiência no uso da energia;
- 11) Grupo de Execução do Aumento da Oferta de curto prazo, com a finalidade de implementar o programa emergencial de aumento da oferta;
- 12) Grupo de avaliação da energia assegurada;
- 13) Grupo de Gerenciamento do **Programa Energia Brasil** para micro, pequenas e médias empresas.

A CGE trabalhou com base num plano de ação estruturado em cinco eixos:

- Programa de redução da demanda;
- Programa estrutural para aumentar a oferta de energia;
- Programa emergencial para aumentar temporariamente a oferta de energia;
- Revitalização do modelo do setor elétrico;
- Conservação e racionalização.

A extraordinária colaboração das famílias e empresas brasileiras e dos governos em todos os seus níveis permitiu que se alcançasse a principal meta da CGE em 2001: manter o controle do sistema elétrico interligado e evitar os "apagões". Ao mesmo tempo, ao final de 2001, todas as condições indicavam o pleno andamento das metas para os próximos dois anos: em 2002, garantir que a necessidade de redução do consumo de energia não supere 5%, mesmo na repetição do pior cenário hidrológico; em 2003, assegurar a completa normalidade na oferta de energia, com medidas a serem tomadas até o final de 2002.

A mobilização da sociedade brasileira em torno do **Programa de Racionamento de Energia Elétrica**, com a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes mais econômicas, a reposição de aparelhos domésticos por aqueles de tecnologia mais eficiente e a mudança dos próprios hábitos, foi fundamental para que o programa de redução da demanda alcançasse ao longo de 2001 a meta de economia de 20% do consumo energia em relação à média de maio-junho-julho de 2000, o que significou economia muito superiores em relação aos meses imediatamente anteriores à crise. Inicialmente restrito às regiões Sudeste e Centro-Oeste, o racionamento contou posteriormente com a colaboração da Região Norte (Maranhão, Pará e Tocantins), o que foi fundamental para a manutenção do suprimento de energia para a Região Nordeste, onde a situação dos reservatórios era mais crítica.

O plano de trabalho da CGE incluiu não somente objetivos emergenciais de redução da demanda e aumento da oferta de energia, mas também ações estruturais para aperfeiçoamento do modelo e conservação de energia.

A extraordinária contribuição da sociedade brasileira ao programa de redução da demanda permitiu manter o controle do sistema em 2001, sem necessidade de recorrer aos "apagões".

O programa de redução da demanda atendeu plenamente seus objetivos em 2001: evitou-se impor sacrifícios desnecessários à população; não se colocou em risco a capacidade de abastecimento do sistema; e garantiu-se um nível mínimo de segurança nos reservatórios. Na realidade, os "apagões" de que se falava no início da crise nunca chegaram a ocorrer.

O plano estrutural para aumentar a oferta de energia adicionará mais 24.000 MW à capacidade de geração até 2003.

O plano estrutural para o aumento da oferta de energia (**Programa Estratégico para a Ampliação da Oferta**) buscou priorizar e acompanhar obras em construção e viabilizar aquelas obras fundamentais para assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda de energia no médio e longo prazos nas áreas de geração hidrelétrica e térmica, importações, co-geração, energia solar e eólica, além da expansão da rede de transmissão. Criou-se um escritório de gerenciamento de projetos no Ministério das Minas e Energia para garantir o acompanhamento permanente das obras incluídas no programa e evitar atrasos em seus cronogramas. Além disso, ao longo de 2002, o Ministério sofrerá uma reestruturação para reforçar sua capacidade de coordenação e gerenciamento.

O cronograma do programa estrutural prevê a entrada em operação das seguintes obras em construção, até 2003:

Tipo de investimento	2001	2002	2003	Total
Hidrelétrica (22)	1.377	3.102	3.358	7.837
Térmica (32)	1.630	3.768	5.409	10.807
Importação (6)	1.048	992	800	2.840
Peq. Centrais Hidrelétricas	47	400	400	847
Co-geração	160	300	500	960
Eólica	50	500	500	1.050
Total	4.312	9.062	10.967	24.341
Linhas de Transmissão (km) (13)	505	1.043	4.678	6.226
Subestações (MVA) (4)		2.847	2.400	5.247
Subestações MVar (4)		842	2.432	3.274

Entrada em operação de usinas e obras do programa estrutural para aumentar a oferta de energia elétrica 2001 a 2003 (MW)

obs: Eventuais discrepâncias em relação aos gráficos "Capacidade Instalada Nacional" e "Extensão do Sistema de Transmissão" devem-se ao fato de o quadro acima incluir somente as obras prioritárias, que recebem acompanhamento permanente do Ministério das Minas e Energia no âmbito do Programa Estratégico de Ampliação da Oferta (2001-2003).

No que se refere aos empreendimentos previstos para entrar em operação em 2001, houve cumprimento de 101,5% da meta da geração hidrelétrica e 79% da de geração térmica, totalizando uma média de 89%. Na importação, o cumprimento da meta ficou em

9%, mas, até abril de 2002, deverão entrar no sistema mais 500 MW, provenientes de Garabi, na Argentina. As metas de transmissão foram cumpridas em 100%.

Os empreendimentos do **Programa Estratégico de Ampliação da Oferta** correspondem a investimentos da ordem de R\$ 38,5 bilhões, dos quais mais de 70% oriundos do setor privado, conforme o quadro seguinte:

Tipo de investimento	Privado	Público	Total
Hidrelétrica	7.386	3.355	10.741
Térmica	11.256	5.566	16.822
Importação	1.317	-	1.317
Transmissão	2.299	1.167	3.466
Outras fontes**	5.715	480	6.195
Total	27.972	10.568	38.541
%	73	27	100

*Sobretudo Petrobras em associação com empresas privadas

** Co-geração (R\$ 1,4 milhão), eólica (R\$ 2,6 milhões), solar (R\$ 480 milhões) e Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs (R\$ 1,7 milhão).

O programa emergencial para o aumento da oferta de energia foi criado para assegurar que a redução necessária do consumo de energia em 2002 seja de no máximo 5%, mesmo na repetição do pior cenário hidrológico. A contratação emergencial de oferta de energia para funcionar como um “seguro”, até que as obras do programa estrutural assegurem a completa normalidade do suprimento de energia, foi viabilizada por meio da criação de uma sociedade de propósito específico, a Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica – CBEE, vinculada ao Ministério das Minas e Energia e destinada a contratar capacidade de geração de energia a ser acionada quando necessário. A CBEE será automaticamente extinta ao final dos contratos, em 2006. A GCE autorizou a contratação de uma potência total de 2,1 mil MW em 2002 e 2003, de geração termelétrica a gás e óleo combustível, capaz de garantir a meta de redução máxima do consumo.

O Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico tinha como missão encaminhar propostas para corrigir disfuncionalidades correntes e propor aperfeiçoamentos para o modelo. Ao longo de 2001, trabalhou em cerca de três vertentes principais, a serem detalhadas e implementadas em 2002: Acordo Geral do Setor, permitindo solucionar pendências entre cerca de oitenta empresas geradoras e distribuidoras que estariam dificultando novos investimentos; revisão do modelo, corrigindo e preenchendo lacunas regulatórias e

Os investimentos estimados no setor elétrico para o período 2001-2003, de cerca de R\$ 38,5 bilhões, virão sobretudo do setor privado.

Investimentos estimados em energia elétrica (2001 a 2003)

R\$ Milhões

O programa emergencial para aumentar a oferta de energia visa a assegurar que a redução necessária do consumo de energia em 2002 seja de no máximo 5%, mesmo na repetição do pior cenário hidrológico.

A revitalização do modelo do setor elétrico permitirá corrigir disfuncionalidades e imperfeições e atrair novos investimentos.

do funcionamento do mercado de energia elétrica no País; e a reestruturação do Ministério das Minas e Energia, adequando-o ao fortalecimento de suas atribuições.

Em reunião plena da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em janeiro de 2002, foi apresentado o primeiro Relatório de Progresso do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico. Os dezoito temas que compõem o relatório tratam de questões como despacho físico do sistema e formação de preços, sinais para expansão e contratação comercial e suprimento físico. As propostas apresentadas, que serão detalhadas num documento completo, a ser apresentado em consulta pública no final de janeiro de 2002, resultaram de mais de seis meses de reuniões com os agentes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, que participam da geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica no País. Trata-se de uma revisão pormenorizada do modelo do setor elétrico em vigor no Brasil, a qual será implementada ao longo de 2002 e permitirá que, a partir de 2003, todas as pendências que estiveram por trás da crise de energia elétrica no ano de 2001 estejam resolvidas.

A Lei n.º 10.295
estabeleceu a Política
Nacional de Conservação e
Uso Racional de Energia
Elétrica.

O eixo da conservação e racionalização de energia permitiu aproveitar a oportunidade da crise para conscientizar famílias e empresas sobre a necessidade de evitar o desperdício, não só pelos benefícios econômicos, mas também ambientais. Aprovou-se em 2001 a Lei n.º 10.295, sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica. Sua regulamentação estabelecerá níveis mínimos de eficiência econômica e níveis máximos de consumo de energia para aparelhos elétricos. Ao mesmo tempo, um programa de Conservação e racionalização de energia prevê investimentos de R\$ 2,3 bilhões para fomentar a economia de energia de cerca de 4 mil GWh por ano.

Também como resultado dos trabalhos da GCE, uma série de medidas para aumentar a segurança e a confiabilidade do sistema interligado serão adotadas, como a utilização de curvas de segurança com horizonte bianual para os níveis dos reservatórios.

Ao encerrar-se janeiro de 2002, são cada vez maiores as chances de que o racionamento de energia elétrica seja encerrado proximamente.

Finalmente, ainda como resultado dos trabalhos da CGE, uma série de medidas para aumentar a segurança e a confiabilidade do sistema interligado estarão sendo introduzidas no modelo. Curvas de segurança com horizonte bianual para os níveis dos reservatórios serão utilizadas como balizadoras do risco de racionamento em cada região. Caso os reservatórios desçam a nível inferior ao da curva de segurança, duas providências serão automaticamente adotadas: todas as usinas térmicas disponíveis serão acionadas; e o Ministério das Minas e Energia deverá vir a público anunciar as medidas adotadas para eliminar a possibilidade de que, no horizonte da curva de segurança, haja riscos ao suprimento de energia elétrica no volume necessário ao bem-estar das famílias e ao desenvolvimento do País.

Ao encerrar-se janeiro de 2002, são cada vez maiores as chances de que o racionamento de energia elétrica seja encerrado proximamente e de que os aperfeiçoamentos a serem introduzidos no modelo do setor elétrico permitam que o País continue atrair os investimentos necessários para garantir o suprimento de energia

necessário ao bem-estar das famílias brasileiras e ao pleno desenvolvimento da produção das empresas.

Mineração

As políticas para a mineração brasileira têm por objetivo, no desenvolvimento dessa atividade, a indução de investimentos privados capazes de provocar novo ciclo dinâmico da produção mineral e consequentes resultados sociais com a geração de empregos e renda para a população. Assim, considerando a característica específica dos recursos minerais de não serem renováveis, estabeleceu-se as seguintes principais diretrizes governamentais para o setor de mineração: 1) a soberania sobre os recursos minerais; 2) o desenvolvimento sustentável; 3) a competitividade econômica; 4) o desenvolvimento regional.

O Programa Desenvolvimento da Produção Mineral, instrumento de planejamento das ações da política mineral, concentrou suas ações na geração e difusão do conhecimento geológico básico e na concessão e fiscalização dos direitos minerários.

Vêm sendo executadas ações para atrair os investimentos privados, estimados em US\$ 35 bilhões, para o cumprimento da meta de triplicar a produção da indústria extractiva mineral até 2010. Os resultados esperados indicam que o valor da produção atingido em 2000, de R\$ 15 bilhões, poderá alcançar R\$ 17 bilhões em 2001 e R\$ 45 bilhões no horizonte de projeção, trazendo como consequência a criação de cerca de quinhentos mil novos empregos diretos na atividade e aproximadamente cinco milhões de empregos indiretos na indústria de transformação mineral e nos setores fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e serviços à mineração.

O valor da produção mineral poderá alcançar R\$ 45 bilhões, criando a possibilidade de quinhentos mil novos empregos diretos e cinco milhões indiretos.

O fim da discriminação ao capital estrangeiro, que havia sido imposto pela Constituição de 1988, materializou-se pela Emenda Constitucional nº 6, de agosto de 1995, primeiro passo para a recuperação da competitividade dos recursos minerais, trazendo à mineração maior disponibilidade de recursos financeiros para a realização de projetos de pesquisa, produção mineral, agregação tecnológica e ampliação do acesso aos mercados internacionais.

A ampliação do conhecimento geológico ganhou impulso com a reestruturação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM que, submetida a profundo processo de revisão estratégica e de reorganização institucional, deverá transformar-se definitivamente no Serviço Geológico do Brasil, entidade dedicada exclusivamente à geração e difusão do conhecimento geológico básico do País. Paralelamente, dedica-se grande esforço na elaboração e conclusão de proposta de reestruturação institucional para o Setor Mineral Brasileiro, envolvendo mudanças nos arcabouços legal e administrativo, visando assegurar a continuidade das condições necessárias ao desenvolvimento dos recursos minerais e a competitividade da mineração brasileira no cenário internacional.

A reestruturação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais deu novo impulso à ampliação do conhecimento geológico.

Foram empreendidos esforços para a ampliação de informações sobre as áreas de maior potencialidade mineral, com ênfase na utilização de métodos avançados de aerogeofísica, os quais permitem obter mais rápida e eficazmente as informações e os dados necessários à redução de parte substancial dos riscos envolvidos na pesquisa mineral. Foram realizados levantamentos dirigidos na Amazônia, cobrindo tradicionais províncias minerais, tais como as de Alta Floresta (MT), do Tapajós (PA), da Reserva Nacional de Cobre e Associados (PA/AP) e Parima – Uraricoera (RR) e Carajás (PA), todas notabilizadas pela abundância de ocorrência de depósitos minerais e de garimpos, porém virtualmente desconhecidas do ponto de vista técnico-científico da geologia.

Leste de Minas, Bacia do São Francisco e Projeto Paramirim, na Bahia, são áreas de potencial relevante.

Fora da Amazônia, outras áreas de potencialidade relevante vêm sendo estudadas, muitas em parceria com os governos estaduais. Merecem destaque, nesse contexto, os projetos Leste de Minas e Bacia do São Francisco, ambos em Minas Gerais e o Projeto Paramirim, na Bahia, os quais permitiram a identificação de áreas-alvo para pesquisa mineral de ouro, metais não ferrosos, fertilizantes, diamantes e hidrocarbonetos (petróleo e gás).

As atividades de cartografia geológica sistemática do Brasil, indispensáveis para o conhecimento e gestão do território nacional, totalizaram, no período, 1.975 mil km² de área mapeada, em escalas variando desde 1:1.000.000 a até 1:100.000.

Merecem destaque os levantamentos aerogeofísicos da Amazônia, que têm como meta cobrir, até 2002, com levantamentos magnéticos e radiométricos de alta resolução, 1,6 milhão de km² da Região Amazônica.

Como interação do **Programa Desenvolvimento da Produção Mineral** com outros programas multisectoriais nas ações desenvolvidas relativas aos recursos hídricos, sobressai o Levantamento de Águas Subterrâneas para a Região Nordeste, cujos resultados no Ceará, Pernambuco e Piauí, principalmente, têm um relevante significado para as populações locais e uma enorme importância para o conhecimento dos aquíferos subterrâneos da região.

Um importante marco nesse segmento foi a disponibilização via internet da Base Nacional de Dados Hidrogeológicos, utilizando-se o Sistema de Informação das Águas Subterrâneas - Siagas, por meio do cadastramento de pontos de água (incluindo poços tubulares de captação de água subterrânea). O sistema já contém 67,4 mil poços e está sendo ampliado com o trabalho, de cadastramento integral e atualizado para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais, devendo ser concluído em 2002.

Ainda, as ações neste programa têm fornecido subsídios para as atividades relacionadas à Gestão Territorial, destacando-se os projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE das regiões de fronteira internacional com Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, executados em parceria com a Organização dos Estados Americanos – OEA, assim como os projetos de estudos geoambientais e de orientação de uso e ocupação do território nas regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre.

Projetos de zoneamento ecológico-econômico e estudos geoambientais fornecem subsídios à Gestão Territorial.

Ações na Área da Gestão dos Recursos Minerais

Com a quase totalidade das áreas com potencial mineral interessante em poder de particulares (pessoas físicas e jurídicas), o desenvolvimento da pesquisa mineral no Brasil ficou prejudicado pela dificuldade de acesso das empresas e dos investidores às áreas com algum potencial mineral atraente, as quais estavam em poder de grandes grupos ou em mãos de especuladores.

Ao final de 1999, as áreas bloqueadas por pedidos de pesquisa somavam cerca de 70 milhões de hectares e o prazo para a obtenção dessas autorizações exigia, em média, quatro anos (chegando, em alguns casos, a até trinta anos). Na origem desses problemas identificaram-se tanto causas de natureza gerencial-administrativa quanto de origem legal, as quais levaram à acumulação de processos que, em dezembro de 1999, somavam mais de 75 mil pedidos de pesquisa mineral aguardando análise e expedição de alvarás.

Por meio de medidas simples de desburocratização de regras e procedimentos e de informatização de sistemas de controle e informação, iniciadas a partir do segundo semestre de 1999, foi possível elevar a emissão de alvarás de pesquisa de uma média histórica da ordem de 3,7 mil alvarás por ano até 1998, para 7,6 mil, em 1999. Em 2000 e 2001 foram expedidos, respectivamente 22 mil e 11 mil, esperando-se que em 2002 esse número seja da ordem de 12 mil alvarás.

A partir de 1999, tornou-se mais ágil a oferta dessas áreas liberadas oriundas de empresas que desistiram de sua exploração ou daquelas retomadas em virtude de problemas legais, universo que engloba 52.343 áreas em todo o Brasil, algo próximo a sessenta milhões de hectares, que estão sendo oferecidos aos investidores do setor de mineração.

Como resultado das ações nas áreas de outorga e fiscalização, estima-se que serão emitidos onze mil alvarás de pesquisa em 2002. A arrecadação do pagamento devido pelo direito da exclusividade de se desenvolver pesquisas minerais em áreas autorizadas por alvarás de pesquisa cresceu 50,5%, passando de R\$ 10,7 milhões em 2000, para R\$ 16,1 milhões em 2001. Espera-se, para o período de 2002, uma arrecadação da ordem de R\$ 17,5 milhões.

Estima-se que serão emitidos onze mil alvarás de pesquisa em 2002.

Na fase de lavra, o grande problema era a sonegação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, motivada pela precariedade das ações de arrecadação, fiscalização e controle, que acarretaram, além da baixa arrecadação, a formação de um expressivo passivo. A CFEM é uma compensação paga ao Poder Público em razão da produção de minerais, tendo caráter indenizatório, já que o objeto da concessão (a jazida mineral) se esgota pela ação do concessionário.

A desburocratização e o uso mais racional da informática permitiu também crescimento no desempenho relativo à outorga de concessões de lavra (portarias de lavra), que em 2001 deverá registrar um aumento de 10% relativamente ao ano anterior, alcançando 330 portarias.

Com a nova dinâmica das ações de concessão e fiscalização, várias empresas internacionais têm apresentado novos projetos de investimento no Brasil, visando minerais metálicos e não metálicos (ouro, cobre, platina, níquel, diamantes, mármores, granitos etc.) demonstrando o retorno da confiança na mineração brasileira. Esta atitude dos investidores permitiu a elevação dos investimentos em pesquisa mineral realizados no Brasil no ano 2001 para US\$ 150 milhões, um valor 10,3% superior ao realizado em 2000.

Na fase subsequente da produção mineral, os investimentos alcançaram uma média de US\$ 632 milhões por ano no período 1995-2000. Como esses investimentos decorrem das descobertas de depósitos econômicos evidenciados na fase de pesquisa mineral e esses apresentam tendência favorável ao crescimento, a consequência deverá ser, também, o aumento das inversões na fase de implantação dos projetos produtivos. A expectativa é de que os investimentos na fase de pesquisa alcancem uma média de US\$ 400 milhões por ano até 2003, provocando o aumento das inversões em novos projetos de produção para uma média de US\$ 3 bilhões por ano.

Transportes

Era grave a situação do setor de transportes no início deste Governo. O estado de avançada degradação de grande parte da malha ferroviária, a saturação de importantes ligações rodoviárias e a ineficiência dos portos eram aspectos salientes da dura realidade do setor e contribuiam para aumentar o chamado “custo Brasil”. A cabotagem e a navegação interior inexpressivas, elevando custos e riscos, completavam o cenário desfavorável.

Deu-se ênfase aos projetos capazes de multiplicar oportunidades de investimento, integrar as regiões e aumentar a competitividade da economia.

Diante desse quadro, já no **Programa Brasil em Ação**, lançado em 1996, no contexto do Plano Plurianual 1996-1999, o Governo Federal deu prioridade a projetos estratégicos, capazes de viabilizar grande número de outros investimentos públicos e privados, integrar as regiões do País e elevar a competitividade da economia. Seguiu-se o mesmo enfoque na definição dos programas que compõem o PPA – 2000/2003.

Dentro da lógica dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, que tem na matriz de transportes um de seus elementos constitutivos, os projetos selecionados envolveram, de forma integrada, a construção ou recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, para permitir a eliminação de gargalos e o fortalecimento de corredores multimodais. O montante dos investimentos requeridos para a modernização do setor impunha a conjugação de esforços entre o poder público federal, a iniciativa privada, os governos estaduais e municipais, além de demandar mudanças constitucionais e alterações na legislação ordinária.

As iniciativas de parceria têm-se estruturado em torno de nove corredores multimodais de transportes: Araguaia-Tocantins, Fronteira Norte, Leste, Mercosul, Nordeste, São Francisco, Oeste-Norte, Sudoeste e Transmetropolitano.

As principais realizações do Governo na área de transporte, em cada um dos corredores multimodais, estão destacadas a seguir.

Corredor Araguaia-Tocantins

No âmbito do **Programa Corredor Araguaia-Tocantins** foi realizado o balizamento de 2.600 km nos rios Araguaia, Tocantins e Guamá/Capim. Para a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que futuramente se estenderá por mais de três mil km, estão sendo realizados grandes investimentos na construção das eclusas de Tucuruí e Lageado, ambas no Rio Tocantins. A primeira delas estava paralisada desde 1989 e teve suas obras retomadas em 1998, devendo ser concluída até 2003.

A ferrovia Norte-Sul já dispõe de 230 km em operação no trecho entre Açailândia e Estreito (MA). Em prosseguimento às obras da ferrovia, está sendo construído o trecho de 38 km entre Aguiarnópolis e Darcinópolis (TO), com 70% da infra-estrutura já executada, e a ponte sobre o rio Tocantins, com 1,3 km de extensão, cuja conclusão está prevista para o ano 2002. Essa obra exibe o maior vão central em área livre – 154 metros – da América do Sul.

No **Programa Corredor Fronteira Norte** foi concluída a pavimentação de aproximadamente 1.000 km da rodovia BR-174, entre Manaus e a fronteira com a Venezuela, em 1998. O projeto foi completado em 2001, com o término das duas últimas pontes, do total de 73, inclusive a ponte sobre o rio Branco, com 700 m de extensão. Estão em andamento a implantação das rodovias BR-401, ligando Boa Vista (RR) à fronteira da República da Guiana, e BR-156, entre Ferreira Gomes e Calçoene, que integra o Amapá à Guiana Francesa.

No **Programa Corredor Nordeste** os investimentos públicos na área portuária tiveram como destaque as obras dos portos de Suape e Pecém, com resultados positivos já observados na geração de empregos e na indução do desenvolvimento nas respectivas áreas de influência. Encontram-se em execução obras de duplicação e res-

O montante dos investimentos para a modernização do setor impunha a conjugação de esforços entre o poder público federal, a iniciativa privada, os governos estaduais e municipais.

Estão sendo realizados grandes investimentos na construção das eclusas de Tucuruí e Lageado, para a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

A Ferrovia Norte-Sul já dispõe de 230 km em operação, entre Açailândia e Estreito, no Maranhão.

Foram concluídos cerca de 1.000 km da rodovia BR-174, entre Manaus e a fronteira com a Venezuela.

Os portos de Suape e Pecém geraram empregos e promovem o desenvolvimento no Corredor Nordeste.

turação de trechos das rodovias BR-116, entre Fortaleza e Pacajus (CE), e BR-230, que liga João Pessoa a Campina Grande (PB), ambas com previsão de conclusão para dezembro de 2002.

A recuperação de rodovias no Corredor Oeste-Norte vem permitindo a redução de custos no escoamento da safra agrícola.

No **Programa Corredor Oeste-Norte**, as recuperações da BR-174, no Estado de Mato Grosso, da BR-364, nos Estados de Rondônia e Acre, e da BR-163, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão progressivamente possibilitando o escoamento de grãos do extremo oeste a menores custos. As obras incluem o restabelecimento de condições adequadas de tráfego em segmentos estratégicos destas rodovias. A BR-174, em Mato Grosso, foi totalmente restaurada e a BR-364, em Rondônia e no Acre, apresenta obras concluídas em 196 km de sua extensão. Na BR-230, no Estado do Pará, estão sendo executados serviços de pavimentação em 580 km do total de 1.132 km da rodovia, que liga Marabá-Altamira-Itaituba. A BR-163, no trecho entre a Divisa com o Estado de Mato Grosso e Santarém, com 1.029 km de extensão, já conta com obras de pavimentação contratadas em 915 km. Estão sendo pavimentados cerca de 370 km da BR-364, no Estado de Mato Grosso, ligando as cidades de Diamantino, Sapezal e Comodoro, o que permitirá o escoamento da safra da fronteira agrícola do estado através do porto de Porto Velho.

Em 2001, foram transportadas na hidrovia do Madeira mais de um milhão de toneladas de soja para exportação.

A implantação da hidrovia do Madeira, que vem garantindo navegação segura, eficiente e a custos competitivos, tem resultado em incrementos de carga verificados a cada ano. Foram transportadas em 2001 mais de um milhão de tonelada de soja para exportação, representando um crescimento de 9% em relação ao desempenho registrado em 2000, e de 47% em relação a 1999.

A Ferronorte alcança o Estado do Mato Grosso, beneficiando vasta região produtora de grãos, com redução de até 30% do custo de transporte.

No **Programa Corredor Sudoeste** merece destaque a construção da Ferronorte, iniciada em 1992, cuja primeira etapa está concluída. São 410 km que ligam Aparecida do Taboado (MS) aos terminais de Chapadão do Sul (MS) e de Alto Taquari (MT), garantindo alternativa eficaz para o transporte da produção agrícola. Esse trecho, interligado aos 900 km da Ferrovia Bandeirantes S.A. – Ferroban, por meio da maior ponte rodoviária do mundo, com 2.600 m de extensão sobre o rio Paraná, alcança o porto de Santos, permitindo uma redução mínima de 30% no custo do transporte da produção da região servida pela ferrovia. A segunda fase do projeto, iniciada em 1999, prevê a expansão da ferrovia em mais 290 km, até o entroncamento com a BR-163 em Mato Grosso, próximo a Rondonópolis, completando um corredor ferroviário de cerca de 1.600 km até o porto.

Objetivando promover a ligação rodoviária com a Bolívia e interiorizar o comércio no Mercosul, está sendo concluída a construção da BR-070 em Mato Grosso, no trecho de 84,7 km, entre Cáceres e a fronteira com aquele país. Outro projeto em fase de conclusão, a pavimentação de 202 km da rodovia BR-267 entre Jardim e Porto Murtinho (MS), já conta com 188 km concluídos. Essa obra permitirá o acesso rodoviário permanente ao porto fluvial de Porto Murtinho, possibilitando escoar parte da produção do Estado pela hidrovia do rio Paraguai.

Foram realizadas, também no Corredor Sudoeste, as rotineiras desobstruções de passagens críticas no canal de navegação do rio Paraguai, na extensão de 680 km entre Cáceres e Corumbá. A movimentação total de cargas pela hidrovia Paraguai-Paraná atingiu 1,6 milhão de toneladas em 2001.

No **Programa Corredor São Francisco**, os serviços de dragagem, balizamento e sinalização executados nos 1.371 km de extensão do canal de navegação entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), disponibilizaram uma infra-estrutura capaz de absorver a demanda potencial de transporte hidroviário no rio São Francisco.

Numa visão integrada dos **Programas Corredores Leste, Transmetropolitano e Mercosul**, destaca-se a ligação rodoviária entre Belo Horizonte (MG) e Osório (RS). Trata-se da Rodovia do Mercosul, maior obra de duplicação de rodovias em andamento no mundo, de importância estratégica para o processo de integração regional e fundamental para a integração do País com o Mercosul. Seu primeiro trecho, a duplicação da rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga Belo Horizonte a São Paulo, envolvendo recursos de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, encontra-se com 95% das obras executadas. No trecho paulista, dos 90 km a serem duplicados e restaurados, foram concluídos 76 km, representando 85% do total. No lado mineiro, os serviços de duplicação e restauração previstos em 473 km encontram-se com 80% já executados, sendo que o trecho entre Belo Horizonte e Nepomuceno, com 217 km, está totalmente duplicado e com as obras finalizadas. O trecho Nepomuceno -Divisa MG/SP (256 km) está com 71% de avanço físico.

No segmento seguinte da Rodovia do Mercosul, entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis (BR-116, BR-101 e BR-376), com custo estimado em US\$ 1,7 bilhão, cerca de 80% dos serviços de duplicação e recuperação já foram executados. Para viabilizar a duplicação do trecho entre Florianópolis e Osório, encontra-se em fase adiantada a negociação de financiamento com instituições internacionais, estando o projeto executivo da obra já em fase final de elaboração.

A construção do trecho oeste do Rodoanel de São Paulo, com 32 km de extensão, atingiu cerca de 80% de execução física, com a entrega ao tráfego da primeira etapa em dezembro de 2001. São 7,2 km ligando as rodovias Anhangüera, Bandeirantes e Avenida Raimundo Pereira de Magalhães (antiga Estrada Velha de Campinas). O trecho oeste do Rodoanel deve estar totalmente concluído ainda no primeiro semestre de 2002, ligando as rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco e Anhangüera e Bandeirantes.

A eclusa de Jupiá, no rio Paraná, concluída em 1999, possibilitou o transporte hidroviário, sem interrupção, desde as proximidades da região metropolitana de São Paulo, até a barragem de Itaipu, num trajeto de 1.400 km de extensão. A hidrovia Tietê-Paraná serve, além de São Paulo, os Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná.

Foram realizados serviços de dragagem, balizamento e sinalização nos 1.371 km de extensão da hidrovia do São Francisco, entre Pirapora – MG e Juazeiro – BA.

A Rodovia do Mercosul é a maior obra de duplicação em andamento no mundo.

O trecho oeste do Rodoanel de São Paulo, com 32 km de extensão, ligará as rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco e Anhangüera e Bandeirantes.

Transporte rodoviário

Além da implantação de projetos prioritários, o Governo promoveu a modernização dos instrumentos normativos relacionados ao setor de transporte, viabilizando novos mecanismos para a concretização de parcerias público-privadas capazes de assegurar o aporte dos recursos necessários à recuperação e ampliação da infra-estrutura e dos serviços de transporte.

O transporte multimodal de cargas foi regulamentado pela Lei nº 9.611, de 1998, e pelo Decreto nº 3.411, de 2000.

As Leis nº 8.987 e nº 9.074, de 1995, disciplinaram as concessões de serviços públicos em geral. No tocante aos transportes, a Lei nº 9.277, de 1996, autorizou a União a delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a administração e exploração de rodovias e portos federais. A promulgação desses diplomas legais assinalou o início efetivo da implementação de uma nova política para o setor de transportes. Adicionalmente, o transporte multimodal de cargas, caracterizado por utilizar duas ou mais modalidades de transporte desde a origem até o destino, sob um único contrato, foi regulamentado pela Lei nº 9.611, de 1998, e pelo Decreto nº 3.411, de 2000.

O processo de concessões rodoviárias tivera início em 1993, com a publicação de editais pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER. Selecionaram-se cinco trechos rodoviários federais, que já tinham sido objeto de cobrança de pedágio no passado, para testar o modelo, visando a deflagração, no futuro, de um programa mais ambicioso.

Com a sanção da Lei de Concessões, em 1995, tomaram impulso as concessões de rodovias federais.

Apesar do grande interesse despertado no setor privado, esse processo se arrastou sem solução por cerca de três anos, notadamente por não haver um ambiente institucional e regulatório bem definido que desse confiabilidade ao modelo.

Com o estabelecimento das regras gerais para ordenar as relações entre o poder concedente e as concessionárias de serviços públicos, as concessões federais tomaram impulso, tendo sido firmados os primeiros contratos em fins de 1995 e iniciada a cobrança de pedágio no segundo semestre de 1996.

Desde então, foram concedidas ao setor privado cinco rodovias da rede federal: Presidente Dutra (Rio-São Paulo), Rio-Teresópolis-Além Paraíba (BR 116), Rio-Juiz de Fora (BR-040), Ponte Rio-Niterói e Rodovia Osório-Porto Alegre (BR 290), além dos pólos de Pelotas e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, totalizando 1.680 km. O passo seguinte foi a formalização de convênios com estados para a delegação de trechos de rodovias federais, que passaram a integrar programas estaduais de concessão.

Investimentos em concessões pode chegar a R\$ 7,5 bilhões, até 2004.

O **Programa de Concessões de Rodovias Federais** gerou, além do reaparelhamento e da manutenção da infra-estrutura existente, a ampliação e a modernização do complexo viário, incluindo duplica-

ções, trechos novos, terceiras faixas, faixas adicionais/marginais e entroncamentos. Sob o ponto de vista do investimento, estima-se a aplicação de R\$ 7,5 bilhões, até 2004, em projetos apoiados pelo BNDES (29 concessões).

Além do aporte de recursos para novos investimentos no setor, a iniciativa privada vem organizando empresas especializadas na prestação do serviço de operação de infra-estrutura viária pública. Esses serviços de apoio aos usuários distinguem as rodovias concedidas das demais, proporcionando maior conforto e segurança.

A geração de empregos, tanto na construção, como na operação e administração dos empreendimentos, tem sido outro aspecto importante do programa. Cerca de 13 mil empregos diretos foram gerados pelos programas federal e estaduais de concessão de rodovias. Registraram-se também impactos positivos na cadeia de insumos para a produção do serviço, tais como a construção de defensas, equipamentos rodoviários, material para sinalização, equipamentos eletrônicos de controle e comunicação etc.

Novos passos deverão ser dados, ainda, no aperfeiçoamento institucional da operação de rodovias pelo setor privado. Para tanto, seria importante a criação de estruturas diferenciadas de crédito, com a abertura de capital das concessionárias e/ou o lançamento de títulos lastreados na receita dos empreendimentos.

O Governo tem priorizado, ainda, as ações do **Programa Manutenção da Malha Rodoviária Federal**, que tem como objetivos a conservação e a restauração de rodovias e o controle do excesso de carga e de velocidade dos veículos. Com o apoio de financiamentos externos, os investimentos se intensificaram em 2000 e 2001, permitindo a restauração de um total de 3.811 km de rodovias.

Por meio do **Programa Manutenção de Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada**, nova fórmula adotada para recuperar e manter em bom estado trechos de rodovias federais sob gestão do setor privado, foram assinados, em 2001, os contratos para recuperação dos cinco primeiros lotes de rodovias incluídas no programa. Essas rodovias estão localizadas no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais e Maranhão, perfazendo a extensão de 2.039 km. No total, o programa abrange cerca de 22 mil km de rodovias, a ser executado em quatro etapas, sendo que as duas primeiras, totalizando 11.155 km, já estão com recursos assegurados, oriundos de financiamentos do BIRD e BID, de US\$ 500 milhões.

Complementam as ações em curso no transporte rodoviário a execução de programas que objetivam reduzir os acidentes nas estradas como o PARE, que vem promovendo atividades permanentes de cunho educativo, mediante ações conjuntas de diferentes esferas do governo e setores da sociedade civil, a eliminação de pontos críticos e manutenção das sinalizações horizontal e vertical, ao lado

de iniciativa que visa a exploração das faixas de domínio por concessionárias de serviço público.

Transporte ferroviário

O processo de transferência da malha ferroviária brasileira para o setor privado iniciou-se em 1996, com a concessão do sistema da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, e foi concluído em 1999, com a concessão da Ferrovia Paulista S.A. – Fepasa. A privatização do setor gerou uma arrecadação de US\$ 1,7 bilhão.

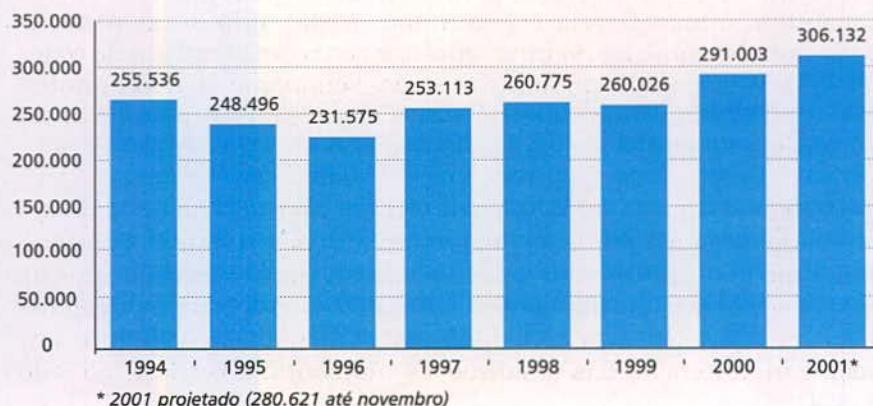
A malha da RFFSA foi privatizada em seis lotes (Sul, Sudeste, Centro-Leste, Oeste, Nordeste e Tereza Cristina), enquanto a malha da Fepasa foi licitada em lote único. Nos contratos de concessão da RFFSA, foram estabelecidas metas de desempenho operacional segundo a evolução esperada do sistema, depois de concluído o processo de transferência.

Os concessionários das malhas Sul, Sudeste e Tereza Cristina já superaram dificuldades iniciais e se encontram em rota de expansão. O Sistema Companhia Vale do Rio Doce – CVRD opera com eficiência um mercado de carga cativa. Algumas concessionárias se encontram com boas perspectivas, apesar de processos de reestruturação, ou ainda enfrentam dificuldades cuja solução demanda maior prazo.

O desempenho do sistema RFFSA, no período 1996-1999, revela a recuperação do nível de produção ocorrido em 1993 e o atendimento da demanda reprimida no transporte de cargas tradicionais (insumos e produtos siderúrgicos, grãos, cimento e derivados de petróleo). Houve grande redução do número de empregados diretos (de 28,3 mil para 13,4 mil) e aumento de produtividade no período. A tonelagem útil transportada no sistema RFFSA cresceu entre 1999 e 2001, de 111,5 milhões para 140,5 milhões de toneladas. No sistema CVRD, o crescimento foi de 147,1 milhões para 165,6 milhões de toneladas.

Em conjunto, o setor ferroviário registra a seguinte movimentação geral de cargas:

Transporte ferroviário de carga - 1994 a 2001
(milhares de toneladas útil)



Novas ferrovias estão sendo implementadas, trazendo maior competitividade para a produção de regiões antes desassistidas, como a Ferronorte, no Corredor Sudoeste, e a ferrovia Norte-Sul, no Corredor Araguaia – Tocantins.

A ferrovia Norte-Sul, construída e administrada pela Valec, teve a sua implantação reativada a partir de 1995, após seis anos de paralisação. A retomada das obras ocorreu após a inclusão do projeto no **Programa Brasil em Ação**, em 1996, e, posteriormente, no **Avança Brasil**, propiciando a conclusão do trecho maranhense da ferrovia, com 230 km. Esse evento resultou na instalação de empresas de fertilizantes e de cimento no pátio ferroviário em Imperatriz e de empresas do setor agrícola no primeiro pátio multimodal da ferrovia, localizado em Porto Franco. A movimentação de cargas evoluiu de 450 mil toneladas no período de 1989 a 1994, para 2,5 milhões de toneladas no período 1995 a 2001.

Após a privatização das malhas ferroviárias, as ações do Governo Federal, estruturadas no programa Serviços de Transporte Ferroviário de Carga, concentraram-se na fiscalização e controle dos serviços concedidos, na adequação de normas vigentes e na concepção de normas complementares para regular questões referentes a acidentes, desativação de trechos e ramais antieconómicos, operações de tráfego mútuo e de transporte de cargas perigosas, segurança e qualidade dos serviços oferecidos, entre outras.

O **Programa de Investimentos dos Concessionários** afetou positivamente a indústria de equipamentos ferroviários. O período 1998-2000 foi de recuperação da produção de vagões, com 2.685 unidades novas, sendo 50 vagões para exportação. Esse nível de produção não ocorria desde 1986. Registraram-se investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões em material rodante e em serviços realizados na super e infra-estrutura das vias privatizadas. Houve crescimento de 24% na produção de transporte, redução do índice de acidentes em torno de 27% e incremento de 24% na velocidade média de percurso, no período compreendido entre os anos de 1996 e 2001.

Sistemas de trens urbanos

A atuação do governo federal no segmento de trens urbanos está organizada no **Programa Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**, que objetiva implantar, melhorar, modernizar e operar sistemas de transporte ferroviário de passageiros em oito capitais, até suas transferências aos respectivos estados ou municípios. Atuam nesse sentido a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – Trensurb.

Foram realizadas as estadualizações dos sistemas de trens urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o primeiro dos quais opera sob concessão privada. Ao final do ano de 2001, ocorreu a conclusão das obras civis do metrô de Belo Horizonte e o recebimento da frota de 25 trens elétricos. Estão previstos para o final de 2002 o término da implantação dos sistemas de sinalização e eletrificação e a entre-

Movimentação de cargas na Norte-Sul evoluiu de 450 mil toneladas no período 1989-1994, para 2,5 milhões de toneladas entre 1995 e 2001.

Entre 1998 e 2000, os investimentos em ferrovias concedidas chegaram a R\$ 2,5 bilhões.

Belo Horizonte contará com sistema de trens urbanos com 30 km de extensão e capacidade para transportar 400 mil passageiros/dia.

ga à população de um sistema com 30 km de extensão, até Venda Nova, capacitado para transportar 400 mil passageiros/dia.

Em Recife, o segundo maior metrô em extensão no País transportará 300 mil passageiros/dia.

Em Recife, está em fase de conclusão a extensão da Linha Centro até Timbi e a eletrificação da Linha Sul até Cajueiro Seco, o que possibilitará o atendimento de mais 30 mil passageiros/dia. Concluídas as obras ora em andamento, o metrô de Recife será o segundo em extensão no País, com 40 km de linhas, podendo transportar 300 mil passageiros/dia.

Prosseguem as obras dos metrôs de Salvador e Fortaleza, que deverão transportar 200 mil e 300 mil passageiros/dia, respectivamente. No primeiro deles, estão previstas a reabilitação do trecho Calçada-Paripe e a construção do trecho Lapa-Pirajá e, no segundo, a execução de obras da Variante de Carga, que possibilitará a implantação do Metrofor, e do trecho subterrâneo da região central de Fortaleza.

Nos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió, que complementam o conjunto de unidades vinculadas à CBTU, foram realizados estudos de transporte e intervenções rotineiras e emergenciais, visando assegurar a continuidade do transporte nessas vias.

Investimento de US\$ 2 bilhões duplicará a capacidade de transporte ferroviário urbano em quatro capitais.

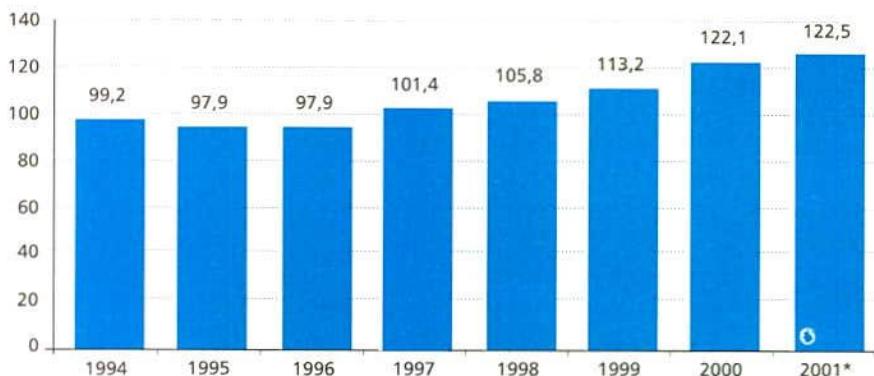
O desafio de atender ao transporte das populações das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza demandará a aplicação de recursos equivalentes a US\$ 1,4 bilhão nos programas em andamento nessas capitais, até o ano de 2003. Adicionando a essa previsão os US\$ 608,3 milhões despendidos nos sistemas do Rio de Janeiro e de São Paulo, já estadualizados, os investimentos realizados e previstos ultrapassarão a cifra de US\$ 2 bilhões, até 2003, resultando na duplicação da capacidade total de transporte de passageiros nos metrôs citados.

A transferência dos serviços de transporte ferroviário urbano de Porto Alegre, de responsabilidade da Trensurb, encontra-se em negociação com o governo estadual. Após o término do trecho de 3,9 km da expansão norte do sistema, entre Sapucaia do Sul e Unisinos, em dezembro de 1997, atendendo dezoito mil usuários/dia, foram concluídos, em novembro de 2000, os restantes 2,45 km, correspondentes ao segmento Unisinos-São Leopoldo, com uma movimentação adicional da ordem de vinte mil usuários/dia. Para a continuidade do metrô até Novo Hamburgo, numa extensão de 9,3 km, em via dupla elevada, com quatro novas estações, foram concluídos o Projeto Básico de Engenharia e o Estudo de Impacto Ambiental – EIA, já tendo sido iniciados os processos de licitação para a contratação dos serviços.

Em relação à Linha 2 (Trecho Assis Brasil-Centro-Azenha), já foi concluído o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – Rima da obra, bem assim o projeto básico de engenharia da mesma.

A estatística de passageiros transportados apresentou um crescimento de 99,2 para 122,5 milhões, no período de 1994-2001, exclu-

idas as movimentações relativas aos sistemas de São Paulo e do Rio de Janeiro, transferidos para os respectivos estados em 1994.



Obs.: Exclusive os sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo, estadualizados em 1994.

* 2001 projetado (mês de dezembro)

Transporte ferroviário urbano de passageiros 1994 - 2001

(milhões de passageiros)

Transporte aquaviário e portos

Em fevereiro de 1993 foi promulgada a Lei de Modernização dos Portos, que define um modelo de sistema portuário no qual a titularidade do porto continua com a União, a Autoridade Portuária é pública e a operação é privada. Este modelo é o mais utilizado nos principais portos do mundo. Entre os principais objetivos da lei estão a descentralização do setor, com a estadualização e municipalização de portos, a geração de investimentos em superestrutura, a modernização da operação, a redução do tempo de espera e de permanência dos navios, a exploração de cargas de terceiros em terminais de uso privativo e, principalmente, o estímulo à concorrência.

A "Lei de Modernização dos Portos" define um modelo de sistema portuário visando a geração de investimentos, a modernização da operação e, principalmente, o estímulo à concorrência.

Em abril de 1995, foi criado o Grupo Executivo para a Modernização dos Portos – Gempo, com a finalidade de coordenar as providências necessárias à modernização do Sistema Portuário Brasileiro, em especial o cumprimento das disposições da Lei nº 8.630, de 1993. Em outubro do mesmo ano, foi lançado o **Programa de Desestatização nos Portos**, envolvendo a participação da iniciativa privada na operação, nos investimentos em instalações e no reaparelhamento portuário, bem assim no arrendamento de áreas e instalações.

Com base na nova legislação, foi introduzida uma série de mudanças na gestão e operação do sistema portuário brasileiro, destacando-se a definição do papel da Autoridade Portuária e a criação das figuras do Operador Portuário, do Conselho de Autoridade Portuária e do Órgão Gestor de Mão-de-Obra.

Como resultado dessa política, foi descentralizada para estados e municípios a administração de dezenove portos fluviais e marítimos, antes sob jurisdição federal, dentre os quais se incluem os

Áreas portuárias arrendadas tiveram um acréscimo de 478%, promovendo investimento de R\$ 1,6 bilhão.

portos de Porto Alegre, Rio Grande, Manaus, Itajaí, Cabedelo, Itaqui e Recife. Foram celebrados 99 contratos de adesão, regulando a exploração de terminais de uso privativo, 89 dos quais já em vigor. A par disso, as áreas portuárias arrendadas ao setor privado passaram de 1,4 milhão de m², em 1996, para cerca de 8,1 milhões de m², em 2001, um acréscimo de 478%.

O processo de arrendamento das instalações portuárias promoveu a geração de investimento em superestrutura num montante estimado em R\$ 1,6 bilhão, até dezembro de 2001. A movimentação portuária é hoje majoritariamente privada (acima de 97%) e há perspectivas de crescimento da participação dos terminais privativos nas operações de carga geral.

A produtividade nos portos aumentou de duas a três vezes, em função das mudanças nos processos de produção e da introdução de novas tecnologias.

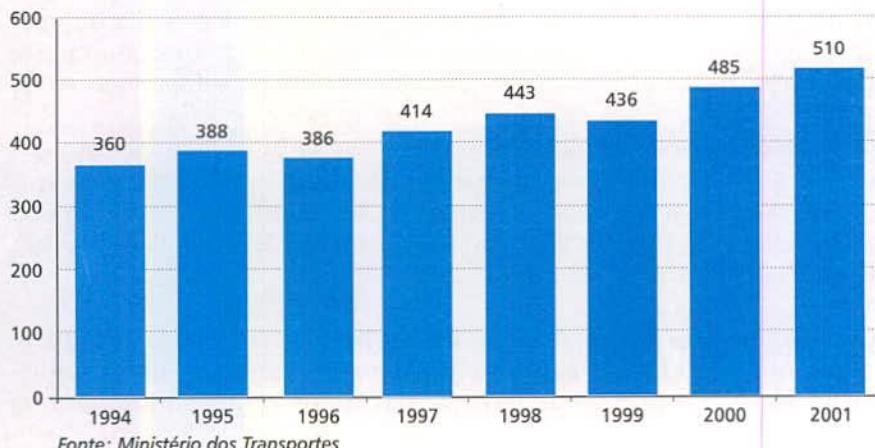
Houve grande aumento de produtividade, de duas a três vezes, em função das mudanças nos processos de produção e da introdução de novas tecnologias, somadas às políticas de redução tarifária, com expressiva redução do tempo de espera para atracação e permanência dos navios no porto e ao programa de arrendamento de instalações portuárias, eventos esses que carrearam importantes investimentos privados para o setor, que vem apresentando queda significativa dos custos de movimentação em vários segmentos de carga.

Entre os anos de 1995 e 2001, a União investiu R\$ 1,5 bilhão no setor portuário, direcionados, principalmente, para a execução de obras de ampliação, recuperação e melhoramentos da infra-estrutura e de dragagens de aprofundamento do calado dos portos. Destacam-se, nesse particular: a construção do porto de Pecém (CE); e as ampliações dos portos de Suape (PE), Sepetiba (RJ), Santos – Tecon 2 (SP) e Rio Grande (RS).

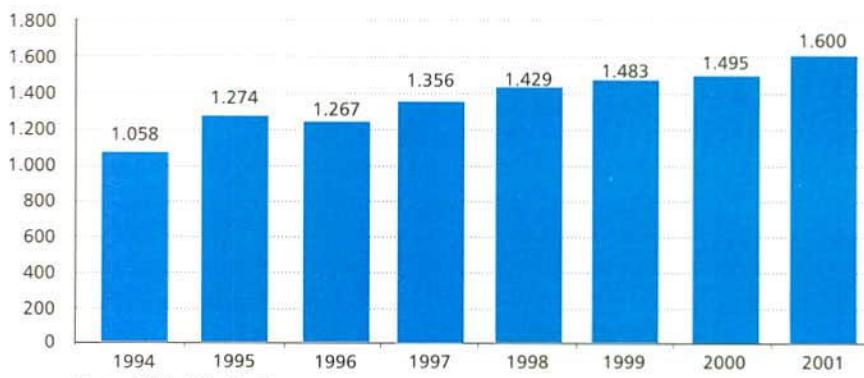
Movimentação de cargas nos portos brasileiros em 2001 chegou a 510 milhões de toneladas.

A movimentação geral de cargas nos portos brasileiros registrou expressivos aumentos no período 1996 a 2000, estimando-se uma movimentação, no ano de 2001, de 510 milhões de toneladas.

Movimentação geral de cargas nos portos
(milhões de toneladas)



Importante indicador da modernização do setor portuário, a movimentação de cargas em contêineres evoluiu de 1,1 milhão de unidades, em 1994, para 1,6 milhão (estimado) em 2001, representando um crescimento de 51%.



Fonte: Ministério dos Transportes.

Movimentação de contêineres
(mil unidades)

Marinha mercante

A modernização do setor de marinha mercante teve início com a Emenda Constitucional nº 6, de 1995, que eliminou a distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro, seguida pela Emenda Constitucional nº 7, de 1995, que deu nova redação ao artigo nº 178 da Constituição, atribuindo à legislação ordinária a tarefa de promover a ordenação do transporte aquaviário.

Em continuidade a essa política governamental, foi promulgada a Lei n.º 9.432, de 1997, que redefiniu o conceito de empresa brasileira de navegação e reduziu exigências relativas ao arvoramento de bandeira brasileira nas embarcações, além de dar os primeiros sinais de incentivo à indústria de construção naval e à marinha mercante no País, ao criar o Registro Especial Brasileiro – REB.

No que se refere ao financiamento de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, no âmbito do **Programa Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário**, o período 1995-2001 registra incremento na construção de embarcações de menor porte e o lançamento de bases para o desenvolvimento dos segmentos que demandam embarcações maiores.

No segmento de navegação interior e portuária, foram assinados contratos para a construção de 164 embarcações, correspondendo a financiamentos da ordem de US\$ 144 milhões. Tais projetos, já concluídos, proporcionaram maior racionalização dos modos de transporte, contribuindo para a redução dos custos e do desgaste das rodovias, importantes para o aumento da competitividade da produção nacional no mercado externo.

Construção de 164 novas embarcações de navegação interior e portuária contribui para o aumento da competitividade da produção nacional.

No segmento de apoio portuário, foram contratadas vinte embarcações para rebocar e manobrar navios em portos e terminais, envol-

vendo financiamentos correspondentes a US\$ 87 milhões. Tais embarcações, com características técnicas avançadas, trouxeram maior segurança nas manobras dos modernos navios que passaram a freqüentar os portos nacionais.

Estão em construção seis embarcações especializadas, envolvendo tecnologia de última geração.

Ainda no período 1995-2001, foram construídas três embarcações especializadas, com financiamento total de US\$ 54 milhões, estando em construção outras seis embarcações, com financiamento total de US\$ 98 milhões, envolvendo tecnologia de última geração. Desse total, quatro são destinadas ao transporte de gás e produtos químicos, na cabotagem, e cinco destinadas à navegação de apoio a estruturas marítimas de exploração e produção de petróleo. Operam nas navegações de cabotagem e longo curso dezessete embarcações construídas entre 1995 e 2001 com financiamentos de US\$ 381 milhões, evitando assim o afretamento de unidades similares estrangeiras.

Como forma de viabilizar o aumento da participação de navios de registro brasileiro na navegação de longo curso, estimulando a geração de empregos nos estaleiros nacionais, o Governo Federal lançou, no final de 2000, o **Programa Navega Brasil**, que busca dar maior competitividade aos navios construídos no País, frente aos similares importados.

Hidrovias

Na área do transporte hidroviário, o Governo Federal implantou, a partir de 1995, 1.100 km de novas hidrovias no País, iniciou a implantação de outros 4 mil km, além de manter a navegabilidade em cerca de 8 mil km de hidrovias interiores.

A par do desenvolvimento da infra-estrutura hidroviária interior, a iniciativa privada vem sendo estimulada a investir em terminais hidroviários e no transporte de cabotagem. Em decorrência dessas ações, o transporte aquaviário interior cresceu 48% entre os anos de 1994 e 2001, quando atingiu a produção de cerca de 30 bilhões de ton/km anuais. Atualmente, 25 milhões de toneladas de carga são movimentadas pela navegação interior, proporcionando economia de fretes da ordem de R\$ 120 milhões anuais.

Meio Ambiente

A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, representou, sobretudo para os países em desenvolvimento, um ponto de inflexão. Suas conclusões apontaram na direção das condições necessárias ao desenvolvimento sustentado, entre as quais as de natureza ambiental, vistas na sua interação com as condições sociais e econômicas.

O Brasil foi o primeiro entre os 175 países signatários da Agenda 21. Não obstante, até meados da década passada, a questão ambiental ocupou lugar relativamente modesto na agenda de prioridades do Estado Brasileiro. O combate à inflação sobrepujava-se a todas as demais. Além disso, o processo inflacionário dificultava o enfrentamento de desafios que, por sua própria natureza, exigem coordenação de esforços e planejamento de longo prazo.

Neste Governo, o quadro mudou. Externamente, para ficar apenas em um exemplo, o Brasil tem vocalizado firme apoio à Convenção do Clima e ao Protocolo de Kyoto. Internamente, várias ações demonstram a importância crescente que se tem atribuído à questão ambiental nos últimos sete anos. Em primeiro lugar, houve mudanças importantes na legislação pertinente. Merecem destaque a Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.065, de 1998) e o Decreto Presidencial nº 3.179, de 1999, que consolidam, atualizam e ampliam os dispositivos legais sobre o meio ambiente, reforçando a proteção aos recursos naturais, bem como a nova Lei das Águas, de 1997, que organiza o planejamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Em segundo lugar, ocorreu substantivo aumento dos recursos federais destinados à área do meio ambiente. Entre 1994 e 2002, os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para os programas do Ministério de Meio Ambiente cresceram 4,6 vezes, passando de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão. Em terceiro lugar, ao invés de refratário, o Governo Federal promoveu o diálogo e a cooperação com as representações da sociedade civil, na sua pluralidade, em torno da questão ambiental. Nada é mais eloquente a esse respeito do que o processo de construção da Agenda 21 brasileira.

A Agenda 21 brasileira

A elaboração da Agenda 21 Brasileira vem sendo conduzida pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 – CPDS, com base em critérios e premissas que privilegiam a abordagem multisectorial e o planejamento de longo prazo. De início, foram selecionadas áreas temáticas que refletem de modo abrangente a nossa problemática sócio-ambiental. Estabeleceu-se, ainda, a necessidade de propor novos instrumentos de coordenação e acompanhamento de políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

As áreas selecionadas incluem o campo (Tema Agricultura Sustentável); o meio urbano (Cidades Sustentáveis); os setores de transportes, energia e comunicações (Infra-estrutura e Integração Regional); a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais (Gestão dos Recursos Naturais); o desenvolvimento social (Redução das Desigualdades Sociais); e a informação e o conhecimento (Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável).

Para permitir ampla participação dos diversos setores da sociedade na construção da Agenda 21, a CPDS produziu um documento básico. Esse documento serviu de subsídio para uma rodada de debates estaduais, deflagrada em setembro de 2000. Denominado "Bases para Discussão", ele foi publicado e distribuído pelas Secretarias Estaduais de Meio Ambiente às entidades e instituições governamentais, da sociedade civil e do setor empresarial, nas 27 Unidades da Federação.

No período de setembro de 2000 a maio de 2001, foram promovidos 26 debates estaduais, durante os quais foram apresentadas e debatidas 5.839 propostas referentes aos seis eixos temáticos da Agenda. Participaram dos debates 3.880 representantes de instituições e entidades dos mais diferentes setores.

Após a conclusão da rodada dos debates estaduais, ocorreram cinco Encontros Regionais da Agenda 21 Brasileira, realizados no período de junho a outubro de 2001, com a finalidade de identificar as tendências dominantes entre as propostas apresentadas nos estados de cada região.

O seminário nacional da Agenda acontecerá em abril de 2002, em Brasília. A elaboração da Agenda 21 deverá estar concluída até junho de 2002. O documento final refletirá o pensamento médio da sociedade brasileira sobre o desenvolvimento sustentável, apontando os rumos que o País pretende seguir.

O PPA 2000 - 2003 incorpora cerca de vinte programas de cunho ambiental.

O Plano Plurianual 2000-2003 incorporou cerca de vinte programas de cunho ambiental, que contemplam as principais questões levantadas nas discussões sobre a Agenda 21. Do mesmo modo, os Ministérios têm, de maneira crescente, incluído a vertente ambiental no planejamento estratégico de seus programas.

A agenda ambiental no Plano Plurianual

Ao fixar as Orientações Estratégicas para o Plano Plurianual 2000-2003, o Presidente da República destacou a melhoria da gestão ambiental como um dos macroobjetivos do Governo e estabeleceu uma agenda, com os desafios que deveriam mobilizar toda a administração pública e balizar a elaboração dos programas em todas as áreas.

A Agenda Ambiental do Governo para o período 2000-2003 recomenda a concentração de esforços na qualidade de vida nas cidades, na ecoeficiência do setor produtivo, no gerenciamento dos recursos hídricos, nas florestas e na biodiversidade. Ao mesmo tempo, adota uma abordagem inovadora, ao assinalar que a questão da conservação e preservação do meio ambiente deve ser tratada como uma grande oportunidade para alavancar o desenvolvimento em áreas como o ecoturismo, o manejo racional de recursos florestais, a biotecnologia, a geração de energia limpa, entre outras.

Agenda verde: florestas e biodiversidade

O Brasil possui a maior extensão de floresta tropical do mundo, aproximadamente 5,5 milhões de km², ou 65% da área territorial brasileira. Dois terços dessa área são formados pela Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Caatinga, os Cerrados e ecossistemas associados. Além disso, o Brasil é, também, o maior produtor e o maior consumidor mundial de madeira tropical.

As florestas brasileiras nem sempre foram tratadas segundo modelos compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico e os princípios da sustentabilidade. A Mata Atlântica, por exemplo, originalmente um maciço florestal de 1,2 milhão de quilômetros quadrados dotado de notável biodiversidade, está reduzida a algo em torno de 12,2% da sua área original. Enquanto isso, a devastação avança sobre três outros grandes biomas: a Floresta Amazônica, a Caatinga e os Cerrados.

A valorização das florestas enquanto produtoras de bens e serviços ambientais constitui uma forma apropriada de promoção do desenvolvimento sustentável. A incontestável vocação do País nesse setor e as vantagens comparativas de que dispõe, haja vista as extensas áreas de matas nativas e o domínio da tecnologia da formação e manejo de florestas de rápido crescimento, asseguram competitividade e podem garantir a liderança da indústria brasileira no mercado internacional.

Proteção das Florestas

A formulação de políticas florestais, com suas metas, prioridades, meios e mecanismos institucionais e comunitários, tem sido realizada de forma participativa, acolhendo sugestões da sociedade brasileira. Mais de seiscentas instituições, num total de 1.200 pessoas do setor florestal, movimentos sociais, organizações ambientalistas, acadêmicos, profissionais liberais, empresários, pesquisadores e representantes dos governos participaram da sua elaboração.

Com investimentos previstos de R\$ 208 milhões, três grandes linhas de ação estão contempladas no Plano Plurianual 2000-2003 para o setor florestal:

- 1) o **Programa Florestas Sustentáveis**, que pretende aumentar a oferta de produtos florestais oriundos de áreas plantadas;
- 2) o **Programa Florestar**, que tem por finalidade a promoção do uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de preservação; e
- 3) o **Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer**, que se destina a garantir a integridade das florestas, buscando não apenas aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento dessas ocorrências, como também se antecipar às queimadas sem controle e aos incêndios e desmatamentos ilegais.

As metas de superação do déficit de matéria-prima florestal prevêem a implantação de 160 mil ha/ano de florestas com espécies exóticas e o aumento do manejo de florestas nativas em doze milhões de ha/ano.

Na Floresta Amazônica, os desmatamentos foram estimados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em 1997, em treze mil km² por ano. Para enfrentar essa situação, o **Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer** vem realizando, de forma descentralizada e simultânea, ações de combate direto a queimadas e incêndios, de prevenção e recuperação de áreas degradadas e de educação e capacitação de produtores e comunidades rurais na utilização de novos equipamentos e tecnologias. Com essas ações, pretende-se reduzir os desmatamentos e diminuir os focos de calor de cerca cem mil para, no máximo, cinqüenta mil por ano.

Em 2001, o programa executou diversas ações de combate a incêndios florestais, com o envio de equipamentos, pessoal e recursos financeiros a mais de dezesseis estados. Realizou, também, atividades de fiscalização dos recursos florestais (desmatamentos, queimadas, planos de manejo, unidades de conservação, madeiras e transporte), vistorias técnicas, cursos e treinamentos, além de diversas operações especiais de fiscalização da flora. Entre essas operações, destacaram-se: a Operação Cachimbo, em área de extração irregular de madeira de Guarantã, no Mato Grosso, até Novo Progresso, no Pará; a Operação Amazônia Fique Legal, que se estendeu por nove estados da região; e a Operação de Combate à Extração de Palmito, no parque Nacional de Itatiaia, no Estado do Rio de Janeiro.

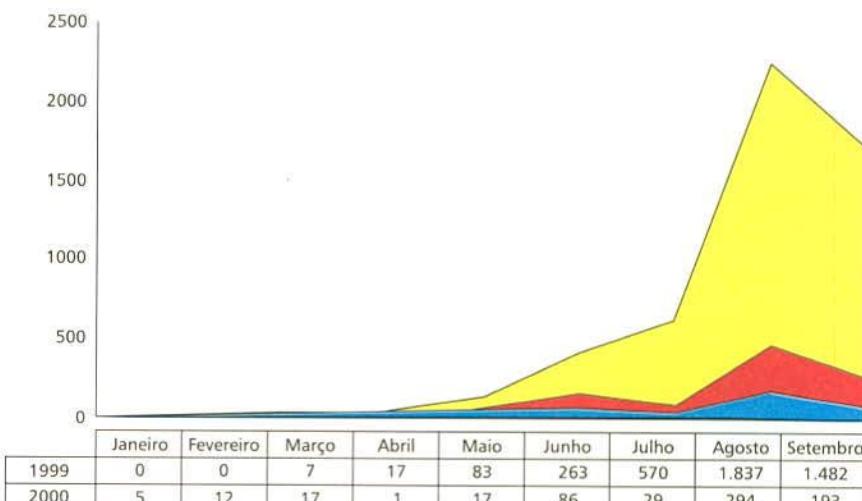
O programa vem desenvolvendo, também, atividades de monitoramento de queimadas, com elaboração de ampla cartografia (1.440 mapas de regiões de risco); monitoramento de focos de calor; e produção de relatórios diários da quantidade e localização de focos de calor, que permitem mapear o risco de incêndios florestais, discriminando diversos níveis de alerta. Esses relatórios são acessíveis pela internet, no endereço www2.ibama.gov.br/proarco/relatório.

Em 2001, o programa ofereceu cursos de queima controlada em assentamentos do Incra e áreas indígenas; cursos de formação de brigadas de combate a incêndios florestais; cursos de investigação de origem e causas de incêndios florestais e de elaboração de planos de manejo de fogo em unidades de conservação.

O Florescer incorpora o **Programa de Controle e Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento – Proarco**. Esse programa, que conta com recursos de empréstimo do Banco Mundial, tem como finalidade prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais em larga escala na Amazônia Legal, nas áreas onde maior é a incidência do problema. Sua meta principal é reduzir em pelos menos 30% os acidentes com o uso de fogo. Para tanto, ele financia a capacitação de pessoal das organizações especializadas, a distribuição de equipamentos de combate a incêndios e a produção de material educativo nos municípios participantes. O Proarco é operado com o apoio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais – Prevfogo.

Florescer oferece cursos de queima controlada em assentamentos do Incra e áreas indígenas.

O programa tem produzido resultados expressivos. De 1999 para 2000, verificou-se redução da ordem de 84% no número de alertas verdes. De 2000 para 2001, ocorreu nova redução, desta vez de 41%.



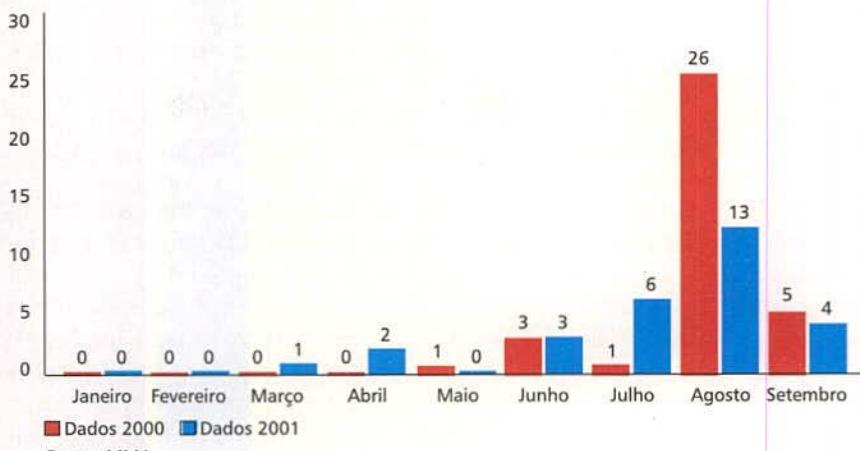
Fonte: MMA

■ Dados 2001 ■ Dados 2000 ■ Dados 1999

**Comparativo
do número
de alertas verdes
na amazônia:
1999 - 2001**

Ao mesmo tempo, observou-se redução da ordem de 20% no número de alertas amarelos, de 2000 para 2001.

**Comparativo
do número
de alertas
amarelos na
amazônia:
2000 - 2001**



A redução dos danos causados por incêndios em Unidades de Conservação é o objetivo do **Projeto Manejo de Fogo**. Esse projeto resultou na reformulação ou elaboração de Planos de Manejo de Fogo nos Parques Nacionais de Aparados da Serra, Serra Geral, Emas, Itatiaia, Brasília, Chapada dos Veadeiros, Grande Sertão Veredas e Monte Pascoal. Também foram realizados 28 Cursos de Queimada Controlada para Produtores Rurais de Assentamentos do Incra e o planejamento de prevenção e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação do Rio de Janeiro.

O conjunto das ações de Governo que respondem pela preservação da Amazônia foi consolidado, para o período 2000-2003, no **Programa Amazônia Sustentável**. Um montante da ordem de R\$ 120 milhões foi previsto para a execução de atividades de fomento a projetos de gestão de recursos naturais, capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, proteção das florestas, consolidação de áreas protegidas e apoio às comunidades extrativistas, entre outros.

O cumprimento das metas do programa requer a consolidação das Unidades de Conservação existentes e o acréscimo de 35 milhões de hectares às florestas protegidas, nos próximos dez anos (2001-2010). Requer também a participação de estados, municípios, organizações não-governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

Expansão das unidades de conservação ambiental

Um dos principais instrumentos para a conservação e o manejo da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. No Brasil, as Unidades de Conservação – UC são um conceito legal que se diferencia em duas categorias de manejo: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo básico das primeiras é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. No caso das Unidades de Uso Sustentável, o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O **Programa Parques do Brasil** foi criado com o objetivo de facilitar a coordenação e a integração dos esforços de gestão nos níveis federal, estadual e municipal, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação -- SNUC. A meta do programa é atingir a proteção de 10% de cada um dos biomas brasileiros, tendo em vista garantir a proteção da biodiversidade, a geração de emprego e renda, por intermédio de práticas econômicas sustentáveis, e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Existem, hoje, no Brasil, 546 Unidades de Conservação Federais, somando uma área de cerca de 43,2 milhões de hectares ou 5,07% da área total do País. Desses unidades, 445 (40,3% da área total das Unidades de Conservação Federais) pertencem ao grupo de proteção integral e as demais 101 (59,7%), ao grupo de uso sustentável. Além disso, todas as 27 Unidades da Federação possuem, em maior ou menor medida, Unidades de Conservação Estaduais. O Estado do Amazonas, por exemplo, detém 2,3 milhões de hectares protegidos sob a forma de unidades de proteção integral e 5,9 milhões de hectares de unidades de conservação de uso sustentável (direto).

O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, está interligando as unidades de conservação de todos os ecossistemas em grandes corredores ecológicos que permitem o trânsito seguro da fauna e da flora, necessário à recolonização dos animais e à recomposição de áreas degradadas.

Iniciado em 1993, o Projeto Corredores Ecológicos do Brasil é financiado pelo Programa de Proteção das Florestas Tropicais - PPG-7, Banco Mundial e diversas ONGs, abrangendo os principais biomas brasileiros: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Costeiro.

Dos quinze corredores ecológicos, metade está em fase de implementação. Eles conectam 247 unidades de conservação (119 de proteção integral e 128 de uso sustentável), garantindo a melhoria da qualidade genética dos animais silvestres e contribuindo para a preservação de espécies da flora e da fauna sob risco de extinção, em mais de três milhões de quilômetros quadrados, área que abrange 24 estados das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Em 2001, foram criadas cinco novas unidades de conservação nas áreas de três corredores e outras dez estão em estudo, no Ibama.

Na implementação dos corredores, o Ibama prepara previamente os moradores das áreas inseridas, envolvendo-os diretamente como co-gestores e co-executores dos respectivos projetos. São parceiros no Projeto Corredores Ecológicos do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Ibama, e o Ministério da Justiça, por intermédio da Fundação Nacional do Índio – Funai, além de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, prefeituras, ONGs, associações e movimentos sociais.

A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, prevê a constituição de conselhos consultivos de áreas protegidas, com o objetivo de promover a gestão participativa, contribuir para a manutenção da qualidade ambiental e melhorar as condições de vida das comunidades do entorno. Nos conselhos consultivos, Governo e sociedade participam do processo de elaboração do plano de manejo para a respectiva unidade de conservação. Debatem ainda as iniciativas apropriadas para o desenvolvimento socioeconômico da região, entre elas o ecoturismo (nos locais onde a visitação pública é permitida), as pesquisas científicas e a educação ambiental.

Em 2001, foram criados os conselhos consultivos do Parque Nacional de Brasília e das áreas de proteção ambiental de Ibirapuitã, no Rio Grande do Sul, Petrópolis, Guapimirim e Cairuçu, no Rio de Janeiro. Os conselhos consultivos do Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, e da Estação Ecológica Carijós, em Santa Catarina, já estão funcionando. Até o final de 2002 serão criados os conselhos consultivos dos parques nacionais: Marinho de Fernando de Noronha, naquela ilha, pertencente ao Estado de Pernambuco; Chapada Diamantina, na Bahia; Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul; Caparaó, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; e Serra da Capivara, no Piauí.

Além disso, em 2001, o Ibama reconheceu 53 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Atingiu-se assim o total de 345 reservas federais nos onze anos de vigência do programa de incentivo à transformação de propriedades privadas em áreas de preservação da natureza. Graças ao programa, estão protegidos 412,7 mil hectares dos biomas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Cerrado, Manguezal, Restinga, Campos de Altitude, Campos do Sul, Mata Araucária e Região dos Pinheirais. A meta para 2002 é reconhecer pelo menos outras cinqüenta RPPNs, mantendo o ritmo de crescimento dos últimos cinco anos.

Em 2001, o **Programa Parques do Brasil** contribuiu para a expansão da infra-estrutura de visitação pública em sete parques: Aparados da Serra, no Rio Grande do Sul; Itatiaia e Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro; Serra do Caparaó, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Chapada dos Veadeiros, em Goiás; Iguaçu, no Paraná; e Brasília, no Distrito Federal. Realizou também a consolidação de três outros, a saber: Parque Nacional Monte Pascoal, na Bahia; Parque Municipal de Timbiras, no Maranhão; e Parque da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, em Santa Catarina. Estão em execução estudos para a criação de treze novas unidades de conservação federais e em fase de conclusão a regularização fundiária de cinco mil ha em unidades de conservação federais. A regularização inclui a aquisição de terras, pagamento de benefícios a posseiros e demarcação dos limites da unidade.

Uso sustentável da biodiversidade

Em novembro de 1997, foi iniciada a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, que é parte-chave do **Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – Probem da Amazônia**. Com recursos estimados em R\$ 55 milhões, a serem aplicados em cinco anos, o Centro irá concentrar-se no aproveitamento industrial de recursos biológicos insuficientemente explorados na Região Amazônica, principalmente nas áreas de germoplasma, biologia molecular, fitoquímica, venenos animais, interação inseto-inseto e inseto-planta.

O **Probem da Amazônia** prevê a participação das comunidades tradicionais locais, especialmente as extrativistas e indígenas, mediante contratos nas atividades de identificação e coleta de produtos da fauna e da flora regionais. Deverá contar ainda com o apoio de instituições governamentais e não-governamentais brasileiras e do exterior, podendo contar com a colaboração tanto de pesquisadores nacionais como estrangeiros.

O programa, que é de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, conta com o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Estão também associadas a esse programa as Universidades Federais do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Viçosa, São Carlos, Rio Grande do Sul; Caxias e Brasília, além da Universidade de São Paulo, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Criado em 1995, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é uma sociedade civil sem fins lucrativos. Ela foi concebida para responder à demanda por um mecanismo ágil, transparente e duradouro, que assegurasse, em complementação ao esforço governamental, recursos a projetos prioritários de conservação e utilização da biodiversidade no Brasil.

ANO	Nº DE PROJETOS	VALOR DO DESEMBOLSO
1997	10	77.070
1998	10	953.307
1999	13	431.853
2000	28	915.750
2001	26	1.631.495
Total de Recursos Desembolsados até 2001		4.009.475

Funbio:
projetos aprovados,
por ano e valor
desembolsado,
em US\$

Fonte: Funbio

O Funbio prospecta, capta, alavanca e distribui recursos financeiros e materiais para o incremento das atividades de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Em suas iniciativas, busca favorecer a cooperação entre agências de Governo, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e empresas privadas. As empresas privadas respondem por mais da metade dos recursos financeiros alocados no Programa Fundos de Parceria, a principal fonte de recursos do Funbio. Em seguida vêm, pela ordem, as fundações e institutos, as organizações não-governamentais e as entidades do poder público.

Agenda Marrom: controle da qualidade ambiental

As questões ambientais reunidas na Agenda Marrom dizem respeito à manutenção e à melhoria da qualidade do meio ambiente, com prioridade para o controle da poluição. A execução dos programas e projetos incluídos na Agenda Marrom está apoiada em estratégia gerencial que visa possibilitar o fortalecimento da gestão ambiental, a ampla oferta de informação ambiental à sociedade e a inserção da temática do meio ambiente na formulação e implementação de políticas públicas, em particular nos setores de petróleo, energia elétrica, transportes, saúde e reforma agrária.

Os programas e ações que integram essa Agenda foram concebidos à luz de problemas ambientais críticos, resultantes do uso inadequado de recursos naturais. A identificação dos problemas prioritários relativos à poluição e às suas causas deu-se com base em duas premissas: a magnitude dos danos gerados, principalmente sociais (impactos sobre o ser humano), econômicos (perda de produtividade) e ambientais (degradação de recursos); e a necessidade de cumprimento de acordos internacionais que definem normas específicas e comuns para problemas ambientais globais.

As principais ações destacadas na Agenda Marrom estão distribuídas em quatro programas: **Qualidade Ambiental, Brasil Joga Limpo, Recursos Pesqueiros Sustentáveis e Zoneamento Ecológico-Econômico**. Os investimentos destinados aos programas da Agenda Marrom somam R\$ 378 milhões no PPA 2000/2003.

Programa Qualidade Ambiental

As ações do Governo Federal e dos governos estaduais para o controle da qualidade do ar contemplam o controle das emissões procedentes das indústrias (fontes fixas) e dos veículos automotores (fontes móveis).

Atualmente, o monitoramento da qualidade do ar já é realizado em dez estados, nas principais cidades e regiões metropolitanas. Seis dessas regiões contam com redes automatizadas. O Ministério do Meio Ambiente está apoiando técnica e financeiramente estados e municípios para a melhoria de sua capacidade instalada. São exem-

plos dessas iniciativas o Plano de Gestão da Qualidade do Ar para a região metropolitana do Rio de Janeiro e a implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar de Curitiba. Além disso, encontra-se em negociação o projeto do Sistema Nacional de Medição e Monitoramento da Qualidade do Ar, destinado a ampliar a capacidade de monitoramento em todos os estados brasileiros, com prioridade para aqueles com maior densidade urbana e industrial.

O monitoramento ambiental no Brasil é realizado por um conjunto de instituições federais, estaduais, universitárias, institutos de pesquisas e organizações não-governamentais. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e o Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama são responsáveis pelo acompanhamento da cobertura vegetal da Região Amazônica. O Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam permitirá aprimorar e ampliar o alcance do monitoramento do meio ambiente da região. O Sivam fornecerá, entre outros produtos, mapas e relatórios sobre cobertura vegetal da região, uso do solo, distribuição da fauna identificada e atividades de impacto ambiental por categoria de Unidades de Conservação.

Outra iniciativa importante é o acompanhamento da situação da cobertura florestal dos estados onde se encontram os remanescentes da Mata Atlântica, realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica, uma organização não-governamental.

Programa Brasil Joga Limpo

Os resíduos constituem uma espécie particular de desperdício. Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento e, finalmente, assegurar a disposição ambientalmente adequada dos resíduos são os objetivos do **Programa Brasil Joga Limpo**. Para tanto, o programa apóia ações de ordenamento da coleta, racionalização do tratamento e disposição final de resíduos sólidos, incluindo a capacitação de técnicos e dirigentes municipais em implementação de Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e operacionalização de aterros sanitários. O programa já beneficiou, até aqui, 99 municípios, onde vivem 24 milhões de pessoas.

O **Programa de Revitalização da Baía da Guanabara** envolve vários projetos de melhoria dos sistemas de destinação final de resíduos, no Estado do Rio de Janeiro. Em seu âmbito, celebraram-se convênios com treze municípios que integram a Bacia da Baía da Guanabara e com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, responsável pelo acompanhamento técnico da execução desses projetos. Em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, foi realizado um seminário internacional, “Gestão Sustentável da Baía de Guanabara”, criado um grupo de acompanhamento do programa e realizados estudos complementares para a macrolocalização dos aterros sanitários dos municípios integrantes da Bacia.

Em 2001, foi firmado um convênio no valor de R\$ 294 mil, com a Fundação Movimento Ondazul, para implementação de projetos na Costa dos Coqueiros, no norte da Bahia, envolvendo um conjunto de ações dirigidas para o desenvolvimento de bases de um Modelo de Sustentabilidade Ambiental para Assentamentos Humanos. Também para a realização de investimentos no Estado da Bahia, dois outros convênios foram firmados: um, com o governo daquela União da Federação, a ser executado pela Superintendência de Recursos Hídricos do estado, para a adequada disposição dos resíduos sólidos nos municípios situados na área do Sítio do Descobrimento; e outro com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, para a execução do projeto Estratégias de Gestão Ambiental Urbana, parte na citada região do Sítio do Descobrimento, parte no Estado do Espírito Santo.

Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico

A zona costeira brasileira compreende uma faixa de 8,7 mil km de extensão e compõe um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388 mil km². Abrange uma parte terrestre, com cerca de quatrocentos municípios, e uma área marinha, com largura de doze milhas náuticas, a contar da linha de costa. A faixa litorânea concentra quase um quarto da população do País, em torno de 36,5 milhões de pessoas (segundo a Contagem da População de 1996), com uma densidade média de 88 hab/km², quase cinco vezes superior à média nacional (18 hab/km²).

A zona costeira é um dos quatro ecossistemas brasileiros declarados como patrimônio nacional pela Constituição de 1988. Nessa região, existem quadros críticos ou potencialmente críticos de degradação ambiental, que demandam ações de caráter corretivo, de mediação de conflitos quanto aos usos dos espaços e dos recursos naturais aí presentes, bem como ações de controle de impactos provocados por atividades terrestres sobre o ambiente marinho. Por outro lado, esses espaços são permeados por áreas de baixa densidade de ocupação e ocorrência de ecossistemas estratégicos, que vêm sendo ameaçadas por acelerado processo de ocupação, demandando ações preventivas.

Por meio do **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**, o Governo Federal vem atuando em conjunto com os estados a fim de promover o planejamento e a gestão ambientais dos espaços litorâneos. Aos estados cabe o ordenamento territorial e a assistência técnica aos municípios litorâneos. A assistência visa a capacitar os municípios na gestão ambiental do uso do solo. No nível local, as iniciativas buscam institucionalizar o diálogo e a cooperação entre os órgãos de governo e grupos e entidades da sociedade civil.

O Gerenciamento Costeiro – Gerco tem sua ação orientada para quatro grandes linhas de trabalho:

- implementação do Programa Global de Proteção do Ambiente Ma-

- rinho das Atividades Baseadas em Terra – PGA;
- controle da poluição derivada das atividades marítimas e portuárias, mediante ações de proteção da orla marítima, consolidadas no Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla;
- Programa Global de Observação dos Oceanos – GOOS/Brasil, cujo objetivo é implementar, sistematizar e tornar operacional a coleta, análise e a transmissão de dados referentes às áreas oceânicas e costeiras, gerando produtos de aplicação socioeconômica para o País; e
- Programa *Train-Sea-Coast* Brasil, ligado à rede de capacitação *TRAIN-X* da ONU, cujo propósito é a capacitação de recursos humanos, especialmente gerentes e tomadores de decisão, que atuam nas regiões costeiras e oceânicas.

As principais fontes de poluição marinha são a degradação de esgotos sanitários, poluentes orgânicos persistentes, radioatividade, metais pesados, nutrientes, óleos, movimentação de sedimentos e lixo. Daí a importância do inventário das principais fontes poluidoras da zona costeira, realizado com o concurso dos dezessete estados litorâneos, que fornecerá os subsídios para as medidas de gestão a serem adotadas.

Para o controle da poluição derivada das atividades marítimas e portuárias, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu com o Ministério dos Transportes a agenda ambiental portuária, desenvolvida no âmbito do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira e do **Programa Nacional de Capacitação Ambiental Portuária**, com o objetivo de inserir a dimensão ambiental no processo de modernização e gestão portuária no Brasil. A agenda ambiental portuária contempla os portos de Vila do Conde, Itaqui, Maceió, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, e Rio Grande. Inclui também a inserção da diretriz ambiental no processo de modernização de 36 portos e quinhentos terminais portuários. Ainda no campo das atividades marítimas, o Ministério do Meio Ambiente coordena o Projeto Controle e Gerenciamento da Transferência Indesejável de Espécies Exóticas e/ou Organismos Patogênicos por Meio da Água de Lastro de Navios, como parte do Programa Global para Controle da Água de Lastro, da Organização Marítima Internacional – IMO, das Nações Unidas.

As ações de proteção da orla marítima, consolidadas no **Projeto Orla**, são resultado de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento. Essas ações contam com a participação do Ibama, da Marinha do Brasil e de outros órgãos federais, além dos estados e municípios. Seu objetivo é promover a gestão integrada da orla marítima nas áreas de Patrimônio da União, visando à sua conservação, à ocupação ordenada dos seus espaços e ao uso sustentável dos seus recursos ambientais, mediante parceria entre os três níveis de governo e a sociedade.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente preparou o Programa Nacional de Ação para Proteção do Ambiente Marinho frente às Atividades Baseadas em Terra na Porção Brasileira do Atlântico Sudoeste Superior – PNA, que faz parte de uma iniciativa regional da qual participam também a Argentina e o Uruguai (Programa de Ação para o Atlântico Sudoeste Superior – PASO). A iniciativa vincula-se ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. O Ministério participa ainda de outros programas internacionais relacionados às questões ambientais costeiras e marinhas, a exemplo do Programa Global de Observação dos Oceanos – GOOS/Brasil) e do Programa Train-Sea-Coast Brasil.

Recursos pesqueiros sustentáveis

A Zona Econômica Exclusiva Marinha Brasileira – ZEE compreende uma faixa que se estende das 12 às 200 milhas marítimas (3,5 milhões de km²), contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial. Nessa Zona, o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar e seu subsolo. Tem também direitos de soberania para a produção de energia proveniente dos ventos, correntes, marés e gradientes térmicos.

O Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos na Zona Econômica Exclusiva – Revizee resulta dos compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar, em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e incorporar os seus conceitos à legislação brasileira, tanto por intermédio da Constituição Federal de 1988, como da Lei nº 8.617, de 1993. O programa tem como objetivo proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de recursos da Zona Econômica Exclusiva, visando a inventariar os recursos vivos e as características ambientais de sua ocorrência, determinar a sua biomassa e estabelecer os potenciais de captura sustentável.

O Revizee está sendo implementado de acordo com as seguintes etapas: determinação das distribuições, sazonalidade, abundâncias e potenciais sustentáveis de recursos vivos na zona, utilizando técnicas de prospecção pesqueira e avaliação de estoques; obtenção de um quadro referencial climatológico e de uma visão oceanográfica de caráter abrangente, para as áreas física, química, geológica e biológica, que subsidiem a compreensão da dinâmica dos recursos vivos na zona; e análise dos potenciais sustentáveis e suas perspectivas de exploração, a partir da integração das informações de abundância e características ambientais.

O programa, ao longo de sua existência, confirmou a soberania brasileira sobre a Zona Econômica Exclusiva e permitiu a realização de operações oceanográficas, de campanhas de prospecção pesqueira, de estudo da dinâmica das populações e de avaliação dos estoques, nas quatro regiões do País. Propiciou, assim, a ampliação do

conhecimento sobre os recursos vivos marinhos nacionais, tanto em termos de compreensão da dinâmica dos recursos tradicionais, como também da descoberta de novos recursos.

Nos últimos anos, vários Planos de Ordenamento Pesqueiro foram formulados e postos em execução, em regiões litorâneas e bacias hidrográficas. Cabe destaque para os da pesca da lagosta, no litoral nordestino; da sardinha e do camarão, no litoral das Regiões Sudeste e Sul; e da pesca em geral, nas bacias hidrográficas dos rios Amazonas, São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraná-Paraguai.

Para a conservação do Pantanal Mato-Grossense, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, desenvolve o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Paraguai – BAP, envolvendo o controle dos principais problemas ambientais que afetam o Pantanal.

O programa prevê duas fases, com a duração de quatro anos cada uma. Conta com recursos de US\$ 400 milhões, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (US\$ 200 milhões) e do Banco Japonês de Cooperação Internacional – JBIC (US\$ 100 milhões), além da contrapartida da União e dos Estados beneficiados (US\$ 100 milhões).

Agenda Azul: recursos hídricos

Nos últimos cem anos, a população do mundo se multiplicou por três e o consumo de água, por seis. A partir de meados do século XX, começaram a surgir os primeiros sinais de que o uso irracional da água poderia acarretar o comprometimento dos meios de subsistência e levar ao colapso os sistemas produtivos. Desde então, a questão do gerenciamento responsável dos recursos hídricos vem adquirindo importância crescente em todo o mundo.

O Brasil tem situação privilegiada em relação à disponibilidade de recursos hídricos. Estima-se que o País possua 14% dos recursos hídricos do planeta. Esses recursos, entretanto, estão distribuídos de forma bastante diferenciada por bacia e por região demandante, o que torna estratégica a gestão dos recursos hídricos, seja do ponto de vista ambiental, seja das atividades econômicas e sociais.

Apesar da abundância de águas, a Região Norte é habitada por menos de 12% da população brasileira. No Centro-Oeste, que abriga grande parte do bioma do Cerrado brasileiro, o recurso é relativamente abundante, mas a região transformou-se em importante fronteira agrícola do País e passou a ser ameaçada por um processo de ocupação acelerado. O quadro da Região Nordeste é de insuficiência quantitativa, com escassez no Semi-Árido. Nas Regiões Sudeste e Sul, onde se encontram as maiores concentrações urbanas e industriais do País, as deficiências são, sobretudo, de qualidade das águas.

No que se refere à gestão sustentada dos recursos hídricos, o Governo Federal tem-se empenhado na montagem e operação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – com todos os seus instrumentos normativos, técnicos e organizacionais – e na implementação de ações de conservação e melhoria da qualidade da água, além da ampliação da oferta desse recurso natural, onde sua escassez constitui um problema para o desenvolvimento econômico e social.

Um novo marco regulatório

Em 1996, a Secretaria de Recursos Hídricos assumiu o papel de articuladora das discussões em torno do projeto de Lei das Águas.

A criação da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, em 1996, representou uma importante mudança institucional para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos. A SRH assumiu, então, o papel de articuladora das discussões em torno do Projeto de Lei das Águas, em tramitação no Congresso Nacional. Sancionada em janeiro de 1997, a Lei nº 9.433 criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, no Brasil.

Àquela época, o Governo já colocava em prática o princípio de gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, apoiando a elaboração de leis estaduais e, principalmente, a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, organismos incumbidos da tomada de decisões no âmbito de cada bacia. Criado antes da nova Lei das Águas, o Comitê para Integração da Bacia do Paraíba do Sul – Ceivap surgiu de amplo processo de discussão entre os três níveis de governo, os usuários e entidades da sociedade civil.

O Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação pretende atender a uma população estimada em oito milhões de pessoas no sertão Semi-Árido nordestino.

Neste Governo, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da SRH, coordenou a elaboração de 38 Planos de Recursos Hídricos para várias regiões do País, bem como o processo de planejamento participativo que resultará no Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, referência para o gerenciamento do uso da água. Da mesma forma, está sendo desenvolvido o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PAN, que pretende atender a uma população estimada em oito milhões de pessoas no sertão semi-árido nordestino. Também merece destaque a coordenação, pelo Brasil, do Projeto Aqüífero Guarani, cujo objetivo é a gestão das águas subterrâneas comuns à Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Aqüífero Guarani se estende por uma área de 1,2 milhão de km², dos quais 71% estão no Brasil, 19% na Argentina, 6% no Paraguai e 4% no Uruguai.

A Agência Nacional de Águas – ANA foi criada em 2001, com a missão de organizar o uso da água em todo o País. Trata-se de uma autarquia, constituída sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O objetivo da Agência é disciplinar a utilização dos rios, de forma a evitar a poluição e o desperdício, e garantir água de boa qualidade às gerações futuras, conforme prevê a nova Lei das Águas.

O modelo desenhado pela Lei das Águas adapta-se ao sistema federativo brasileiro em que os rios tanto podem ser de domínio da União, como dos estados. O modelo atende também à Constituição de 1988, que assegurou a existência de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A instância decisória máxima desse Sistema é o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Composto por 49 membros, representantes dos setores usuários de água, do poder público, e da sociedade civil, o CNRH regulamenta os outros entes do Sistema e os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, previstos na Lei das Águas.

Com a implementação dos mecanismos definidos na Lei, o Brasil terá nos próximos anos, dezenas de comitês de bacias, como unidades básicas de tomada de decisão, reunindo os usuários (industriais, agricultores e consumidores), o poder público (União, Estados e Municípios) e organizações não-governamentais.

Os programas **Nossos Rios**, em seu conjunto, envolvem ações orientadas para a aplicação do conceito de gestão integrada em três grandes bacias hidrográficas brasileiras – São Francisco, Paraíba do Sul e Araguaia-Tocantins. Em relação às demais bacias, a responsabilidade é do **Programa Águas do Brasil**. Essas ações compreendem: campanhas de mobilização para o gerenciamento da bacia; elaboração ou atualização dos Planos Diretores de Recursos Hídricos; implantação de redes de monitoramento; desenvolvimento de observatórios das águas e sistemas preventivos de eventos críticos; implantação de Comitês e de Agências de Água das Bacias; e recuperação e preservação de nascentes e mananciais das bacias.

Aproximadamente sessenta comitês já estão em funcionamento no País. Em sua maior parte, são estaduais. Em rios de domínio da União, destacam-se os Comitês do Vale do Paraíba e os Comitês dos rios São Francisco, Doce e Piracicaba, incluídos seus tributários Jundiaí e Capivari.

Atualmente, a ANA tem como prioridade enfrentar dois graves problemas: as secas prolongadas, especialmente no Nordeste, e a poluição dos rios. A ação da Agência parte do princípio de que conviver com a seca não depende só do aumento da oferta de água, mas, também, do gerenciamento da demanda, que inclui desde medidas de prevenção e economia até a adoção de regras de racionamento e de indenização de usuários. No combate à poluição, a Agência terá um papel especialmente relevante sempre que as ações e providências envolverem bacias hidrográficas em mais de um estado.

O **Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – Prodes**, incluído no Plano Plurianual em 2001, além de reduzir os níveis de poluição, tem o objetivo de induzir a implantação de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, mediante a constituição de comitês de bacias hidrográficas, de agências de bacia e da cobrança pelo uso da água.

O programa adota um mecanismo inédito: o pagamento pelo esgoto tratado. O estímulo financeiro é concedido aos prestadores de serviço que investirem na construção e operação de Estações de Tratamento de Esgotos – ETE em bacias hidrográficas com elevado grau de poluição hídrica. Com base em contrato firmado diretamente com a ANA, o prestador do serviço, seja entidade pública ou privada, recebe uma contribuição financeira por período determinado, a contar da entrada em operação da estação de tratamento. O valor pago representa até 50% do custo do investimento.

Dezesete empreendimentos foram contratados no **Prodes** em 2001, dos quais oito estão na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; cinco na bacia do rio Paraíba do Sul; três nas bacias do Alto Iguaçu e Alto Ribeira, e um na bacia do rio Tietê. O custo total dos investimentos atingiu a cifra de R\$ 130 milhões. Assim que começarem a funcionar, os prestadores de serviço receberão da ANA R\$ 14 milhões. Outros onze empreendimentos estão em fase de contratação e 36 em análise para habilitação.

Com a crise energética ocorrida em 2001, a Agência foi acionada para mediar conflitos sobre o uso da água entre a geração de energia e a navegação fluvial (fechamento do Canal de Pereira Barreto, na hidrovia Tietê-Paraná), a irrigação (reservatório de Sobradinho, no rio São Francisco) e o abastecimento humano (bacia do rio Paraíba do Sul).

Programas prioritários na área do Semi-Árido

No Nordeste, a água tem importância estratégica, uma vez que a seca representa o grande obstáculo para o desenvolvimento da região. Embora ali a média dos índices pluviométricos seja equivalente a da Alemanha ou da França, a água se distribui de forma desigual no espaço e irregularmente no tempo. O regime de chuvas, aliado ao alto índice de evaporação, além da crônica insuficiência de infra-estrutura e do gerenciamento inadequado de recursos hídricos, tem comprometido historicamente a garantia de continuidade no abastecimento tanto para o consumo humano quanto para a produção.

O enfrentamento deste desafio exigiu a retomada de projetos inacabados, cujas obras vinham se arrastando há décadas, assim como a implantação de novos empreendimentos. O **Programa Proágua Infra-Estrutura**, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, tem assegurado a ampliação da oferta de água por meio da conclusão de obras estruturantes e prioritárias, tais como adutoras, canais, barragens, transposição de bacias e extração de água subterrânea. Papel fundamental desempenha, também, o **Programa Irrigação e Drenagem**, por sua importância estratégica para a economia regional.

O Programa Proágua Infra-Estrutura vem atuando em duas diferentes vertentes: concluindo obras já iniciadas e contribuindo na concepção dos planos diretores estaduais de recursos hídricos. Em Pernambuco, o programa contribuiu para a implementação das adutoras: Oeste, Jucazinho, Pajeú, Moxotó e Carpina. Da mesma forma, no Rio Grande do Norte, apoiou a construção dos sistemas Apodi-Mossoró, Piranhas-Açu, Potengi, Trairi e Ceará-Mirim. São apenas alguns exemplos de empreendimentos que se distribuem por todos os estados da região e contam com o apoio desse programa.

Resultados alcançados

Em 1996, houve aumento da capacidade de acumulação de água em cerca de 109 milhões de m³ na região do vale do São Francisco, e em 760 milhões de m³ nos Estados de Minas Gerais, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Foram concluídos os perímetros de irrigação de Mirorós (BA), Baixo Açu (RN) e Platô de Neópolis (SE).

Em 1997, acresceram-se 57 milhões de m³ à capacidade de acumulação de água e concluíram-se os perímetros de irrigação de Nilo Coelho (PE), Jaíba (MG) e o canal de Pataxós (RN). Já em 1998, prosseguiram as obras das adutoras do Agreste e Pão de Açúcar-Olho D'Água das Flores (AL), Sertão Central-Cabugi e Trairi (RN) e do Oeste (PE). Também foi concluída a barragem do Zabumbão (BA).

Em 1999, foram concluídas dezessete barragens, retomadas no período entre 1996 e 1999, totalizando 6,6 bilhões de m³ acumuláveis/ano. Implantaram-se os perímetros de irrigação de Formoso, Barreiras e Nupeba, todos na Bahia, e iniciou-se a construção de onze novas barragens – para ampliação da capacidade em 8,5 bilhões de metros cúbicos.

No ano de 2000, a construção de 59 barragens permitiu uma oferta adicional de 773 milhões de m³ para o consumo de dois milhões de habitantes. Destaca-se a conclusão das adutoras Tauá e Cascavel, ambas no Ceará; Amélia Rodrigues e Feijão, ambas na Bahia; e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Por fim, em 2001 foram concluídos os Projetos Estratégicos Santa Terezinha (MS), Salangô (MA); parte dos Projetos Baixo Acaraú (CE), Pindorama (AL), Luis Alves do Araguaia (GO); e a barragem do Projeto Flores de Goiás (GO), com capacidade de acumulação de 172 milhões de m³ de água. Esses projetos incorporarão ao processo produtivo uma área de dez mil hectares, beneficiando cerca de quarenta mil habitantes e gerando 22 mil novos empregos, com recursos da ordem de R\$ 60 milhões.

Entre 1995 e 2000 foram incorporados ao processo produtivo em todo o País, mais 535 mil hectares de área irrigada. Somente na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, nos últimos

sete anos, houve um aumento da capacidade de acumulação de água de cerca de 10,6 bilhões de m³. Ao todo, foram implantados dezesseis perímetros de irrigação, beneficiando um total de 77.931 hectares de áreas irrigadas. Construíram-se também 1.517,6 km de adutoras, além de 1.489 poços artesianos.

Até dezembro de 2002, deverá ser atingido o total de dois mil quilômetros de adutoras construídas neste Governo, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes em todos os estados do Nordeste e na região norte de Minas Gerais. Obras de grande importância estarão em andamento, tais como a duplicação da Adutora Italuís, destinada ao abastecimento de água de São Luís (MA); a barragem Castelo (PI); as adutoras de Acauã (PB) e Pajeú (PE); além das barragens de Congonhas (MG) e São Bento (SC). Também serão implementadas ações estratégicas, como o Canal do Sertão Alagoano e o projeto Propertins, de perenização das águas das bacias hidrográficas do sudeste do Estado do Tocantins.

Com as obras de irrigação dos projetos do Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Tabuleiros de São Bernardo (MA), Jacaré-Curituba (SE), Pindorama (AL), Tabuleiros de Russas (CE), Várzeas de Sousa (PB), Luis Alves do Araguaia (GO), Marituba (AL), Baixio de Irecê (BA), Pontal – Área Sul (BA) e Salitre (BA) está prevista a incorporação de mais 32 mil hectares de áreas irrigadas, destinadas à produção de grãos, hortifrutigranjeiros e matérias-primas, que levarão benefícios a uma população estimada em 120 mil habitantes, gerando 65 mil novos empregos diretos e indiretos.

No âmbito do **Proágua Semi-Árido** está prevista a conclusão de quatorze obras de infra-estrutura de recursos hídricos, que visam à ampliação da oferta de água em 2.100 litros por segundo, para as pequenas localidades do semi-árido nordestino e no norte de Minas Gerais, atendendo a uma população de 654 mil pessoas. Entre estas obras, destacam-se: a adutora Piritiba-Mundo Novo (BA), a adutora de Iguatu (CE), a recuperação e modernização da adutora de Acarape (CE), a adutora de São Gonçalo do Amarante-Umarituba (CE) e o sistema adutor do Agreste (SE).

As ações de revitalização do rio São Francisco são de fundamental importância no contexto da Região Nordeste e do Estado de Minas Gerais, devido aos múltiplos usos de suas águas – navegação, abastecimento, irrigação e geração de energia. O assoreamento, a redução da vegetação nas margens e a poluição terminaram por reduzir a capacidade de vazão do rio, além de diminuir a fauna e comprometer a qualidade da água.

Diante da redução da vazão média do rio e dos demais problemas ambientais associados, tornou-se necessária a adoção de um conjunto articulado de medidas a fim de assegurar a recuperação da bacia do rio São Francisco. Com esse propósito criou-se o Comitê Gestor da Bacia do São Francisco, do qual participam representan-

tes de vários órgãos ligados à gestão de águas: Ibama, ANA e Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, além de representantes de diversos estados (MG, BA, GO, PE, AL, SE e DF).

As principais ações previstas no projeto dizem respeito à despoluição, com um aporte de R\$ 19 milhões para obras de esgotamento sanitário, tratamento de efluentes e das calhas principal e tributárias. Para a conservação de solos serão investidos R\$ 6 milhões. A convivência com a seca conta com R\$ 25 milhões, destinados ao manejo e fiscalização da pesca, aumento da produção de alevinos e do peixamento de rios, lagoas marginais e reservatórios; apoio à aquicultura e infra-estrutura de abastecimento de água em núcleos rurais e urbanos.

Também estão previstas ações de reflorestamento e recomposição das matas ciliares, com recursos da ordem de R\$ 10 milhões. A gestão e monitoramento do projeto conta com investimentos de R\$ 12 milhões para monitoramento e controle de desmatamentos, planejamento e gestão integrada dos recursos naturais, controle de agrotóxicos e embalagens, e fiscalização de desmatamentos e queimadas. A gestão integrada dos resíduos sólidos prevê investimentos de R\$ 3,3 milhões; enquanto que a educação ambiental, R\$ 2,5 milhões. Para as unidades de conservação e preservação da biodiversidade foram previstos R\$ 6,5 milhões.

Parte significativa dos recursos para o projeto de revitalização foi remanejada do **Programa Transposição das Águas do Rio São Francisco**. Em 2002, serão priorizados, no âmbito deste programa, projetos de esgotamento, estudos de planejamento de obras e ações na bacia do rio São Francisco. O objetivo consiste em contribuir para a despoluição do rio e apoiar projetos futuros de novas obras de controle da poluição e regularização.

Cabe destacar ainda o **Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua Gestão**, criado em 1998 para fortalecer a cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal. O programa promove a estruturação dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados nordestinos e prioriza obras que apresentem adequada sustentabilidade ambiental, com investimentos previstos de US\$ 330 milhões.

Rede hidrometeorológica básica nacional

Gerenciar os recursos hídricos disponíveis no País e otimizar seus potenciais hidráulicos exige uma rede hidrometeorológica confiável, que permita conhecer o comportamento dos rios, as sazonalidades e vazões, os regimes pluviométricos das diversas bacias, e sua distribuição espacial e temporal.

A Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, em transição do âmbito da Aneel para a ANA, dispõe de 1.874 estações fluviométricas, que coletam informações de nível d'água e vazão, e 2.234 estações pluviométricas, medindo a quantidade de chuva em pontos determinados do território nacional.

Estão em andamento negociações com os órgãos e estados interessados, além da Organização Meteorológica Mundial – OMM e o Banco Mundial, com vistas ao desenvolvimento do Programa de Modernização Tecnológica dos Sistemas de Monitoramento e Georreferenciamento Hidrológico e Capacitação Técnica para fins de Gerenciamento de Recursos Hídricos. O programa, orçado em US\$ 2,1 milhões na primeira fase, permitirá modernizar a operação da Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, além de capacitar técnicos, no Brasil e no exterior.

Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Nos últimos seis anos, o Brasil vem realizando um trabalho de aperfeiçoamento do processo de identificação e seleção de projetos prioritários para o desenvolvimento, buscando utilizar, para esse fim, as melhores práticas adotadas internacionalmente.

Com esse objetivo, o Governo brasileiro contratou, em 1997, um estudo de grande porte, realizado pelo consórcio de empresas de consultoria liderado pela Booz-Allen & Hamilton, Bechtel e ABN-Amro Bank.

Esse estudo foi baseado no conceito de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que considera o território nacional como um espaço geoeconômico aberto, rompendo com a visão tradicional de país fragmentado segundo suas fronteiras geopolíticas formais, com macrorregiões e estados. Em lugar disso, a definição dos Eixos dá ênfase à análise dos fluxos reais de bens e serviços e à identificação das demandas dos cidadãos no ambiente em que vivem. Assim, os Eixos representam espaços territoriais delimitados, para fins de planejamento, segundo a dinâmica sócio-econômica e ambiental que os caracteriza.

Os Eixos representam espaços territoriais delimitados segundo a dinâmica socioeconômica e ambiental.



Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

O levantamento das realidades regionais e a identificação de potencialidades e obstáculos em todo o território nacional tornaram possível compreender melhor o Brasil e definir os caminhos para o desenvolvimento econômico e social.

A delimitação dos Eixos foi definida a partir de quatro variáveis: a malha multimodal de transportes, a hierarquia funcional das cidades, os centros dinâmicos e os ecossistemas.

Critérios de delimitação dos Eixos

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foram originalmente definidos a partir de quatro variáveis: a malha multimodal de transportes, a hierarquia funcional das cidades, a identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas.

A malha multimodal de transportes é a representação da infra-estrutura viária existente no País, incluindo todos os meios disponíveis – rodovia, ferrovia, hidrovia interior, cabotagem, transporte marítimo, terminais de transbordo, portos marítimos e fluviais. Neste aspecto foram considerados os “fluxos origem-destino” de produtos relevantes para o transporte, em todos os setores da produção.

A hierarquia funcional das cidades foi definida de acordo com o poder de influência e atração dos diversos centros urbanos em virtude dos serviços oferecidos. Esse padrão de polarização foi traduzido em níveis hierárquicos, estabelecidos segundo a intensidade e a direção dos fluxos de pessoas, em busca de bens e serviços. Os resultados indicam que a rede urbana brasileira reproduz os padrões de concentração da economia.

Os centros dinâmicos são espaços que apresentam potencial de expansão econômica. Esses espaços são dotados de estruturas econômicas capazes de promover o desenvolvimento. Estão distribuídos de forma desigual pelo território brasileiro. Na porção sul-sudeste, por exemplo, são de difícil caracterização, pois compõem um conjunto produtivo denso e complexo. No restante do País, sua distribuição é dispersa, formando núcleos produtivos distintos.

Por fim, os ecossistemas existentes no País foram mapeados e analisados, segundo suas restrições e potencialidades. Também as unidades de conservação federais e terras indígenas foram analisadas, de forma que as delimitações dos Eixos não as fragmentassem. Também foi estudada a disponibilidade dos recursos hídricos das principais bacias.

Portfolio de oportunidades de investimento

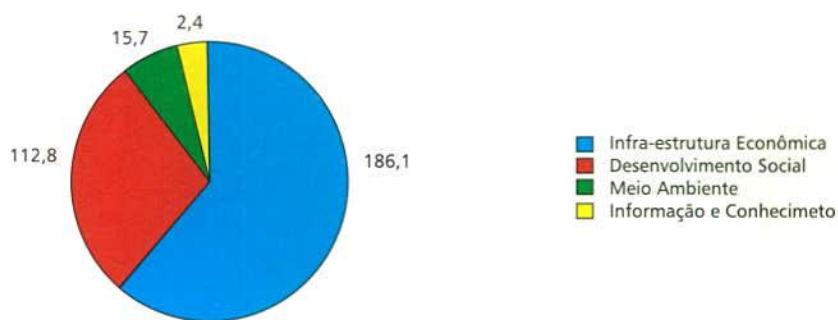
Identificou-se um *portfolio* de oportunidades de investimentos públicos e privados, no valor de R\$ 317 bilhões nas áreas de energia, transportes, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente e informação e conhecimento.

Os objetivos do estudo dos Eixos, embora sustentados em fundamentos teóricos consistentes, tiveram um caráter absolutamente pragmático: a identificação de um *portfolio* de oportunidades de investimentos contribuiu para a redução de custos de produção de bens e serviços, para o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia e para a redução das desigualdades sociais e regionais. Também foi levada em consideração a contribuição de cada empreendimento para a multiplicação das oportunidades de investimentos privados e para a integração do País internamente, com seus vizinhos e os mercados internacionais.

Como resultado, foram detectados investimentos públicos e privados no valor de R\$ 317 bilhões – planificados para implantação no período 2000-2007. São projetos integrados nas áreas de energia, transportes, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente, informação e conhecimento, considerados essenciais para o crescimento e a modernização de todas as regiões.

O impacto dos investimentos ultrapassa os limites dos estados, das regiões e até do País. Os efeitos positivos de um determinado grupo de projetos transbordam os limites da economia estadual e acabam beneficiando toda uma região e o território nacional como um todo. O resultado é o aumento da produtividade dos investimentos, com maior retorno econômico e social para cada real investido.

Os valores dos projetos de investimentos estão distribuídos da seguinte forma: infra-estrutura econômica (transportes, energia, telecomunicações e recursos hídricos), 59%; desenvolvimento social (saúde, educação, saneamento e habitação), 36%; meio ambiente, 4%; e informação e conhecimento, 1%.



Investimento Total: R\$ 317,0 bilhões

Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

Oportunidades de investimentos públicos e privados 2000-2007 por setor

O estudo dos Eixos resultou em 952 projetos, muitos dos quais vêm sendo realizados pelo Governo, iniciativa privada ou em parcerias. Destes projetos, 494 são de infra-estrutura econômica, sendo que 227 são oportunidades na área de transportes, 105 na de energia, 71 em telecomunicações e 91 em infra-estrutura hídrica do Nordeste do Brasil. Na área de Desenvolvimento Social, são 117 projetos de educação, 45 de habitação, 81 de saúde e 63 de saneamento básico, num total de 306. Finalmente, os projetos de Informação e Conhecimento são 60 e os de Meio Ambiente, 92.

Esses projetos estão distribuídos em nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: Arco Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Transnordestino, São Francisco, Rede Sudeste, Sudoeste e Sul.

Eixos da Amazônia

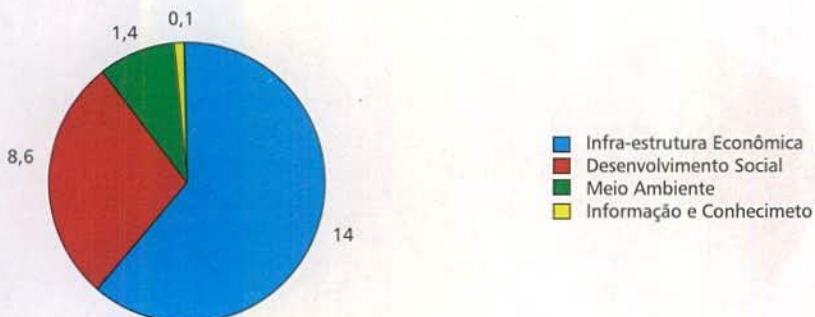
Na mais extensa região do País, o imenso acervo de recursos naturais e o uso de tecnologias limpas abrem um amplo conjunto de novas oportunidades para o investimento. A exploração sustentável de produtos da floresta, o ecoturismo e a biotecnologia somam-se à agropecuária, agroindústria, exploração mineral e aos serviços, constituindo a base do desenvolvimento dos Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas.

Os investimentos em informação e conhecimento devem crescer progressivamente para agregar valor aos produtos da Região Norte.

O desenvolvimento sustentável da região demanda infra-estruturas modernas, que se integrem à natureza amazônica, viabilizando a aproximação com os países vizinhos. É o caso das hidrovias, meio natural de organização do sistema de transporte, da energia limpa produzida a partir do gás natural e dos sistemas avançados de telecomunicações.

Os investimentos em informação e conhecimento devem crescer progressivamente para agregar valor aos produtos da região, superar problemas sociais, conservar a diversidade biológica e cultural e, sobretudo, garantir a valorização do patrimônio ambiental em benefício do desenvolvimento da Amazônia e do País.

**Oportunidades
de investimentos
públicos e privados
2000-2007**
Eixos da Amazônia



Investimento Total: R\$ 24,1 bilhões

Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

Do conjunto de investimentos previstos para os Eixos Arco Norte e Madeira-Amazonas, que compreende os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia, encontram-se implantados ou em implantação: a hidrovia do Rio Madeira; os gasodutos Coari-Manaus e Urucu-Porto Velho, a geração termelétrica em Rondônia; linhas de transmissão de energia para o Acre e Mato Grosso; o aeroporto internacional de Porto Velho; a pavimentação das rodovias BR364 e BR317 nos estados de Mato Grosso e Acre; a pavimentação das rodovias BR 156 e BR 401 ligando o Brasil à Guiana Francesa e à República da Guiana; a ligação rodoviária Manaus-Boa Vista-Caracas e a linha de transmissão de energia elétrica Guri-Boa Vista, que faz a integração energética do País com a Venezuela.

E ainda, projetos de zoneamento ecológico e econômico em Rondônia e de desenvolvimento sustentável no Acre; projetos nas áreas de educação, saúde, saneamento e habitação de acordo com os programas federais e estaduais; além de projetos de pesquisa tecnológica ambiental e em agropecuária.

Eixos do Centro-Oeste

Os Eixos Araguaia-Tocantins e Oeste constroem laços econômicos entre as regiões, viabilizados pela expansão da agropecuária e da agroindústria. O cerrado, que se tornou fértil graças à pesquisa tecnológica brasileira, é a base dessa expansão, que gera oportunidades, empregos e renda para os brasileiros de todas as regiões. Os investimentos em curso e os novos projetos, especialmente nos setores de transportes, energia e telecomunicações, reduzirão os custos e facilitarão o acesso dos produtos da região aos mercados interno e externo.

Com mais tecnologia e conhecimento é possível aproveitar melhor os recursos naturais e adicionar valor à produção. A região abriga um ecossistema único no mundo: o Pantanal. Ele precisa ser preservado e utilizado de forma sustentável. Os projetos de desenvolvimento social melhoraram os padrões de educação, saúde, habitação e saneamento básico para a população do Centro-Oeste.

O cerrado é a base da expansão da agropecuária e da agroindústria no Centro-Oeste, gerando oportunidades, empregos e renda para brasileiros de todas as regiões.



Investimento Total: R\$ 49,8 bilhões

Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

Oportunidades de investimentos públicos e privados 2000-2007

Eixos do Centro-Oeste

Nos Eixos Araguaia-Tocantins e Oeste, que reúnem os estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, as oportunidades de investimentos previstas no *portfolio* contemplam variadas demandas da infra-estrutura econômica da região. Encontram-se em implantação a modernização dos aeroportos de Brasília e Palmas; a duplicação das rodovias BR 060, BR153 e BR 050 ligando Brasília a Goiânia e à divisa entre Minas Gerais e São Paulo, e a pavimentação das rodovias BR 267 e BR 070, que ampliam a vertebração da hidrovía Paraguai-Paraná, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No setor ferroviário, a Ferronorte atingirá Rondonópolis em 2003, a partir da fronteira de São Paulo, estendendo em 650 km a ligação ferroviária com o porto de Santos. Na ferrovia Norte-Sul, está em implantação o trecho de 280 km compreendido entre Açailândia (MA) e Palmeiras de Tocantins (TO), incluindo a ponte de 1.300 m sobre o Tocantins, com mais de 94% da construção realizada até dezembro de 2001.

No setor de energia estão previstas oportunidades que, através dos programas introduzidos no **Plano Avança Brasil**, resultaram em 2001 na entrada em operação antecipada da primeira turbina da hidrelétrica de Lajeado, bem como de suas linhas de transmissão associadas. Em dezembro de 1998, foi inaugurada a Interligação Norte-Sul, com 1.277 km de extensão, entre Imperatriz (MA) e Samambaia (DF). Uma segunda ligação, com o mesmo traçado já está sendo iniciada.

Nos Eixos do Centro-Oeste também estão em execução ações que, através dos programas do Avança Brasil, contemplam demandas de desenvolvimento social e de meio ambiente, como o **Programa Pantanal**, que pretende, até 2003, elevar para 70% o percentual de famílias atendidas com saneamento básico na região, e elevar de 0,6% para 4% a taxa de conservação do ecossistema pantaneiro.

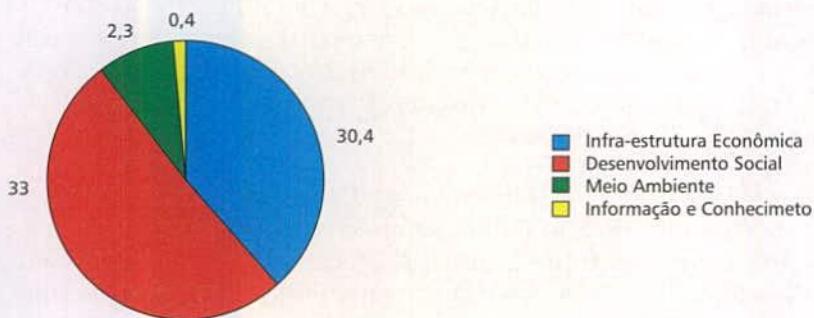
Eixos do Nordeste

O turismo, a moderna agricultura de grãos e a fruticultura irrigada, assim como a indústria de transformação e os serviços avançados são os caminhos para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

O grande desafio da Região Nordeste é o combate à pobreza. Os indicadores sociais desfavoráveis e o grave problema da falta de água exigem um esforço redobrado para superar as desigualdades regionais. Ainda assim, a região vem crescendo a taxas que demonstram o grande potencial de desenvolvimento dos Eixos Transnordestino e São Francisco. O turismo, a moderna agricultura de grãos e a fruticultura irrigada, a indústria de transformação, assim como os serviços avançados, vêm estimulando a economia da região. Existe, entretanto, grande potencial a ser explorado também nos setores químico, petroquímico, siderúrgico e de papel e celulose. A produção de automóveis abrirá espaço para a implantação de indústrias de autopeças, que vão dinamizar várias outras indústrias.

Por sua localização geográfica, o Nordeste pode integrar-se mais facilmente à economia internacional. Assim, são de fundamental importância obras de infra-estrutura, tais como a implantação dos complexos portuários de Suape (PE), Pecém (CE) e Aratu (BA), que tornam mais competitivas as exportações nordestinas.

Oportunidades de investimentos públicos e privados 2000-2007
Eixos do Nordeste



Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

Por seu impacto para o desenvolvimento da região, destaca-se a duplicação da BR 101, entre os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com 410 km de extensão; da BR-232 (PE), entre Recife e Caruaru; da BR-116 (CE), entre Fortaleza e Pacajus, e da BR-230 (PB) entre João Pessoa e Campina Grande. Estão sendo realizados, ainda, investimentos relevantes no transporte ferroviário urbano de passageiros; na modernização dos aeroportos de Salvador e Recife e no desenvolvimento da hidrovia do rio São Francisco.

No Nordeste, um conjunto de obras selecionadas reforça a infraestrutura turística e amplia a oferta de água para abastecimento humano e uso econômico. No meio ambiente, estão previstas oportunidades de investimentos públicos e privados que, no âmbito do **Plano Avança Brasil**, se traduzem em programas de combate à desertificação, conservação e manejo sustentável de áreas de proteção ambiental, e a intensificação de pólos de difusão de práticas sustentáveis.

Eixos do Sudeste

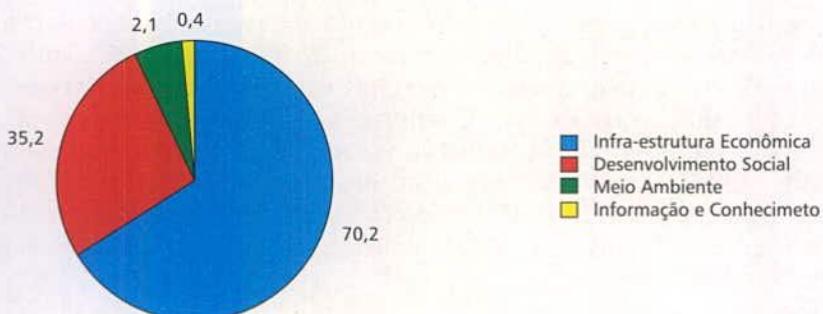
A Rede Sudeste articula-se com todo o Brasil. Maior polo de serviços do País, a região concentra a educação superior e as pesquisas científicas e tecnológicas, interagindo com todo o território nacional. É também um centro de referência em saúde, administração pública, cultura e finanças. Os ganhos de eficiência e competitividade conquistados nessa região difundem-se para todos os espaços brasileiros.

Os ganhos de eficiência e competitividade conquistados na Região Sudeste difundem-se para todos os espaços brasileiros.

A reestruturação produtiva é o principal desafio do Sudeste, região que cresceu rapidamente, levando à concentração exacerbada de indústrias poluentes e ao congestionamento de tráfego e dos sistemas de comunicação. Nessa região busca-se a modernização da infra-estrutura de transportes, da energia e das telecomunicações, além do aproveitamento das oportunidades que se abrem à integração internacional, em especial com o Mercosul.

O desemprego estrutural, provocado pelos ganhos de eficiência e desconcentração econômica, agride a região. As novas oportunidades proporcionadas pelo crescimento econômico, em especial no setor de serviços, a requalificação profissional e o desenvolvimento de pequenos e microempreendedores são estratégias aí requeridas.

**Oportunidades
de investimentos
públicos e privados
2000-2007**
Eixos do Sudeste



Investimento Total: R\$ 107,9 bilhões

Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

O *portfolio* de investimentos previstos para o Eixo Rede Sudeste, conta com importantes obras de infra-estrutura em execução, como o Rodoanel de São Paulo, que articula os principais corredores de transporte do País, e as obras de duplicação das rodovias Fernão Dias e Regis Bittencourt.

No setor de energia, importantes empreendimentos integram o esforço de expansão da capacidade instalada e das linhas de transmissão; destaca-se aí a hidrelétrica de Porto Primavera, as termelétricas de Duke e Angra II, e os trechos das linhas de transmissão: Itaipu-São Paulo, Tijuco Preto-Cachoeira Paulista e Curitiba-São Paulo.

O apoio às micro, pequenas e médias empresas, bem como a qualificação profissional do trabalhador, figuram entre as metas de desenvolvimento social – e também de informação e conhecimento, previstas no *portfolio* de oportunidades para a Região Sudeste.

Eixos do Sul

O processo de integração internacional abre excelentes possibilidades de atração de investimentos para os setores de infra-estrutura econômica e para novas unidades fabris na Região Sul.

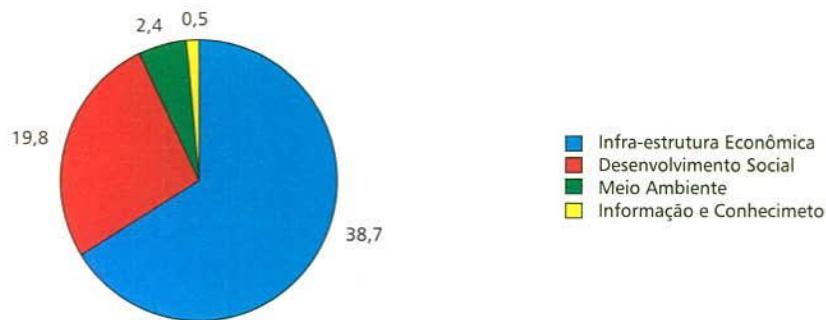
Os desafios dos Eixos Sudoeste e Sul se concentram na melhor forma de aproveitar a proximidade com grandes mercados, mediante o aumento do valor agregado da produção, a elevação da competitividade de setores industriais e agroindustriais, e a difusão do desenvolvimento para a faixa de fronteira. O processo de integração internacional abre excelentes possibilidades de atração de investimentos para os setores de infra-estrutura econômica e para novas unidades fabris, que se traduzirão numa economia mais vigorosa, com reflexos positivos sobre o mercado de trabalho.

A região reúne centros avançados de educação e pesquisa, capazes de oferecer a informação e o conhecimento necessários aos avanços requeridos pelo crescimento econômico.

Na Região Sul, está em execução a ampliação do sistema logístico do Mercosul: a duplicação da ligação rodoviária entre São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e fronteiras com Argentina e Uruguai; a ampliação e modernização do aeroporto Salgado Filho e do porto de Rio Grande.

No setor energético, oportunidades de investimentos previstas no *portfolio* se traduzem em obras que representam um marco na mudança da matriz energética da região. Destaca-se aí a entrada em operação da termelétrica de Uruguaiana, com gás argentino, e o trecho sul do gasoduto Bolívia-Brasil, ligando São Paulo à Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas (RS).

Também estão sendo realizados investimentos em desenvolvimento social e meio ambiente que vão contribuir para reduzir os problemas típicos das regiões metropolitanas, como o desemprego e a poluição, assim como as carências nas áreas de saúde, educação e moradia.



Investimento Total: R\$ 61,4 bilhões

Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento - MP/BNDES

Os empreendimentos identificados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento foram concebidos para ter um efeito multiplicador e desencadear a realização de outros investimentos, gerando um círculo que resulta em desenvolvimento e crescimento econômico.

Cada grupo de projetos foi pensado de forma integrada. A construção de uma ferrovia estará associada a rodovias, hidrovias, portos, energia elétrica e telecomunicações, que, por sua vez, estão ligados a investimentos voltados para o desenvolvimento social, para a capacitação tecnológica e para a conservação do meio ambiente. Desta forma, está sendo possível aumentar o impacto sobre o desenvolvimento como um todo e estimular o setor privado a participar de parcerias com o Estado e demais instituições.

As propostas, entretanto, não são imperativas, são indicações do caminho a seguir. Os governos estaduais e municipais e a sociedade civil organizada podem alterar e aperfeiçoar os projetos a partir de sua visão dos problemas regionais e nacionais. Abre-se espaço para um novo modelo de planejamento indicativo, interativo e que se molda às demandas da sociedade.

Oportunidades de investimentos públicos e privados 2000-2007

Eixos do Sul

Empreendimentos concebidos para ter um efeito multiplicador e desencadear a realização de outros investimentos, geraram um círculo virtuoso de desenvolvimento e crescimento econômico.

Integração da América do Sul

Assistimos, nos anos de 1980 e 1990, a uma reordenação dos espaços políticos e econômicos em todo o mundo. Os blocos regionais vêm ganhando cada vez maior representatividade no comércio e nas relações internacionais. A União Européia acolhe novos parceiros e negocia sua ampliação na direção do leste europeu. O acordo de Livre Comércio Norte Americano - Nafta estimula, desde de 1992, a integração comercial entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. Essa reordenação de espaços realiza-se em torno de interesses comuns dos países participantes, ampliando mercados e estimulando a inovação e a competitividade.

Foi com esse espírito que nasceu a iniciativa de modernização e desenvolvimento da infra-estrutura regional da América do Sul, no encontro de presidentes realizado em Brasília, nos dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre os principais itens da agenda da reunião presidencial estava a criação de instrumentos para estimular a organização dos espaços sul-americanos, a partir da continuidade geográfica, da identidade cultural e dos valores compartilhados pelos países vizinhos.

Numa decisão histórica, os presidentes da América do Sul recomendaram ações destinadas a consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região. Tratava-se de dar destaque, na agenda política e diplomática dos países do continente, às realidades que se foram desenhando no decorrer da década de 1990. Em 1992-1993, o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso já se referia à meta da “organização do espaço sul-americano”.

A Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul – IIRSA, como passou a ser chamada, é uma ação multinacional que envolve, pela primeira vez na história, os doze países soberanos da América do Sul. A exemplo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, que orientam os projetos de desenvolvimento para o Brasil, a idéia central da iniciativa é a identificação e implementação dos eixos de integração da América do Sul, com o objetivo de construir um espaço comum de prosperidade na região, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

O comunicado conjunto dos presidentes ressaltou a importância de se desenvolver uma visão regional, que incorporasse e ampliasse as visões estritamente nacionais, na elaboração de planos para a área de infra-estrutura. Esse enfoque regional criará sinergias para o desenvolvimento da infra-estrutura física da América do Sul. O comunicado fixou também um entendimento em torno do conceito de eixos regionais de desenvolvimento. A noção de eixos favorece a implementação de projetos

A iniciativa de modernização e desenvolvimento da infra-estrutura regional da América do Sul nasceu no encontro de presidentes realizado em Brasília.

A idéia central da iniciativa é a identificação e implementação dos eixos de integração da América do Sul.

de infra-estrutura voltados para o desenvolvimento econômico e social sustentável das regiões envolvidas, além de promover uma visão integrada nas áreas de energia, transportes e telecomunicações.

O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana contém propostas para a ampliação da infra-estrutura regional em um horizonte de dez anos.

O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana, que contém propostas e sugestões para a ampliação e modernização da infra-estrutura regional em um horizonte de 10 anos.

No encontro de Brasília, foi apresentado aos presidentes, por iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e da Corporación Andina de Fomento – CAF, o Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Sul-americana, com propostas e sugestões para a ampliação e modernização da infra-estrutura regional em um horizonte de dez anos.

O Plano de Ação sugere a institucionalização de um mecanismo de coordenação multilateral para o setor de infra-estrutura e identifica como áreas prioritárias de trabalho: a coordenação dos planos nacionais de investimentos; a compatibilização e harmonização dos aspectos regulatórios e institucionais e a identificação de formas inovadoras de financiamento público e privado. O Plano inclui dois componentes principais: um quadro programático e os mecanismos para a implantação e acompanhamento. Um conjunto de princípios básicos servirá de referência para a formulação e implementação da iniciativa.

Em primeiro lugar, é preciso elaborar uma visão mais integral da infra-estrutura, que abranja todos os seus componentes e sinergias. Além do transporte, da energia e das telecomunicações, essa visão contemplará as demandas sociais, as questões ambientais e a incorporação de tecnologias da informação baseadas no conhecimento, procurando aproveitar as sinergias resultantes.

O objetivo do enquadramento dos projetos numa lógica de eixos é a maior eficiência nos investimentos, com a coordenação dos planos de obras dos diversos países sob a perspectiva de uma visão estratégica da integração.

Um segundo aspecto fundamental é o enquadramento dos projetos dentro de um planejamento estratégico, organizado a partir da identificação de eixos de integração e desenvolvimento regionais. O objetivo, neste caso, é a maior eficiência nos investimentos, com a coordenação dos planos de obras dos diversos países sob a perspectiva de uma visão estratégica da integração que atribua prioridade às ações estruturantes dos grandes eixos de integração e desenvolvimento regional.

Outra referência a ser estabelecida é a necessidade de reformar e atualizar os sistemas normativos e institucionais que regulamentam o uso das infra-estruturas nacionais. Esses aspectos, com muita freqüência, não permitem que se utilize adequadamente a infra-estrutura existente. Também é preciso avançar na harmonização de normas e regulamentos para favorecer novos investimentos e a otimização do uso dos existentes.

Com o propósito de consolidar uma visão compartilhada sobre as linhas de ação para o desenvolvimento da infra-estrutura, os presidentes reunidos em Brasília convocaram uma reunião ministerial para o final do ano 2000. A reunião se realizou nos dias 4 e 5 de dezembro, em Montevidéu, no Uruguai, com a participação dos Ministros de Energia, Telecomunicações e Transportes e, em alguns casos, do Planejamento ou Desenvolvimento Econômico dos países da América do Sul, com o apoio de representantes dos ministérios de relações exteriores desses países.

Na reunião de Montevidéu, o comitê de coordenação formado pelo BID, CAF e Fonplata apresentou uma versão enriquecida do Plano de Ação para Integração da Infra-estrutura da América do Sul, que identifica doze Eixos de Integração e Desenvolvimento e seis processos setoriais necessários para otimizar a competitividade e sustentabilidade da cadeia logística. Outro resultado importante foi a aprovação da estrutura de coordenação do Plano.

Foram identificados doze Eixos de Integração e Desenvolvimento e seis processos setoriais para otimizar cadeias logísticas.

Os primeiros eixos a serem implantados, conforme se definiu nesse encontro, seriam:

- Mercosul-Chile
- Andino
- Brasil-Bolívia-Paraguai-Peru-Chile
- Multimodal-Orenoco-Amazonas-Prata
- Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname
- Multimodal do Amazonas

Em paralelo, seriam acionados Processos Setoriais de Integração, cobrindo as áreas de:

- sistemas operativos de transporte multimodal;
- sistemas operativos de transporte aéreo;
- passagens de fronteira;
- harmonização de políticas regulatórias de interconexão, de espetro, de padrões técnicos e de universalização da Internet;
- instrumentos para o financiamento de projetos de integração física e regional; e
- marcos normativos de mercados energéticos regionais.

Pelo lado operacional, foi aprovado, em Montevidéu, o esquema geral de implementação e monitoramento do Plano de Ação, que terá como núcleo um Comitê de Direção Executiva - CDE, um Comitê de Coordenação Técnica - CCT e Grupos Técnicos Executivos - GTE. Este últimos, compostos por funcionários e especialistas designados pelos Governos, por um assistente técnico e um Gerente contratado pelo BID, CAF e Fonplata, terão a responsabilidade de desenvolver todas as atividades relativas aos eixos e processos setoriais.

Aprovado em Montevidéu o esquema geral de implementação e monitoramento do Plano de Ação.

Nos dias 26 e 27 de abril de 2001, foi realizada, em Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, a primeira reunião do Comitê de Direção Executiva. Nessa reunião foram aprovados os procedimentos de funcionamento do próprio Comitê e dos Grupos Técnicos Executivos, as-

sim como o cronograma para a instalação dos oito primeiros Grupos Técnicos Executivos.

Foi criada, por Decreto do Presidente da República, a Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul.

Já foram instalados e estão com seus gerentes contratados os GTE do Eixo Andino, do Eixo Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile-Peru, do Eixo Mercosul-Chile e do Processo Setorial de Integração: marcos normativos de mercados energéticos regionais.

Com o objetivo de articular as ações brasileiras na iniciativa, foi criada, por Decreto do Presidente da República de 17 de setembro de 2001, a Comissão Interministerial para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul, composta por representantes dos Ministérios do Planejamento, das Relações Exteriores, de Minas e Energia, Comunicações e dos Transportes.

A segunda reunião do Comitê de Direção Executiva foi realizada em 9 e 10 de dezembro de 2001, em Buenos Aires, com a presença, em nível ministerial, dos representantes dos governos da América do Sul.

No encontro foram identificados os primeiros projetos dos Eixos Mercosul-Chile e Interoceânico (Brasil-Bolívia-Paraguai-Peru-Chile). No primeiro, são 77 empreendimentos no valor de US\$ 27 bilhões, sendo 85% de investimentos da iniciativa privada, 12% públicos e 3% mistos. No Interoceânico, são 46 projetos somando US\$ 14,1 bilhões, sendo 93,5% de investimentos da iniciativa privada e 6,5% do setor público.

Até 31 de março de 2002, os gerentes apresentarão propostas para a formação da primeira geração de projetos de integração regional.

Até 31 de março de 2002, os gerentes apresentarão uma proposta para a formação da primeira geração de projetos, elaborando um programa de trabalho com metas e cronograma. Um segundo grupo será definido durante o primeiro semestre de 2002, à medida que os trabalhos em cada Eixo se desenvolverem.

No primeiro semestre de 2002 serão instalados novos GTE, em prosseguimento às decisões tomadas na reunião de Montevidéu, para os seguintes eixos e processos setoriais:

- Eixo Brasil-Guiana-Suriname-Venezuela;
- Eixo Porto Alegre-Assunção-Jujuy-Antofagasta;
- Eixo Peru-Brasil (Bolívia solicitou sua inclusão; sugestão aceita pelo Brasil e em análise pelo Peru);
- Eixo Multimodal do Amazonas;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Multimodal;
- Processo Setorial Sistemas Operativos de Transporte Aéreo;
- Processo Setorial Harmonização de Políticas Regulatórias, de Interconexão, de Espectro, de Padrões Técnicos e de Universalização da internet.

Desenvolvimento Regional

Financiamento do desenvolvimento

Os **Fundos Constitucionais de Financiamento**, criados pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos, vêm representando, até hoje, valioso instrumento de política de desenvolvimento regional, financiando as atividades agropecuárias, industriais, agroindustriais e de turismo daquelas regiões. Esse leque de setores beneficiados tem sido aumentado. Admitiu-se, primeiramente, o atendimento de empreendimentos não-governamentais de infra-estrutura econômica em qualquer parte das três regiões (anteriormente a assistência ficava restrita a áreas pioneiros e de expansão agrícola das Regiões Norte e Centro-Oeste). Admitiu-se, também, mais recentemente, a abertura de financiamento a empreendimentos comerciais e de serviços.

Em 1995, os repasses de recursos para os Fundos apresentaram o extraordinário crescimento de 106,11% em relação ao ano anterior. Nos demais exercícios, tal crescimento apresentou uma variação positiva entre 11% e 23%. Para o exercício de 2002, a Lei Orçamentária prevê, para os Fundos Constitucionais de Financiamento, o montante de repasses da ordem de R\$ 2,8 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FNE e R\$ 0,6 bilhão para cada um dos demais fundos, quais sejam, Fundos de Desenvolvimento da Região Norte – FNO e da Região Centro-Oeste – FCO. Tal valor representa um incremento de 15% sobre os repasses verificados no ano de 2001. Essa importante injeção de recursos nas economias das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste propiciou, e deverá continuar propiciando, a geração de inúmeros postos de trabalho e uma melhor distribuição de renda, e, consequentemente, condições mais prósperas de vida para suas populações.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento injetam recursos nas economias das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, gerando postos de trabalho e melhorando a distribuição de renda.

Fundo	FCO	FNO	FNE	Total	% Sobre Total	Variação (%)	
						Sobre 1994	Sobre Ano Anterior
Ano							
1994*	104.559	104.559	313.678	522.796	4,45	-	-
1995	215.504	215.504	646.515	1.077.523	9,17	106,11	106,11
1996	243.795	243.795	731.385	1.218.975	10,38	133,16	13,13
1997	273.612	273.612	820.835	1.368.059	11,65	161,68	12,23
1998	304.754	304.754	914.267	1.523.770	12,97	191,47	11,38
1999	337.526	337.526	1.012.578	1.687.630	14,37	222,81	10,75
2000	389.809	389.809	1.169.427	1.949.045	16,59	272,81	15,49
2001	479.641	479.641	1.438.924	2.398.206	20,42	358,73	23,05
Total	2.349.200	2.349.200	7.047.604	11.746.004	100,00	-	-

Fontes: STN/ME e SPOA/MI

* de janeiro a junho: valores da época (cruzeiros reais) convertidos para reais.

Repasses anuais da Secretaria do Tesouro Nacional – STN

valores nominais
1994/2001

O quadro demonstrativo, a seguir, apresenta os números e os valores dos financiamentos contratados pelos três Fundos Constitucionais no período de 1994 a 2001.

Observa-se que as operações realizadas nesse intervalo de tempo atingiram o montante de R\$ 11,5 bilhões e propiciaram a contratação de 825 mil operações de crédito com os mais variados segmentos da economia considerados de relevante interesse para o desenvolvimento. A magnitude desses números revela o importante papel que os Fundos Constitucionais de Financiamento desempenharam e continuam desempenhando na sustentação das atividades produtivas dessas regiões, com todos os benefícios econômicos e sociais decorrentes.

As variações, negativas e positivas, que se verificaram na quantidade de operações e no volume dos financiamentos realizados de ano para ano decorreram, em grande parte, de oscilações dos parâmetros estabelecidos para os encargos financeiros. Esse problema foi superado, no ano de 2000, com a adoção de taxas de juros prefixadas.

Entre 1994 e 2001, as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento deram origem a dois milhões de empregos diretos e indiretos.

Estima-se que, no período de 1994 a junho de 2001, as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento tenham propiciado a criação de, aproximadamente, dois milhões de empregos diretos e indiretos, sendo: 380 mil na Região Centro-Oeste, 1,38 milhão na Região Nordeste e 316 mil na Região Norte.

Fundo	FCO		FNO		FNE		Total			
	Ano	OP	VC	OP	VC	OP	VC	OP	%	VC
1994	12.825	294.062	20.674	468.637	64.652	843.123	98.151	11,9	1.605.822	14,0
1995	11.906	178.263	13.533	329.804	67.882	923.614	93.321	11,3	1.431.681	12,4
1996	15.179	225.383	14.486	189.128	80.616	1.157.447	110.281	13,4	1.571.958	13,7
1997	24.867	308.943	6.735	70.324	52.445	803.650	84.047	10,2	1.182.917	10,3
1998	30.400	382.260	15.629	184.026	137.720	839.240	183.749	22,2	1.405.526	12,1
1999	19.015	174.159	23.156	370.329	86.252	665.345	128.423	15,6	1.209.833	10,5
2000	12.963	294.960	31.298	718.261	47.621	586.382	91.882	11,1	1.599.603	13,9
2001*	14.035	823.317	9.194	423.354	11.842	256.061	35.071	4,3	1.502.732	13,1
Total	141.190	2.681.347	134.705	2.753.863	549.030	6.074.862	824.925	100	11.510.072	100

Fonte: Relatórios do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste

Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2001.

OP - Números de operações

VC - Valores contratados

* janeiro a novembro/2001

Operações e valores contratados pelos fundos constitucionais de financiamento

Estima-se que o volume de recursos aplicados tenha resultado na geração de 2,1 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo 380 mil na Região Centro-Oeste, 375 mil na Região Norte e 1,4 milhão na Região Nordeste.

A carteira de financiamento dos Fundos Constitucionais, compreendendo a totalidade das operações contratadas desde o início de suas atividades, registrava saldo global da ordem de R\$ 13,9 bilhões.

Fundos constitucionais de financiamento

saldo das aplicações por porte de tomador

Fundo	FCO ⁽¹⁾	FNE ⁽²⁾	FNO ⁽¹⁾	Total	%
Porte					
Cooperativa	43.913	261.627	20.875	326.415	2,3
Mini / Micro	324.093	1.360.039	1.105.221	2.789.353	20,0
Pequeno	752.569	3.130.909	563.973	4.447.451	31,9
Médio	672.593	809.708	686.735	2.169.036	15,6
Grande	493.374	3.096.215	618.770	4.208.359	30,2
Total	2.286.542	8.658.498	2.995.574	13.940.614	100,0

Fonte: Informações Gerenciais - FCO (fornecidas pelo Banco do Brasil), FNE (fornecidas pelo Banco do Nordeste) e FNO (fornecidas pelo Banco da Amazônia).

1) Saldo das aplicações em 30.11.2001

2) Saldo das aplicações em 31.10.2001

Deve-se destacar que 54,2% desse valor referem-se a operações realizadas com pequenos e miniprodutores rurais, pequenas e microempresas, suas associações e cooperativas, segmentos que, de um modo geral, enfrentam maiores dificuldades para obtenção de recursos financeiros na rede bancária a custos compatíveis com a rentabilidade de suas atividades produtivas. O saldo das operações contratadas com tomadores de médio porte se expressou em R\$ 2,2 bilhões, correspondentes a 15,6% do total. Os mutuários de grande porte, por sua vez, respondiam por 30,2% do saldo das aplicações dos Fundos.

Os **Incentivos Fiscais para a Amazônia e o Nordeste** têm constituído instrumento de estímulo ao desenvolvimento dessas regiões, por meio de investimentos públicos e privados nos setores produtivos. Em 2001, o Governo tomou medidas que visam a aprimorar a mecânica desses incentivos fiscais, tornando-os mais eficazes, como instrumento de redução das desigualdades regionais.

Para dar mais transparência à aplicação e fiscalização dos recursos e corrigir as deficiências até então existentes, foram editadas as Medidas Provisórias nº 2.156-5 e nº 2.157-5. Esses diplomas legais promoveram a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene e da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, em lugar da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, respectivamente; extinguiram novas opções para o Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, Fundo de Investimento da Amazônia – Finam e Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Funres; instituíram os Planos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia; criaram o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia; e estabeleceram condições de funcionamento dos novos Fundos.

Todas essas mudanças foram promovidas sem ferir os direitos adquiridos dos optantes do Artigo 9º da Lei nº 8.167 e sem prejudicar os projetos em andamento, que continuarão sendo incentivados pelos antigos Finor, Finam e Funres.

A revogação do Artigo 9º decorreu do diagnóstico de que, historicamente, os mecanismos de incentivo a projetos próprios dos optantes causaram distorções (entre elas a corretagem ilegal de incentivos fiscais) e elevados índices de insucesso dos projetos incentivados pelos Fundos de Investimento. O diagnóstico apontou ainda que o sistema apresentava deficiências nos mecanismos de liberação de recursos, na análise e aprovação dos projetos, no acompanhamento, na fiscalização do uso dos recursos e na avaliação de resultados. Daí a decisão de extinguir as Superintendências Regionais anteriormente existentes.

Em 2002, serão destinados R\$ 1,1 bilhão ao financiamento de investimentos produtivos nessas regiões. Esse total representa um aumento real de 84% em relação à média anual dos repasses efetuados nos últimos sete exercícios, por intermédio dos Fundos de Investimento (Finor/Funres/Finam). Está legalmente prevista a atualização desse valor nos exercícios subsequentes, até o ano de 2013, conforme a variação da receita líquida da União.

No tocante aos demais incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, também foram feitas mudanças, por meio da Medida Provisória nº 2.128. Essas mudanças promoveram o aumento da renúncia fiscal ao longo do período de 2004 a 2013. Manteve-se, ao longo de todo o período, o percentual de 75% de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis para as pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Além disso, manteve-se o benefício fiscal de redução de 37,5% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis para empreendimentos dos setores da economia considerados, pelo Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional e para os que têm sede na Zona Franca de Manaus.

Em 2001, os mecanismos de incentivo fiscal ao desenvolvimento regional passaram por modificações. Além de mais transparéncia, assegurou-se maior volume de recursos para os próximos anos.

A ação operacional do **Fundo de Investimento da Amazônia – Finam**, no período de 1995 a 2001, envolveu a aprovação de 423 projetos, sendo 152 agropecuários, 108 agroindustriais, 140 industriais e 23 de serviços, com localização nos Estados de Mato Grosso (131), Pará (145), Amazonas (29), Tocantins (47), Maranhão (28), Rondônia (11), Roraima (5), Acre (6) e Amapá (21).

As liberações de recursos, no período, atingiram o montante de R\$ 2 bilhões, dos quais 17% foram alocados na agropecuária, 14% na agroindústria, 56% na indústria e 13% na área de serviços. Quanto à distribuição espacial, destacam-se os Estados do Pará, com 32%, Mato Grosso, com 27%, Tocantins, com 14% e Amazonas, com 11% do total liberado.

No que tange ao **Fundo de Investimento do Nordeste - Finor**, foram liberados, no período 1995-2001, recursos no montante de R\$ 2,2 bilhões. Do total de 645 empresas beneficiadas, 40% são do setor industrial. Em termos de localização, Pernambuco (22%), Ceará (17%) e Bahia (12%) foram os estados que absorveram os maiores montantes de benefícios.

No âmbito do Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo - Funres, foram aprovados 54 projetos no período de 1995 a 2001. A liberação de recursos atingiu o montante de R\$ 57,4 milhões, sendo 7% para o setor agroindustrial, 6% para o agropecuário, 58% para o industrial, 13% para o turismo e 15% para infra-estrutura.

Defesa Civil

Além do atendimento às populações atingidas pela seca, o Governo Federal carreou, para situações emergenciais, recursos da ordem de R\$ 1,1 bilhão, beneficiando mais de seis milhões de pessoas, em 3.426 municípios.

Ações de defesa civil 1995 - 2001

Entre 1995 e 2001, o Governo Federal carreou, para ações de defesa civil, recursos orçamentários e extraordinários da ordem de R\$ 1,1 bilhão destinados ao atendimento das populações afetadas por calamidades e à realização de obras de prevenção e recuperação, beneficiando mais de seis milhões de pessoas, em 3.426 municípios.

Exercício	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total
Municípios atendidos	207	145	425	271	236	1.134	1.008	3.426
População beneficiada	405.594	284.113	832.745	530.997	462.418	2.221.950	1.975.870	6.713.687
Recursos Liberados em R\$1,00	142.908.489	59.149.259	236.320.000	52.237.876	91.916.605	327.985.605	(*)249.632.170	1.160.150.004

Fonte: SEDEC/MI - DAG - (*) inclui os recursos empenhados

Além disso, o Governo Federal prestou assistência às populações vitimadas pela seca, sobretudo na Região Nordeste.

Entre 1998 e 2000, verificou-se uma prolongada estiagem na região, que se estendeu também ao norte de Minas Gerais e Espírito Santo. No combate aos efeitos dessa seca, adotou-se um novo modelo de atuação, caracterizado pela intensa articulação entre os governos federal, estaduais e municipais e a participação de representantes da sociedade civil. Essa articulação foi grandemente facilitada pela adoção de um moderno sistema de transmissão de dados e informações.

Até então, o Governo Federal, sediado a uma distância média de 2 mil km da Região Nordeste, ressentia-se da falta de informações ágeis para viabilizar, de forma integrada, a implementação de ações tempestivas de combate aos efeitos das recorrentes secas na Região. Para suprir essa lacuna, desenvolveu-se um sistema de informações gerenciais, em tempo real, capaz de monitorar, por meio de GPS (*Global Position Satelit*), a situação de mais de 1.200 municípios.

os, em nove estados que integram o polígono das secas, área que ocupa 1,1 milhão de quilômetros quadrados, com uma população rural estimada em 9,6 milhões de pessoas. Nasceu, assim, o Projeto Asa Branca, dentro do **Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca**.

Transmitidas via satélite, por meio de equipamento de comunicação (processador, antena e terminal) instalado em automóveis, as informações chegavam à central do sistema, em Brasília, de onde se coordenou a implementação das medidas de combate aos efeitos da seca. Para a coleta das informações nos municípios foram mobilizados indivíduos que participavam do Programa Agentes de Desenvolvimento, do Banco do Nordeste. Sessenta Agentes de Desenvolvimento tinham a responsabilidade de visitar, duas vezes por semana, vinte municípios cada um, o que garantia uma presença constante do Governo Federal na totalidade da área atingida. Relatórios padronizados foram utilizados para agilizar a coleta, transmissão e processamento das informações.

Essas informações permitiram monitorar a execução dos planos de trabalho municipais e estaduais e avaliar, em tempo real, a efetividade das ações do Governo Federal. Todavia, de pouco teria valido a tecnologia do sistema de gerenciamento de informações não tivessem as ações de combate aos efeitos da seca contado com formas de controle social organizadas nas próprias comunidades, em torno de instituições como os comitês de emprego. A esses comitês foi atribuída a função de fazer o alistamento para as Frentes Produtivas, minimizando os riscos de clientelismo político no processo.

De maio de 1998 até maio de 2000, mais de 40 milhões de cestas foram entregues pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, em 1.429 municípios, desde o Piauí até o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desse total, 528 municípios foram atendidos por meio do **Programa de Distribuição de Alimentos – Prodea** e 901 pelo **Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca**, que distribuiu 25,7 milhões de cestas básicas no período em referência.

As Frentes Produtivas chegaram a contar com 1,2 milhão de trabalhadores alistados. Elas foram organizadas em 1.235 municípios considerados em situação crítica. Os integrantes das Frentes Produtivas receberam uma renda mínima mensal de R\$ 80,00, em troca de 27 horas semanais de serviços ou participação em cursos de capacitação profissional. Esse valor vigorou até abril de 1999, sendo reduzido de maio até setembro de 1999, para R\$ 60,00 e, a partir de outubro, para R\$ 56,00. A contrapartida estadual representou 20% do valor mensal pago a cada alistado. No mesmo período, foram contratados 9.878 carros-pipa, atendendo a cerca de 6,4 milhões de pessoas.

Foi concebido um sistema de informações gerenciais, em tempo real, capaz de monitorar, por meio de satélite, a situação de mais de 1.200 municípios, em nove estados que integram o polígono das secas.

Instrumento Legal	Valor Em R\$	Período
M.P. nº 1.666/98, de 05/06/98 - Frentes Produtivas/SUDENE - Distrib. Alimentos/CONAB - Prog. Perfuração de Poços(*)	824.000.000 600.000.000 153.000.000 71.000.000	Junho a Dezembro/1998
M.P. nº 1.808/99, de 09/02/99	183.000.000 (1)	Janeiro e Fevereiro/1999
M.P. nº 1.822/99, de 22/04/99	120.142.089	Março e Abril/1999
M.P. nº 1.826/99, de 21/05/99	165.000.000	Maio a Julho/1999
M.P. nº 1.919/99, de 31/08/99	110.000.000	Agosto e Setembro/1999
M.P. nº 1.927/99, de 28/10/99	240.000.000	Outubro a Dezembro/1999
M.P. nº 2.016-1/00, de 03/02/00	28.000.000	Janeiro a Maio/2000
Subtotal	1.670.142.089	Junho/1998 a Maio /2000
Crédito Especial-BN	450.000.000	Junho a Dezembro/1998
Total Alocado	2.120.142.089	

(*) Recursos alocados diretamente ao MMA, DNOCS e Codevasf.

Programa federal de combate aos efeitos da seca
recursos federais alocados para execução período de 1998 a 2000

O Proclima monitora a pluviometria, o déficit hídrico e estoque dos principais reservatórios de água da região Nordeste.

A implantação do Sistema de Monitoramento do Nordeste em Tempo Real - Proclima, já concluída, permitirá oferecer informações sobre pluviometria, déficit hídrico e estoque dos principais reservatórios de água da região. O Proclima, viabilizado através de convênio com o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, tem por objetivo o monitoramento da estação úmida do Nordeste, disponibilizando dados básicos e serviços relevantes para o planejamento e tomada de decisões dos órgãos públicos e privados, notadamente em períodos de estiagem prolongada. O Sistema foi fundamental para a desmobilização ordenada do **Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca** de 1998/2000.

No ano de 2001, mais uma vez, embora em grau muito menor do que nos anos imediatamente anteriores, a Região Nordeste e o norte do Estado de Minas Gerais foram atingidas pela seca. Criou-se, então, a Comissão Setorial de Convívio com o Semi-Árido e Inclusão Social no Nordeste e norte do Estado de Minas Gerais, além da adoção de medidas de assistência imediata às populações atingidas.

Segmentos	Municípios Beneficiados	Famílias Beneficiadas	População Beneficiada	Recursos Dispendidos
Bolsa-Renda	1.211	1.018.654	5.000.000	-
Bolsa-Renda/Alimentos	737	800.000	4.000.000	383.000.000
Carros-Pipa	1.040	-	4.000.000	57.500.000
Total	-	1.818.654	-	440.500.000

Fonte: SEDEC/MI

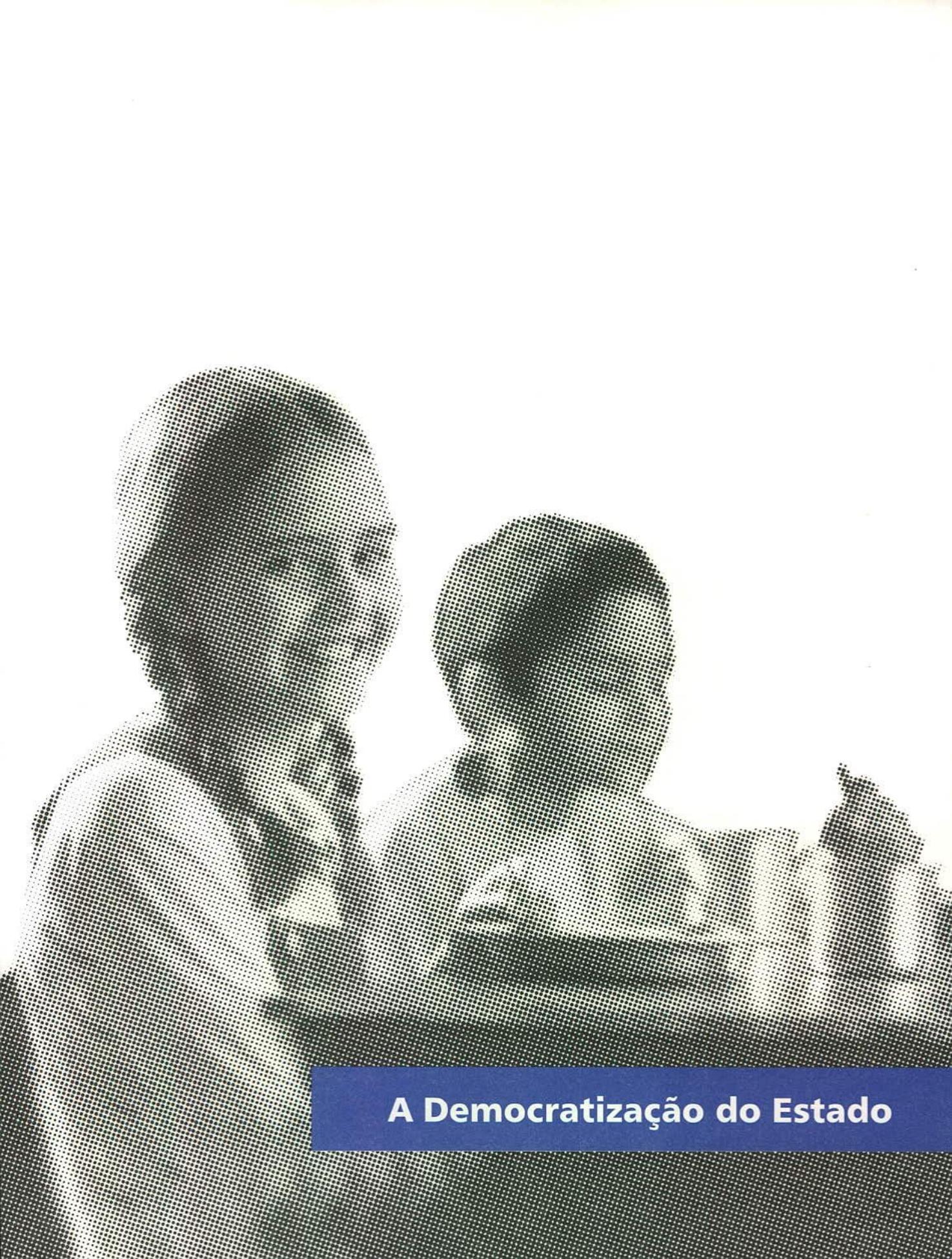
Em 2001, além da seca na Região Nordeste, houve inundações graduais nas Regiões Norte e Sudeste. Também foram significativas as inundações em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e a estiagem no Rio Grande do Sul. Com exceção da Região Norte, as demais regiões foram intensamente afetadas pelas precipitações pluviométricas, o que justificou ações emergenciais em vários estados.

Além das secas e inundações, os incêndios florestais em larga escala têm sido objeto de atenção da Defesa Civil. Em 1998, o Governo Federal criou o **Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal – Proarco**, em uma área que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins e Roraima. Em decorrência, tem-se verificado sensível redução dos focos de calor, das queimadas e dos incêndios florestais na região. Desde 2000 não ocorre nenhum incêndio florestal de grandes proporções que necessite o emprego da Força-Tarefa prevista no Proarco.

O Governo Federal alocou recursos também para a ampliação e a modernização do Sistema de Alerta e Alarme, para proteção da população residente no entorno da Usina Nuclear Angra I, em Angra dos Reis (RJ). Em 2001, concluiu-se a implantação do Sistema, que está em pleno funcionamento. Sua manutenção passará para a Nuclebrás e a operacionalização, para a Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro, mediante convênio, no inicio de 2002.

Ações do Governo Federal seca 2001

O Proarco foi criado para prevenir incêndios na área que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Tocantins e Roraima.



A Democratização do Estado

Mudanças com Participação, Estabilidade e Segurança Jurídica

No começo da década de 1990, o Estado brasileiro, além de financeiramente exaurido, mostrava-se politicamente obsoleto. A Constituição de 1988 deu aos brasileiros uma ampla carta de direitos e meios para lutar por estes. Mas os longos anos de regime autoritário anteriores à Constituição não haviam preparado o Estado, nem para priorizar, nem para ouvir adequadamente as demandas da sociedade.

Abrir realmente o Estado para as demandas de uma sociedade complexa, dinâmica e profundamente desigual como a brasileira não era e não é uma tarefa simples. Para as instituições políticas, trata-se de conciliar a plenitude das liberdades democráticas com a estabilidade, transparência e responsabilidade que sedimentam a confiança da sociedade na democracia. Para a máquina estatal, o desafio é substituir a cultura burocrática tradicional, auto-centrada, formalista mas permeável ao clientelismo e à corrupção, por uma cultura gerencial comprometida com a ética republicana e com resultados – não quaisquer resultados, mas resultados que significuem a inclusão das maiorias excluídas.

Nos últimos sete anos, o Brasil teve êxitos importantes, tanto na consolidação das instituições democráticas como na transformação da máquina estatal para atender às demandas da sociedade. O compromisso com a democracia – a disposição de respeitar suas regras e contribuir para a sua consolidação e aperfeiçoamento – foi, sem sombra de dúvida, um denominador comum das atitudes dos Poderes constituídos, dos partidos de situação e oposição, da opinião pública e dos setores organizados da sociedade. Isso tem proporcionado aos brasileiros uma tranquilidade desejável em quaisquer circunstâncias e representou uma imensa vantagem nas crises externas que o País atravessou. O Brasil conseguiu avançar nas águas turbulentas da economia globalizada porque as instituições democráticas foram capazes de manter o rumo apontado pela maioria.

As próximas páginas mostram como o compromisso com a democracia, além de definir os objetivos últimos e os resultados das reformas estruturais empreendidas pelo País, pautou a forma de encaminhamento das reformas e foi também o fio condutor das mudanças na face externa do Estado brasileiro, nos campos da diplomacia e da defesa nacional.

Praticando e aperfeiçoando o sistema representativo

A vitalidade da democracia brasileira mede-se, primeiro, pela pulsação eleitoral. Desde que a Constituição de 1988 restabeleceu eleições diretas em todos os níveis, o Brasil tem ido às urnas regularmente e em massa. Éramos um grande País. Hoje somos uma das grandes democracias representativas do mun

Abrir o Estado para as demandas dessa nova sociedade implica conciliar liberdade, pluralismo e participação ampliada com a estabilidade, a transparência e a responsabilidade.

O Brasil consolidou a democracia política e transformou a máquina estatal em instrumento de democratização da sociedade.

Nas quatro últimas eleições compareceram entre 79% e 85% dos eleitores.

do. Em 2000, o número de eleitores inscritos chegou a 108 milhões, ou 93% da população de dezesseis anos e mais. Votaram efetivamente para prefeito 92 milhões, ou 85% dos eleitores. Esta é uma taxa de participação eleitoral elevadíssima por qualquer termo de comparação no mundo.

A Justiça Eleitoral, com apoio do Executivo e do Congresso Nacional, completou o ambicioso projeto de automação das eleições. Em 1998, cerca de 58% dos eleitores tiveram acesso à urna eletrônica. No ano 2000, ela chegou a praticamente 100% dos eleitores. Os sistemas de votação e apuração, desenvolvidos por técnicos brasileiros, têm características de facilidade, rapidez e segurança que põem o Brasil na dianteira das democracias mais avançadas.

O Governo estimulou a discussão de propostas de aprimoramento do sistema eleitoral e partidário. Há um amplo reconhecimento de que o nosso sistema de eleições proporcionais, em especial, precisa de mudanças que fortaleçam ao mesmo tempo os partidos e o vínculo do eleitor com seus representantes. Ainda não se chegou ao consenso necessário para a adoção de mudanças mais ambiciosas, como um sistema eleitoral misto, proporcional e distrital, para os cargos legislativos. Um conjunto de projetos de lei aprovados pelo Senado Federal, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados, introduz mudanças mais pontuais mas, do ponto de vista do Governo, positivas nessa matéria.

*PLS nº 242, de 2000 **PL nº 5.308, de 2001	Estabelece que a representatividade de cada partido na Câmara dos Deputados, para efeito das prerrogativas regimentais, será determinada pelo resultado eleitoral, não levando em conta as mudanças de partido dos deputados depois da eleição.
PLS nº 353, de 1999 PL nº 4.593, de 2001	Dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos.
PLS nº 300, de 1999 PL nº 3.428, de 2000	Introduz um sistema de listas partidárias abertas e fechadas nas eleições proporcionais.
PLS nº 187, de 1999 PL nº 4.592, de 2001	Amplia o prazo de filiação partidária, dificultando a troca de partido entre eleições.
PLS nº 180, de 1999 PL nº 2.220, de 1999	Veda o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham abrangência nacional.
PLS nº 178, de 1999 PL nº 1.562, de 1999	Proíbe coligações entre partidos nas eleições proporcionais.
PLS nº 28, de 2000 PL nº 3.383, de 2000	Estabelece que não será considerada propaganda eleitoral a manifestação pública de qualquer pessoa, a qualquer tempo, por qualquer meio, ainda que mediante material impresso, sobre assuntos políticos, candidatos ou candidaturas.

Propostas de reforma eleitoral e partidária

*PLS: Projeto de Lei aprovado no Senado.

**PL: O mesmo projeto em tramitação na Câmara dos Deputados.

Novas leis para um País em transformação

Eleições limpas e com participação ampla, que espelhem inequivocamente a vontade da maioria, são uma condição essencial mas não suficiente para a plena vigência da democracia. O modo democrático de governar requer instituições capazes de traduzir a maioria eleitoral em maioria política. O Executivo precisa do respaldo do Congresso às suas iniciativas. Cabe ao Presidente da República buscar esse respaldo, respeitando os princípios da independência e harmonia dos Poderes. A falta de sintonia entre Executivo e Legislativo está na origem de crises institucionais vividas por outros países e, no passado, pelo próprio Brasil. Felizmente, os termos do relacionamento entre o Executivo e o Congresso Nacional nos últimos sete anos deixam esse passado cada vez mais distante.

As eleições de 1994 e 1998 deram ao Presidente da República um claro mandato para conduzir as reformas propostas em seu programa de governo. Ao mesmo tempo, as eleições reafirmaram um traço marcante do retrato político do País, que é o multipartidarismo. Existem hoje dezessete partidos com representação na Câmara dos Deputados. Nenhum deles tem mais de 20% dos assentos. Nessas condições, a formação da maioria parlamentar necessária para a aprovar as iniciativas do Executivo depende necessariamente de alianças amplas, incluindo vários partidos.

O Brasil contou, nestes sete anos, com um Presidente da República e com uma maioria no Congresso Nacional que têm a compreensão clara de suas responsabilidades para com o País. Mais do que compreensão, tem havido empenho e competência, de parte a parte, para negociar os consensos necessários à tomada de decisões, sem prejuízo das prerrogativas e responsabilidades de cada Poder. Hoje o Brasil, além de regras democráticas, tem lideranças políticas comprometidas com a governabilidade. Isso não exclui manifestações de dissenso, até contundentes, mas vacina a democracia brasileira contra a paralisia.

O detalhismo da Constituição de 1988 fez com que a implementação das reformas dependesse, em larga medida, de Emendas à Constituição. Desde 1995 foram promulgadas 31 Emendas à Constituição.

**Emendas
Constitucionais
promulgadas
desde 1995**

EC nº 5, de 1995	Abole o monopólio estatal dos serviços locais de gás canalizado. § 2º do art. 25 da Constituição Federal.
EC nº 6, de 1995	Suprime restrições à atuação de empresas de capital estrangeiro no País. Inciso IX do art. 170; § 1º do art. 176.
EC nº 7, de 1995	Permite, nos casos previstos em lei, a participação de embarcações estrangeiras na avegação de cabotagem. Art. 178
EC nº 8, de 1995	Abole o monopólio estatal dos serviços de telecomunicações. Inciso XI e alínea "a" do inciso XII do art. 21.
EC nº 9, de 1995	Flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, permitindo a contratação, pela União, de empresas privadas para a pesquisa, lavra, refino, importação e exportação e transporte. Art. 177
EC nº 10, de 1996	Prorroga e modifica o Fundo Social de Emergência, introduzido pela Emenda Constitucional e Revisão nº 1, de 1994, como instrumento de ajuste fiscal do Plano Real. Arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 11, de 1996	Permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica. Art. 207
EC nº 12, de 1996	Autoriza a União a instituir, pelo prazo de dois anos, contribuição provisória sobre ovinamentação financeira - CPMF e vincula o produto da arrecadação ao financiamento das cões e serviços de saúde. Art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 13, de 1996	Abole o monopólio estatal das operações de resseguro. Inciso II do art. 192.
EC nº 14, de 1996	Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, com recursos dos estados e municípios, complementados pela União. Arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição e art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 15, de 1996	Restringe a criação de novos Municípios, condicionando-a a estudos de viabilidade. § 4º do art. 18.
EC nº 16, de 1997	Permite a reeleição, por um período consecutivo, do Presidente da República, Governadores e Prefeitos. § 5º do art. 14; caput do art. 28; inciso II do art. 29; caput do art. 77; art. 82.
EC nº 17, de 1997	Prorroga e modifica o Fundo Social de Emergência, introduzido pela Emenda Constitucional e Revisão nº 1, de 1994 e modificado pela Emenda Constitucional nº 10, de 1996, como instrumento de ajuste fiscal e estabilização econômica. Arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 18, de 1998	Dispõe sobre o regime constitucional dos militares, desvinculando-os dos servidores civis da União. Inciso XV do art. 37, art. 42, inciso II d o § 1º do art. 61, § 3º do art. 142.
EC nº 19, de 1998	Reforma administrativa - modifica princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas. Incisos XIV e XXII do art. 21; inciso XXVII do art. 22; § 2º do art. 27; § 2º do art. 28; incisos V e VI do art. 29; caput, incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XIX e § 3º, 7º e 9º do art. 37; caput do art. 38; art. 39; art. 41; inciso XV do art. 48; incisos VII e VIII do art. 49; inciso IV do art. 51; inciso XIII do art. 52; § 7º do art. 57; parágrafo único do art. 70; inciso V do art. 93; inciso III do art. 95; alínea "b" do inciso II do art. 96; § 2º do art. 127; alínea "c" do inciso I do § 5º do art. 128; art. 132; art. 135; § 1º e seu inciso III e §§ 2º, 3º e 9º do art. 144; inciso X do art. 167; art. 247.

EC nº 20, de 1998	Reforma da Previdência Social. Incisos XII e XXXIII do art. 7º; § 10 do art. 37; art. 40; §§ 1º e 2º do art. 42; § 3º do art. 73; inciso VI do art. 93; § 3º do art. 100; § 3º do art. 114; inciso IX do § 3º do art. 142; revogação do inciso II do § 2º do art. 153; inciso XI do art. 167; inciso VII do parágrafo único do art. 184; incisos I e II e §§ 8º a 11 do art. 195; art. 201; arts. 248 e 249 das Disposições Constitucionais Gerais
EC nº 21, de 1999	Prorroga por três anos a vigência e altera a alíquota da contribuição provisória sobre movimentação financeira, vinculada ao custeio da saúde e, na parte decorrente de alteração de alíquota, da previdência social. Art. 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
EC nº 22, de 1999	Prevê a criação de juizados especiais e modifica as regras de apreciação de habeas corpus no âmbito da Justiça Federal. Parágrafo único do art. 98; alínea "i" do inciso I do art. 102; alínea "c" do inciso I do art. 105
EC nº 23, de 1999	Adapta o texto constitucional à criação do Ministério da Defesa. Inciso VII do § 3º do art. 12; inciso I do art. 52; inciso XIII do art. 84; incisos V e VIII do art. 91; alínea "c" do inciso I do art. 102; alíneas "b" e "c" do inciso I do art. 105
EC nº 24, de 1999	Extingue a função de juiz classista na Justiça do Trabalho. Inciso III e §§ 1º e 2º do art. 111; arts. 112, 113, 115 e 116
EC nº 25, de 2000	Estabelece limites máximos para o valor dos subsídios dos vereadores e para o total das despesas das Câmaras Municipais. Inciso VI do art. 29; art. 29-A.
EC nº 26, de 2000	Inclui a moradia entre os direitos sociais garantidos pela Constituição. Art. 6º.
EC nº 27, de 2000	Desvincula de órgão, fundo ou despesa, de 2000 a 2003, vinte por cento da arrecadação dos impostos e contribuições federais, preservando as transferências constitucionais a estados e municípios. Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 28, de 2000	Uniformiza os prazos de prescrição de ações trabalhistas para trabalhadores urbanos rurais. Inciso XXIX do art. 7º; revogação do art. 233.
EC nº 29, de 2000	Vincula receitas da União, Estados e Municípios ao financiamento das ações e serviços de saúde. Alínea "e" do inciso VII do art. 34; inciso III do art. 35; § 1º do art. 156; parágrafo único do art. 160; inciso IV do art. 167; §§ 2º e 3º do art. 198; art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 30, de 2000	Disciplina o pagamento de precatórios judiciais. §§ 1º a 5º do art. 100; art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 31, de 2000	Cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para financiar ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas sociais, com recursos de alíquota adicional da CPMF e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Arts. 79 a 83 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
EC nº 32, de 2001	Modifica a disciplina de edição de Medidas Provisórias pelo Poder Executivo. Incisos X e XI do art. 48; §§ 7º e 8º do art. 57; alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 61; art. 62; § 2º do art. 64; § 6º do art. 66; inciso VI do art. 84; art. 88; art. 246.
EC nº 33, de 2001	Cria contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível. § 2º do art. 149; alínea "a" do inciso IX e alíneas "h" e "i" do inciso XII do § 2º e §§ 3º a 5º do art. 155; § 4º do art. 177.
EC nº 34, de 2001	Estende aos profissionais da saúde em geral a permissão para acumular dois cargos ou empregos públicos. Alínea "c" do inciso XVI do art. 37.
EC nº 35, de 2001	Restringe a imunidade civil e penal dos Senadores e Deputados Federais. Art. 53.

As Emendas à Constituição se destacam pelo amplo alcance de suas disposições e pela dificuldade de se obter, para cada uma delas, o quórum especial de 3/5 da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em dois turnos de votação em cada Casa. Independentemente de serem de iniciativa do Executivo ou do Legislativo, todas as Emendas foram fruto da convergência dos pontos de vista dos dois Poderes, após exaustivas negociações em que as propostas originais foram extensamente modificadas.

As Emendas representam, contudo, apenas a uma parte relativamente pequena da produção legislativa do período. As cerca de seiscentas leis complementares e ordinárias editadas desde 1995 dão uma idéia mais completa da extensão e profundidade das reformas. A afirmativa de que o Brasil virou uma página da sua história ganha plena concretude: uma nova forma de Estado e um novo modelo de desenvolvimento emergem nitidamente do conjunto de mudanças introduzidas no marco normativo do País.

Desde a Proclamação da República, o Brasil conheceu um, ou talvez dois períodos de tantas mudanças institucionais, tão concentradas no tempo: o Estado Novo, de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945; e, em menor escala, o governo Castelo Branco, de 1964 a 1967. Dois períodos marcados pelo autoritarismo, com o Congresso Nacional fechado ou intimidado e as demandas sociais reprimidas. Nunca na história do Brasil, e muito poucas vezes em qualquer país, mudanças de tamanho vulto foram conduzidas na plenitude da democracia. E uma democracia, como é o caso da brasileira, em que as decisões dependem, antes, do consenso de quase todos do que de uma maioria monólica.

O instrumento constitucional das Medidas Provisórias foi intensamente utilizado no processo de estabilização da economia e na condução das reformas estruturais. O teor específico das medidas contou, de um modo geral, com apoio da maioria do Congresso Nacional. Houve, no entanto, questionamentos sobre as sucessivas reedições de medidas não apreciadas pelo Congresso, que poderiam representar, por um lado, uma invasão da esfera de competência específica do Legislativo e, por outro lado, um prejuízo à estabilidade e previsibilidade das relações jurídicas. O Governo, embora convicto da relevância e urgência das medidas editadas, optou pela via da negociação também nessa matéria, buscando o consenso que afinal permitiu a aprovação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001. Esta parece conciliar adequadamente a responsabilidade precípua do Congresso Nacional pela elaboração das leis e a rapidez de decisões, imprescindível ao bom funcionamento do sistema presidencialista de governo no mundo contemporâneo.

Às medidas estritamente normativas, é preciso acrescentar a matéria orçamentária: Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias, orçamentos anuais e créditos suplementares e extraordinário. Como já foi notado, o fim do expediente de "ajuste" infla-

cionario do gasto público trouxe a discussão e votação de toda essa matéria do plano da ficção para o da realidade, ocupando um espaço crescente na agenda política do Executivo, do Congresso Nacional e da própria sociedade.

O trabalho de fazer novas leis é complementado pelo de ordenar adequadamente as leis velhas. A cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República, Ministérios e Congresso Nacional para consolidação das leis possibilitou que, nos últimos quatro anos, 28 mil leis fossem identificadas e mais de dez mil leis análogas fossem relacionadas, que serão transformadas em apenas quinhentas e levadas à apreciação do Legislativo até o final de 2002. Foram revogadas 540 leis, 68 foram consolidadas e enviadas ao Congresso Nacional e vinte estão no processo de consulta pública. A área da Previdência Social tem o maior número de leis examinadas. Dos mais de setecentos decretos-lei e leis e analisados nessa área, 270 foram revogados integralmente e 57, consolidados. O número de normas sobre arrecadação da Previdência Social passou de 206 para 17, uma redução de 90%.

Federalismo e responsabilidade fiscal

O multipartidarismo é um traço marcante do Brasil também no plano da Federação. Nada menos de sete partidos elegeram governadores em 1998 e 24 partidos elegeram prefeitos em 2000. O grande desafio das reformas, do ponto de vista das relações federativas, tem sido harmonizar esse mosaico político e conseguir o grau de cooperação necessário para o controle do gasto agregado dos três níveis de governo e para a boa execução das políticas públicas.

Existem poucas federações no mundo – pouco mais de trinta. Um número ainda menor constitui federações de direito e de fato, democráticas e descentralizadas. O Brasil é um dos poucos países no mundo que reúne todas essas características. Análises internacionais apontam cada vez mais o Brasil como um exemplo de Federação que deu certo, com um celeiro amplo e diversificado de experiências bem sucedidas nos diferentes campos da administração pública.

A Federação brasileira é um caso de sucesso, antes de tudo, porque tem servido para preservar a unidade de um País de dimensões continentais. Um País com mais de duas dezenas de estados e mais de cinco mil prefeituras e, o que é mais crítico, com grandes disparidades econômicas e sociais e mesmo algumas diferenças culturais entre suas regiões. Ao contrário da maioria das outras federações continentais, no Brasil não há movimentos separatistas.

Soldar interesses tão dispares, numa democracia, requer antes de tudo regras claras. O detalhismo da Constituição de 1988 pode, nesse caso, ter sido uma vantagem. Ao definir o sistema tributário, a Constituição chega ao ponto de especificar, entre outros detalhes, os percentuais de partilha dos impostos da União e dos Estados em favor dos outros níveis de governo, e veda que tais transferências sejam condicionadas.

O Brasil é uma Federação que deu certo porque é capaz de preservar sua unidade política mesmo sendo um País de dimensões continentais.

A Constituição promoveu, de fato, uma reforma tributária que descentralizou e desconcentrou fortemente os recursos tributários. Alguns números básicos, baseados no exercício fiscal de 2000, evidenciam esse fato:

- A União responde por 67% da arrecadação direta de impostos dos três níveis de governo mas, após repassar as transferências constitucionais, fica só com 57% da receita, dos quais 43% vinculados às ações da seguridade social. Para se ter idéia do quanto diminuiu o peso fiscal da União, sua fatia na receita disponível era de 62% em 1988 e 69% em 1980.
- Os estados também cedem recursos, embora em menor escala: têm 28% da arrecadação e 26% da receita disponível.
- Os municípios são os grandes ganhadores da partilha. Eles arrecadam diretamente 5% dos tributos mas ficam com 17% da receita disponível, após receberem transferências federais e estaduais.
- Poucos outros países no mundo têm mais de 40% dos recursos tributários administrados direta e autonomamente pelos chamados governos subnacionais – no nosso caso, estados e municípios.
- A desconcentração também é marcante em termos regionais. Somadas todas as receitas tributárias dos Estados e Municípios e dispostas por macrorregiões, verifica-se o seguinte:
 - de um lado, o Sudeste perde participação: gera 63% da arrecadação direta mas, após as transferências federais, dispõe de apenas 52% da receita nacional; e
 - de outro lado, na mesma proporção, o Nordeste arrecada 12% e fica com 20% da receita nacional.

A repartição de receitas permite que estados menos desenvolvidos disponham de um orçamento próprio maior que sua participação na geração do PIB nacional. Isso é uma virtude e não um defeito. Graças à repartição das receitas, o sistema tributário funciona efetivamente como cimento do pacto federativo brasileiro. Por essa razão a reforma tributária é um problema complexo: porque não envolve apenas considerações técnicas e econômicas, mas também um condicionante político, que é a necessidade de respeitar a divisão federativa da receita.

Para fomentar a desoneração das exportações e dos investimentos fixos, o Governo Federal aceitou compensar transitoriamente governos estaduais e municipais.

A principal mudança em matéria tributária, nestes sete anos, consubstanciou-se na lei complementar (conhecida como Lei Kandir) que promoveu uma ampla modernização do principal imposto cobrado no País, o ICMS estadual, que incide sobre todas mercadorias, comunicações e transportes. A tributação das exportações pelos estados era uma distorção que remontava ao período colonial. Para eliminá-la e fomentar as exportações e os investimentos fixos, o Governo apoiou o projeto de lei complementar de iniciativa do Legislativo e aceitou compensar transitoriamente estados e municípios, mesmo sem receber os recursos que seriam eventualmente perdidos pelos fiscos estaduais. Tais transferências montam, até hoje, a R\$ 3 bilhões por ano. A arrecadação nacional do ICMS fechou o ano de 2001 com um montante superior a R\$ 90 bilhões, o que comprova que, mesmo em médio prazo, as finanças estaduais foram preservadas.

Pelo lado da despesa, o Governo teve a iniciativa de avanços importantes no sentido da descentralização de responsabilidades e encargos. A área social, como visto anteriormente, foi o foco das mudanças. Especialmente no ensino fundamental, tendo como instrumento principal o Fundef, e na saúde, envolvendo uma ampla reformulação dos critérios e mecanismos de transferência de recursos da União para os estados e municípios.

Ao promover tais avanços, o Governo Federal assumiu um papel que estava implícito, se não expresso, na Constituição: o de coordenador de políticas públicas. Não retirou recursos dos outros níveis de governo – ao contrário, aumentou as transferências, ainda que à custa da criação de contribuições sociais cumulativas, como a Cofins e a CPMF. Trilhou o caminho da negociação, em vez da imposição. Descentralizou, não só recursos, mas poder de decisão, buscando parcerias com os estados, municípios e com a sociedade civil, sem abrir mão da responsabilidade pelos critérios gerais e pela eficácia das políticas. A evolução dos principais indicadores sociais, retratada na primeira parte desta Mensagem, diz do êxito dessa estratégia.

A descentralização das ações sociais resultou em retumbante sucesso: todos os indicadores sociais do País melhoraram, especialmente na educação e na saúde, com reconhecimento internacional.

Avanços importantes também foram conseguidos na outra frente do processo de descentralização, a da estabilidade fiscal. Esse é um processo longo, que vem desde as medidas preparatórias do Plano Real. Ele passou por negociações exaustivas sobre o refinanciamento das dívidas estaduais e municipais, a desestatização, inclusive com a redução do número e do tamanho dos bancos estaduais, a geração de superávits primários crescentes, para culminar na institucionalização de um novo e moderno regime fiscal, marcada pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É impossível subestimar a enorme vantagem que representa para o Brasil, tanto do ponto de vista doméstico como no contexto internacional, o fato de havermos conseguido conciliar estabilidade econômica e equilíbrio político federativo.

A Lei de Responsabilidade Fiscal proibiu que um governo assuma ou renegocie dívidas de outros governos e que um governante passe contas a descoberto para seu sucessor.

Reformas do Judiciário

Uma das razões do êxito do Plano Real foi ter evitado as lesões de direitos que levaram outras tentativas de estabilização a naufragar num mar de demandas judiciais. A condução das reformas tem sido pautada pela mesma atitude de respeito aos direitos e garantias fundamentais e, em qualquer hipótese, de irrestrita obediência às decisões da Justiça.

Mais do que simplesmente acatar o Judiciário como um elemento essencial do equilíbrio dos Poderes, o Governo concorreu para facilitar e tornar mais rápido o acesso à Justiça, patrocinando ou apoiando várias iniciativas:

- A criação dos Juizados Especiais Civis e Criminais, pela Lei nº 9.099, de 1995, representou uma verdadeira evolução no sistema processual brasileiro, com soluções profundamente inovadoras, tanto na área criminal como na civil. O modelo tradicional

deu lugar a um procedimento rápido, beneficiando as partes mais carentes da sociedade e o próprio Poder Judiciário, que pôde dar celeridade a um número considerável de processos.

- Analogamente, a criação dos Juizados Especiais Federais, pela Lei nº 10.259, de 2001, teve um profundo sentido democratizador no que diz respeito ao acesso à Justiça. A lei estendeu a competência dos Juizados Especiais a causas em que figuram como réis a União, suas autarquias e fundações ou as empresas públicas federais, providência que há muito era reclamada pela sociedade e pelo próprio Poder Judiciário.
- Vários aperfeiçoamentos no Código de Processo Civil foram promovidos. Destacam-se a introdução da ação monitória (Lei nº 9.079, de 1995); alterações no agravo de instrumento (Lei nº 9.139, de 1995); a regulamentação da arbitragem (Lei nº 9.307, de 1996); aperfeiçoamentos no processamento de recursos no âmbito dos tribunais (Lei nº 9.756, de 1998); a limitação das questões relacionadas com o duplo grau de jurisdição e a alteração de procedimentos recursais (Lei nº 10.352, de 2001); a alteração de dispositivos do processo de conhecimento (Lei nº 10.358, de 2001).
- O processo e julgamento da ação direta de constitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal foram disciplinados pela Lei nº 9.868, de 1999.
- A Lei nº 9.882, de 1999, dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, regulamentando o § 1º do art. 102 da Constituição Federal. Ela também contribuirá para desafogar o Poder Judiciário, na medida em que a decisão do STF terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.

Também foram significativos os avanços no âmbito da Justiça Trabalhista:

- Foi expurgada da composição da Justiça do Trabalho a representação classista, uma providência insistentemente reclamada pela opinião pública e pelo próprio Poder Judiciário. As Juntas de Conciliação e Julgamento foram transformadas em Varas do Trabalho, cuja jurisdição é agora exercida exclusivamente por juízes de carreira.
- A Lei nº 9.957, de 2000, instituiu o procedimento sumaríssimo no processo trabalhista, contribuindo para dar maior celeridade aos dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo. As demandas sujeitas ao rito sumaríssimo são instruídas e julgadas em audiência única, simplificando-se os recursos interpostos contra as respectivas decisões.
- A Lei nº 9.958, de 2000 criou as Comissões de Conciliação Prévia e permitiu a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho. A finalidade de tais Comissões, instituídas por empresas e sindicatos, com representantes dos empregados e dos empregadores, é a de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho, limitando o número de demandas reclamatórias.

Em defesa do interesse público

A Advocacia-Geral da União – AGU teve um reforço notável, desde 1995, em sua missão de defesa do interesse público na representação judicial e extrajudicial da União e de consultoria jurídica ao Poder Executivo. O número de servidores dobrou, chegando a 1.801 em 2001, com o provimento de cargos e o aumento de quadros por concursos públicos, para atender à expansão da atividade contenciosa e à implantação da Consultoria-Geral da União. Somam-se a esse quadro, 2.410 procuradores federais que atuam na defesa das autarquias e fundações públicas.

O orçamento da AGU também foi reforçado para se ajustar ao crescimento das demandas processuais e permitir a modernização dos métodos de trabalho. Passou de R\$ 13,6 milhões em 1995 para R\$ 62 milhões em 2000 e chega a R\$ 117 milhões no exercício de 2002. Foi implantado em todo o País o Sistema de Controle de Ações Judiciais da União – Sicau, primeiro passo do projeto de controle de resultados e acompanhamento estratégico de processos.

A criação da Consultoria-Geral da União, em 2001, reforçou a capacidade da AGU de cumprir sua missão constitucional de assessoria jurídica ao Poder Executivo, sobretudo no controle prévio da legalidade de atos normativos e na defesa das políticas públicas.

Também a partir de 2001, a Coordenadoria de Recomposição do Patrimônio da União assumiu o papel de coordenar as ações judiciais para a recomposição do patrimônio da União, deteriorado em casos de improbidade administrativa. Foi a atuação da Coordenadoria que permitiu a localização e recuperação, no exterior, de bens de envolvidos no caso da construção do fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

O Núcleo de Acompanhamento de Feitos no STF, implantado em 2000, encarrega-se da elaboração de teses jurídicas em defesa dos interesses da União.

À Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, do mesmo ano, cabe acompanhar a atuação dos órgãos jurídicos de 171 instituições da administração autárquica e fundacional, 101 das quais representadas diretamente em juízo pela AGU.

Aperfeiçoou-se, assim, a atuação judicial da AGU, com a racionalização da relação número de processos/procurador, a redução do valor de precatórios em ações envolvendo aquelas instituições, e a realização de procedimentos disciplinares e correições naqueles órgãos. Com base em critérios técnicos, 424 procuradores federais foram redistribuídos, de órgãos com menor volume processual para aqueles de grande demanda, como o INSS.

O Departamento de Cálculos e Perícias, criado em 1995 e reestruturado em 2001, é responsável pela impugnação de precatórios superfaturados. Desde sua criação, já foram impugnados precatórios no valor de R\$ 17 bilhões. Apenas em 2001, os valores contestados por excesso de execução montaram a R\$ 3,6 bilhões.

Essas medidas de reforço institucional traduziram-se em expressivas vitórias no Judiciário, em matérias de grande alcance para toda a sociedade brasileira. Foi o caso do assessoramento prestado pela AGU à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e a propositura da Ação Direta de Constitucionalidade nº 9, na qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da medida provisória que disciplina o Programa Emergencial do Consumo de Energia Elétrica, assegurando a viabilidade e o sucesso da gestão da crise de energia.

Em agosto de 2000, a AGU conseguiu reverter, junto ao STF o índice da correção do FGTS em razão dos Planos Verão e Collor I, de 120% para 68%, o que representou uma economia de mais de R\$ 40 bilhões para o erário público. O Governo decidiu estender administrativamente aquela decisão, contribuindo significativamente para desonerar o Judiciário de um sem número de ações repetitivas, considerados os trinta milhões de correntistas do FGTS.

Em outras no STF, a AGU obteve o reconhecimento da constitucionalidade do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias, com economia de valor incalculável para o País; da fixação de limites à despesa com pessoal pela Lei de Responsabilidade Fiscal; da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002; da transferência dos depósitos judiciais e extrajudiciais da Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional; e da contribuição social do salário-educação.

De grande importância foi a solução para a chamada "guerra de liminares", no caso da privatização do Banespa, por meio da consolidação, junto ao STF, do instituto processual da "dupla suspensão" de liminares, assim como a rejeição, por aquele Tribunal, da imunidade tributária dos fundos de pensão e da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, § 2º, da Constituição, pleiteada pelo BNDES.

Os esforços de sistematização de estratégias processuais permitiram à União alcançar importantes vitórias judiciais também nos demais tribunais superiores, cruciais para a manutenção de políticas públicas e a defesa do patrimônio público. Destacam-se várias ações nas quais a AGU procurou coibir a verdadeira indústria de mega-indenizações em prejuízo da União.

A própria cultura jurídica do Poder Executivo sofreu substancial inflexão desde 1995. O marco que assinala essa inflexão foi a revogação do Decreto nº 73.529, de 1974, que vedava terminantemente a extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais contrá-

rias à orientação estabelecida para a Administração direta e autárquica em atos de caráter normativo ou ordinatório.

Em agosto de 1995, com a edição do Decreto nº 1.601, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ficou autorizada a não interpor recursos em ações judiciais relativas a determinados tributos, em vista da jurisprudência firmada pelo STF e pelo STJ.

Com o Decreto nº 2.346, de 1997, buscou-se também a conformação dos atos do Poder Executivo à orientação firmada pelo Poder Judiciário, por meio da consolidação das normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Federal em relação às decisões judiciais.

A AGU tem contribuído com medidas que visem desonerar o poder Judiciário de recursos procrastinatórios e de ações consideradas perdidas. Com essa finalidade o Advogado-Geral tem editado súmulas administrativas, desde 1997, especificando condições em que fica autorizada a não interposição de recursos das decisões do Judiciário. Milhares de recursos deixaram de ser interpostos, acelerando-se a resolução desses contenciosos e desonerando-se o Judiciário. Ainda como contribuição para a melhoria da organização e eficiência da atuação dos poderes da União, devem ser ressaltadas as propostas normativas que se converteram:

- na Lei Complementar nº 98, de 1999, que determina a celebração de convênios entre a Defensoria Pública da União e as dos Estados e do Distrito Federal, para atuação junto aos órgãos de primeira e segunda instâncias;
- na Lei 9.790, de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências; e
- na Lei Complementar nº 103, de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituírem o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição, por delegação federal prevista no parágrafo único do seu art. 22.

Fortalecendo a Cidadania

O cidadão é o grande protagonista do processo de democratização. O avanço da democracia no Brasil envolve o fortalecimento tanto das instituições como da cidadania. O Governo orientou suas ações específicas voltadas para o fortalecimento da cidadania por três eixos estratégicos: a melhoria dos serviços de segurança pública, em parceria com os estados; a defesa dos direitos humanos; e o aperfeiçoamento de instrumentos de proteção dos direitos e garantias fundamentais na esfera da administração federal e em parcerias com a sociedade civil.

Segurança pública

O engajamento efetivo da União, lado a lado com os estados, no combate à criminalidade e à violência, marcou desde o início as ações deste Governo.

Já em março de 1995 foi sancionada a Lei nº 9.017, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à produção de cocaína e outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Em 1996, o Governo implementou um plano emergencial de combate à criminalidade no Estado do Rio de Janeiro, reabriu a Academia Nacional de Polícia e reativou as operações de repressão a entorpecentes e combate ao crime organizado em todo o território nacional, com resultados expressivos na apreensão de drogas e na desativação de laboratórios clandestinos utilizados no seu processamento.

Infoseg

Ainda em 1995, teve início a implantação do Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg, um instrumento fundamental para o combate ao crime em geral e ao crime organizado em especial. O Infoseg é um banco de dados nacionais e estaduais de informações criminais, mandados de prisão, população carcerária, armas de fogo, condutores de veículos, veículos furtados e roubados. Ele pode ser acessado eletronicamente em todo o território nacional pelas autoridades ligadas à área de segurança pública. Em 2001, o sistema foi redefinido e aprimorado tecnologicamente e recebeu investimentos de R\$ 1,3 milhão.

O Infoseg é um banco de dados de informações criminais que pode ser acessado eletronicamente em todo o território nacional.

Conportos

Também em 1995, o Brasil tornou-se membro efetivo da Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas, que, dentre outras atribuições, cuida do combate à lavagem de dinheiro. No mesmo ano, foi criada a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos, com a finalidade de elaborar, implementar e supervisionar o sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nessas áreas.

Ações da Polícia Federal

Para dar apoio à repressão da criminalidade, foram desenvolvidos, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, os seguintes projetos:

- Polícia Federal na Amazônia – Pró-Amazônia, destinado a criar condições para o controle das fronteiras, prevenir e reprimir o narcotráfico, o contrabando, os crimes contra bens, serviços e interesses da União e contra a ordem política e social, bem como os de natureza ambiental;
- Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal – Promotec, com a finalidade ampliar e aprimorar a presença da Polícia Federal nas áreas do território nacional não abrangidas pelo Pró-Amazônia e promover a modernização do segmento técnico-operacional do Departamento de Polícia Federal;
- Modernização da Academia Nacional de Polícia; e
- Projeto Técnico de Integração das Informações Criminais.

Foram realizadas diversas operações conjuntas entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias estaduais e as Forças Armadas. Destacam-se as seguintes:

- Operação Impacto, desenvolvida no Estado do Maranhão no período de julho e agosto de 1996, que culminou com a recuperação de carros roubados ou furtados, apreensão de armas de fogo de diversos calibres, grande quantidade de drogas e o cumprimento de mandados de prisão.
- Operação Alagoas, implementada a partir do início de 1998.
- Operação Porteira Fechada Norte, Operação Centopéia, Operação Sul do Pará, Operação Mandacaru, Operação Porto Belo, que tiveram como objetivo coibir atos ilícitos e crimes contra a vida.

Plano Nacional de Segurança Pública

Um novo patamar da participação do Governo Federal nessa área foi atingido a partir do lançamento, em junho de 2000, do **Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP**, que promove a articulação de diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade no combate ao crime.

O Plano Nacional de Segurança Pública conta com recursos do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1,3 bilhão para o período 2000-2002.

Para a implementação do PNSP, foi criado o Fundo Nacional de Segurança Pública, com recursos federais de R\$ 1,3 bilhão para o período 2000-2002. Esses recursos destinam-se prioritariamente ao **Programa Segurança do Cidadão**, para projetos de reaparelhamento e treinamento das polícias estaduais, policiamento ostensivo, implantação de sistema de acompanhamento de polícias e polícia comunitária. Foram aplicados R\$ 252 milhões em 2000 e R\$ 397 milhões em 2001 na aquisição de armamento, munição, viaturas, equipamentos de informática e comunicação, na reforma, ampliação e construção de instalações policiais e prisionais e no treinamento de policiais, com o objetivo de redução da criminalidade e aumento da segurança da população brasileira.

Tanto o **Programa Modernização da Polícia Federal** quanto o **Programa Segurança do Cidadão** incluem-se entre os programas estratégicos, para os quais os fluxos de recursos orçamentários estão assegurados, o que denota a prioridade atribuída pelo Governo ao enfrentamento da violência e da criminalidade.

Programa penitenciário

O **Programa Reestruturação do Sistema Penitenciário** traz a contribuição do Governo Federal aos objetivos de reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias e promover a reintegração do preso à sociedade, por meio da profissionalização de detentos e diversas ações de assistência ao preso e ao egresso do sistema penitenciário. O programa envolve parcerias com os estados e entidades da sociedade civil, mediante convênios. Como resultado, foram criadas 34.756 vagas em penitenciárias no período de 1995-2000 e 25.504 vagas em 2001. No período de 1995-2001 foram aplicados R\$ 669 milhões na melhoria do sistema penitenciário, sendo R\$ 258,1 milhões apenas em 2001.

No período de 1995-2001 foram aplicados R\$ 669,3 milhões na melhoria do sistema penitenciário, sendo R\$ 258,1 milhões apenas em 2001.

Mutirão penal – outra iniciativa federal na área penitenciária foi a criação, em 1995, do Mutirão da Execução Penal, realizado em todo o território nacional, a partir da publicação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, em consonância com a determinação das Nações Unidas sobre prevenção do delito e tratamento de delinqüentes.

Segurança nas ruas e estradas

O novo Código de Trânsito Brasileiro, que entrou em vigor em 1995, tornou-se um instrumento de humanização do trânsito, de cidadania de motoristas e pedestres.

Renavam/Renach – Além disso, o Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam e o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – Renach, desde 1999, interligam todos os 27 estados. No final de 2001, o Renach contava com 21,5 milhões de condutores cadastrados.

Carnaval/verão – Em parceria com os estados, a partir de 1996 foram implantadas as operações de carnaval e de verão para intensificar a fiscalização e reduzir o número de acidentes nas estradas. Com isso, tem havido uma diminuição constante e significativa no número de acidentes automobilísticos e de vítimas nas estradas brasileiras.

A Polícia Rodoviária Federal também intensificou a repressão a outros tipos de crimes no âmbito das rodovias federais. Desde 1999, essas ações têm resultado na apreensão de quantidades importantes de drogas ilícitas, cigarros e armas de fogo e na recuperação de veículos roubados.

Combate ao crime organizado

O Governo encaminhou ao Congresso Nacional projetos de lei sobre lavagem de dinheiro, para combater o crime organizado, e sobre o Sistema Nacional de Controle de Armas, objetivando limitar o porte de armas, bem como controlar a sua entrada no Brasil.

Uma das principais frentes de combate ao crime organizado, incluindo o narcotráfico, é a prevenção e repressão da lavagem de dinheiro. As iniciativas tomadas desde 1998, quando assinou a Convenção de Viena, colocam o Brasil na linha de frente internacional nessa área.

Em 1998, a legislação nacional foi atualizada em conformidade com os compromissos internacionais em relação à lavagem de dinheiro.

Ainda em 1998, a entrada em vigor da Lei nº 9.613, que atualizou a legislação nacional em conformidade com os compromissos internacionais em relação à lavagem de dinheiro. A nova lei:

- definiu como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, o terrorismo, o contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção, a extorsão mediante seqüestro, os crimes contra a administração pública, inclusive a corrupção, os crimes contra o sistema financeiro nacional e os praticados por organização criminosa, além do narcotráfico;
- obrigou bancos e outras empresas que possam ser utilizados na lavagem de dinheiro a: identificar e manter atualizado o cadastro de clientes; registrar toda transação que ultrapasse limites fixados por ramo de atividade; comunicar a tentativa ou realização de transação suspeita;
- criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, como uma Unidade de Inteligência Financeira nos moldes definidos pelo Grupo de Egmont, que congrega entidades similares de 53 países, ao qual o Brasil se filiou em 1999; e
- vinculou ao COAF todos os órgãos públicos com papel relevante no combate à lavagem de dinheiro, incluindo Polícia Federal, Banco Central, Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Ministério das Relações Exteriores, Procuradoria da Fazenda Nacional, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados.

A intensa divulgação da nova lei e da atuação do conselho tem estimulado o engajamento dos agentes econômicos no combate à lavagem de dinheiro. O número de comunicações de operações suspeitas recebidas pelo COAF aumentou de 824, em 1999, para 6.654, em 2000. Todas as comunicações são analisadas com a colaboração, quando necessário, dos órgãos vinculados ao conselho, e os indícios de crime encaminhados às autoridades policiais e judiciais competentes.

O Brasil, através do COAF e do Ministério das Relações Exteriores, participa ativamente dos mecanismos internacionais e regionais de cooperação no combate à lavagem de dinheiro.

Defesa dos direitos humanos

Um estudo intitulado “A Proteção dos Direitos Humanos no Brasil e seu Tratamento pelo Poder Público”, destinado a subsidiar reforma estrutural do Ministério da Justiça em 1996, foi o marco referencial das ações do Governo nessa área. Desse trabalho decorreu a elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos, atualmente em reelaboração. A partir daí, a mobilização do Governo e da sociedade tem dado frutos importantes para o Brasil. A criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o **Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos**, colocam o Brasil numa posição de vanguarda no mundo na luta em defesa dos direitos humanos.

A criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e o Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, colocam o Brasil em posição de vanguarda na luta em defesa dos direitos humanos.

Desaparecidos políticos – Um fato de grande significado histórico e simbólico na política de direitos humanos foi o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, da morte de pessoas desaparecidas no período de 1961 a 1979, acusadas ou envolvidas em atividades políticas. A Lei nº 9.140, de 1995, proporcionou a moldura jurídica para o resgate dessa dívida do País para com seus cidadãos e a sua própria memória. Os familiares dos desaparecidos foram indenizados e o acerto de contas com o passado foi feito, sem ferir a essência conciliadora da Lei da Anistia de 1979.

Prêmio Direitos Humanos – O Prêmio Nacional de Direitos Humanos tem despertado crescente apoio e participação da sociedade. A inserção do tema direitos humanos e sua legislação nos currículos de ensino fundamental, que objetiva criar nas crianças e jovens estudantes a consciência crítica para este assunto, é uma conquista a ser celebrada.

Proteção a vítimas – Outro marco referencial na defesa dos direitos humanos está na criação do **Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas**, que objetiva a proteção do cidadão, principalmente dos mais humildes de nossa sociedade, contra aqueles que procuram intimidar os que possuem a coragem de denunciar atos criminosos. Até o final de 2002, cerca de 680 brasileiros deverão contar com essa assistência.

Até o final de 2002, 680 pessoas deverão ser assistidas pelo Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Defesa dos direitos das minorias

O fortalecimento da cidadania requer ações que defendam as minorias da “ditadura das maiorias”, respeitando o livre arbítrio e a individualidade de cada cidadão e cidadã. A criação de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, do disque-denúncia contra os que discriminam negros, idosos e homossexuais e de balcões de cidadania são importantes sinais do amadurecimento democrático da sociedade brasileira.

Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, disque-denúncia contra os que discriminam negros, idosos e homossexuais e balcões de cidadania são importantes sinais do amadurecimento democrático da sociedade brasileira.

Na defesa dos direitos dos homossexuais, o Ministério da Justiça apoiou a publicação de informativos aos homossexuais sobre seus direitos e os respectivos instrumentos legais de garantia.

Para a população negra, foi desenvolvido importante programa de assistência legal, de orientação e de encaminhamento psicossocial de mulheres de baixa renda, vítimas de violência doméstica e sexual, em parceria com a organização não-governamental Geledés. Destaca-se, também, a titulação de terras remanescentes de quilombos, tratada em outra parte desta Mensagem.

A Lei nº 9.315, de 1996, inscreveu o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria. A realização do Seminário Internacional "Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos" foi um marco da política de combate à intolerância.

A implementação, a partir de 1997, da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência objetivou viabilizar o efetivo exercício dos direitos constitucionalmente assegurados. Foram desenvolvidas ações de atenção à pessoa portadora de deficiência, tais como a remoção de barreiras arquitetônicas e a qualificação profissional e reabilitação para atividades produtivas, beneficiando 128 mil pessoas entre portadores de deficiência e profissionais da área, tendo sido investidos R\$ 3 milhões em 2001. A partir de 1997, ganharam maior relevo, graças aos esforços de normatização, a melhoria das condições de acessibilidade ao espaço urbano e a produção e disseminação de informações sobre os cidadãos que fazem parte desse grupo.

A eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem a livre movimentação das pessoas com dificuldade de locomoção é tema de projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

Ainda nessa área, foram encaminhados ao Congresso Nacional dois importantes projetos de lei: o primeiro, instituindo a Política Nacional de Reabilitação para Pessoas Portadoras de Deficiência; o segundo, a Política Nacional de Acessibilidade, que trata da eliminação de barreiras arquitetônicas que impedem a livre movimentação das pessoas com dificuldade de locomoção.

A Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência recebeu do Governo Federal significativos recursos no período de 1995 a 2001. A execução desses recursos ocorreu de forma direta, com a cooperação de organismos internacionais, e indireta, por meio de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais representativas dos movimentos de pessoas portadoras de deficiência.

O Projeto Cidade para Todos, executado em parceria com prefeituras, organizações não-governamentais e organismos de cooperação internacional, beneficiou cerca de 410 mil cidadãos. Várias dessas parcerias contemplam ações de reabilitação profissional para portadores de deficiência e instalações urbanas que permitem sua movimentação.

Além disso, foram colocados à disposição de profissionais e de instituições governamentais e não-governamentais que atuam na área de apoio aos portadores de deficiência setenta mil exemplares de

livros em braile. Foram implantados quatro postos regionais do Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, em Florianópolis, Porto Alegre, Natal e Curitiba, por meio de convênios com governos locais e com vinte organizações não-governamentais.

Em 1999, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – Conade, com representação da sociedade civil, para o planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas para os portadores de deficiência. Destaca-se também, dentre os atos normativos importantes nessa área, a regulamentação da Lei nº 7.853, de 1989, pelo Decreto nº 3.298, de 1999, que estabeleceu, entre outras medidas, a promoção da saúde, da educação e do trabalho voltadas para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência.

Ações afirmativas – Em dezembro de 2001, o Ministério da Justiça emitiu uma portaria que estabelece quotas para afrodescendentes (20%), mulheres (20%) e portadores de deficiência (5%) no preenchimento de cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS e na contratação de empresas prestadoras de serviço e de técnicos e consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais. Outras áreas da administração federal têm adotado ou planejam adotar iniciativas semelhantes.

O Ministério da Justiça estabeleceu quotas para afrodescendentes (20%), mulheres (20%) e portadores de deficiência (5%) no preenchimento de cargos de DAS.

Combate à tortura

A criação, em 2001, do **Programa de Combate à Tortura** demonstra a consolidação das políticas implementadas pelo Governo Federal no sentido de fortalecer os direitos do cidadão. Dentro dessa mobilização, o Ministério da Justiça participou do Debate Geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em agosto de 2001, em Durban, África do Sul. Ali, o Brasil reafirmou sua posição contra todas as formas de discriminação e reforçou o compromisso de trabalhar para que o mundo acabe por banir o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

Defesa dos direitos da criança

Visando a defesa dos direitos da criança e do adolescente, o Governo Federal promoveu também diversas ações. Destacam-se a Campanha Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Com a implantação em 1997, nos 27 estados da Federação, da Política Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, o Ministério da Justiça formalizou a cooperação técnico-financeira com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, formando multiplicadores e conselheiros-tutelares.

As ações em andamento para erradicar o trabalho infantil, que já beneficiaram 43 mil crianças e adolescentes, são relatadas em outra parte desta Mensagem.

43 mil crianças beneficiadas com a erradicação do trabalho infantil.

Defesa dos direitos da mulher

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM preparou o documento “Estratégias da Igualdade”, em parceria com os Conselhos Estaduais e entidades ligadas ao movimento feminino, contendo propostas para a implementação da Plataforma de Pequim, subscrita pelo Brasil durante a IV Conferência da Mulher, em setembro de 1995, na China. No ano de 1997, o Conselho assinou protocolo com governos estaduais e prefeituras municipais para a implantação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero.

Além das múltiplas ações organizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cabe destacar outras medidas adotadas pelo Governo Federal, a exemplo do atendimento jurídico, apoio emocional e encaminhamento social de mulheres de baixa renda vítimas de violência, tarefa que o Governo realiza com o apoio de organizações não-governamentais. Todas as mulheres atendidas são estimuladas a participar de oficinas de trabalho terapêutico, com o objetivo de aliviar as seqüelas emocionais produzidas pela violência. Considerando os altos índices de violência doméstica e sexual contra mulheres, foi implementado o **Programa Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual**, que inclui ações como o fortalecimento das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, a criação de programas de atendimento jurídico para mulheres em situação de violência e a criação de varas especializadas.

Casas-abrigo – O **Programa Combate à Violência Contra a Mulher** tem como principal instrumento de proteção às vítimas os Centros Integrados de Assistência às Mulheres sob o Risco de Violência Doméstica e Sexual, também conhecidos como casas-abrigo, construídos e mantidos em parceria com os estados, municípios e Distrito Federal. As casas-abrigo, situadas em locais seguros, protegem as mulheres em situação iminente de risco de morte em razão de violência doméstica. Trata-se de serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias podem permanecer por período determinado, após o qual devem estar preparadas para retomar o curso de suas vidas. Seu objetivo principal é garantir a integridade física e psicológica das mulheres e de seus filhos menores, favorecendo o acesso aos meios de promoção de sua condição de cidadãs e fortalecendo sua capacidade de tomar decisões.

Defesa dos direitos e garantias fundamentais

Os Balcões de Direitos, implantados mediante parcerias com organismos internacionais de cooperação, governos estaduais e organizações não-governamentais, objetivam facilitar o acesso da população de baixa renda à documentação civil básica e à assistência jurídica gratuita. Os resultados alcançados mostram que foram atendidas aproximadamente duzentas mil pessoas na região da Zona da Mata e Sertão pernambucanos, em cinco favelas do Rio de Janeiro, em cidades-satélites do Distrito Federal, na região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Norte e na Bahia e em áreas ribeirinhas do Amazonas e do Acre.

Foram realizadas diversas campanhas de conscientização da sociedade, oficinas de trabalho e seminários para discussão e apresentação de soluções contra a violência e em busca da garantia dos direitos fundamentais no Brasil. Vale destacar a assinatura do Pacto Comunitário Contra a Violência Intrafamiliar Contra o Idoso; a reunião técnica com Procuradores da República e Promotores de Justiça de todo o País, com vistas a elaborar documento de orientação a todos os Ministérios Públicos para a garantia dos direitos da pessoa idosa e da pessoa portadora de deficiência; a assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e o Ministério da Saúde, objetivando capacitar os agentes comunitários de saúde e a equipe de saúde da família em direitos humanos, para que possam divulgar às comunidades por eles assistidas noções de cidadania e direitos humanos.

Defensoria

Um importante marco na defesa da cidadania foi a realização do primeiro concurso para Defensores Públicos da União. Os novos 86 defensores empossados terão importante papel na defesa da cidadania no âmbito dos tribunais federais e na disseminação da assistência jurídica em outras esferas.

Capacitação

Mediante parcerias com a Anistia Internacional, a Cruz Vermelha, outras esferas de governo e organizações não-governamentais, o Ministério da Justiça ofereceu cursos de direitos humanos a policiais civis, militares e federais, identificou e capacitou lideranças comunitárias como interlocutores na defesa de seus direitos perante as instituições competentes, oferecendo-lhes cursos básicos de formação política, cidadania, democracia e direitos humanos.

Serviço civil voluntário

Com vistas à construção de medidas mais eficazes, políticas mais próximas da realidade e, principalmente, de uma cultura de acompanhamento, a partir de indicadores específicos de resultados na área dos direitos humanos, foi criado o Serviço Civil Voluntário, que tem como objetivo engajar jovens de ambos os性os, que se apresentam como voluntários quando completam dezoito anos, em ações de promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania, capacitando-os e criando oportunidades de ação junto à comunidade com a qual convivem.

Respeitando as peculiaridades de cada experiência-piloto, o Serviço Civil Voluntário proporcionou aulas de informática, gestão de pequenos negócios e o desenvolvimento de habilidades básicas nos jovens, melhorando sua qualificação e visando o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, proporcionou ao Governo um núcleo estratégico para o Programa de Ações Comunitárias.

Cartórios

A publicação do Cadastro de Cartórios do Brasil constitui-se importante instrumento de consulta para órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, bem como para a sociedade civil, possibilitando a democratização de informações com a divulgação dos dados de todos os órgãos de registro de atos públicos do País. Em 2001, foram produzidos 32,1 milhões de discos compactos do Cadastro, além de coletânea e programas de documentos.

Direitos do consumidor

O Governo atuou intensamente na definição das regras das penalidades escolares, assinou convênios com o objetivo de melhorar a fiscalização da qualidade de bens e serviços, viabilizou o fluxo de informações sobre atos de concentração de companhias abertas e definiu suporte à infra-estrutura dos Procons e ao Sistema Nacional de Proteção do Consumidor, os quais serão objeto de apoio intensivo, visando sua ampliação e consolidação.

Foi instalada a Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor e criado o Registro Nacional das Associações Civis de Entidades Privadas de Defesa do Consumidor, com o objetivo de adotar medidas contra os aumentos injustificáveis de preços.

A descentralização do sistema de fiscalização das relações de consumo e a aplicação de penalidades foram medidas importantes adotadas pelo Decreto nº 2.181, de 1997, para a defesa do consumidor.

A descentralização do sistema de fiscalização das relações de consumo e a aplicação de penalidades foram medidas importantes adotadas pelo Decreto nº 2.181, de 1997, o que vem permitindo maior agilidade na solução dos conflitos. Ao mesmo tempo, deu-se ênfase ao Programa de Municipalização e Implementação das Associações Civis de Defesa do Consumidor, com incentivo à criação de Procons nos municípios, com o fim de consolidar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

O código de auto-regulamentação das empresas distribuidoras de gás permitiu reclassificar cerca de três milhões de botijões de gás, para garantir maior segurança ao consumidor.

Em 1998, foi implantado o Projeto Formando Hoje o Consumidor de Amanhã, que atingiu 52 mil estabelecimentos escolares, com público-alvo de 25 milhões de alunos na faixa de 5 a 12 anos. O projeto foi feito em parceria com o Ministério da Educação, franqueando o acesso à TV Escola e ao Programa de Informatização para edição e distribuição de material interativo.

CADE

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE vem consolidando seu papel na defesa da concorrência, num ambiente de profundas transformações na atuação do Estado na esfera econômica, que transita de um modelo intervencionista para um modelo mais regulador. A atuação do CADE é relatada em mais detalhe em outra parte desta Mensagem.

Legislação

O Governo Federal instituiu comissões de juristas para avaliar, acompanhar e apresentar propostas que visem à atualização do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, bem como propostas pontuais com vistas a agilizar e otimizar a prestação jurisdicional.

Em consequência, vários projetos de lei foram enviados ao Congresso Nacional, destacando-se o que pune com maior gravidade os crimes contra a administração pública, criando tipos novos para coibir condutas até então não criminalizadas. Ainda no campo penal, foram sancionadas importantes leis que tiveram origem no Ministério da Justiça, dentre elas a alteração do Código Penal, no que tange aos crimes contra a saúde pública – falsificação de medicamentos – e a ampliação da aplicação das penas alternativas.

Já foram destacados anteriormente, os avanços alcançados em matéria processual. Além disso, foram remetidas propostas de emenda à Constituição dispondo sobre *habeas corpus* e sobre os crimes contra os direitos humanos.

Política indigenista

A população indígena no Brasil vem aumentando de forma contínua, a uma taxa de 3,5% ao ano. A média de crescimento da população brasileira no período de 1996 a 2000 foi de 1,6%. Um dos fatores para esse aumento é a queda dos índices de mortalidade, em razão da melhora na prestação dos serviços de saúde aos povos indígenas. Os 350 mil índios representam 0,2% da população brasileira.

Demarcação de terras – O Brasil conta com 584 terras indígenas. A extensão dessas terras soma mais de um milhão de quilômetros quadrados, o que representa 12,2% do território nacional. A maior parte das terras indígenas se situa na Amazônia, onde ocupam 21% do território.

De 1995 a 2001, foram declaradas 104 terras indígenas, somando 32 milhões de hectares, e homologadas 144 terras indígenas, somando 41 milhões de hectares. Este Governo se coloca, assim, como o responsável pelo maior número e a maior extensão de terras indígenas demarcadas na história.

Este Governo é o responsável pelo maior número e a maior extensão de terras indígenas demarcadas na história.

O Governo tem inovado ao celebrar parcerias com as organizações indígenas e de apoio aos índios para realizar, de modo descentralizado, os trabalhos de demarcação física das terras indígenas. As Terras Indígenas do Rio Negro, localizadas no Estado do Amazonas, que somam mais de onze milhões de hectares, foram demarcadas numa parceria que envolveu a Fundação Nacional do Índio – Funai, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – Foirn e o Instituto Socioambiental.

Sociodiversidade – Existem no Brasil hoje 216 povos indígenas que falam 180 línguas diferentes. Esse Brasil multilíngüe e pluriétnico, que poucos brasileiros conhecem, é o País de maior riqueza lingüística em toda a América do Sul.

Além disso, há fortes evidências da existência de pelo menos 42 outros povos indígenas isolados, que não mantêm relações de contato regulares com a sociedade nacional. Esses povos merecem uma atenção especial da Funai, que os resguarda por meio dos trabalhos das Frentes de Proteção Etno-Ambiental, atualmente em número de seis.

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro escreveu: "Devastamos mais da metade de nosso País pensando que era preciso deixar a natureza para entrar na história. Mas eis que esta última, com sua costumeira predileção pela ironia, exige-nos agora como passaporte justamente a natureza." Nossa passaporte inclui a capacidade de abrigarmos, em condições satisfatórias, tamanha sociodiversidade.

Distritos Sanitários Especiais – A prestação dos serviços de saúde aos índios por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, vinculados à Fundação Nacional de Saúde – Funasa, possibilitou aos povos indígenas e suas organizações condições inéditas de acompanhamento e controle social no campo das políticas públicas. Os 34 distritos existentes são organizados com base em critérios socioculturais, geográficos e epidemiológicos, observando-se a situação e condições da população a ser atendida, o que inverte a lógica tradicional de organização e prestação dos serviços do Estado.

A representação na instância de decisão do distrito é paritária, estando distribuída entre os índios, os prestadores dos serviços e os profissionais de saúde.

A organização dos distritos permitiu uma melhora significativa no atendimento de saúde aos índios que, em muitos casos, assumiram, via suas próprias organizações, a prestação dos serviços. Para tanto, a Funasa já celebrou aproximadamente nove convênios só com organizações indígenas, além de dezenove outros com organizações de apoio aos índios. Os convênios da Funasa disponibilizaram cerca de R\$ 100 milhões para o atendimento de saúde nas aldeias no ano passado.

Educação indígena – As políticas públicas de atendimento à prestação da educação escolar pautam-se, no plano da legislação, na visão do antropólogo Luís Donizete Benzi Grupione, pela "construção de uma escola indígena que, inserida no sistema educacional nacional, mantenha atributos particulares, como o uso da língua indígena, a sistematização de conhecimento e saberes tradicionais, o uso de materiais adequados preparados pelos próprios professores indígenas, um calendário que se adapte ao ritmo de vida das atividades cotidianas e rituais, a elaboração de currículos dife-

renciados, a participação efetiva da comunidade na definição dos objetivos e rumos da escola".

Pode-se afirmar que esses pontos estão sendo atendidos na prática. O Governo elaborou, com a participação de especialistas e professores indíos, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, que permite a elaboração de propostas pedagógicas e curriculares diferenciadas para os povos indígenas. Além disso, criou-se no âmbito do Ministério da Educação uma Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, encarregada da política para as escolas indígenas e a formação dos seus professores. Também foi organizado um programa de financiamento a projetos de educação para indíos, voltado principalmente para atender organizações da sociedade civil de apoio aos indíos e universidades. Por fim, recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE foram destinados para apoio aos estados que implantaram iniciativas nessa área.

A formulação e a discussão das políticas de educação escolar indígena se fazem no Conselho Nacional de Educação Escolar Indígena, vinculado ao Ministério da Educação, composto por representantes governamentais e não-governamentais, bem como por professores indígenas. O Brasil conta hoje com 3.041 professores indígenas, que ensinam em 1.666 escolas indígenas.

Desenvolvimento sustentável – Em face da superação gradativa dos processos de demarcação das terras indígenas, surge um novo desafio: a gestão territorial da enorme diversidade biológica nelas existentes.

Nesse sentido, o Governo tem incentivado e apoiado iniciativas promissoras, que promovam a gestão territorial pelas próprias comunidades, por meio de práticas sustentáveis que garantam o retorno econômico para atendimento de suas necessidades aliado à manutenção do equilíbrio ecológico de suas terras. Uma dessas iniciativas é o Plano de Manejo Florestal desenvolvido pelos indíos Xikrin do Cateté, cujas terras estão localizadas no Estado do Pará, visando a exploração e comercialização de recursos madeireiros e não-madeireiros de forma sustentável. O projeto conta com o apoio do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, sendo financiado com recursos da Companhia Vale do Rio Doce e do Pró-Manejo – PPG7.

Os Xikrin, que no passado foram aliciados por madeireiros em práticas ilegais e predatórias, constituem hoje um paradigma para a exploração florestal em terras indígenas. O projeto conta com ampla participação da comunidade. No final de 2000 foi realizada a primeira colheita de madeira.

Novo estatuto – A legislação brasileira vigente relativa aos indíos (Estatuto do Índio, de 1973 e Código Civil Brasileiro, de 1917) funda-se na noção de que esses são relativamente incapazes e devem se

O Brasil conta hoje com 3.041 professores indígenas, que ensinam em 1.666 escolas.

submeter à tutela do Estado. Essa noção foi superada com o advento da Constituição de 1988, que estabeleceu novos parâmetros para o relacionamento entre os índios, o Estado e a sociedade nacional. Em abril de 2000, o Governo entregou ao Congresso uma proposta para alterar a legislação brasileira, consolidando novos paradigmas. Trata-se do Projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas, que já se encontra em discussão. O objetivo da proposta é assegurar que a proteção aos índios se dará com base no reconhecimento do seu diferencial cultural e não mais na falsa premissa da sua inferioridade. Com isso, além da efetiva garantia dos seus direitos, quer-se permitir que os povos indígenas tenham o espaço necessário ao desenvolvimento dos seus projetos de futuro.

Do Estado Burocrático ao Estado Gerencial

A reforma da administração pública brasileira é uma empreitada que passa pela superação de dilemas obsoletos, como estatismo versus livre mercado, ou a falsa identificação entre o público e o estatal. O objetivo não é o Estado-mínimo nem máximo, mas o Estado necessário. Um Estado que construa e fortaleça as condições necessárias ao crescimento da economia e enfrente o desafio da universalização do acesso aos serviços públicos, com prioridade para o atendimento às demandas das camadas mais pobres. Um Estado que não substitua o mercado, mas que o regulamente de forma eficaz e voltada para o interesse público. Estes são os pressupostos fundamentais da reestruturação da administração federal conduzida nos últimos sete anos.

As mudanças empreendidas estão sintetizadas no Plano Diretor de Reforma do Estado. O plano compreende a melhoria da gestão; a descentralização; a reorientação da ênfase nos processos para uma visão focada nos resultados; o estabelecimento de parcerias com a sociedade; a flexibilização de normas e procedimentos; a reestruturação das organizações orientada pelos princípios da gestão pública empreendedora; e a melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão.

Ao mesmo tempo em que a economia brasileira vai se adequando aos novos desafios mundiais, o Governo Federal adota um modelo de gestão com ênfase na transparência dos recursos alocados e na ampla divulgação de seus desempenhos e metas alcançadas.

A abertura dos setores de infra-estrutura ao capital privado, com a correspondente transformação do Estado empresário em Estado regulador, é uma dimensão essencial do esforço de consolidação das bases internas do crescimento sustentado e de projeção afirmativa no exterior. Seja por seus efeitos fiscais positivos, a começar pela redução da dívida pública, seja pelos ganhos de eficiência que acarreta para todo o sistema econômico, a privatização é um dos eixos da modernização do Estado.

Agências reguladoras

Um importante passo na busca de um aparelho de Estado mais eficiente foi a criação das agências reguladoras. Ao redirecionar os serviços públicos, através da concessão de sua exploração à iniciativa privada, o Estado viu-se obrigado a montar uma estrutura de regulação econômica e fiscalização dos serviços concedidos, criando um ambiente de maior segurança e confiabilidade à pessoa e à comunidade.

Mais do que simplesmente privatizar empresas, foi preciso cuidar da criação de mercados concorrenenciais e instituições capazes de exercer a regulação efetiva sobre os operadores privados.

Mais do que simplesmente privatizar empresas, foi preciso cuidar da criação de Agências.

Ao criar uma agência, o Governo determina que se estabeleça para as empresas privatizadas ou concessionárias, vários critérios de melhoria no atendimento e prestação de serviços ao público, além do aumento da oferta desses serviços e de padrões de eficiência e transparência na condução de suas atividades. Estruturadas como autarquias, com independência financeira, administrativa e mandato de seus dirigentes, as agências reguladoras estão vinculadas aos ministérios e organizadas por modalidade de serviços. Tudo isso, para minimizar os riscos de manipulação política e de captura por interesses privados, preservando a capacidade de aplicação da legislação responsável pelo bom funcionamento do mercado. Hoje há seis agências implantadas:

- Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, responsável pela política de implementação, regulação e fiscalização de serviços que vão das concessões de televisão por assinatura e seus compromissos com a comunidade, até a fiscalização dos serviços de telefonia;
- Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, que tem a importante tarefa de regular e fiscalizar os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia;
- Agência Nacional de Petróleo – ANP, que desempenha papel estratégico na regulação e fiscalização de toda a política de produção de petróleo e gás natural;
- Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que regula e fiscaliza as atividades na área de saúde complementar e planos de saúde;
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que se ocupa da área de vigilância sanitária; e
- Agência Nacional de Águas – ANA, com a função de fiscalizar e regular os recursos hídricos.

Além disso, foram criadas por lei e estão para ser implantadas agências nos setores de transportes e de fomento ao desenvolvimento regional:

- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq;
- Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT;
- Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA; e
- Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADEN.

Toda esta estrutura reguladora e fiscalizadora tem um propósito de grande significado para a sociedade. É a substituição do antigo modelo de Estado produtor em favor de uma máquina estatal mais eficiente e adequada à sua finalidade essencial.

Descentralização

À medida que o Estado assume seu papel regulador e fiscalizador, deixando para trás o perfil empresário-produtor, vai também abrindo mão dos mecanismos centralizadores de administração, para modernizar-se e iniciar uma nova etapa na relação com os estados e municípios.

A descentralização proporciona, sobretudo, uma maior autonomia para as Unidades da Federação, principalmente os municípios, e o aumento do controle social exercido por mecanismos como conselhos ou associações representativas, de caráter deliberativo ou consultivo, resultando numa significativa melhoria dos gastos públicos.

Um exemplo desse tipo de mecanismo está no **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, conhecido como Merenda Escolar a mais antiga ação de suplementação alimentar no País. Até recentemente, o PNAE era executado de forma centralizada. Até as operações de compra e distribuição dos gêneros alimentícios ficavam sob a responsabilidade dos órgãos federais que o gerenciavam. Em 1994, o Governo instituiu a descentralização da execução do programa, firmando convênios com os estados e municípios para repasse de recursos financeiros e da responsabilidade pela aquisição e distribuição da merenda escolar. Num passo seguinte, o programa passou a ter um novo direcionamento, mais avançado do ponto de vista da descentralização, cabendo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE a transferência direta de recursos financeiros para estados e municípios, sem necessidade de celebração de convênio ou qualquer outro instrumento similar. Os recursos financeiros do programa são transferidos, automaticamente, para os municípios e geridos pelos Conselhos de Alimentação Escolar, colegiado instituído no âmbito de cada unidade e composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos professores, dos pais de alunos e de outros segmentos da sociedade local, com atribuição de deliberar, fiscalizar e assessorar a aplicação dos recursos financeiros do programa. Estas Entidades Executoras recebem o dinheiro em conta corrente específica, aberta pelo FNDE, e devem destiná-lo, exclusivamente à compra de gêneros alimentícios para a merenda escolar. Atualmente, o programa Merenda Escolar distribui refeições diárias a mais de 37 milhões de crianças entre 7 e 15 anos, e é, no mundo, a única ação de alimentação escolar em que o atendimento é universalizado.

Outro exemplo é o **Programa Dinheiro Direto na Escola**, que propicia um meio das instituições adquirirem alguma autonomia financeira. Seus recursos não podem ser investidos em pagamento de pessoal, mas são as Entidades Executoras – tais como os Conselhos de Pais e Mestres – que decidem onde e como vão usá-los. A base para o cálculo de repasses dos recursos da Educação é sempre o número de alunos atendidos. De 1995 a 2000 o **Programa Dinheiro Direto na Escola** repassou R\$ 1,7 bilhão para manutenção de unidades, capacitação e aperfeiçoamento de professores, avaliação de aprendizagem, implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais. Foram atendidas neste período cerca de 130 mil escolas/ano, sendo que 87 mil nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O principal instrumento de equalização do financiamento na Educação é o Fundo de Manutenção e de Valorização do Magistério –

A descentralização proporciona maior autonomia para as Unidades da Federação e o aumento do controle social.

Única ação de alimentação escolar, no mundo, em que o atendimento é universalizado.

Fundef. Ele tem efeito redistributivo das receitas e está possibilitando a progressiva municipalização do ensino fundamental, como se relata em detalhes em outra parte desta Mensagem.

Na área da saúde há mecanismos similares. O modelo brasileiro de atenção à saúde vem passando por mudanças profundas nos últimos sete anos. A principal expressão dessas transformações foi a criação do Sistema Único de Saúde – SUS, que tem entre suas principais características a descentralização de recursos e ações, a regionalização, a participação da sociedade e o exercício do controle social por meio de instâncias colegiadas.

O Piso de Atenção Básica – PAB descentralizou os serviços de saúde, eliminando interferências políticas e exercendo maior controle sobre as práticas clientelistas. O PAB consiste em um montante de recursos financeiros destinados ao custeio de procedimentos e ações de assistência básica, de responsabilidade tipicamente municipal. Esse piso é definido pela multiplicação de um valor *per capita* nacional pela população de cada município e transferido regular e automaticamente ao fundo de saúde ou conta especial dos municípios. Atualmente, de cada R\$ 10,00 gastos em saúde pública no Brasil, R\$ 7,00 são provenientes do Governo Federal. Apesar disso, a descentralização foi intensificada, mediante a transferência automática e regular de recursos federais do Sistema Único de Saúde – SUS. Estas transferências se dão diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais, e são conhecidas como repasse fundo-a-fundo.

No processo de gestão descentralizada, as Secretarias Municipais de Saúde são as grandes executoras das ações, passando a ter maior importância no âmbito dos governos municipais. A capacidade gerencial das secretarias, em função de suas novas responsabilidades, vem sendo desenvolvida com apoio do Governo Federal. Num processo dinâmico e criativo, as instituições locais vão aproximando progressivamente as ações e os serviços oferecidos às necessidades de saúde da população. Saliente-se que tudo isso vem ocorrendo simultaneamente a um considerável aumento da oferta de serviços e ações de saúde.

O SUS compõe uma das maiores redes de saúde pública do mundo.

O SUS compõe uma das maiores redes de saúde pública do mundo, atuando de maneira descentralizada e colocando nas mãos dos estados e municípios a execução das ações e serviços. A gestão do sistema conta também com a participação da sociedade, que atua por intermédio de conselhos estaduais e municipais de Saúde no planejamento e controle das ações implementadas pelo Governo.

Os programas situados no âmbito do combate à pobreza e à exclusão social também integram a estratégia de descentralização. A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, promulgada em 1993, estabelece o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, constituído por entidades e organizações de assistência so-

cial e por um conjunto de instâncias deliberativas. As ações de assistência social organizadas nas três esferas de governo realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos benefícios, serviços, programas e projetos, em suas respectivas esferas e dimensões, aos estados e municípios.

O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social representa um conjunto de ações de responsabilidade da União, mas também dos estados e municípios, em seus respectivos níveis, de maneira complementar e cooperativa.

Essas ações estão articuladas entre si por meio de Comissões Intergestoras e contam com a participação da sociedade civil, por intermédio de conselhos. O sistema organizado é expresso pela rede prestadora de serviços assistenciais voltada para as necessidades do conjunto da população. Neste sentido, destaca-se o **Programa Comunidade Ativa**.

O **Comunidade Ativa** atua na organização e mobilização das comunidades mais pobres, procurando capacitar e motivar as lideranças locais para reivindicar melhorias e receber os benefícios das ações sociais implementadas pelo Governo. O programa busca induzir o processo de desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio de parcerias e a partir de uma agenda definida pela própria comunidade.

Com uma concepção profundamente inovadora, na qual não se separa o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social, a ênfase do **Comunidade Ativa** é no capital humano e social, no capital empresarial e no acesso à informação. A sinergia entre políticas públicas em nível local deve dar a partida num processo contínuo de mobilização da comunidade que, em pouco tempo, não dependa mais do Governo para se manter e se ampliar.

O Estado e o terceiro setor

A reestruturação das relações do poder público com a sociedade põe foco no chamado terceiro setor, que não é estatal nem privado. Hoje, todo um segmento de organizações não-governamentais se mobiliza em torno de questões voltadas à promoção do bem comum. O terceiro setor permite que novas alternativas surjam, a partir de esforços colaborativos entre Estado e sociedade civil, em que o interesse público seja o objetivo final. Essas iniciativas não são incompatíveis com políticas públicas eficientes e responsáveis. Ao contrário, partem delas as ações que permitem refletir de modo mais abrangente os objetivos comuns entre iniciativa privada, Estado e sociedade.

A importância e a atualidade do terceiro setor podem ser percebidas pelo número de associações civis nacionais e internacionais registradas e atuando hoje no Brasil. São organizações cujos inte-

O Comunidade Ativa capacita e motiva as lideranças locais para reivindicar melhorias e receber os benefícios das ações sociais.

O número de associações civis reflete a importância do terceiro setor.

resses vêm ao encontro das ações de Governo, como meio de viabilizar novas alternativas, a partir de esforços colaborativos entre Estado e sociedade civil, em importantes focos de interesse público: combate à exclusão social, meio ambiente, educação, conhecimento e transferência de tecnologia, organização social, ajuda humanitária e saúde.

Um exemplo da reformulação das relações do poder público com a sociedade é a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – Investe Brasil, que é um meio de promover o interesse coletivo, através de organizações privadas e da participação do Estado. Com a agência de investimentos, teve início um amplo processo de negociação envolvendo, pelo setor público, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento Indústria Comércio e Integração Nacional e, pela iniciativa privada, entidades representativas de diferentes setores da economia: agrícola, transportes, indústria, comércio, infra-estrutura, bens de capital, sistema bancário, previdência e seguros, mercado de capitais e bolsas de valores, mercadorias e futuros e câmaras internacionais bilaterais.

O modelo organizacional adotado para a Investe Brasil representa um avanço nas relações entre o Estado e a sociedade, dentro do espírito da nova Lei do Terceiro Setor (Lei nº 9.970, de 1999), que criou as organizações da sociedade civil de interesse público.

Programas de controle de qualidade

Outro instrumento de gestão que ganha importância na reforma da administração pública brasileira é o **Programa Qualidade no Serviço Público**. A base desse movimento nacional pela qualificação do serviço público é uma rede de parcerias entre organizações, servidores e cidadãos. Tal esforço de mobilização envolveu, entre 1995 e 2001, cerca de 1.100 organizações públicas dos três Poderes e dos três níveis de governo. Mais de trinta grandes seminários de mobilização para a qualidade foram realizados. O Prêmio Qualidade do Governo Federal, instituído em 1998, tem a finalidade de reconhecer e premiar as organizações públicas que comprovem, mediante avaliação, desempenho institucional compatível com as faixas de reconhecimento e premiação.

Em 2001, foi realizada a primeira pesquisa nacional de satisfação dos usuários dos serviços públicos. Os índices de satisfação com os setores de saúde, educação e previdência social foram, respectivamente, de 64%, 79% e 73%. A partir dessa pesquisa, será implantada uma sistemática de avaliação periódica do nível de satisfação do usuário com os serviços públicos, cujos resultados servirão como subsídio para a melhoria da formulação e gestão das políticas públicas.

O **Programa Gestão Pública Empreendedora – PGPE** presta apoio na elaboração, acompanhamento e avaliação de contratos de gestão, e participa também da comissão de avaliação do contrato de gestão da agência executiva Instituto Nacional de Metrologia, Nor-

malização e Qualidade Industrial – Inmetro. Um objeto importante das atenções do programa é o desenvolvimento de projetos de reforma com vistas a concretizar os ideais do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Entre eles se destacam o projeto de lei que visa à implantação do Regime do Contrato de Gestão, de que trata o § 8º do artigo 37 da Constituição; a revisão da Lei das Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 1998); bem como os estudos para viabilizar a implantação das agências executivas.

Programa Nacional de Desburocratização

O **Programa Nacional de Desburocratização** aborda a modernização do Estado de um ângulo que toca muito diretamente ao cidadão: seu objetivo é garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão da máquina burocrática. Desde que foi iniciado, o programa expandiu-se rapidamente pelas administrações públicas federal e estadual. Hoje ele engaja diretamente cerca de 1.500 servidores na revisão de procedimentos administrativos e burocráticos dos respectivos setores de trabalho. Dessa avaliação resultaram ações para reduzir e eliminar normas e exigências desnecessárias, excessivas e superadas. Foram implantadas pelas áreas setoriais cerca de seiscentas medidas que facilitam a vida do cidadão, reduzem custos e tempo, aumentam a produtividade na prestação de serviços e tornam mais eficientes as ações governamentais.

Foram implantadas cerca de seiscentas medidas que facilitam a vida do cidadão, reduzem custos e tempo, aumentam a produtividade na prestação de serviços e tornam mais transparentes as ações do Governo Federal e dos Governos Estaduais.

No contexto do programa de desburocratização, a Casa Civil da Presidência da República coordenou a concepção do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo, a organização da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira e a organização do serviço de Informação, Controle e Estratégia – Icone.

O Cadastro Único para os Programas Sociais elimina a necessidade de preenchimento de diversos formulários pelos beneficiários dos programas de transferência de renda, e deverá ser utilizado por todos os órgãos públicos federais para a concessão de benefícios.

A Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, permite que instituições públicas e organizações privadas requeiram credenciamento para atuar na área de certificação digital de documentos produzidos, transmitidos ou obtidos sob a forma eletrônica, com amparo jurídico.

O Icone, desenvolvido em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, reúne informações sobre carências e vantagens competitivas dos municípios e ações federais destinadas à melhoria daquelas localidades, tendo como foco a gestão empreendedora. Nesse sentido, são compartilhadas de forma corporativa informações sobre investimentos realizados pelo Governo Federal, desde 1995.

As múltiplas iniciativas de desburocratização são abordadas em mais detalhes no contexto das respectivas áreas da administração federal.

Política de recursos humanos

A modernização da administração pública demanda transformações profundas na política de recursos humanos. Desde 1995, a prioridade do Governo nessa matéria tem sido a valorização do desempenho e da qualificação dos seus servidores. Os processos de seleção e a melhoria da capacitação da força de trabalho têm foco no fortalecimento da gestão empreendedora.

Foram contratados mais de 54 mil novos concursados.

Foram contratados, ao longo dos últimos seis anos, mais de 54 mil novos concursados, sobretudo nas áreas de ensino, ciência e tecnologia, fiscalização, gestão e segurança. A despeito disso, houve uma redução de 88 mil servidores, cerca de 15% da força de trabalho do Executivo.

Se o número de servidores tem diminuído, a qualificação tem aumentado, contribuindo para a consolidação de um novo perfil profissional, que não receia ver seu trabalho avaliado e é capaz de atuar como agente de modernização da gestão pública.

A partir do **Programa Desenvolvimento de Gerentes e Servidores**, um novo direcionamento estratégico foi estabelecido para a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, que assumiu o desafio de se tornar um centro de excelência para o desenvolvimento de altos executivos da administração pública federal.

A ENAP tem por finalidade a busca e difusão de conhecimento e tecnologia gerencial para o desenvolvimento de gerentes, dirigentes e demais servidores públicos, visando a melhoria da gestão das instituições públicas federais por meio de seus cursos, estudos, eventos e publicações.

Ministros de Estado indicam 330 gerentes para os 365 programas do Avança Brasil.

Em setembro de 1999, foram indicados, pelos Ministros de Estado, 330 gerentes para os 365 programas do Avança Brasil. Um esforço intensivo de capacitação e motivação dessas equipes gerenciais vem sendo desenvolvido desde então pela ENAP, por meio de treinamentos direcionados para todos os gerentes.

As metas de apoio aos gerentes do Avança Brasil e suas equipes em 2000 foram superadas, com a participação de 321 gerentes (107% da meta) e de 655 colaboradores (133% da meta) em seminários e cursos. No que se refere à formação dos demais gerentes da administração pública federal, a ENAP já desenvolveu 5.561 gerentes (143% da meta).

No início de 2000 a implantação do Sistema de Informações Gerenciais do Avança Brasil – SIG foi acompanhada de 2.800 horas

de treinamento para 198 gerentes e 502 assistentes em 23 turmas. O SIG é o eixo principal da rede de gerenciamento do Avança Brasil e interliga todos os que atuam na implementação do Plano Plurianual.

Destacam-se também os cursos internacionais voltados a dirigentes, gerentes estratégicos e gerentes do PPA: administração estratégica; gerenciamento e negociação; mobilização de equipes; formação dos administradores civis na França e a carreira dos gestores no Brasil (com apoio do governo francês); gestão estratégica de recursos humanos; liderança e desenvolvimento de dirigentes no setor público; gestão de recursos humanos e recrutamento e formação com base em valores (cooperação com o governo canadense); economia e estratégias da regulação (com apoio da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal).

Por meio do **Programa Valorização do Servidor Público**, o Governo avançou na estruturação de cargos, carreiras, e remunerações. Desde janeiro de 2001, foram analisadas e reestruturadas quatorze carreiras e 43 cargos, beneficiando 45.643 servidores. Além disso, foram criadas 8.703 Funções Comissionadas Técnicas – FCT para servidores do Plano de Classificação de Cargos – PCC. O objetivo foi oferecer adequada remuneração aos postos de trabalho caracterizados por elevada complexidade e responsabilidade, estabelecendo requisitos de qualificação, experiência e competência para a sua ocupação.

O advento da sociedade da informação trouxe para o centro do debate a importância estratégica dos recursos humanos na nova economia e na administração pública. Hoje, a velocidade da inovação traz problemas complexos, que exigem um permanente processo de desenvolvimento profissional para garantir um desempenho adequado aos desafios enfrentados pelas organizações. Isso requer uma revisão das abordagens relativas à gestão de recursos humanos. Flexibilidade, capacitação permanente, visão de conjunto, criatividade e foco na atividade fim são palavras de ordem do novo paradigma.

Ainda há muito a ser feito. Seguem existindo distorções na estrutura remuneratória de grupos específicos de servidores em relação ao mercado. Por outro lado, decisões judiciais pressionam o Governo a destinar os escassos recursos disponíveis de forma indistinta, beneficiando, inclusive, aqueles que já foram objeto de recentes realinhamentos salariais ou que tenham salários acima do mercado.

Por outro lado, diversas categorias do serviço público, sobretudo em áreas essenciais da atividade do Estado, tiveram seus salários revistos com base nas remunerações pagas no setor privado, gerando reajustes que chegaram em alguns casos a mais de 200%.

Só no Poder Executivo, cerca de um milhão de pessoas, entre ativos, inativos e pensionistas, tiveram reajustes neste período, sen-

Desde janeiro de 2001, foram analisados e reestruturados quatorze carreiras e 43 cargos, beneficiando 45.643 servidores.

O advento da sociedade da informação trouxe para o centro do debate a importância estratégica dos recursos humanos na nova economia e na administração pública.

do 406 mil civis e 578 mil militares. Esses reajustes, acrescidos aos concedidos pelos outros poderes e à incorporação dos 28,86% feita em 1998, fizeram com que a folha de pagamento do Executivo Federal, que em 1995 foi de R\$ 37 bilhões, alcance em 2001 a cifra de R\$ 64 bilhões.

Em 1995, a remuneração média do servidor civil ativo do Executivo Federal era de R\$ 1.665,00; em 2000, chegou a R\$ 2.566,00. No Judiciário, a remuneração média aumentou mais de 120%, passando de R\$ 2.261,00, em 1995, para R\$ 5.066,00, em 2000. No Legislativo, passou de R\$ 3.771,00, em 1995, para R\$ 5.282,00 em 2000.

O aumento real da remuneração média vem ocorrendo em sintonia com uma mudança no perfil profissional, ao mesmo tempo em que é reduzido o quantitativo do quadro de servidores civis.

A revisão dos conceitos de gestão de recursos humanos deve ser feita em sintonia com os princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas. É preciso inovar e, simultaneamente, administrar o passivo existente nessa área, de forma a fazê-lo convergir para a mudança. As mudanças realizadas nos últimos sete anos pautaram-se por esses princípios.

Governo Eletrônico

O crescimento exponencial da massa de informações disponíveis *on line*, o aumento da transparência e a consequente redução da burocracia estatal, estão induzindo à ampliação do controle social sobre o Estado, o que contribuirá para a democratização do processo decisório e para a maior efetividade da ação governamental.

O Governo Eletrônico
promoverá a
universalização do acesso
aos serviços prestados pelo
Governo.

Com o desenvolvimento do Governo Eletrônico, espera-se promover a universalização do acesso aos serviços prestados pelo Governo, através de redes e bancos de dados da administração pública, e a abertura de informações à sociedade por meio da internet. Este desenvolvimento se dá em três frentes fundamentais: a interação com o cidadão, a melhoria da sua própria gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores.

Em relação ao cidadão, foram criados portais na internet que funcionam como verdadeiros balcões virtuais de informação e de atendimento para a prestação de serviços. Para a gestão interna, é promovida a integração entre os sistemas em rede intranet. A integração entre parceiros e fornecedores é desenvolvida na forma de uma extranet conectada aos sistemas de informação do Governo Federal, que compreende, dentre outros, os sistemas de administração financeira, administração de pessoal, serviços gerais, apoio à Educação, à Saúde e à Previdência Social.

Serviços e informações ao cidadão

Atualmente, o Governo Federal oferece um amplo conjunto de serviços por meio da internet. Em sua quase totalidade, estão interligados ao portal da Redegoverno (www.redegoverno.com.br), que conta com 1.350 serviços e 11 mil informações, organizadas em 31 grandes temas geradores. Alguns dos serviços mais importantes disponíveis ao cidadão na internet são:

- entrega de declarações do Imposto de Renda;
- emissão de certidões de pagamentos de impostos; divulgação de editais de compras governamentais;
- cadastramento de fornecedores governamentais;
- matrícula escolar no ensino básico;
- acompanhamento de processos judiciais;
- acesso a indicadores econômicos e sociais e a dados dos censos;
- programas de ensino a distância;
- envio de mensagens pelos Correios, por meio de quiosques públicos, e
- informações sobre programas do Governo Federal.

Ao lado do portal de serviços, o Governo Federal desenvolveu um portal de informações institucionais (www.brasil.gov.br) que dá acesso às páginas dos órgãos e entidades da administração federal.

Além disso, a iniciativa denominada Brasil Transparente, desde julho de 2000 promove a articulação de diversos projetos voltados para a implantação e o fortalecimento de sistemas de controle dos gastos públicos, com ênfase em ferramentas informatizadas que propiciem o controle social.

Cadastro de fornecedores

A implantação de um cadastro único na administração federal conferiu maior segurança à habilitação jurídica, técnica e econômico-financeira dos fornecedores, tornando desnecessária a proliferação de cadastros. O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, mantém o registro das pessoas físicas ou jurídicas interessadas nos processos licitatórios do Governo. O crescimento do número de cadastrados demonstra o sucesso do cadastro eletrônico, que saltou de cerca de 61 mil fornecedores, em 1997, para mais de 143 mil em junho de 2001.

O Sicaf mantém o registro das pessoas físicas ou jurídicas interessadas nos processos licitatórios do Governo.

Em 2000, foi promovida a integração do Sicaf com as bases de dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, Secretaria da Receita Federal – SRF, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, possibilitando a identificação imediata de eventuais problemas dos fornecedores.

Comprasnet

Em 1998, foi iniciada a operação do serviço *on line* de compras do Governo Federal – Comprasnet, disponível site www.comprasnet.gov.br. O site iniciou sua operação com a divulgação de avisos e editais de licitações, e nesse curto período evoluiu em direção ao conceito de portal de compras do Governo, na pers-

O site Comprasnet evoluiu em direção ao conceito de portal de compras do Governo.

pectiva de, progressivamente, abrigar toda a cadeia logística.

Os fornecedores, por sua vez, têm ao seu alcance um poderoso instrumento de ampliação das oportunidades de negócio. Ressalte-se que este modelo baseia-se na prestação de serviços diferenciados e na sua auto-sustentação financeira, mediante cobrança por alguns de seus serviços.

Ética e Transparência: Respeito à Cidadania

O amadurecimento democrático da sociedade brasileira se manifesta, entre outras coisas, pela cobrança cada vez mais forte de ética e transparência na condução dos negócios públicos. O Governo se associa decididamente a essas exigências. Para corresponder a elas, instrumentos já existentes na administração federal foram reforçados e outros foram criados.

O combate à corrupção na administração pública é fundamental, não só por um imperativo de moralidade. Além de minar o respeito aos princípios democráticos e às instituições republicanas, a corrupção drena recursos que seriam destinados a produzir e realizar bens e serviços públicos em favor da sociedade, a gerar negócios e a criar e manter empregos. A corrupção e a malversação das verbas e recursos públicos são enormes obstáculos ao desenvolvimento nacional, porque implicam diretamente redução da atividade econômica e diminuição da qualidade de vida da população.

No combate à corrupção, a arma mais poderosa é a mudança de comportamento de todos – cidadãos e agentes públicos. Os esquemas de fiscalização e correição, por necessários que sejam, não substituem a adesão voluntária aos princípios da ética e transparência no trato da coisa pública. É preciso que cada um se veja como controlador dos atos públicos, capaz de compreender sua licitude e de manifestar-se imediatamente aos órgãos competentes quando alguma irregularidade for identificada. Estimular toda a sociedade a participar deste bom combate é de fundamental importância para potencializar sua eficácia.

Comissão de Ética Pública

A Comissão de Ética Pública – CEP foi criada em maio de 1999, por Decreto do Presidente da República, como decorrência de proposta específica do Conselho de Reforma do Estado. Ela é integrada por seis pessoas, nomeadas entre representantes da sociedade civil, com notório saber e honorabilidade, nenhuma delas vinculada ao Governo. A atuação no âmbito da CEP não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

A ação da CEP pode ser compreendida a partir de três movimentos distintos:

- da sua criação até agosto de 2000, ela se restringiu à instância de consulta do Presidente da República em questões de natureza ética;
- de agosto de 2000 até maio de 2001, com a aprovação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, ela passou a ter também funções executivas, uma vez que ficou responsável pela implementação do código. Em razão das novas atribuições, passou a contar com uma Secretaria Executiva, integrada por seis servidores, vinculados administrativamente à Casa Civil da Pre-

- sidência da República; e
- a partir de março de 2001, à sua função de instância consultiva do Presidente da República e de executora do Código de Conduta da Alta Administração, ela agregou o papel de liderança e coordenação na promoção de ações para assegurar a adequação e efetividade dos padrões éticos em 193 entidades e órgãos que integram o Executivo Federal.

Código de Conduta – O Código de Conduta da Alta Administração Federal – CCAAF foi aprovado pelo Presidente da República em agosto de 2001, como instrumento na promoção da confiança da sociedade na conduta dos agentes públicos a partir do exemplo daqueles ocupantes dos mais altos cargos comissionados do Executivo Federal: ministros, secretários nacionais, presidentes e diretores de autarquias, fundações, empresas públicas, agências reguladoras e sociedades de economia mista. Coube à CEP a responsabilidade por sua implementação.

O CCAAF estabeleceu o dever dos servidores vinculados revelarem seus interesses particulares, seja renda, patrimônio ou outros, que possam suscitar conflitos de interesse com o exercício das respectivas funções públicas, assim como limites para o exercício de atividades profissionais e de gestão patrimonial e financeira e a proibição para a aceitação de transporte, hospedagem e outros favores que possam levantar dúvidas sobre o caráter ético da conduta.

As regras estabelecidas pelo CCAAF são, na sua maioria, proibições. Entretanto, o código tem um papel importante a desempenhar na defesa do grupo de servidores vinculados, dando-lhes a tranquilidade e segurança necessárias para o exercício pleno das suas funções sem o risco de denúncias sobre o caráter ético de conduta particular. Alguns exemplos emblemáticos indicam que esse segundo papel, não menos importante que o primeiro, está sendo progressivamente compreendido.

Tornar conhecidas as regras de conduta aprovadas foi o grande desafio da CEP, que passou a orientar massivamente sobre a sua aplicação, bem como monitorar sua observância.

Ninguém deve deixar de observar as normas de conduta constantes do CCAAF por desconhecimento ou falta de compreensão sobre como aplicá-las na prática. No período de vigência do CCAAF, foram expedidas, em média, 500 orientações por mês, com resultado de consultas específicas ou identificação de necessidades de esclarecimento geral.

O monitoramento da observância das normas de conduta é baseado na Declaração Confidencial de Informações – DCI, por meio da qual os servidores revelam sua situação patrimonial e de rendas, assim como seus interesses que possam, de qualquer forma, suscitar conflitos com o exercício da função pública. Nos primeiros três meses após a aprovação do CCAAF, o nível de omissão na apresentação da

DCI situou-se em patamar superior a 40%, percentual que decresceu sistematicamente ao longo de todo o período, sobretudo como consequência de notificações ágeis e continuadas, situadas em uma média mensal de 50%, no período. O nível de omissão estabilizou-se em percentual inferior a 1%, nível explicado pelos novos servidores que entram com elevado grau de desinformação entre as normas que devem ser observadas.

Decreto de maio de 2001 estabeleceu regras de relacionamento da CEP com as entidades e órgãos do Executivo Federal. Cada entidade ou órgão passou a ter o dever de indicar elemento de ligação com a CEP, cuja responsabilidade é apoiá-la na implementação do CCAAF e na definição e execução de ações de promoção da ética nas suas respectivas organizações.

O cenário levantado no primeiro semestre de 2001, em 160 entidades e órgãos que integram o Executivo Federal apresentava o seguinte quadro:

- 31% das entidades e órgãos utilizam normas específicas para regular a conduta dos seus quadros;
- 26% desenvolvem ações de educação nas normas de conduta existentes;
- 23% monitoram a observância das normas de conduta; e
- 20% aplicaram sanções por transgressões às normas nos 24 meses anteriores à pesquisa.

Em setembro de 2001, a CEP, com apoio das Nações Unidas, *Organisation de Coopération et de Développement Economique – OCDE*, BID e Transparéncia Brasil, promoveu o seminário “Ética como Instrumento de Gestão – I Encontro de Representantes Setoriais da Comissão de Ética Pública”. Especialistas nacionais e estrangeiros debateram as boas práticas em gestão da ética, bem como propostas de ações específicas para promoção da ética. A partir desse seminário, foram estabelecidos os objetivos estratégicos para nortear as ações de promoção da ética nas entidades e órgãos do Executivo Federal e formados grupos *ad hoc* com representantes setoriais para supervisionar a execução das ações propostas. Em março de 2002, todos estarão novamente reunidos para avaliar o progresso na execução da ações no segundo encontro de representantes setoriais.

Foi formada a comunidade de profissionais com responsabilidades em gestão da ética nas entidades e órgãos do Executivo Federal, constituída inicialmente de 135 representantes setoriais já indicados, cobrindo 193 entidades e órgãos. Iniciou-se programa de treinamento em gestão da ética, em parceria com a ENAP, que deverá estar concluído, em sua primeira fase, até março de 2002.

Até o final de 2002 todas as entidades e órgãos que integram a estrutura do Executivo Federal deverão executar, de forma estruturada e cooperada, gestão da ética fundada nas experiências mais bem sucedidas dentro e fora do País.

Lições aprendidas – Códigos de ética não servem para quem não tem ética. As normas não têm o condão de alterar hábitos e condutas se não estão respaldadas na exigência social e em uma estrutura de administração adequada. A efetividade das normas está diretamente associada ao seu conhecimento e compreensão e ao apoio político e engajamento das lideranças formais e informais. Mas quem não dispõe de norma efetiva de conduta não tem um referencial ético objetivo.

Uma gestão eficaz da ética é centrada em ações direcionadas para a compreensão das normas de conduta e disseminação de conhecimento sobre como aplicá-las.

Uma gestão eficaz da ética é centrada em ações direcionadas para a compreensão das normas de conduta e disseminação de conhecimento sobre como aplicá-las para resolver questões práticas do cotidiano. O desafio de futuro é consolidar o trabalho iniciado, pelo aprimoramento do sistema de gestão da ética nos órgãos e entidades do Executivo Federal, inclusive pelo estabelecimento de mecanismos de maior transparência e aproximação com a sociedade e implementação de mecanismos de avaliação e reconhecimento em gestão da ética.

Corregedoria-Geral da União

A Corregedoria dá celeridade aos processos administrativos de apuração de irregularidades.

Ao instituir a Corregedoria-Geral da União, em abril de 2001, o Governo quis munir o Executivo Federal de um instrumento para dar celeridade aos processos administrativos de apuração de irregularidades capazes de produzir lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, buscando a punição dos responsáveis no tempo oportuno e o resarcimento aos cofres públicos.

Como órgão de nível ministerial, vinculado diretamente ao Presidente da República, a Corregedoria tem autoridade para requisitar, a qualquer repartição federal da administração direta ou indireta, informações e documentos necessários aos seus trabalhos e à instauração de procedimentos e processos administrativos. O rigor na apuração exclui a denúncia irresponsável ou voltada unicamente ao uso político. O foco de atuação da Corregedoria é o acompanhamento e a supervisão da apuração pelos órgãos competentes, em observação ao devido processo legal.

Nos poucos meses desde sua criação, a Corregedoria já alcançou resultados expressivos. Embora dificeis de quantificar, dadas as características do trabalho, esses resultados podem ser inferidos do número expressivo de procedimentos administrativos apuratórios que estão sob seu acompanhamento; do número de casos em que a intervenção da Corregedoria produziu retificações processuais e medidas punitivas; e da intensa carga de denúncias e manifestações diversas recebidas dos cidadãos de todo o País. A implantação da Corregedoria inaugurou um importante canal direto de comunicação do cidadão com o Governo Federal.

MINISTÉRIOS	
Ministério da Previdência e Assistência Social	1.546
Ministério das Comunicações	463
Ministério da Fazenda	394
Ministério da Saúde	359
Ministério da Educação	293
Ministério da Defesa	276
Ministério dos Transportes	140
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	128
Ministério da Integração Nacional	77
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	68
Ministério do Meio Ambiente	67
Ministério do Desenvolvimento Agrário	65
Ministério de Minas e Energia	54
Ministério da Ciência e Tecnologia	47
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	40
Ministério da Cultura	14
Ministério do Esporte e Turismo	4
Ministério da Justiça	4
Ministério do Trabalho e Emprego	3
Ministério das Relações Exteriores	1
TOTAL	4.043

Procedimentos administrativos em curso nos ministérios e em órgãos vinculados

Período: 2 de abril a 21 de dezembro de 2001

**Processos
autuados na
Corregedoria-Geral
da União**

Período: 2 de abril a 10 de dezembro de 2001

Denúncias		
Conduta irregular de agente do poder público ou desvio de recursos públicos	1.319	
Conduta irregular de terceiros	147	
Em classificação	114	
TOTAL	1.580	69%
OUTROS		
Consulta	72	
Manifestação de opinião	86	
Pedido/manifestação de natureza social	262	
Relatórios de procedimentos	293	
TOTAL	713	31%
TOTAL GERAL	2.293	100%

No desempenho de suas funções, a Corregedoria-Geral da União atuou tanto de forma reativa, imediata, atendendo a provocação de representações e denúncias recebidas, quanto de forma pró-ativa, buscando identificar a ocorrência da possível irregularidade através do controle mediato.

Para o controle mediato, foram definidas e estão sendo concluídas ferramentas de prospecção de informações em bancos de dados, com apoio em modelos padronizados e filtragem em valorações pré-definidas, buscando-se desvios representativos, a serem examinados individualmente.

No controle imediato, o órgão atuou no exame e na instrução de processos decorrentes de representações de autoridades e principalmente de denúncias e manifestações encaminhadas pelos cidadãos, apontando irregularidades e ilícitos administrativos de que tiveram ciência. Apurações também foram determinadas de ofício, pela própria Corregedoria, ao identificar fatos relevantes, notadamente quando noticiados pela imprensa.

Em todos os casos a Corregedoria procedeu uma análise diagnóstica dos fatos e das circunstâncias, buscando os indícios suficientes à constatação do cometimento de irregularidades, com adequada avaliação da gravidade e do potencial lesivo ao patrimônio público, e com a identificação dos envolvidos. Constatada a infração, foram definidas as providências necessárias eacionados os órgãos competentes a adotá-las – a Advocacia-Geral da União, a Secretaria da Receita Federal, os órgãos do Sistema de Controle Interno, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público – inclusive com a instauração do processo administrativo ou judicial, objetivando a sanção aos infratores e a recomposição dos danos. Este é o resultado de seus trabalhos, em 2001:

DENÚNCIAS RECEBIDAS	
Processos com análise/apuração concluída, e já arquivados	246
Processos a analisar/em apuração/sob acompanhamento, em usso	1.334
TOTAL	1.580

Além das atividades de apuração, controle e punição, incumbe também à Corregedoria-Geral da União, no desempenho das suas funções: identificar falhas sistêmicas nas estruturas organizacionais, e indesejáveis permissividades ou lacunas na legislação, capazes de favorecer a lesão ao patrimônio público; e elaborar sugestões de medidas administrativas ou legislativas tendentes a prevenir e eliminar as possibilidades de infrações e ilícitos administrativos, evitando-se a repetição de irregularidades constatadas.

Mais que ação punitiva, após o cometimento da infração, a efetiva defesa do patrimônio público exige a adoção de posturas e medidas capazes de prevenir a conduta irregular e o consequente dano ao bem comum. E isso se mostra possível principalmente pela clareza e pela publicidade de todos os atos dos agentes públicos, ou que, de qualquer modo, envolvam os órgãos públicos.

Tornar público, nesse contexto, não se limita à edição de relatórios ou balanços financeiros, que, via de regra, se mostram herméticos e incompreensíveis ao cidadão comum. Mais do que isso, a publicidade perfaz-se na transparéncia, concretiza-se na facilidade de acesso à informação, na irrestrita disponibilização dos meios e recursos de comunicação, no emprego de linguagem e de formas simples e claras, de tal sorte que a qualquer interessado seja possível compreender os motivos do ato, identificar a autoridade competente a praticá-lo, conhecer o procedimento adequado, acompanhar os passos do processo, e, ao fim, constatar a sua realização com a plena observância dos princípios da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência que, por determinação constitucional, obrigam a administração pública.

A atuação da Corregedoria pretendeu, também, estimular a transparéncia dos atos dos agentes públicos, com o intuito de prevenir ocultação de infrações, e favorecer o controle e a fiscalização pelo próprio público. Foi desenvolvido e, ainda em fase de ajustes finais, encontra-se disponível na internet, na página www.presidencia.gov.br/cgu, o sistema de acompanhamento da tramitação dos procedimentos instaurados em decorrência de denúncias apresentadas pelos cidadãos e de representações efetuadas por autoridades, bem como o sistema de controle de andamento de processos administrativos nos órgãos federais.

A ampla publicidade sobre a atuação da Corregedoria-Geral da União e a intensificação da apuração das irregularidades e da aplicação

Denúncias recebidas pela Corregedoria-Geral da União

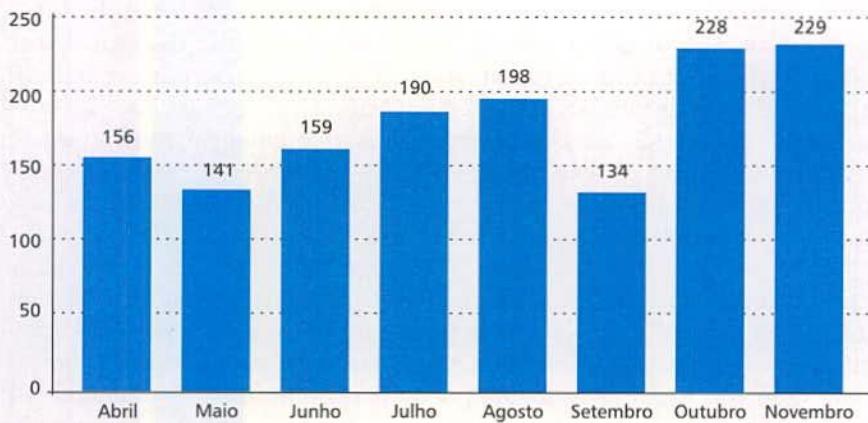
Período: 2 de abril a 10 de dezembro de 2001

A publicidade se perfaz na transparéncia, se concretiza na facilidade de acesso à informação, na irrestrita disponibilização dos meios e recursos de comunicação, no emprego de linguagem e de formas simples e claras.

de sanções e medidas judiciais complementares também têm resultados difusos, mas importantes. Elas induzem a uma maior atenção do agente público na gestão dos negócios públicos e estimulam a transparéncia dos atos administrativos. Ao mesmo tempo, o grande número de denúncias populares recebidas pela Corregedoria evidencia a crescente participação da sociedade na fiscalização e no controle dos atos da administração pública em todas as esferas.

Denúncias recebidas pela Corregedoria-Geral da União

Período: de 2 de abril a
30 de novembro de 2001



São exemplificativos da atuação da Corregedoria-Geral da União os casos de maior destaque tratados em 2001. Dentre outros, foram objeto de investigação e apuração:

- existência de fraudes em projetos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam;
- concessão e manutenção irregular de financiamentos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene;
- indícios da existência de aplicações irregulares dos fundos de desenvolvimento regionais, como o Finor e Finam;
- irregularidades em composições administrativas de processos judiciais de desapropriação de terras no âmbito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER; e
- indícios veementes da existência de lesão ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, com participação acionária da União, na desapropriação de terras públicas do Distrito Federal.

Em todos os casos – que permanecem sob acompanhamento da Corregedoria-Geral da União –, houve instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos e adoção de medidas administrativas e judiciais para a punição dos responsáveis e o resarcimento aos cofres públicos.

O apoio à atuação da Corregedoria nos diversos ministérios e órgãos federais ratifica a firme determinação do Governo no combate à corrupção. Mais importante, a atuação da Corregedoria reforça o entendimento de que o estímulo à fiscalização, por parte do cidadão, é a melhor vacina contra os desvios de conduta na administração pública.

Política Externa

A política externa do Governo, nesses sete anos, esteve a serviço do esforço de modernização econômica, transformação social e amadurecimento político do País.

Isto se fez a partir do reconhecimento das possibilidades abertas ao Brasil pelas mudanças em curso no cenário internacional, com a integração de mercados, as novas tecnologias, a transnacionalização dos processos produtivos, a expansão dos fluxos financeiros e comerciais e a universalização de valores como a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Buscou-se ampliar a presença do País na economia mundial, tendo como vetores o fortalecimento do Mercosul, o compromisso com a integração da América do Sul, a defesa de uma globalização receptiva aos interesses do mundo em desenvolvimento, a participação ativa na definição de novas regras para o comércio internacional e o pleito por maior acesso de nossos produtos aos mercados industrializados.

No plano político, renovou-se a vocação do Brasil em favor da democracia, da paz e da cooperação internacional. O País contribuiu para a consolidação da democracia e valorização dos direitos humanos na América do Sul; participou de forma decisiva na solução do litígio entre Equador e Peru; prestou apoio à pacificação e reconstrução do Timor Leste; ampliou a cooperação com a África, particularmente com os países lusófonos; ampliou suas obrigações na área ambiental e empenhou-se no reforço da cooperação internacional para o combate ao tráfico de drogas.

A diplomacia presidencial foi instrumento essencial para a promoção dos interesses nacionais. O Presidente da República ampliou a inserção do Brasil nos círculos decisórios internacionais, contribuindo para acentuar a credibilidade do País, elevar o nível de nossa interlocução e reforçar o papel do Brasil no tratamento das grandes questões contemporâneas.

O Presidente da República ampliou a inserção do Brasil nos círculos decisórios internacionais.

O Presidente liderou o Governo e a sociedade brasileira na resposta à crise provocada pelos atentados terroristas praticados contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Fez saber ao mundo do repúdio do Brasil ao terrorismo, da solidariedade do País às vítimas dos atentados e da importância da cooperação internacional na luta contra o terror. Em discurso de larga repercussão na Assembléia Nacional Francesa e em pronunciamento nas Nações Unidas, bem como em cartas dirigidas a vários líderes mundiais, acentuou a relevância de que a crise fosse vista como oportunidade de aprimorar os padrões de convivência entre os Estados. Defendeu um novo contrato entre os Estados, contrato que, informado pela ética da solidariedade, atenda à segurança dos povos e também promova a democracia, os di-

reitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a correção de assimetrias no comércio e nas finanças internacionais.

Por árdua que seja a tarefa de contabilizar resultados em política externa, já que o tempo de maturação da atividade diplomática costuma ser mais elástico do que o observado no plano interno, não há dúvida de que a situação internacional do Brasil é, hoje, qualitativamente diferente daquela vigente no início dos anos 1990. Isto se afere não apenas por conquistas como a ampliação significativa dos investimentos diretos no País e a interlocução apurada que se tem com os vizinhos e com as principais instâncias de poder, mas, também, ou sobretudo, pela afirmação da imagem externa do Brasil como um País de economia estável, com indicadores sólidos, comprometido com o bem-estar de seu povo e em pleno usufruto das liberdades democráticas.

O Brasil em face da globalização

A atitude do Governo diante da globalização foi, desde o princípio, de um realismo crítico. Compreendeu-se o fenômeno como um dado da realidade, mas que não impõe respostas ou rumos inexoráveis aos Estados. O entendimento sempre foi o de que a forma de reagir à transnacionalização dos processos produtivos e dos fluxos financeiros e comerciais depende de escolhas nacionais.

A escolha do Brasil foi a de aproveitar o espaço criado pela globalização para a modernização da estrutura produtiva e expansão da capacidade exportadora, sem ignorar o risco de que as assimetrias do processo, que não são poucas, terminem por acirrar a desigualdade entre os países ricos e o mundo em desenvolvimento. Exploramos as potencialidades da globalização para a geração de renda e emprego, sem abrir mão da expectativa de correção de seus efeitos perversos, tanto no plano comercial como no financeiro.

A estratégia teve como lastro o fato de que o Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento que reúne condições de ser, ao mesmo tempo, beneficiário e crítico da globalização. O País dispõe de base produtiva e tecnológica que o habilita a atrair o capital produtivo e absorver o progresso técnico. Mostrou-se, por outro lado, capaz de estabilizar a moeda, retomar um crescimento sustentado, modernizar o Estado e definir políticas públicas equânimes e consistentes, ações que o fizeram angariar respeito e atenção dos atores e instâncias de maior influência sobre a evolução da economia internacional, que se sabe em permanente mutação.

O certo é que se logrou assegurar uma inserção positiva do País na economia globalizada, passo a passo com o exercício de uma crítica fundamentada à ausência de instâncias de monitoramento político dos fluxos internacionais, capazes de inibir o protecionismo dos ricos e os surtos especulativos.

Mercosul

O processo de consolidação do Mercosul exibe, dez anos após o Tratado de Assunção, balanço dos mais expressivos. Somente em 2000, o comércio entre os países-membros alcançou o valor de US\$ 18 bilhões. Não menos alentador foi o volume de investimentos diretos recebidos no triénio 1998-2000: US\$ 135 bilhões. Mas o fundamental é que se avançou no projeto básico de integração entre as economias nacionais, inclusive com o início do trabalho de coordenação macroeconômica. Também se confirmou a natureza do bloco como União Aduaneira, respeitada a necessidade de uma atualização continuada da Tarifa Externa Comum. Outro passo importante foi a decisão de avançar na institucionalização do bloco, com a perspectiva de criação de secretariado e de um mecanismo de solução de controvérsias ágil e transparente.

Concorreu para o progresso do Mercosul o reforço da relação estratégica com a Argentina. Com o empenho pessoal do Presidente da República, o Governo Brasileiro soube desenvolver com Buenos Aires um diálogo presidido por visão prospectiva da importância da parceria entre os dois países. O Governo brasileiro manteve-se atento à evolução da situação na Argentina, em especial aos desdobramentos que marcaram o fim do regime de conversibilidade no início de 2002. Nesse sentido, apoiou com determinação os esforços de recuperação econômica do país vizinho, procurando assegurar as condições necessárias para o fortalecimento do Mercosul. Foi ampliado o comércio bilateral, bem como a integração física e energética. Institucionalizou-se mecanismo de consulta entre as Forças Armadas, que passaram a realizar exercícios conjuntos. A cooperação no campo nuclear obteve amplo reconhecimento, sobretudo à luz da tensão observada no subcontinente indiano. Os dois países reafirmaram seu compromisso com o futuro do Mercosul, inclusive na interação com outros países e blocos.

Isto contribuiu para que o processo de integração ampliasse seu escopo, com a incorporação, como membro associado, do Chile, Bolívia e, proximamente, da Venezuela. Prosseguem as tratativas do Mercosul com a Comunidade Andina para a criação de zona de livre comércio em futuro próximo. Igualmente promissoras são as negociações em curso com vistas à associação com a União Européia, iniciativa que, espera-se, facilite o acesso dos produtos agrícolas da região ao mercado europeu. É crescente, ainda, a aproximação do Mercosul com a África Austral, como sinalizado pela presença dos Presidentes da África do Sul e Moçambique em reuniões do bloco.

Integração continental

Inspirado pelo êxito do Mercosul, o Governo Brasileiro patrocinou encontro em Brasília dos Chefes de Estado da América do Sul para discutir a possibilidade de fazer da região um espaço econômico coeso e integrado. Os resultados não poderiam ter sido mais positivos. Foi acordada estratégia para o desenvolvimento de infra-estrutura

Inspirado no êxito do Mercosul, o Governo Brasileiro patrocinou encontro dos Chefes de Estado da América do Sul para discutir a possibilidade de fazer da região um espaço econômico coeso e integrado.

tura de integração, com a identificação de projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, alguns dos quais já sendo implementados, como a parceria entre Brasil e Bolívia para exploração e transporte de gás natural, o programa de integração energética do Brasil com a Venezuela e a ampliação das conexões viárias do Brasil com os países andinos e a Argentina. Também se concordou quanto à importância do reforço da cooperação em ciência e tecnologia, sobretudo em áreas que favoreçam o ingresso dos países da região na sociedade do conhecimento e da informação, para o que foi decidida a criação de fundo de fomento à pesquisa e à capacitação tecnológica.

Ainda na Cúpula de Brasília, os Chefes de Estado coincidiram em ressaltar a necessidade de que a conformação de uma área de livre comércio no hemisfério concorra para o desenvolvimento sustentável e eqüitativo do conjunto das Américas. Foi com esse espírito que o Brasil participou da III Reunião de Cúpula das Américas, em Quêbec. A delegação brasileira fez saber, na ocasião, que a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA será bem-vinda na medida em que alcance objetivos como o acesso a mercados mais dinâmicos, regras compartilhadas sobre *antidumping*, redução das barreiras não-tarifárias, eliminação do protecionismo das regras sanitárias e correção das assimetrias existentes no comércio de produtos agrícolas. Para o Brasil, foi assinalado, passos como esses são considerados indispensáveis para que a iniciativa constitua instrumento de progresso econômico e bem-estar social, não apenas para alguns, mas para todos os países do hemisfério.

Relações comerciais

Se a preocupação com a eqüidade nas relações comerciais norteia a posição do Governo Brasileiro nas tratativas sobre integração hemisférica, é também a pedra de toque da atuação do País na Organização Mundial do Comércio – OMC. Desde a conclusão da Rodada Uruguai, de que foi participante ativo, o Brasil vem insistindo em que a OMC assuma, o quanto antes, o compromisso de suprir a principal lacuna daquele esforço negociador, qual seja, a garantia de liberalização dos mercados agrícolas, o que inclui a eliminação da prática de subsídios, entre outras distorções. Para o Governo Brasileiro, o tratamento adequado da questão agrícola, na nova rodada de negociações comerciais, é fundamental para que o sistema multilateral de comércio deixe de padecer de falta de equilíbrio entre as obrigações dos países desenvolvidos e aquelas exigidas do mundo em desenvolvimento. A IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, em novembro de 2001, apresentou resultados positivos para o Brasil. A declaração ministerial adotada na Conferência reafirma o compromisso dos países-membros com a OMC como foro privilegiado para a elaboração de regras globais e para a liberalização do comércio. A declaração estabelece um amplo programa de negociações, que atende aos interesses do Brasil, ao abranger áreas como agricultura, *antidumping* e subsídios à exportação.

O papel do Brasil foi decisivo para a adoção de outra declaração, importante, sobre propriedade intelectual e saúde pública, que consagrou a posição defendida pelo Brasil de que o Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio – TRIPS – não deve sobrepor-se a políticas nacionais de saúde pública, como as de combate à AIDS e outras epidemias. A declaração apóia o direito dos membros da OMC de proteger a saúde pública e promover o acesso a medicamentos para suas populações.

Por uma nova arquitetura financeira

Atento às assimetrias do comércio internacional, o Brasil tem sido igualmente crítico do comportamento por vezes irracional do capital financeiro. Não foram poucos os momentos em que o próprio Presidente da República alertou para o problema. Mal tinha iniciado seu primeiro mandato, o Presidente, em visita à Comissão Económica para a América Latina – Cepal, condenou a volatilidade dos fluxos financeiros e os prejuízos que isto impõe aos países em desenvolvimento. Reunido com outros governantes social-democratas em Florença, em novembro de 1999, denunciou que a especulação financeira pode privar os Estados de recursos indispensáveis à implementação de políticas públicas. Dirigiu-se, mais de uma vez, ao G-7/8 acentuando a necessidade de atualização da arquitetura financeira internacional, de modo a dotar os movimentos de capital de maior transparência e previsibilidade.

Governança global

Em uma crítica mais ampla, o Presidente da República tem alertado seus interlocutores para o fato de que a emergência de uma economia globalizada não foi acompanhada da criação de mecanismos satisfatórios de governança, para não falar de mecanismos de governo, o que cria um déficit de cidadania. Cada vez mais as comunidades nacionais são afetadas por eventos ocorridos em outras partes do mundo, mas os instrumentos de participação no plano internacional ainda são insuficientes. Daí a importância de que os Estados cooperem entre si no sentido de evitar que a globalização subtraia espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania, o que supõe preservar a capacidade dos governos de atenderem aos reclames fundamentais por bem-estar, emprego e desenvolvimento social.

A diplomacia como expressão dos valores da sociedade

Ao se opor às distorções do processo de globalização, o Governo Brasileiro não apenas preserva uma tradição de defesa de padrões mais eqüânimenes para as relações econômicas internacionais, mas também se faz intérprete de sentimento generalizado nos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira, a começar pelo meio político e comunidade empresarial. Recorde-se, neste particular, a campanha que desenvolveu Franco Montoro contra a volatilidade do capital financeiro, sua última grande causa. Pode ser lembrado,

ainda, o apoio de lideranças partidárias, inclusive da oposição, e de amplo número de dirigentes empresariais às posições assumidas pelo Presidente da República na Reunião de Québec.

O Itamaraty abriu escritórios regionais em várias capitais do País.

Daí a pertinência de que se aprimore sempre mais o diálogo que passou a existir nos últimos anos sobre temas de política externa entre a União e as demais unidades da Federação, entre os Poderes da República, e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade. Medidas importantes têm sido adotadas nesse sentido. O Itamaraty abriu escritórios regionais em várias capitais do País, além de criar núcleo para acompanhamento dos assuntos federativos. É cada vez mais intenso o envolvimento do Congresso Nacional com a agenda internacional, tanto por parte das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas, como de outras comissões temáticas. A Secretaria de Estado está ativando mecanismo regular de consulta à comunidade empresarial e às representações sindicais para o acompanhamento das negociações multilaterais de comércio, como já ocorre no âmbito do Mercosul. O empresariado é consultado ainda por outras instâncias decisórias, como a Câmara de Comércio Exterior, que atua em coordenação estreita com o Itamaraty no esforço de identificar oportunidades para a expansão continuada das exportações brasileiras, sobretudo aquelas de maior valor agregado.

Com a intensificação do diálogo entre o Governo e a comunidade empresarial, a política externa econômica ganhou em legitimidade, mas também em eficácia, já que os compromissos internacionais passam a ser firmados com o concurso prévio dos atores que responderão por sua implementação no plano interno. O empresariado adquire maior familiaridade com padrões normativos de interesse imediato para a competitividade e operação de seus negócios. Os agentes negociadores também vêem-se melhor assistidos para aquilatar a relevância de acordos equilibrados para o aprimoramento e diversificação de nossa estrutura produtiva.

O Itamaraty procedeu a ajustes em sua estrutura e práticas no sentido de manter a capacidade de responder, com eficiência, à pauta cada dia mais complexa das tratativas internacionais, ajustes que vão desde o reforço da área responsável pelos processos de integração e disputas comerciais até o estímulo à especialização crescente dos funcionários diplomáticos, o que passa, inclusive, por modificações curriculares no Instituto Rio Branco.

A diplomacia brasileira tem atuado com reconhecido apuro, não apenas nas diversas propostas regulatórias de nosso interesse, do aprofundamento do Mercosul à integração física e energética da América do Sul, das tratativas do Mercosul com a União Européia aos trabalhos preparatórios da ALCA, mas também no conjunto de contenciosos comerciais que o País agora enfrenta. Para um Estado atento às normas, como o Brasil, o número de disputas em que se vê envolvido é, antes de tudo, um indicador da competitividade crescente de nossas empresas, que passaram a ocupar fatias do mercado antes sob domínio exclusivo de concorrentes do mundo industrializado.

Multiplicam-se as conquistas na OMC. Da disputa sobre gasolina ao contencioso entre a Embraer e a Bombardier, a posição brasileira terminou prevalecendo. Sem falar da recente vitória contra as indústrias farmacêuticas no campo de medicamentos contra AIDS, onde contamos, inclusive, com apoio de ONGs européias e norteamericanas afetas ao tema.

O êxito de nossa economia é trunfo de que se tem valido o Governo Brasileiro para tecer uma importante e diversificada rede de parcerias estratégicas, desdobramento que, por sua vez, tem permitido a abertura de novas oportunidades comerciais, além de despertar o interesse do investidor estrangeiro para o mercado nacional. Por seu prestígio pessoal e identificação estreita com o Plano Real, o Presidente da República exerceu papel crucial no reforço da credibilidade externa da economia brasileira e no próprio redimensionamento da presença internacional do Brasil. A diplomacia presidencial serviu intensa e eficazmente à promoção dos interesses nacionais.

O êxito de nossa economia é trunfo de que se tem valido o Governo Brasileiro para tecer uma importante e diversificada rede de parcerias estratégicas.

Relações com os Estados Unidos

Um bom exemplo é das relações bilaterais com os Estados Unidos, que se viram nos últimos anos elevadas a um novo patamar de compreensão e respeito mútuo. Muito por conta do elevado grau de entendimento entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os Presidentes Bill Clinton e George W. Bush, o Governo norte-americano passou a reconhecer tanto a importância da participação do Brasil no encaminhamento de temas regionais e globais, como a relevância do Mercosul enquanto bloco para o esforço de concertação hemisférica. Até a presença de contenciosos comerciais na pauta bilateral é vista agora como decorrência natural da interação de economias dinâmicas e complexas.

O Presidente da República coordenou a reação do País à crise provocada pelos eventos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, que parecem haver marcado o fim do pós-Guerra Fria e o início de uma nova etapa no sistema de relações internacionais. Em cartas dirigidas a diversos líderes e em vários pronunciamentos, como os realizados na Assembléia Nacional Francesa – de ampla repercussão doméstica e internacional –, na cerimônia alusiva ao Dia do Diplomata e na Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ressaltou a importância de que se compreenda a crise como oportunidade de aprimorar os padrões de convivência entre os Estados. Defendeu um novo contrato entre os Estados, que atenda às preocupações com a segurança internacional, mas também valorize a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, além de favorecer a correção das assimetrias existentes no comércio e nas finanças internacionais.

Em defesa da paz

No pronunciamento à Assembléia Nacional Francesa, o Presidente da República afirmou que tão importante quanto reagir ao terror é enfrentar as causas da violência e da intolerância. Se, de um lado, o Governo Brasileiro condenou de forma veemente os atentados de 11 de setembro, hipotecou solidariedade ao Governo e ao povo norte-americano e propôs, no âmbito da OEA, a aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca à ameaça constituída pelos atentados de 11 de setembro ao hemisfério, de outro, ressaltou a relevância de um equacionamento justo e definitivo dos conflitos que ameaçam a paz mundial, sobretudo o confronto entre árabes e israelenses. O Presidente Fernando Henrique Cardoso lembrou que, assim como apoiou, em 1948, a criação do Estado de Israel, o Brasil reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino democrático, coeso e economicamente viável.

O Presidente deu ênfase à necessidade de que a preocupação com a segurança internacional não relegue a posição secundária outras questões essenciais à construção de uma ordem internacional mais imune ao dogmatismo e à exclusão. Insistiu sobre a necessidade de atualizar os mecanismos de governança internacional, denunciou o obsoletismo do sistema de Bretton Woods e a consequente urgência de dotar o Banco Mundial de recursos que o habilitem à promoção do desenvolvimento e o FMI de condições para assegurar a liquidez do sistema financeiro. Reiterou a importância de controlar a volatilidade dos fluxos de capital. Valorizou o papel do G-20 no tratamento dos grandes temas econômicos. Acentuou a necessidade de combater o protecionismo dos mais ricos e garantir o acesso dos países em desenvolvimento aos mercados afluentes. Acentuou a necessidade de democratizar os mecanismos decisórios, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Por fim, sublinhou a importância do Protocolo de Kyoto e do Tribunal Penal Internacional.

Diplomacia presidencial

Ao longo destes sete anos, o Presidente da República realizou visitas a Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália, Espanha e Portugal, para não mencionar os membros do Mercosul, demais países vizinhos e aqueles Estados que, por sua dimensão, potencialidade ou vínculos especiais com o Brasil, merecem uma atenção particular, como China, Índia, África do Sul e Angola. A ênfase variou de um país para outro, segundo a especificidade do relacionamento: com os membros do G-7/8, os temas econômico-comerciais e, sobretudo com a Alemanha, a cooperação na área ambiental; com a Europa mediterrânea, a participação no programa de privatizações; com Portugal, investimentos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a confraternização em torno do quinto centenário do descobrimento; com a China, a cooperação em alta tecnologia; com a Índia, a cooperação na área de saúde; com a África do Sul, os temas políticos e o comércio bilateral; com Angola, o processo de paz e a cooperação para o desenvolvimento.

Se foram importantes para demarcar a abrangência dos interesses do País, os encontros presidenciais também produziram efeitos multiplicadores de grande relevância para a manutenção e adensamento das diferentes parcerias, ao estimular a participação no processo das sociedades nacionais, comunidades empresariais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, comunidades científicas e universidades. É assim que os relacionamentos têm assumido dinâmica própria, com a identificação de possibilidades de diálogo e cooperação não apenas pelos governos, mas também por setores diretamente interessados, de lado a lado, e em diferentes campos – de investimento a comércio, da concertação política à defesa do meio ambiente, da valorização da democracia à promoção da paz e da cooperação para o desenvolvimento à promoção dos direitos humanos.

Os encontros presidenciais produziram efeitos multiplicadores de relevância para a manutenção e adensamento das parcerias.

O resultado é uma convivência internacional densa, diversificada, de larga capilaridade social. A tônica, como não poderia deixar de ser, é a reciprocidade. Basta atentar para o perfil das relações econômicas. O incremento de investimentos diretos no País deu-se passo a passo com o aumento da participação do Brasil no mercado externo. A confiança do investidor estrangeiro na solidez da economia nacional teve como contrapartida a elevação da competitividade das empresas brasileiras.

O Brasil nos foros multilaterais

Talvez de menor visibilidade, mas igualmente ilustrativo da maior estatura internacional do País, foi a intensa participação do Brasil no tratamento pelos foros multilaterais das grandes questões políticas contemporâneas. Vejamos a atuação nas Nações Unidas, que celebrou seus cinqüenta anos na Assembléia Geral de 1995, com a presença do Presidente da República. O País tem assumido posição de relevo na discussão sobre a reforma do Conselho de Segurança, manifestando a expectativa de que o órgão, para benefício de sua representatividade e eficácia, tenha a composição atualizada, com a atribuição de assentos permanentes ao mundo em desenvolvimento. Também participamos de maneira ativa no debate sobre o aperfeiçoamento do sistema de operações de paz, de reconhecida importância para o papel das Nações Unidas na solução negociada dos conflitos internacionais.

A exemplo do ocorrido na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e na Conferência sobre Direitos Humanos (1993), o Brasil atuou com destaque nos encontros universais organizados pelas Nações Unidas nos últimos anos sobre temas-chave da agenda internacional, como a Conferência sobre População, a Conferência sobre Desenvolvimento Social, a Conferência sobre a Situação da Mulher, a Conferência sobre Assentamentos Humanos e a Conferência contra o Racismo.

O Governo Federal adotou um modelo de gestão com ênfase na transparência dos recursos alocados e na ampla divulgação de seus desempenhos e metas alcançadas.

Não foi fortuita a disposição do Governo Brasileiro de ser um protagonista maior nesses encontros e, dessa maneira, influenciar a definição de novos padrões de legitimidade em assuntos importantes da convivência internacional. Trata-se, não custa repetir, de mais uma evidência de que a política externa do País, é hoje, definida segundo os valores e expectativas da sociedade brasileira. Responde, em outras palavras, à necessidade de compatibilizar a pauta externa com a agenda doméstica. Se o País passa a orientar-se, no plano interno, por princípios como desenvolvimento sustentável, direitos humanos, igualdade entre os gêneros, responsabilidade social, humanização do espaço urbano e valorização das populações negras, é de se esperar que assuma posições condizentes com esses princípios e com a importância de promovê-los sempre mais.

Cláusula democrática

Assim tem sido estruturada nossa pauta política externa, a começar pela defesa da democracia como condição essencial para participação nos processos de integração regional. Adotada pelo Mercosul e seus membros associados, Chile e Bolívia, no Protocolo Ushuaia, em julho de 1998, a cláusula democrática também constou das decisões adotadas na Cúpula de Brasília, quando os Presidentes sul-americanos se dispuseram a perseguir o continuado aperfeiçoamento do Estado de Direito em seus países. Nos casos em que a cláusula democrática esteve à prova, prevaleceu o compromisso maior com a democracia. O Brasil atuou decisivamente para o fortalecimento do regime democrático no Paraguai e para a confirmação das instituições democráticas no Equador, Peru e Venezuela. O desdobramento mais recente foi a adoção da cláusula na Reunião de Québec, quando se estendeu ao hemisfério o modelo inaugurado pelo Mercosul.

Indissociável da opção da sociedade brasileira pela democracia é sua preocupação com o respeito aos direitos e garantias individuais, que se manifestou, no plano externo, por apoio decidido à proteção internacional dos direitos humanos, com ênfase no quadro regional. Passamos a acatar, de maneira plena, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e apoiamos o esforço de avaliação pela Organização dos Estados Americanos – OEA de meios para o aperfeiçoamento do sistema hemisférico de proteção às prerrogativas fundamentais da pessoa humana. O Brasil participou de forma construtiva das negociações do Tratado Penal Internacional, assinou o texto aprovado e está adotando os passos necessários para a ratificação desse instrumento a curto prazo, de reconhecida importância e atualidade.

Não-proliferação nuclear

À luz do compromisso constitucional com a utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, o Brasil atualizou suas obrigações quanto ao objetivo de não-proliferação das armas de destruição. Decidiu aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas

Nucleares, ingressou no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e procedeu à assinatura do Tratado de Proscrição Abrangente de Testes Nucleares. Assinou, ainda, a Convenção sobre Armas Químicas. Além de seu mérito intrínseco, tais passos favoreceram a retirada de entraves até então impostos ao acesso pelo País a determinadas tecnologias de ponta.

Desenvolvimento sustentável

Incorporado à agenda doméstica, como bem indica o dinamismo das ONGs brasileiras, o princípio do desenvolvimento sustentável tem balizado a atuação do País nas tratativas sobre meio ambiente. O Brasil exerceu papel ativo nos trabalhos da Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Agenda 21 e está se arregimentando para a Conferência Rio+10. A participação nas negociações da Convenção sobre o Clima foi particularmente construtiva. Contribuímos para a reunião do apoio necessário à homologação do objetivo de reforçar o Protocolo de Quioto, malgrado a posição dos Estados Unidos.

Na linha da tradição que nos é cara de apoio à solução pacífica e negociada de controvérsias, refletida em acordos regionais e na própria Constituição, o Brasil mediou, com o envolvimento direto do Presidente da República, a disputa territorial entre Peru e Equador, que se prolongava há décadas como ameaça à paz e à segurança regionais.

O Brasil também está envolvido no esforço de superação de risco dos mais graves à coesão social dos países da região: o tráfico de entorpecentes e delitos conexos. O tema consta de nossa pauta bilateral com os vizinhos e dele tratamos nos foros de concertação política, como o Grupo do Rio e a própria OEA. Pautamo-nos pelo princípio da responsabilidade compartilhada entre os países produtores, de trânsito e consumidores, o que requer uma estratégia que confira igual ênfase às dimensões da oferta e da demanda. Para o controle da oferta, a cooperação regional tem compreendido as áreas de inteligência, operações policiais, controle do contrabando de armas, combate à lavagem de dinheiro e repressão ao tráfico propriamente dito. O problema exige atenção prioritária, o que não tem faltado.

Solidariedade ao Timor Leste

Outro tema maior da agenda externa foi o conflito no Timor Leste, acompanhado com preocupação pela sociedade brasileira. O Brasil foi enérgico na reivindicação de respeito ao direito do povo timorense à autodeterminação, participa com tropas do contingente das Nações Unidas e tem colaborado na tarefa de construção do novo Estado, particularmente nas áreas de assistência técnica e educação. Aguardamos com expectativa o ingresso do Timor na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

A CPLP, por sinal, tem sido um dos foros mais valorizados pela opinião pública brasileira, motivada como está, até por conta do interesse despertado pelas comemorações dos 500 Anos, em promover a lusitanidade. O Brasil assumiu, em 2000, a Secretaria-Executiva da Comunidade com o objetivo de favorecer a difusão do estudo da língua portuguesa, aprofundar a concertação política entre os membros e renovar a cooperação para o desenvolvimento. Ênfase particular tem sido dada à cooperação no campo da prevenção e tratamento de AIDS.

Assistência aos brasileiros no exterior

Por fim, não há como deixar de mencionar, inclusive por ser emblemática de uma diplomacia a serviço da cidadania, a política de proteção aos brasileiros no exterior. O intenso fluxo migratório dos anos 1980 elevou de maneira significativa o número de brasileiros residentes no exterior, reclamando uma ampla renovação do atendimento consular. A resposta veio com a modernização e ampliação da rede consular, o reforço da dotação consular e a identificação de novas e eficientes modalidades de atendimento aos nacionais que vivem ou transitam em países estrangeiros, como os consulados itinerantes e os Conselhos de Cidadãos.

Falando a linguagem universal da democracia

A conclusão do balanço da política externa é a de que a posição do Brasil no mundo é, hoje, muito melhor do que há sete anos. É preciso que se invista nas opções feitas, com os ajustes que se mostrem necessários, para que elas evoluam. Isto aplica-se a praticamente todas as grandes linhas da política externa, do Mercosul à criação do espaço sul-americano, da cláusula democrática à proteção internacional dos direitos humanos, da cooperação com a África lusófona à política de apoio aos brasileiros no exterior.

Mas o importante é que se apontou caminho para uma inserção internacional consistente e duradoura, qual seja, o de que ela se faça a partir dos condicionantes domésticos, que não seja uma construção no vácuo. Houve tempo em que, a partir de gabinetes isolados, eram elaboradas cosmovisões supostamente adequadas ao Brasil, rotuladas a seguir como a diplomacia dos círculos concêntricos, o pragmatismo responsável etc. Projetos geralmente coesos, bem arrematados, mas realizados sem consultar os anseios da sociedade e, por isso, dela distanciados. Esse tempo foi-se. A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, definido no confronto de idéias, por canais institucionais, com a participação da sociedade.

A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, com a participação da sociedade.

Certamente não é tarefa fácil perseguir uma diplomacia sem rótulos, sobretudo quando o mundo em que se busca inserir está em permanente mutação. As notícias correm em tempo real, criando fatos, gerando percepções, arruinando moedas, mudando governos.

Como projetar interesses nacionais contra cenário tão volátil? Ou, para citar o Ministro Celso Lafer, como transformar necessidades internas em possibilidades externas? Não há respostas prontas. Somente se percebe que a saída não é a retração, o recolhimento, ou o sonho da autarquia. Há que encarar o desafio, o desafio de uma globalização sem rosto definido, que por vezes emite sinais inquietantes, como os surtos especulativos, mas também acena com chances inauditas de geração de riquezas.

O Brasil não se acovardou. Tem encarado o desafio, com os recursos de que dispõe, mensurados com realismo. Propõe-se às vezes que o País vire a mesa, rompa contratos, busque modificações profundas da arquitetura financeira internacional. Não temos força para tanto. Ninguém tem, sobretudo no mundo em desenvolvimento. E já se foi a época das manobras revolucionárias na cena internacional. Não há país de importância que esteja disponível para acompanhar-nos em um boicote ao FMI, ou à OMC. Da China à Índia, passando pela África do Sul, todos os países de peso no mundo em desenvolvimento querem o que nós queremos: um diálogo mais simétrico com o mundo desenvolvido, até o limite dos trunfos nacionais, que podem evoluir.

Os trunfos do Brasil têm evoluído, por conta da competência e destemor do seu povo; dos trabalhadores, empresários, homens públicos, artistas, intelectuais, estudantes, jornalistas, ativistas, cidadãos em geral. Os sinais da mudança são por demais ostensivos para serem ignorados: moeda estável, retomada do crescimento, equilíbrio das contas correntes, menor desemprego, maior competitividade, aumento das exportações, redução da pobreza, aumento da escolaridade, expansão da saúde pública, queda da mortalidade infantil, número sem precedentes de assentamentos rurais, aumento da renda familiar, adoção sistemática, pelas empresas, de relatórios de impacto ambiental e programas de direitos humanos, com atenção dirigida às crianças, mulheres, negros e outros segmentos mais vulneráveis. O mundo notou esses avanços, até mais cedo do que alguns setores internos. Daí a recuperação continuada de nossa imagem. Não há efeito que perdure sem causa próxima. O perfil internacional do Brasil melhorou simplesmente porque o País evoluiu para melhor. Esta é a chave última de uma boa política externa.

Os trunfos do Brasil têm evoluído, por conta da competência e destemor do seu povo. Os sinais da mudança são por demais ostensivos para serem ignorados.

Defesa

Contribuir para o delineamento do perfil estratégico que o Brasil deseja assumir nas primeiras décadas do século, adequando o aparato militar brasileiro às missões a serem conduzidas pelas Forças Armadas nos contextos regional, hemisférico e mundial, em outras palavras, orientando a configuração do Sistema de Defesa Nacional: esta tem sido a atribuição primordial do Ministério da Defesa.

Nos dias atuais, o Ministério conduz um trabalho de revisão das grandes linhas do pensamento estratégico brasileiro, de modo a definir a arquitetura militar que o País requer, a fim de atender às demandas de defesa nas próximas décadas. Esse planejamento tem levado em conta os acontecimentos recentes e seus vários desdobramentos, pois os rumos da política internacional foram gravemente afetados, a partir do ataque terrorista aos Estados Unidos.

No atual quadro internacional, torna-se mais relevante a atuação do Ministério da Defesa no que diz respeito ao apoio à política externa brasileira. Assim, nesse ambiente, que requer estreita cooperação entre os países, as realizações do Ministério, com pouco mais de dois anos de existência, têm contribuído para o fortalecimento da confiança mútua e para a projeção do Brasil no concerto das Nações, particularmente pela promoção da integração sul-americana em matéria de defesa.

O perfil estratégico brasileiro está relacionado com sua circunstância de País sul-americano. O nosso continente constitui uma unidade física contínua, com identidade própria, cabendo aos países que o integram definirem, livre de interferências extra-regionais, seus referenciais de defesa. A articulação do Brasil com seus vizinhos permite maior liberdade de movimentos, no sentido de estabelecer uma visão própria de defesa regional, antes que iniciativas isoladas venham a confirmar na região arranjos contrários aos interesses brasileiros.

A atuação conjunta da diplomacia e da defesa tem propiciado a obtenção de resultados significativos, cabendo ressaltar dentre as realizações do Ministério da Defesa no último ano o aprofundamento do diálogo no plano político-estratégico com a Argentina, o Chile e a Bolívia, países com os quais foram estabelecidos importantes mecanismos bilaterais de defesa. Avançar na criação de similares disposições com o Paraguai e o Uruguai e, depois, em uma segunda etapa, com os demais países da América do Sul é tarefa que contribuirá sobremaneira para a conformação de um ambiente de contínua cooperação.

Não é o caso da proposição de uma aliança de defesa sul-americana. A atuação do Ministério da Defesa limita-se ao delineamento de uma abordagem comum e ao reforço da confiança mútua, que sirvam de referência no processo de modernização das estruturas

O Ministério da Defesa está conduzindo um trabalho de revisão das grandes linhas do pensamento estratégico brasileiro, de modo a definir a arquitetura militar que o País requer.

A articulação do Brasil com seus vizinhos permite maior liberdade de movimentos, no sentido de estabelecer uma visão própria de defesa regional.

Cabe ressaltar, no último ano o aprofundamento do diálogo com a Argentina, o Chile e a Bolívia, países com os quais foram estabelecidos importantes mecanismos bilaterais de defesa.

nacionais de defesa. O Ministério continuará a considerar a integração regional como prioridade no planejamento das grandes linhas da defesa nacional. A idéia é a de, por meio do adensamento da cooperação, consolidar a existência de um entorno pacífico, que permita concentrar esforços no desenvolvimento.

Complementando esse quadro da atuação do Ministério da Defesa, no que diz respeito ao favorecimento, por meio das realizações, em 2001, da política externa brasileira, ressalta-se o empenho para a manutenção de equilibradas relações com os Estados Unidos e para a abertura de importantes aproximações estratégicas diferenciadas com o Reino Unido, Suécia, França, Índia, China e Coréia, procurando estender ao campo da Defesa os avanços obtidos com esses países em outras áreas de entendimento.

A revisão da estrutura de defesa brasileira está sendo norteada não por um quadro hipotético de ameaças de agressão, mas sim pela capacitação operacional, com ênfase em forças leves, ágeis, bem adestradas.

A revisão da estrutura de defesa brasileira está sendo norteada não por um quadro hipotético de ameaças de agressão convencional por outros Estados, probabilidade hoje mínima, e sim pela capacitação operacional, com maior ênfase em forças leves, ágeis, bem adestradas, aptas a atuar de modo combinado e a cumprir diferentes tipos de missões. Versatilidade, flexibilidade, interoperabilidade e sustentabilidade são os conceitos considerados pelo Ministério da Defesa na estruturação do sistema de defesa nacional, de maneira a permitir que se obtenha capacidade de pronta resposta, no caso da ocorrência de situação de crise internacional que venha a envolver o País.

O enfoque que vem sendo dado à questão da modernização do aparelho militar brasileiro visa a atender diferentes tipos de contingências, inclusive, se julgado imprescindível, ações contra o terrorismo, que estão mais afetas ao campo da Segurança que ao da Defesa, compreendendo, em respeito às disposições constitucionais, a aplicação de outras expressões do poder nacional.

Para 2002, está prevista a edição do Livro Branco da Defesa Nacional, consolidado pelo Ministério da Defesa a partir das expressões de personalidades da vida nacional, em trabalhos que consideraram as necessidades de Defesa para o País. Também é prevista a ativação de um Centro de Estudos de Defesa, para funcionar na sede do Ministério. Essas duas realizações permitirão aprofundar o relacionamento internacional do País em assuntos de Defesa e, principalmente, possibilitarão a formulação e a permanente atualização da Política de Defesa Nacional.

Criação do Ministério da Defesa

A idéia de criar Ministérios da Defesa remonta ao período da Segunda Guerra Mundial. Para que as Forças Armadas pudessem ser mais eficazes na sua atuação, os grandes comandantes militares ocidentais mostraram a seus países a necessidade imperiosa de elas agirem de modo harmônico, integrado e combinado. Essa idéia

prosperou em vários países do mundo onde Ministérios da Defesa foram instalados. Idêntica posição tiveram os nossos chefes militares ao voltarem da campanha na Itália.

Nas três décadas que se seguiram, consolidou-se no País a necessidade da existência de um órgão que integrasse as Forças Armadas, tendo a atribuição de coordenar e planejar o emprego das mesmas e encaminhar soluções para assuntos de interesse militar. Nesse período, destacam-se a criação do Estado-Maior Geral – EMG, em 1946, sua transformação no Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, em 1948, cuja estrutura foi mantida até 1967, e a criação da Escola Superior de Guerra – ESG, em 1949.

Em 1967, um decreto presidencial procurou materializar a idéia de integração, com a criação do Ministério das Forças Armadas, que acabou por não se concretizar na prática, sendo mantida a estrutura do antigo EMFA, até meados de 1999.

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade mundial, ficou reduzida a possibilidade da existência de conflitos armados entre nações, tendo os mesmos assumido outras formas, de caráter étnico, racial, tecnológico, econômico e até político. Sobressaiu-se, então, a necessidade de cada país não só se adequar para o ataque, mas, sobretudo, preparar-se para sua defesa, exercitar meios, ações e formas que permitam sedimentar sua segurança interna.

O Brasil, entretanto, permanecia no grupo minoritário de países que ainda não haviam adotado o modelo internacional, que contemplava um ministério integrador e orientador na área da defesa.

Já no seu discurso de posse, em 1995, o Presidente da República apontou a necessidade de se ter, no Brasil, um ministério desse porte e com essa competência. Desde o início do seu mandato, não poupou esforços para viabilizá-lo, lançando seus alicerces com a edição da primeira Política de Defesa Nacional, em 1996, e com a determinação ao EMFA no sentido de que fossem conduzidos estudos a respeito da mudança da Estrutura Brasileira de Defesa, com base no comparativo das estruturas de ministérios da defesa de vários países. Dando prosseguimento, em outubro de 1997, o Presidente da República emitiu a seguinte diretriz:

- criar o Ministério da Defesa, que enquadrará as Forças Armadas singulares, tendo em vista otimizar o sistema de defesa nacional;
- iniciar sua implantação entre outubro e dezembro de 1998; e
- extinguir os atuais ministérios militares.

Em outubro de 1997, o Presidente da República emitiu a diretriz de criar o Ministério da Defesa.

Essa missão, atribuída a um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, coordenado pelo Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e integrado pelos Ministros da Marinha, Exército, Aeronáutica, Relações Exteriores, Estado Maior das Forças Armadas, Casa Militar da Presidência da República e Secretaria de Assuntos Estratégicos, teve como primeira tarefa levantar as carac-

terísticas do sistema de defesa nacional, com base na Política de Defesa Nacional – PDN, além de definir as atividades militares passíveis de integração nos seus diversos graus.

Em novembro de 1998, os representantes daquele Grupo submeteram ao Presidente da República uma Exposição de Motivos, acompanhada de Proposta de Emenda Constitucional e Projeto de Lei Complementar disposto sobre normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, estabelecendo modificações necessárias à criação do Ministério da Defesa. Ainda naquele mês, os referidos projetos foram encaminhados ao Congresso Nacional.

Na Exposição de Motivos que encaminhou o Projeto de Lei Complementar destacavam-se as afirmações de que “o Ministério da Defesa será o órgão central da política de defesa nacional” e que a sua implementação “tem por propósitos a otimização da capacidade de defesa do País, a modernização e a racionalização das Forças Armadas, a partir da premissa de evitar o estabelecimento de estruturas pesadas e o aumento de despesas. Essa transformação e sua constante evolução devem ser encaradas como um processo, que avançará ao longo do tempo em busca de constante aperfeiçoamento”, acrescentando, ainda, que se evitou “o perigo da simples importação de modelos estrangeiros, aparentemente prontos e práticos, mas que encerram visões de mundo diferentes das do povo brasileiro.”

Ao iniciar seu segundo mandato, o Presidente da República decidiu criar o cargo de Ministro Extraordinário da Defesa, que passou a coexistir com as demais pastas militares.

A criação do Ministério da Defesa abre para o Brasil novas e promissoras perspectivas.

Antecedendo a aprovação da Lei Complementar, o Presidente da República, ao iniciar seu segundo mandato, decidiu criar o cargo de Ministro Extraordinário da Defesa, que passou a coexistir com as demais pastas militares até a efetiva implementação do Ministério da Defesa. O Decreto nº 2.923, de janeiro de 1999, que dispõe sobre a reorganização de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, estabeleceu que ao Ministro Extraordinário da Defesa competia preparar a implantação do Ministério da Defesa. Meses depois, ainda em 1999, a Lei Complementar nº 97 criava o Ministério da Defesa, o Decreto nº 3.080 aprovava a estrutura regimental do novo ministério e a Emenda Constitucional nº 23 alterava os artigos 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição.

Os antigos ministérios das forças singulares foram transformados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto que o antigo Alto Comando das Forças Armadas era convertido no Conselho Militar de Defesa, sendo o EMFA extinto. A nova estrutura do Ministério da Defesa estabeleceu um arcabouço integrado para as forças singulares com linhas hierárquicas e de atribuições melhor definidas.

Dessa forma, a criação do Ministério da Defesa abre para o Brasil, tanto no âmbito interno como no internacional, novas e promissoras perspectivas, favorecendo a união de esforços das instituições militares nacionais e colaborando para a inserção do País entre as

principais potências do terceiro milênio, além de sedimentar sua presença nos foros internacionais de defesa e de realçar o papel brasileiro no esforço pela manutenção da paz mundial.

Nova política de defesa nacional

Em novembro de 1996, foram anunciadas, pela primeira vez na história do País, as bases da Política de Defesa Nacional, para amplo conhecimento da sociedade brasileira. Esse evento constituiu um importante marco na evolução do pensamento estratégico nacional, tanto em termos políticos quanto militares. Do ângulo político, sinalizou que as considerações sobre defesa não se devem restringir a círculos especializados, mas envolver também a sociedade como um todo, através de uma discussão informada, transparente e democrática. Do ponto de vista conceitual, significou o amadurecimento de uma reflexão estratégica conjunta por parte dos setores civis e militares, resultando em uma convergência de perspectivas frente às importantes transformações em curso nas cenas nacional, regional e mundial.

Em novembro de 1996, foram anunciadas, pela primeira vez na história do País, as bases da Política de Defesa Nacional, para amplo conhecimento da sociedade brasileira.

Na Política de Defesa Nacional, estão claramente indicados seus objetivos e as diretrizes a serem seguidas. Os objetivos, basicamente, são a garantia da soberania com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais. Para sua consecução, foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- contribuirativamente para a construção de uma ordem internacional baseada no Estado de Direito que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- participarcrescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- aprimoraraumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;
- promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição de massas, em processo accordado multilateralmente;
- participarde operações de manutenção de paz de acordo com os interesses nacionais, e contribuir efetivamente e ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração nacional;
- atuar para manutenção de um clima de paz e de cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para solidariedade na América Latina e na região do Atlântico-Sul;
- intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias, que visem à integração nacional e à defesa civil no desenvolvimento socioeconómico do País, em harmonia com a sua destinação constitucional insubstituível;
- proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;

A Política de Defesa Nacional objetiva a garantia da soberania com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais.

- priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas Regiões Norte e Centro-Oeste, sobretudo na área do Calha Norte e do Sivam;
- aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório na paz e em situações de conflito;
- aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;
- garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;
- buscar nível de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção de modo a minimizar a dependência externa do País aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa;
- promover o conhecimento científico da região Antártica e a participação ativa no processo de decisão de seu destino;
- aprimorar o sistema de mobilização para atender às necessidades do País quando compelido a se envolver em conflito armado;
- sensibilizar e esclarecer a opinião pública com vistas a criar e conservar uma mentalidade de defesa nacional por meio de um incentivo ao civismo e dedicação à Pátria.

O Brasil necessita de uma política de defesa que corresponda à nova dimensão que o País passa a ocupar no cenário internacional.

A formulação de uma política de defesa é um processo extremamente complexo, não só porque nela incidem os fatos determinantes da história e da geografia, mas também pelas dificuldades de articulá-la, dentro de um Estado democrático, com as outras políticas públicas, e de torná-la viável no seio de um sistema pluralista de representação política. O Brasil necessita de uma política de defesa que reflita uma fase histórica e que corresponda à nova dimensão que o País passa a ocupar no cenário internacional.

A consideração de novos conceitos de defesa, relacionados com a inserção do Brasil nos contextos sul-americano, hemisférico e global, em um cenário em que as deliberações no campo da defesa e da segurança deixam de ser assuntos tratados na esfera puramente militar, e são, hoje, traços característicos que pautam o tratamento do tema.

Desde a realização da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas, ocorrida na cidade de Manaus, em outubro de 2000, vêm se intensificando os entendimentos com os demais países da América do Sul, no sentido de estender ao campo da defesa os avanços já obtidos em outras áreas de integração regional.

Nesse sentido, o Ministério da Defesa tem procurado exercitar uma política de aproximação com os países vizinhos, buscando manter constante diálogo. O Brasil, por sua projeção continental, sua riqueza natural, pelo porte de sua indústria e pelo tamanho de seu PIB, é um país de projeção no contexto do continente sul-americano, mantendo saudável diálogo de paz e de busca de prosperidade com as demais nações.

Nesse contexto, o entendimento com a República Argentina constitui passo inicial, cuja meta é agregar gradualmente, sob o marco da democracia, os demais parceiros do Mercosul e, em seguida, todos os países do continente em torno de uma visão sul-americana dos temas, oportunidades e preocupações, com o consequente reforço da estabilidade regional. O aprofundamento do diálogo no plano político-estratégico com os países do Cone Sul já permitiu o estabelecimento de grupos de trabalho bilaterais de defesa, em nível ministerial, com a Argentina, o Chile e a Bolívia. O mesmo mecanismo está sendo negociado com o Uruguai e o Paraguai.

No âmbito interamericano, é mantida uma interlocução franca e de posições claras com os EUA, país com o qual também estabeleceu-se recentemente um grupo de trabalho bilateral de defesa. Paralelamente, busca-se uma maior interação com países-chave no contexto mundial, com vistas a viabilizar alternativas diversificadas de associação responsável no campo político-estratégico. O aprofundamento recente de nossas relações com várias nações européias, além da Índia, China, Coréia do Sul e países de língua portuguesa, serve de exemplo desse esforço, em sintonia com os objetivos da Política de Defesa Nacional, que tem nas Forças Armadas e na diplomacia os dois grandes vetores da ação externa brasileira, no sentido de contribuir para a manutenção da paz mundial.

No âmbito interno, o Ministério da Defesa está conduzindo um exercício, até então inédito no Brasil, de consulta a representantes da sociedade civil acerca de novos conceitos estratégicos para o País. Estão sendo consultadas diversas personalidades, representando diferentes espectros de opinião, tais como: ministros e ex-ministros de Estado, acadêmicos, jornalistas especializados, diplomatas, parlamentares e ex-militares, todos com reconhecida competência na área de defesa e muitos deles fortes críticos do atual sistema de defesa nacional. O objetivo básico é o de recolher uma massa crítica de idéias que permita oxigenar antigos preceitos e conferir maior legitimidade aos novos referenciais estratégicos que venham a ser adotados pelo País. Além disso, cabe ressaltar a futura criação, no Ministério da Defesa, de centro de estudos aberto aos setores interessados da sociedade, voltado à reflexão e ao livre debate de questões de segurança e defesa, envolvendo outros setores representativos da Nação.

No âmbito interno, o Ministério da Defesa está conduzindo um exercício de consulta a representantes da sociedade civil acerca de novos conceitos estratégicos para o País.

Proteção da Região Amazônica

O Governo Brasileiro, dentro da prioridade que confere à proteção da Região Amazônica, atribuiu ao Ministério da Defesa a condução de dois grandes projetos: o **Programa Calha Norte** e os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia – Sipam/Sivam.

Programa Calha Norte

O **Programa Calha Norte** foi criado em 1985 com o propósito de

A área do Calha Norte corresponde a 14% do território nacional.

contribuir para a integração da região Amazônica brasileira, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essa área, de população rarefeita, corresponde a 14% do território nacional e abrange uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 km.

Com os recursos alocados ao **Programa Calha Norte**, e de forma judiciosa, foram atingidas as seguintes metas no ano de 2001:

- continuação da construção do Porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira (AM), que facilitará o acesso ao Alto Rio Negro, bem como implementará o comércio internacional com a Colômbia e Venezuela;
- efetivação de 25 convênios com 24 municípios da Calha Norte, englobando 31 obras que beneficiarão cerca de cem mil brasileiros que vivem na região. As obras incidiram sobre as áreas de saúde, educação e infra-estrutura básica;
- realização de obras de conservação da estrada BR-307, que liga a cidade de São Gabriel da Cachoeira à localidade de Cucuí (fronteira com a Colômbia e Venezuela), bem como a construção de três pontes metálicas nessa estrada;
- implantação do terminal de passageiros na Base Aérea de Boa Vista (RR);
- ampliação da capacidade de produção de brita nas bases de Comara de Monte Alegre (PA) e Moura (AM);
- por fim, na área da Defesa, foram realizadas, manutenção e obras em diversas Organizações Militares, destacando-se a reforma das instalações da Estação Naval de Rio Negro (AM), início da implantação do aquartelamento de Fuzileiros Navais em Tabatinga (AM), conclusão das obras do Pelotão Especial de Fronteira de Pari-Cachoeira (AM) e início da construção da 2ª Companhia de Fuzileiros Navais em Macapá (AP), a continuação da implantação dos Pelotões Especiais de Fronteira de Tunuí-Cachoeira (AM), Uiramutã (RR) e Tiriós (PA), da 1ª Brigada de Infantaria de Boa Vista (RR) e da 16ª de Tefé (AM). Deu-se continuidade à manutenção das embarcações da Marinha e do Exército, permitindo um melhor patrulhamento dos rios amazônicos e ações cívico-sociais e foi proporcionado, também, para a Força Aérea, um aumento significativo nas suas horas de vôo, possibilitando que o Apoio Aéreo, tão importante naquela região, fosse incrementado de forma satisfatória e eficiente.

Com a concretização dessas ações pretendeu-se incrementar a presença militar na região da Calha Norte, proporcionando melhor qualidade de vida ao homem da região.

Projeto Sipam / Sivam

O Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam está sendo implementado e direcionado para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio de conhecimentos e informações oriundas de um grande banco de dados, contribuindo para atender as diretrizes gerais decorrentes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e as diretrizes gerais no que se aplica à vigilância do espaço aéreo, em consonância com a Política de Defesa Nacional.

Nesse contexto, o Governo confere caráter estratégico e estruturante ao **Programa Proteção da Amazônia**, o qual suporta as ações que viabilizarão a implantação da infra-estrutura e a operacionalização dos Sistemas de Proteção e de Vigilância da Amazônia – Sipam/Sivam.

No momento, o programa apóia a fase de implantação da infra-estrutura do Sivam e articula a participação dos órgãos da administração pública na ativação do Sipam, o que, em breve, permitirá o funcionamento integrado e coordenado dos diversos órgãos com atuação relevante na Amazônia.

O programa, no que se refere às ações do Sivam, iniciou sua implantação, efetivamente, em julho de 1997 e tem a previsão de operar gradualmente a partir de julho de 2002.

A execução da ação de aquisição/repotencialização de aeronaves do Sivam apresentou resultados relevantes em 2001. A conclusão da fabricação de cinco aeronaves de Vigilância Aérea e de três aeronaves de Sensoriamento Remoto, pela Embraer, representa o cumprimento de 100% da meta prevista para o atual exercício. O recebimento operacional dessas aeronaves está previsto para 2002, tendo em vista que atualmente estão sendo instalados e testados seus equipamentos e sensores.

Outro resultado positivo, decorrente do desenvolvimento e adaptação das aeronaves Embraer 145 para as versões de Vigilância Aérea e de Sensoriamento Remoto, foi materializado por meio da projeção do Brasil como País exportador dessas aeronaves para países como a Grécia e o México, em 2001.

Sobre o desempenho da ação de instalação de unidades de vigilância fixas e transportáveis e de unidades de telecomunicações, foram prontificados os sítios de Manaus, Jacareacanga, Manicoré, Imperatriz, Sinop, Cachimbo, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Surucucu, Barcelos, Porto Velho e Rio Branco.

Estas são as primeiras unidades de vigilância e de telecomunicações, das 37 atualmente em processo de instalação. Em virtude da necessidade de aprimoramento no Sistema de Telecomunicações, de atrasos de algumas obras civis e fornecimento das estações de transmissão em VHF, o desempenho desta ação ficou aquém da meta estabelecida. No entanto, esta ação terá especial incremento em 2002, o que permitirá a prontificação de todas as unidades de vigilância e de telecomunicações restantes.

Durante o exercício de 2001, o Governo dedicou especial esforço para dotar o Sivam com recursos orçamentários e, a despeito da atual conjuntura orçamentária, o desempenho da ação de obras civis foi satisfatório, permitindo a execução simultânea de cerca de

cinquenta obras em toda a região, o que representou a construção de 36 mil metros quadrados de área edificada. Com este resultado, cumpriu-se 86% da meta estabelecida para o exercício.

Ressalta-se que a mobilização da força de trabalho para construção das edificações gerou cerca de 1.800 empregos diretos e quatro mil indiretos na região. Além disso, a qualidade da engenharia e da arquitetura dos empreendimentos evidencia a resposta positiva dos amazônicas aos desafios das novas tecnologias em obras civis agregadas à região, em que pesem as adversidades logísticas, meteorológicas e climatológicas impostas à implantação do projeto. As ações que apóiam a implementação do Sipam foram, pela primeira vez, consignadas no Plano Plurianual. As principais repercuções da implementação das ações do Sipam foram, por um lado, a manutenção das instalações e equipamentos prontificados pelo Sivam em 2000 e 2001, e, por outro, o apoio para integração dos órgãos da administração pública, que irão participar da ativação do Sipam, em 2002.

O apoio à integração dos órgãos foi executado por meio das ações de capacitação de recursos humanos com 100% de execução, de integração de base de dados com 100% de execução, de desenvolvimento de diagnósticos e planos de integração com 100% de execução, de manutenção e operação com 99% de execução e de contratação de sinal de teleprocessamento com 88% de execução. No que se refere à integração de órgãos da administração pública, as seguintes instituições confirmaram a participação na ativação do Sipam: Exército Brasileiro – EB, Fundação Nacional do Índio – Funai, Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Comissão de Pesquisas e Recursos Minerais – CPRM, Comando da Aeronáutica – CAER, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Marinha do Brasil – MB, Agência Nacional de Águas – ANA, Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Departamento de Polícia Federal – DPF, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

A iniciação do Sipam configura-se como uma significativa articulação de órgãos da administração pública, com vistas à operacionalização do maior Sistema de Proteção Ambiental do Mundo. Estes órgãos atuarão diretamente nos Centros Regionais de Vigilância, de forma integrada e coordenada, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

De forma global, em termos físicos e financeiros, em outubro de 2001 o Sivam atingiu marca superior a oitenta por cento no que diz respeito à implantação da sua infra-estrutura. Quanto ao Sipam, foram executados 95% dos recursos orçamentários alocados no exercício de 2001 e destinados a sua implementação.

Modernização e reaparelhamento das Forças Armadas

Os objetivos da segurança e da defesa exigem que se cuide da modernização das Forças Armadas, promovendo, dentro da disponibilidade dos recursos, a renovação e adequação de seus equipamentos. O documento “Estratégia Militar Brasileira”, em fase final de elaboração, fornecerá as bases para o planejamento do reaparelhamento das Forças Armadas. Com esse respaldo, será possível discutir-se a viabilidade de um projeto da Lei de Meios de Defesa, estabelecendo-se, por um período de quinze a vinte anos, recursos orçamentários específicos para investimento na renovação dos equipamentos das Forças.

Reaparelhamento e adequação da Força Aérea Brasileira

O Comando da Aeronáutica vem desenvolvendo ações de planejamento no sentido de fortalecer e aprimorar a capacitação operacional da Força Aérea; de ampliar e modernizar o complexo sistema da infra-estrutura aeroespacial, envolvendo os sistemas aeroportuário e de controle do espaço aéreo brasileiro; de estimular a progressiva atuação da indústria aeroespacial brasileira, tendo por objetivo a diminuição da dependência externa; de assegurar o desenvolvimento do complexo científico-tecnológico aeroespacial, orientando-se para a busca constante da capacitação de recursos humanos, bem como da dotação de meios materiais adequados; e de promover e apoiar as ações necessárias à criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Para a continuidade das realizações na esfera do poder aeroespacial, esforços têm sido concentrados na execução do **Programa Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira** e na revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo e do Sistema de Defesa Aérea, sendo a Região Amazônica objeto de especial atenção, buscando-se, desta maneira, garantir a vigilância e a segurança de todo o espaço aéreo brasileiro.

O Comando da Aeronáutica implementou as diversas ações relacionadas a esses temas:

- Deu início ao projeto de modernização das aeronaves F-5, cujo objetivo é dotá-las de sistemas atualizados, especialmente de navegação e ataque, tanto para o emprego ar-ar como ar-solo, de modo a mantê-las em estado operacional até 2015. Foram assinados os contratos com a Embraer e a empresa israelense Elbit. As duas primeiras aeronaves a serem modernizadas e que servirão de protótipos para o projeto foram entregues à Embraer no dia 19 de fevereiro passado.
- O Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento da Aeronáutica – Deped firmou, com a Embraer, vários contratos comerciais relativos ao Projeto AL-X, destacando-se o contrato para a produção de um primeiro lote de 76 aeronaves. O objetivo do Projeto AL-X é dotar a Força Aérea Brasileira – FAB de uma frota de 99 aeronaves leves de ataque, com capacidade de realizar missões

das Tarefas Operacionais de Apoio ao Combate, em regiões de clima quente e úmido e de precária infra-estrutura de proteção ao vôo, aeroportuária e de manutenção. A aeronave deverá, também, ser capaz de realizar a missão de policiamento do espaço aéreo em proveito do Sivam.

As aeronaves, sendo 25 monopostos (A-29) e 51 bipostos (AT-29), estão previstas para serem entregues à Aeronáutica entre novembro de 2003 e agosto de 2006, serão distribuídas para as Bases Aéreas de Boa Vista, Porto Velho, Campo Grande, onde realizarão missões operacionais, e serão utilizadas na formação de pilotos de combate, em Natal (RN).

As aeronaves utilizarão equipamentos eletrônicos de última geração, incorporando os mais avançados sistemas disponíveis no mercado. Serão capazes de utilizar, também, uma variada gama de sensores, que as permitirão cumprir suas missões no período noturno ou a qualquer tempo. As aeronaves poderão receber informações externas via *data-link*, que potencializará, com a participação das aeronaves R-99 (AEW), suas capacidades no cumprimento das missões de policiamento do espaço aéreo.

A avançada tecnologia aplicada no projeto não se restringe às aeronaves. Todo o sistema logístico contratado incorpora os últimos conceitos na área. O treinamento no solo, o planejamento das missões e o *debriefing* serão realizados a partir de simuladores e estações que incorporam auxílios visuais de última geração.

O projeto também possibilitará a transferência de tecnologia de alto nível para o País e a participação de empresas nacionais como fornecedoras de equipamentos e serviços, propiciando a geração de novos empregos.

Finalmente, o Projeto AL-X permitirá à Força Aérea Brasileira o cumprimento completo de suas atribuições junto ao Projeto Sipam/Sivam e estabelecerá um novo patamar tecnológico no treinamento dos pilotos de combate.

- Realizou a entrega do Pedido de Oferta (RFP) às empresas interessadas em participar do projeto de modernização das aeronaves de patrulha P-3 Orion, adquiridas recentemente pela Aeronáutica.

As aeronaves receberão equipamentos eletrônicos de última geração, incorporando os mais avançados sistemas disponíveis no mercado e estarão capacitadas a realizar missões de patrulha marítima de superfície e anti-submarino, operações de busca e salvamento, de combate ao contrabando e ao narcotráfico, de apoio em calamidades, de apoio à Marinha Mercante e à Marinha do Brasil e em complemento às operações realizadas no âmbito do Sistema de Vigilância da Amazônia.

O projeto também possibilitará a transferência de tecnologia de alto nível para o País e a participação de empresas nacionais como fornecedoras de equipamentos e serviços, propiciando a geração de novos empregos. A entrega da primeira aeronave modernizada deverá ocorrer em dezembro de 2004.

- Realizou a entrega do Pedido de Oferta (RFP) às empresas interessadas em participar do Projeto F-X BR, para o fornecimento da nova aeronave de defesa aérea da Força Aérea Brasileira. O projeto, que tem um orçamento estimado de US\$ 700 milhões, prevê a aquisição de um mínimo de doze e um máximo de 24 aviões, que deverão ser utilizados pelos próximos trinta anos.

Reaparelhamento e adequação do Exército

O Exército modernizou seus sistemas de artilharia, com a incorporação ao seu patrimônio de novas unidades de Lançadores Múltiplos Universais de Foguetes, complementados por veículos remuniciadores, unidades de controle de fogo, viaturas oficinas veiculares e eletrônicas, viaturas posto meteorológico, foguetes balísticos solo-solo, ferramental e equipamentos para manutenção. Todos estes sistemas possuem tecnologia de ponta, sendo considerados equipamentos de última geração.

A aquisição de Obuseiros Autopropulsados e de Carros de Combate Leopard contribuiu para um considerável aumento do poder de combate da Força, proporcionando melhores condições de adestramento da tropa.

A Aviação do Exército foi contemplada com novos equipamentos, como a aquisição de tanques de traslado para os helicópteros Black Hawk, proporcionando condições favoráveis para operar com eficiência na Amazônia. Da mesma forma, está sendo viabilizada a aquisição de oito helicópteros Cougar.

Na busca constante da modernização, foram adquiridos óculos de visão noturna, materiais de campanha e equipamentos de emprego militar, de grande importância para a operacionalidade da tropa.

O Exército Brasileiro, ao buscar dotar as suas Organizações Militares – OM com vetores de modernidade, tem o propósito de obter um adequado suporte ao preparo e ao emprego da Força Terrestre, contribuindo, desta forma, para alcançar a missão de garantir a Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

Dentre os programas finalísticos estabelecidos para o Exército pelo Avança Brasil, o **Programa Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro** foi concebido para o País dispor de uma Força Terrestre capaz de atender aos desafios do novo milênio e de cumprir as suas missões constitucionais nas melhores condições. Suas ações refletem a busca da estruturação e do preparo do Exército para o início do próximo século, dotado de forças aptas ao deslocamento e emprego rápido em qualquer parte do território nacional, utilizando equipamentos modernos e eficazes.

Reaparelhamento e adequação da Marinha

O Programa Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil prosseguiu contribuindo para a garantia da Defesa Nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento. A Marinha envida esforços para dar continuidade à renovação e modernização dos seus meios navais, aeroespaciais e de fuzileiros navais, com ênfase na construção naval brasileira.

Em 2001, foi modernizada uma aeronave SH-3B (Sea King), foi realizada a revisão do armamento portátil do Corpo de Fuzileiros Navais, foram prontificadas as aeronaves AF-1/1A e adquirido e instalado equipamento IFF para as aeronaves SH-3A.

As obras de modernização das seis fragatas da classe Niterói continuaram em andamento, abrangendo a instalação de novos sistemas de armas e sensores, a fim de atualizar a capacidade operativa da Força.

O arsenal da Marinha do Rio de Janeiro continuou construindo a Corveta Barroso, moderno navio-escolta de projeto nacional, e o submarino Tikuna, que incorpora modificações brasileiras ao projeto original alemão dos submarinos da classe Tupi.

A Marinha incorporou o porta-aviões São Paulo à esquadra brasileira e iniciou a sua operação com as 23 aeronaves de ataque AF-1/1 Skyhawk, operação esta que contribui para a manutenção de uma adequada dissuasão clássica, que representa o atendimento de todas as capacidades estratégicas.

Em 2001, o Corpo de Fuzileiros Navais completou o recebimento dos obuseiros de 105 milímetros (*light gun*), adquiridos da Inglaterra, e foram recebidos dezessete carros de combate SK 105 A2S e uma viatura blindada de socorro.

Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo

Em decorrência do fato de que os principais equipamentos e sistemas, adquiridos e implantados pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – Ciscea, dispõem de tecnologia do início da década de 1980 e, assim, estarem sendo atingidos por crescente obsolescência tecnológica, iniciou-se, ao longo dos últimos três anos, processo de reciclagem geral do Projeto Ciscea. Os equipamentos e sistemas mais obsoletos serão gradualmente substituídos ou revitalizados, começando por aqueles instalados na década de 1980, fase inicial do projeto. Este processo encontra-se em curso e deverá estender-se pelos próximos seis anos.

Em que pese a atribuição de maior prioridade aos empreendimentos que visam uma oportuna renovação de equipamentos e sistemas em operação, a Ciscea vem desenvolvendo, também, outros empreendimentos que objetivam a expansão dos meios empregados no controle do espaço aéreo brasileiro, de forma a fazer face ao crescimento da atividade aérea no País.

De grande importância para a elevação da segurança dos vôos que ocorrem na Região Nordeste, no início do ano em curso foram realizadas as últimas ações relativas à implantação de radares nas localidades de Porto Seguro (BA), Bom Jesus da Lapa (BA) e Petrolina (PE), os quais passaram a integrar a estrutura de meios que compõe o Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Cindacta III.

Com a operação dos citados radares, passou a ser possível, por exemplo, monitorar e controlar, utilizando imagem radar, todos os vôos nacionais e internacionais que cruzam o Nordeste, propiciando expressivo ganho de segurança para tais vôos.

Os trabalhos de renovação de instalações, equipamentos e sistemas de proteção ao vôo, afetos à Academia da Força Aérea, em Pirassununga (SP), foram iniciados em 1998 e se estenderam até 2001. As renovações realizadas em Pirassununga envolveram providências de elevado nível de profundidade, como: substituição dos radares primário e secundário de área terminal; substituição do sistema de tratamento e visualização de dados, utilizados no controle radar; substituição de equipamentos de telecomunicações para melhoria das ligações entre os órgãos de controle e entre estes e as aeronaves em vôo; e construção de nova infra-estrutura predial para abrigar a casa de força, as torres de controle do aeródromo e o Destacamento de Proteção ao Vôo local.

Com o funcionamento destes novos meios, é possível prover-se maior segurança às atividades aéreas que ocorrem na região de Pirassununga, com ênfase para aquelas de treinamento de pilotos. Iniciados em 1998, os trabalhos de modernização do *hardware* e do *software* empregados no sistema de processamento de dados do Cindacta I, em Brasília, foram intensificados ao longo de 2001 e encontram-se em fase de conclusão, com a homologação dos novos meios.

No presente ano, no Cindacta I, foi também concluída a substituição da central de telecomunicações que atende às posições de controle do Centro de Controle de Área e do Centro de Operações Aéreas Militares, contribuindo para a obtenção de condições mais favoráveis de intercomunicabilidade entre os órgãos de controle e as aeronaves em vôo.

Estes novos sistemas, ora implantados na sede do Cindacta I, em Brasília, ampliam a capacidade de controle daquele Centro, bem como resultam em maior confiabilidade para as atividades de controle e de vigilância do espaço aéreo brasileiro.

A obsolescência tecnológica afeta os equipamentos e sistemas de proteção ao vôo atualmente em operação na área terminal de tráfego aéreo de São Paulo, bem como em decorrência da necessidade de se ampliar a capacidade de escoamento do tráfego aéreo, nos principais aeroportos localizados na Cidade de São Paulo e proximi-

dades (sobretudo nos aeroportos de Congonhas, Guarulhos e Campinas). Por esse motivo, em 2001, a Ciscea iniciou o projeto de modernização e ampliação da infra-estrutura de meios técnicos e operacionais que compõe o Controle de Aproximação de São Paulo. Esse projeto prevê providências urgentes e de curto prazo, na maioria já desencadeadas pela Ciscea ao longo de 2001, como também insere ações de médio e longo prazos. Serão bastante valiosos os benefícios decorrentes do projeto, concorrendo de forma marcante para a elevação do nível da qualidade dos serviços de proteção ao voo prestados na região de São Paulo, traduzida por uma grande melhoria da segurança, fluidez e regularidade de navegação aérea.

Sistema Militar de Comando e Controle

Trata-se de sistema de Defesa Nacional, integrado pelo Comando Supremo das Forças Armadas, Ministérios Civis, Comandos Militares e Grandes Comandos Operacionais que, sob a direção do Presidente da República, possibilita a coordenação das ações integradas de defesa nos casos de crises e conflitos, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisões para o controle da situação.

Nesse sentido, o ano de 2001 foi especialmente produtivo. Pela primeira vez, foi instalada a interligação dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas ao Centro de Operações do Comando Supremo, localizado na sede do Ministério da Defesa, em Brasília, e destinado ao exercício do comando e do controle das Forças Armadas pelo Comandante Supremo.

Esse sistema, desenvolvido inteiramente no Brasil, pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha do Brasil é uma prova do acerto das medidas tomadas pelo Governo Federal ao criar o Ministério da Defesa. Começa a florescer, no âmbito da defesa da Pátria, a conjugação de esforços que leva à economia de recursos, maximizando a eficiência e a eficácia de nossas Instituições Militares.

Complementarmente, busca-se a integração da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional a esse sistema, para que o conselho possa dispor, oportunamente, das informações necessárias ao assessoramento direto ao Presidente da República, imenso desafio que, vencido, facilitará a realização, em 2002, de exercícios combinados das três Forças, sob a supervisão do Ministério da Defesa. Isto feito, não somente o Sistema Militar de Comando e Controle – SISMIC2 será validado e aperfeiçoado, como também iniciar-se-á uma nova fase no aprestamento da defesa do País: a execução de operações combinadas entre suas Forças Armadas.

Sistema de Comunicações Militares por Satélite

Durante o ano de 2001, foi dada continuidade à implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – Siscomis, que se constitui a

base física de telemática do SISMIC2, com a implantação de duas novas estações em Natal e Porto Alegre, ampliando, assim, o número de assinantes das Forças Armadas, o que permitiu ao Ministério da Defesa dispor de maior flexibilidade de comunicações.

A rede de assinantes do Siscomis está sendo expandida com a inclusão de ramais em todos os Ministérios, atendendo aos Ministros de Estado, Secretários-Executivos e outras autoridades.

Em 2001, foram implantados 2% dos meios de comunicação necessários para o funcionamento completo do sistema, perfazendo um total de 42% do previsto.

Em coordenação com a Anatel, foram substituídos os equipamento de rádio-enlace do Ministério da Defesa, visando à desocupação das faixas de freqüência destinadas às bandas C, D e E do Serviço Móvel Privado.

Programa Antártico Brasileiro

O Brasil, por intermédio do **Programa Antártico Brasileiro – Proantar**, garante sua participação no processo de decisão relativo ao futuro do Continente Antártico, imensa região de 14 milhões de quilômetros quadrados que tem grande influência sobre o clima, o regime e os recursos vivos dos mares brasileiros. O Proantar – uma das exigências para a participação do Brasil como Parte Consultiva do Tratado da Antártica – tem com objetivo efetuar pesquisas conjuntas visando ao conhecimento científico dos fenômenos antárticos.

As atividades brasileiras de pesquisa na Antártica são desenvolvidas na Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF e nos três refúgios localizados na Ilhas Elefante, Nelson e Rei George. A EACF e os refúgios são administrados por um grupo de apoio constituído por dez militares da Marinha, durante o ano todo.

As pesquisas brasileiras na Antártica também são desenvolvidas a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico (NapOc) "Ary Rangel".

Foram realizados treinamentos e pré-antártico para 38 militares e 65 pesquisadores participantes da Operação Antártica XX e cinco vôos de apoio à Operação Antártica XIX. Foi efetuada a aquisição e manutenção de vestimentas especiais e equipamentos de segurança utilizados nas Operações Antárticas, a renovação de equipamentos da EACF, o reparo e manutenção em dez containeres utilizados para o transporte de materiais diversos para a Antártica e divulgação das atividades brasileiras na Antártica e o do Proantar. As atividades logísticas contam com o apoio da Estação de Apoio Antártico, localizada na Fundação Universidade Rio Grande, que promove o abastecimento da EACF e dos refúgios e a manutenção dos respectivos equipamentos.

Participação em operações de paz

O Brasil, como membro fundador da Organização das Nações Unidas – ONU, sempre procurou pautar-se pela solução pacífica das controvérsias e por um firme compromisso com a manutenção da paz mundial. Na legislação brasileira transparecem nitidamente os princípios do comprometimento do País com a segurança internacional. No artigo 4º da Constituição Federal estão definidos, entre os princípios fundamentais que regem as relações internacionais do Brasil, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Em convergência com esses princípios, a Política de Defesa Nacional, editada em 1996, enumerou entre seus objetivos a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais e tem como uma das principais diretrizes participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais.

Desde 1956, a bandeira brasileira tremula em outros países e continentes, como sinal da nossa vocação para a defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

Desde 1956, a bandeira brasileira tremula em outros países e continentes, como sinal da nossa vocação para a defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Mais de 16 mil brasileiros já participaram de 26 missões de paz, sob a égide da ONU e também contribuindo com a Organização dos Estados Americanos – OEA e outros foros internacionais, sempre perseguindo a consolidação da paz.

O Brasil está presente, desde 1998, no Timor Leste. Atualmente, a contribuição brasileira na Administração de Transição das Nações Unidas para o Timor Leste – UNTAET consta de observadores militares da Marinha e do Exército, dois oficiais superiores atuando no Estado-Maior da UNTAET, dois pelotões de infantaria do Exército e policiais militares dos Estados. O Brasil possui um Oficial-General na função de Chefe dos Observadores Militares na UNTAET desde maio de 2001. A Força Aérea dá apoio no transporte dos rodízios do pelotão brasileiro a cada seis meses, quando são percorridos, em cada viagem, cerca de 34 mil quilômetros.

Na Europa, o Brasil se faz representar na Missão de Observadores das Nações Unidas em Previla, Croácia – UNMOP, com observadores militares, e na Força das Nações Unidas em Chipre – UNFICYP, participando do Estado-Maior do contingente argentino.

Nas Américas, o Brasil participa da Missão de Verificação dos Direitos Humanos das Nações Unidas na Guatemala – MINUGUA e da Missão de Assistência à Remoção de Minas na América Central – MARMINCA, com supervisores internacionais da Marinha e do Exército. A MARMINCA é uma missão cujos recursos provêm da OEA, é gerenciada pela Junta Interamericana de Defesa – JID, com atuação na Costa Rica, Nicarágua, Guatemala e Honduras.

No propósito de manter seu permanente esforço em prol da paz, estamos participando ativamente dos *Standby Arrangements System*,

forças para pronto emprego das Nações Unidas, estando já em fase final do processo para atuação nesse sistema.

O Governo e a Nação reverenciam a memória dos onze militares e dois policiais brasileiros que perderam suas vidas longe da Pátria, nas missões em benefício de um mundo livre do flagelo da guerra.

Tecnologia de Uso Naval

Para aplicação de tecnologia nuclear, no que tange ao círculo de combustível, a Marinha do Brasil estabeleceu parceria com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB, sobretudo no que diz respeito às etapas de enriquecimento isotópico de urânia e de produção de pó e pastilha de dióxido de urânia, para as nossas centrais nucleares. Essa parceria contribui para o desenvolvimento sustentável e para a redução da dependência externa do Brasil.

Em 2001, foram continuados os projetos, obras e aquisições de equipamentos e materiais da Instalação Nuclear de Água Pressurizada – INAP; os projetos, obras civis, aquisições de equipamentos, materiais e montagem eletromecânica das Unidades do Ciclo do Combustível Nuclear, com destaque para a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânia – UF6 (USEXA); fabricação dos Condensadores do Sistema Secundário da INAP; e a implantação das fundações dos Prédios do Reator, Turbinas e Subestação Um.

Foram continuados, também, o desenvolvimento de processos e sistemas auxiliares da Unidade Piloto de Células Quentes, no Centro Experimental de Aramar, e o desenvolvimento de processos e componentes do Circuito de Irradiação de Água Fervente – CAFE, no Reator IEAR1. Foram implantados os sistemas de preparação de pós de urânia, o sistema de metrologia de pastilha e o sistema de classificação de pós UO, na Unidade de Redução, e foi realizada a montagem da área de utilidades do Laboratório de Materiais Nucleares – Labmat e caracterização química e física de TCAU e UO para comissionamento do 2º Módulo B100 do Labmat.

A competência tecnológica obtida com os projetos, o desenvolvimento e a construção da instalação do protótipo de propulsão nuclear atribui vantagens competitivas às empresas nacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A par do desenvolvimento das instalações da propulsão nuclear para submarinos, o **Programa Nuclear da Marinha** vem proporcionando ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

Aviação Civil

Em 2001, a Administração Federal da Aviação – FAA dos Estados Unidos, confirmou o Brasil como país de primeira categoria em se-

gurança de operações de vôo e de aeronavegabilidade, condição idêntica aos países do primeiro mundo.

O incremento constante do transporte aéreo no Brasil não pode deixar de ser acompanhado de perto pela autoridade aeronáutica civil brasileira. Foram elaborados importantes estudos sobre demanda de transporte aéreo, disponibilizados na Internet para consulta por todos os cidadãos. Houve o desenvolvimento de programas simuladores de avaliação de capacidade aeroportuária, o que permitiu a seleção de 26 novos sítios aeroportuários. Além disso, foram feccionados doze planos de desenvolvimento aeroportuário e revisados seis planos aeroviários estaduais, envolvendo diversos segmentos da sociedade, públicos e privados, os quais foram beneficiados com diretrizes e indicadores para o desenvolvimento urbano, aeroportuário e transporte aéreo.

A aviação civil brasileira vem dobrando seu tamanho a cada onze anos. Hoje ela dispõe do segundo maior número de aviões do mundo e de uma posição consolidada no que se refere a excelentes índices de segurança no transporte aéreo. O incremento da aviação civil exige uma constante modernização e acompanhamento pela autoridade aeronáutica civil brasileira, caracterizado pela construção, modernização e reforma de aeroportos, decorrente do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – Profaa.

Assim sendo, o desempenho da aviação civil brasileira apresenta prognósticos animadores. Em consonância com essas perspectivas, o Departamento de Aviação Civil – DAC, órgão central do sistema de aviação civil, passa por uma reestruturação que culminará com a criação da Agência Nacional da Aviação Civil, devendo fazer face às demandas crescentes, o que garantirá um serviço de qualidade cada vez mais acessível à população brasileira, além de realizar a permanente tarefa de manter em elevado nível a segurança de vôo da nossa aviação, patamar reconhecido e formalizado pela categorização atribuída ao País pelas autoridades civis aeronáuticas dos Estados Unidos e pela Organização da Aviação Civil Internacional.

Desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária

O **Programa Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária** foi inserido no Avança Brasil 2000-2003 visando apoiar o desenvolvimento socioeconômico nacional por meio da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional como parte essencial da inserção competitiva do País no Mercosul; e estabelecer opções de acesso de aeronaves militares em todo o País como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional.

O programa tem por objetivo aumentar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro, elevando, até o final da execução do Plano Plurianual 2000-2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público-alvo os usuários do sistema aeroportuário nacional.

Para atingir este objetivo, o programa articula um conjunto de 27 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual.

A manutenção e o reaparelhamento dos 66 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero, empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportadas pelas ações Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura Aeroportuária. Os aeroportos da Infraero concentram 97% do movimento do transporte aéreo regular no Brasil, representando 2,1 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e estrangeiras, em 2000, transportando 67,9 milhões de passageiros e 1,3 milhão de toneladas de carga. No período de 1995 a 2000, a empresa registrou um crescimento de 33,25% no movimento de aeronaves, de 46,79% no de passageiros e de 9,61% no de cargas.

A Infraero contribuiu significativamente na modernização dos aeroportos, propiciando o crescimento e a operacionalidade adequada às necessidades da Aviação Civil. O Programa Geral de Obras e Serviços de Engenharia da Infraero está investindo no ano de 2001 aproximadamente R\$ 400 milhões em vários aeroportos, principalmente em obras de reforma e construção de novos terminais de passageiros e carga, pátios e pistas, pavimentação, balizamento, infra-estrutura elétrica e mecânica. No ano de 2001, foram inaugurados os aeroportos de Porto Alegre, que consta do AvançA Brasil, com um investimento de R\$ 157 milhões, Palmas, com investimentos de R\$ 76 milhões, e a conclusão do Aeroporto de Belém, com investimentos de R\$ 78 milhões. Ao todo, já foram investidos recursos da ordem de R\$ 389,2 milhões. Além de se iniciar outros investimentos nos aeroportos de Guarulhos - R\$ 720 milhões, Santos Dumont - R\$ 80 milhões, Florianópolis - R\$ 80 milhões, Goiânia - R\$ 80 milhões, Vitória - R\$ 60 milhões, Maceió - R\$ 52 milhões, Congonhas - R\$ 42 milhões e Campinas - R\$ 20 milhões.

Ciência e tecnologia

O Programa de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas - PCT-FA, orientado ao fortalecimento das bases científico-tecnológicas das áreas consideradas estratégicas pelo Ministério da Defesa, tem como objetivo a modernização e o reequipamento de laboratórios, bem como a formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos em ciência e tecnologia.

Foram incluídos no PCT-FA como áreas prioritárias de desenvolvimento as de Processamento de Sinais Eletromagnéticos, Sistemas de Comando e Controle, Tratamento de Imagens de Satélites, Química Militar e Giroscópios e Acelerômetros. Esses temas constituem-se em projetos de capacitação que estão sendo conduzidos pelas Forças Armadas em estreita colaboração com entidades civis, com o propósito de buscar a ampliação de capacitação em campos nos quais, por sua própria natureza, não acontece a desejada transferência de tecnologia.

Cabe destaque a operação, no ano de 2001, do Banco de Dados em Ciência e Tecnologia para as Forças Armadas, em São José dos Campos, pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica.

A Marinha possui uma série de projetos em desenvolvimento na área de ciência e tecnologia, de interesse estratégico, com acesso externo vedado ao País, buscando na indústria nacional a produção de materiais e equipamentos de alta tecnologia. Em 2001, foi priorizada a implantação da infra-estrutura básica na área nuclear e implementada parceria com a Indústrias Nucleares do Brasil – INB para aplicação de tecnologia nuclear adquirida pela Força, quanto ao enriquecimento isotópico de urânio e a produção de pó e pastilha de dióxido de urânio, para as nossas centrais nucleares.

No âmbito do desenvolvimento das instalações da propulsão nuclear para submarinos, o **Programa Nuclear da Marinha** vem proporcionando ao parque industrial brasileiro a possibilidade de investimentos em tecnologia de ponta, uma vez que grande parte de seus sofisticados componentes são encomendados à iniciativa privada nacional.

O Exército Brasileiro vem concentrando recursos em projetos que contribuem para a independência tecnológica do País e a redução do hiato tecnológico em relação aos exércitos mais modernos, destacando-se, neste contexto, a produção de Morteiros 120 mm de alma raiada, pelo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, material desenvolvido no País e com desempenho similar ao dos países mais modernos; o projeto nacional para dotar a artilharia de um Sistema Computadorizado de Tiro, desenvolvido em parceria com a Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel, o que possibilitará, em curto prazo, maior presteza no emprego do armamento pesado. Atualmente, o Exército prepara-se para iniciar o desenvolvimento de uma nova família de viaturas blindadas de rodas, buscando compatibilizar a tecnologia já dominada, em passado recente, com os avanços tecnológicos surgidos na última década, como uma solução nacional às necessidades de grande mobilidade na guerra moderna.

Apoio à sociedade civil

Diversas atividades têm sido desenvolvidas na área da saúde, merecendo destaque a participação do Ministério da Defesa no **Programa Comunidade Solidária**, no **Programa Nacional de Imunobiológicos**, no **Programa Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS** e no **Programa Prevenção e Controle da Malária**.

Na Amazônia, os navios da Marinha, conhecidos pelos ribeirinhos como "Navios da Esperança", e as organizações militares da área do Comando do 4º Distrito Naval, realizaram palestras sobre higiene, tratamento da água, vacinações e distribuição de medicamentos. Os navios de assistência-hospitalar "Carlos Chagas", "Oswaldo Cruz" e "Doutor Montenegro" realizaram 21 missões de atendimento médico-hospitalar, alcançando 491 localidades. A Marinha também apoiou logisticamente as diversas etapas das campanhas de multivacinação promovidas pelo Governo Federal na região.

O Exército contribuiu expressivamente para os programas da área de saúde, através de participação sistemática em campanhas de saúde em nível nacional, apoio de saúde a populações de comunidades carentes ribeirinhas e fronteiriças e distribuição de alimentos. É digna de destaque a sua participação em obras de saneamento ambiental, no **Programa de Distribuição de Alimentos – Prodea** e na ativação e funcionamento de hospitais da região amazônica (em Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira).

Da mesma forma, a Aeronáutica seguiu disponibilizando seus meios aéreos a serviço da nação, sobretudo para campanhas de vacinação, para missões de misericórdia, atendimento a vítimas de desastres naturais e atenção médica e odontológica a comunidades carentes situadas em localidades de acesso unicamente por via aérea.

Envolvendo 53 organizações militares e três comandos militares de área, a Operação Boiadeiro II foi a missão de maior envergadura da Força Terrestre em 2001, apoiando ações de prevenção à febre aftosa ao longo de cerca de 3.500 quilômetros de fronteira, em cinco estados, por mais de sete meses.

Dentre as missões de apoio à sociedade civil, merece realce a Operação Gota. Somente nesta operação a FAB realizou, em 2001, quase mil horas de voo, utilizando diversas aeronaves, transportando mais de 156 toneladas de carga e 1.800 passageiros. Missão formalizada em convênio com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde, teve como objetivo a erradicação de endemias em comunidades rurais e indígenas no interior do Acre e Amazonas.

Por solicitação do Ministério da Justiça, em apoio à Polícia Federal, a FAB realizou missões para transporte de presos, operações especiais e na erradicação de plantações de maconha em diversas loca-

lidades, sendo empregadas mais de 150 horas de vôo. Nas águas territoriais, em apoio às embarcações civis ou da Marinha e na vigilância marítima, foram realizadas 853 horas de vôo, identificando embarcações irregulares e auxiliando no resgate de embarcações em perigo ou à deriva no mar. Nas missões de busca e salvamento foram voadas quase duzentas horas resgatando sobreviventes, além de encontrar desaparecidos em situações diversas. Foram realizadas várias missões em apoio à defesa civil, tais como: incêndio em Itatiaia, enchente em Silveira Martins, incêndio em Quissamã e o acidente com a plataforma P-36 da Petrobras. Outra missão realizada em 2001 foi a denominada Operação Caminhoneiro, em apoio ao transporte de material e pessoal de diversos órgãos para garantir o funcionamento das instalações aeroportuárias, devido ao movimento grevista dos caminhoneiros. Foram voadas 223 horas, transportando 316 passageiros e 400 kg de cargas. Ainda, em função da greve dos policiais do Estado da Bahia, foi realizada a Operação Bahia, voando 473 horas, transportando 2.753 passageiros e 44 toneladas de carga em apoio aos contingentes militares deslocados para aquele estado.